

TRAVESSIA



CEM
CENTRO DE ESTUDOS MIGRATÓRIOS

revista do migrante **104**

Publicação do CEM - Ano XXXVIII, Nº 104 - Setembro - Dezembro/2025



Congolese

Haitianos

Brasileiros

Homens em situação de rua

Influencers

Música

Estudantes

Gênero

Trabalho

Saúde mental

Capital social

Cuidados

Adaptação cultural

Tráfico humano

Código da Aliança

Fotografia

TRAVESSIA - Revista do Migrante

Publicação do CEM - Centro de Estudos Migratórios (Federação Internacional dos CEMs J. B. Scalabrini), de natureza interdisciplinar, que visa contribuir para o intercâmbio entre a ampla e diversificada produção do conhecimento e aqueles que atuam em movimentos sociais e pastorais junto aos migrantes.

Diretor do CEM

Paolo Parise

Editor-chefe

José Carlos Pereira

CONSELHO CIENTÍFICO

Alfredo José Gonçalves (Pia Soc. dos Miss. de S. Carlos/Scalabrinianos),
Carlos Bernardo Vainer (IPPUR/UFRJ), Dulce Maria Tourinho Baptista (PUC-SP),
Fernando Antonio Lourenço (CERES/IFCH/UNICAMP), Heinz Dieter Heidemann (USP),
Helion Póvoa Neto (NIEM/IPPUR/UFRJ), José Jorge Gebara (UNESP),
Lorenzo Prencipe (CSER/Roma), Marcia Anita Sprandel (ABA/CEMI/UNICAMP),
Maria Aparecida de Moraes Silva (TRAMA/UFSCar),
Mariagrazia Santagati (Università Cattolica - Milano),
Oswaldo Mário Serra Truzzi (UFSCar), Rosana Baeninger (NEPO/IFCH/UNICAMP),
Sidney Antonio da Silva (UFAM).

COMITÊ EDITORIAL

Ana Carolina Gonçalves de Leite (UFPE), Ana Cristina Arantes Nasser (USP),
Carlos Freire Silva (UFPA), Darlene Ap. de Oliveira Ferreira (UNESP),
Derek Pardue (Aarhus University, Denmark), Gustavo Dias (UNIMONTES),
Érika Pires Ramos (RESAMA), Francisco Nunes (Cáspers Líbero),
José Carlos Pereira (CEM/GEPHOM/USP), Léa Francesconi (USP),
Luis Felipe Aires Magalhães (NEPO/UNICAMP), Margarida Maria Andrade (USP),
Marilda Aparecida de Menezes (UFABC/UNICAMP),
Neusa de Fátima Mariano (UFSCar), Odair da Cruz Paiva (UNIFESP),
Paolo Parise (ITESP/MISSÃO PAZ),
Patrícia Nabuco Martuscelli (University of Sheffield - UK),
Patrícia Villen (UNICAMP), Sidnei Marco Dornelas (CEMLA),
Tatiana Waldman (Museu da Língua Portuguesa),
Valéria Barbosa de Magalhães (GEPHOM/EACH/USP), Verônica Pessoa (UFCG).

COLABORADORES

Anna Ferri Davies (USP), Camilla Reis (USP), Yara Silvia Tucunduva (CEM)

EDITORA DE LEIAUT

Renata Peres (UAM)

Raquel Peres (UNIP)

CENTRO DE ESTUDOS MIGRATÓRIOS

Rua Glicério, 225 - Bairro Liberdade

01514-000 - São Paulo / SP - Brasil

Fone: (11) 3340-6952

travessia@missaonspaz.org

cem@missaonspaz.org

www.missaonspaz.org

Capa - Sergio Ricciuto Conte

sergioricciuto@gmail.com

www.sergioricciutoconte.com.br

É na literatura brasileira, mais do que nas Ciências Sociais, que essa dimensão sociológica fundamental aparece de modo nítido. Macunaíma, personagem de Mário de Andrade, é o herói sem nenhum caráter, o indefinido, o híbrido. Mas é em Guimarães Rosa que esse traço fundante da história social do país e da cultura brasileira está posto do modo mais belo e mais claro: a travessia. É na travessia, na passagem, no inacabado e no inconcluso, no permanentemente incompleto, no atravessar sem chegar, que está presente o nosso modo de ser – nos perigos do indefinido e da liminaridade, por isso viver é perigoso. Esta é uma sociedade fraturada entre o fasto e o nefasto, que se necessitam dialeticamente, o rio que divide nossa alma e nossa consciência, nossa compreensão sempre insuficiente do que somos e do que não somos e queremos ser. E mais que tudo, é nessa ideia de uma consciência literária dos duplos, das formas do falso, dos avessos, do descolamento entre forma e conteúdo, expressão do inacabado e inacabável, que está também posto o nosso justo medo da travessia, nossa condição de vítimas, mais do que de beneficiários, da modernidade (MARTINS, 2012, p.22)

MARTINS, José de Souza. **A sociabilidade do homem simples:** cotidiano e história na modernidade anômala. São Paulo: Contexto, 2012.

SUMÁRIO/ SUMMARY

Apresentação	05
<i>José Carlos Pereira; Sergio Ricciuto Comte</i>	

Presentation.....	11
<i>José Carlos Pereira; Sergio Ricciuto Comte</i>	

ARTIGOS

Migração, gênero e trabalho: o peso do cuidado na construção de redes e oportunidades

Migration, Gender and Labor: the burden of care in the construction of network and opportunity	17
<i>Svetlana Ruseishvili; Ana Maria Gomes Augusti</i>	

Saúde mental de mulheres imigrantes racializadas em Portugal: uma análise interseccional e decolonial

Mental health of racialized immigrant women in Portugal: an intersectional and decolonial analysis	43
<i>Izabela Maria de Oliveira Pinheiro; Conceição Nogueira; Joana Bessa Topa</i>	

Representações sobre as migrações do Nordeste para o Sudeste em três canções de compositores migrantes

Representations of the migration from the Northeast to the Southeast of Brazil in three songs by migrant composers	59
<i>Valéria Barbosa de Magalhães</i>	

As vozes dos homens em situação de rua sobre o trabalho

The voices of homeless men about work	81
<i>Isabela Alves Nantes Zacarias; Estela Márcia Rondina Scandola</i>	
<i>Maria Beatriz Almeida Maia (in memorian)</i>	

A atuação social da Missão Paz na acolhida dos migrantes e seu trabalho antirracista

The social action of the Peace Mission in welcoming migrants and its anti-racist work.....	103
<i>José Cristiano Bento dos Santos; Fabio Lanza; Lília Maria Bettiol Lanza</i>	

Territorialidades haitianas em Cuiabá – MT

Haitian Territorialities in Cuiabá – MT..... 127

Danilo Paranhos Batista

“Chegou o fim do nosso ciclo nos EUA”: neoliberalismo, imperativo da felicidade e narrativas de migração de retorno de imigrantes influencers no Youtube

“That’s the end of our chapter in the United States”: neoliberalism, the happiness imperative, and return migration narratives among Brazilian immigrant influencers on YouTube..... 149

Mariana Marcela de Fátima Moraes

O desenvolvimento e práticas de recursos de capital social entre estudantes brasileiros em Dublin - (Trad. José Carlos Pereira)

The Development and Practices of Social Capital Resources among Brazilian Students in Dublin 165

Nivelton Alves de Farias

Adaptação cultural: revisão sistemática de estudos desenvolvidos sobre o Brasil sob a perspectiva de John W. Berry

Cultural Adaptation: A Systematic Review of Studies Conducted in Brazil from the Theoretical Perspective of John W. Berry 193

Tiago de Oliveira Ferreira; João Gabriel Modesto

“Cafe au Lait” na Plaza de la Soledad: cartografias provisórias de migrantes congolese na Cidade do México

“Cafe au Lait” in Plaza de la Soledad: provisional cartographies of Congolese migrants in Mexico City 209

Victor Villarreal Cabello

Ensaio fotográficos: El Raval e Lavapiés

Photo essay: El Raval and Lavapiés 219

Lineu Noriu Kohatsu; Raquel Benato Rodrigues da Silva

A proibição de raptar alguém no Código da Aliança (Ex 21,16)

The prohibition of kidnapping someone in the Covenant Code (Ex 21:16) 235

Elton da Silva Santana

Apresentação

*José Carlos Pereira
Sergio Ricciuto Comte*

Esta edição da Revista Travessia apresenta temas transversais que perpassam o universo dinâmico das migrações. São analisadas questões relacionadas às mulheres migrantes, redes, organizações, trabalho, identidade, saúde mental, capital social, imagem, expressão artística e cultural como formas de representação, cartografias de migrantes à espera de oportunidades, identidades e códigos jurídicos e teológicos de prevenção ao contrabando de migrantes. Essas questões compõem um arco temático que reafirma a perspectiva teórico-metodológica interdisciplinar como ferramenta de análise mais ajustada ao estudo de fenômenos sociais dinâmicos, complexos, como as migrações.

Svetlana Ruseishvili e Ana Maria G. Augusti, em *“Migração, gênero e trabalho: o peso do cuidado na construção de redes e oportunidades”*, analisam o “impacto do trabalho reprodutivo na construção de redes sociais e na incorporação laboral de mulheres migrantes” no interior paulista. Mulheres sem crianças pequenas têm participação e mobilização intensa e diversificada em redes sociais e maior acesso ao mercado de trabalho. Mas, mulheres com filhos pequenos têm pouca participação em redes, menor capital social e inserção limitada às esferas de trabalho remunerado. Em que pese o significativo apoio de igrejas, do Centro de Referência e Assistência Social - CRAS à essas mulheres, as autoras apontam para a necessidade de políticas públicas que as apoiem no processo reprodutivo, desde a gestação ao cuidado das crianças pequenas, e promovam instrumentos e ações que viabilizem a sua integração social.

Em *“Saúde mental de mulheres imigrantes racializadas em Portugal: uma análise interseccional e decolonial”*, Izabela Maria de O. Pinheiro, Conceição Nogueira e Joana Bessa Topa analisam condições e possibilidades de mulheres racializadas no acesso a serviços de saúde mental em Portugal. Desigualdades econômicas, falta de atendimento humanizado e discriminação étnica e racial figuram dentre as dificuldades interpostas às mulheres. A assimetria “metrópole – colônia” ainda persiste nas relações sociais entre os autóctones e os imigrantes, especialmente mulheres, em Portugal. As autoras reivindicam mais estudos sobre o tema e o desenho de políticas públicas voltadas ao treinamento do funcionalismo público e privado, para o atendimento

humanizado. Tais políticas também geram estímulo às relações interétnicas orientadas pelo princípio da alteridade e da interculturalidade, promovendo a decolonialidade, a saúde mental e o desenvolvimento humano.

Valéria Barbosa de Magalhães analisa a experiência migratória e as trajetórias culturais narradas em letras de músicas de artistas nordestinos no sudeste. Em seu artigo *“Representações sobre as migrações do Nordeste para o Sudeste em três canções de compositores migrantes”*, a autora utiliza técnicas da metodologia de história oral e analisa músicas de Geraldo Azevedo, Vital Farias e Belchior. Valéria Magalhães delimita sua análise a um marco temporal que abrange a década de 1970 e o início dos anos 1980, período de expressiva emigração de nordestinos para a Região Sudeste. Em sua pesquisa, a autora aborda questões, como Representação Sociocultural, problematizando as formas como o Nordeste é representado culturalmente; o caráter da narrativa nas canções, analisando se as experiências migratórias narradas pelos artistas possuem um caráter subjetivo ou coletivo; e Diversidade de representação – isto é, diferenças na maneira como o Nordeste, enquanto região de origem, é retratado nas músicas analisadas.

“As vozes dos homens em situação de rua sobre o trabalho” é o artigo de Isabela Alves Nantes Zacarias, Estela Márcia Rondina Scandola e Maria Beatriz Almeida Maia que analisam os significados do trabalho nos discursos de homens em situação de rua. Ancoradas na metodologia de análise do DSC (Discurso do Sujeito Coletivo) e na interlocução com a bibliografia da área de Serviço Social, as autoras mobilizam entrevistas com usuários do serviço social do Centro-Pop, em Campo Grande-MS. Elas organizam as entrevistas em dois eixos analíticos e mostram que os entrevistados representam o trabalho como elemento de reconhecimento de valores sociais e estratégia de sobrevivência. Não obstante, também indicam que, na trama das relações sociais assimétricas e paradoxais do capitalismo, a sua inserção no mercado de trabalho é marcada por preconceitos, discriminações, informalidade e negação de direitos.

José Cristiano B. dos Santos, Fabio Lanza e Líria Maria B. Lanza destacam formas de lutas antirracistas pouco visibilizadas “nas histórias oficializadas”. Em seu estudo *“A atuação social da Missão Paz na acolhida dos migrantes e seu trabalho antirracista”*, os autores dialogam com perspectivas teóricas que atualizam o debate sobre racismo na interface de processos migratórios. Ao analisar as formas de acolhimento e os serviços de apoio e orientação a imigrantes haitianos em São Paulo, oferecidos pela Missão Paz – instituição scalabriniana ligada à Igreja Católica –, eles concluem que, “além do trabalho da pastoral de acolhimento e inserção dos migrantes na sociedade paulistana,

os profissionais da Missão Paz implementaram um processo de educação que visa promover a tomada de consciência dos direitos e de combate ao racismo entre os sujeitos atendidos ou na sua relação com a sociedade brasileira”.

“*Territorialidades haitianas em Cuiabá – MT*” é o título do trabalho de Danilo Paranhos Batista. Através de uma abordagem histórico-dialética, o uso e análise de entrevistas semiestruturadas, Danilo propõe-se a analisar as relações sociais e as formas como as territorialidades haitianas vão se materializando, a partir do Centro Pastoral dos Migrantes, em Cuiabá-MT. O autor destaca a tessitura de redes formais e informais de apoio ao migrante para o acesso à moradia e ao mercado formal de trabalho, bem como para fortalecer vínculos com igrejas e associações. Essas articulações dão materialidade e expressam uma territorialidade construída em contextos adversos, caracterizados pela discriminação, pela ineficácia das políticas públicas e pela periferação das moradias dos migrantes. Contudo, essa territorialidade se revela fundamental para o acesso ao mercado formal de trabalho e para a integração social dos haitianos.

No texto “*Chegou o fim do nosso ciclo nos EUA: neoliberalismo, imperativo da felicidade e narrativas de migração de retorno de imigrantes influencers no YouTube*”, Mariana Marcela de F. Moraes nos convida a problematizar as narrativas sobre processos migratórios alinhadas às lógicas neoliberais e aos imperativos econômicos e materiais de felicidade. A autora analisa as publicações de um influenciador digital que retratava sua experiência migratória de maneira idílica. Em seus conteúdos, ele encorajava o público a imigrar e a realizar o chamado “sonho americano”. Contudo, diante de uma conjuntura política e econômica adversa — marcada pela criminalização e perseguição de imigrantes nos Estados Unidos —, o sonho transforma-se em pesadelo, e o tom otimista dá lugar ao temor. Inseguro quanto à possibilidade de alcançar a felicidade sob a égide dos valores neoliberais, o influenciador é compelido a retornar ao Brasil.

Em “*O Desenvolvimento e Práticas de Recursos de Capital Social entre Estudantes Brasileiros em Dublin*”, Nivelton Alves de Farias baseia-se na análise de entrevistas semiestruturadas com estudantes brasileiros, explorando o desenvolvimento e as práticas de recursos de capital social desses indivíduos em Dublin. A partir das informações levantadas, destacam-se temas relacionados à dimensão familiar, como introjeções de valor, solidariedade limitada, transações de reciprocidade e confiança obrigatória. Pela sua sólida articulação teórica, metodológica e analítica, o artigo oferece contribuições originais aos estudos de capital social no contexto da migração internacional estudantil.

Tiago de Oliveira Ferreira e João Gabriel Modesto interpelam um conjunto de pesquisas ancoradas na teoria de John Widdup Berry sobre aculturação e adaptação cultural. Os autores enfocam o Brasil como “cultura de origem ou cultura anfitriã”. Em seu texto *“Adaptação cultural: revisão sistemática de estudos desenvolvidos sobre o Brasil sob a perspectiva de John W. Berry”*, eles apresentam um levantamento dos trabalhos realizados sob a temática da migração e adaptação cultural e destacam questões como interculturalidade e pertencimento.

Em *“Cafe au Lait” na Plaza de la Soledad: cartografias provisórias de migrantes congoleses na Cidade do México*”, Victor Villarreal Cabello nos apresenta uma observação etnográfica inquietante sobre as tramas de sobrevivência de migrantes em situação de confinamento e à espera de oportunidades na Plaza de la Soledad, no México, para seguirem rumo aos Estados Unidos da América (EUA). Ainda que diante de barreiras linguísticas, o pesquisador observa, cartografa e dialoga com migrantes latino-americanos, caribenhos e africanos. Ele procura mapear os espaços e captar os sentidos e as lógicas da constante movimentação dos migrantes na praça, ora expulsas pela polícia, ora seguindo suas próprias lógicas de provisoriedade. O autor aponta que “como muitas notícias e medidas de Donald Trump estavam e continuam sendo implementadas, alguns migrantes passaram mais tempo do que deveriam na referida praça. Em vez de permanecerem por alguns dias ou semanas, tiveram que ficar por meses, e eu queria compreender possíveis necessidades e espaços de oportunidade. ... Considerando as dificuldades encontradas, optei por descrever situações improvisadas e vivenciadas por migrantes em espaços de espera ao longo de suas travessias.”

Lineu Noriu Kohatsu e Raquel Benato Rodrigues da Silva em *“Ensaio fotográfico: El Raval e Lavapiés”* nos apresentam dois bairros de migrantes na Espanha. El Raval, em Barcelona, e Lavapiés, em Madrid, são áreas amplamente conhecidas na pátria de Cervantes como locais de residência de migrantes de diversas nacionalidades. Mediados pela metodologia visual das Ciências Sociais, os autores procuraram “criar uma crônica visual, retratando o cotidiano nesses dois bairros e os modos como os imigrantes se inserem na paisagem urbana com suas tensões e contradições”. O ensaio contém fotografias que facilmente transportam o observador para as ruas daqueles locais, onde as residências, os estabelecimentos comerciais, as igrejas, as praças e os transeuntes com seus sotaques e suas vestes — a despeito de apresentarem conexões com a cultura espanhola —, logo revelam símbolos e contribuições dos migrantes para a multiculturalidade na Espanha. Ademais, o ensaio fotográfico propõe uma interpelação da migração mediada pela antropologia da imagem.

Em “*A proibição de raptar alguém no Código da Aliança (Ex 21,16)*”, Elton da Silva Santana propõe uma análise da formulação jurídica e da dimensão poética contidas em Êxodo 21, 16 a respeito do tráfico de pessoas e da escravidão. O estudo articula o texto bíblico, datado do I milênio a.C., com as exortações do Papa Francisco e as diretrizes do Protocolo de Palermo, aprovado pela ONU em 2000 e ratificado pelo Brasil em 2004. O referido Protocolo prevê medidas integradas para a prevenção, o combate e a punição do tráfico de pessoas, especialmente se praticado contra mulheres e crianças.

Sergio Ricciuto Comte completa essa edição com uma arte de capa que procura articular os principais núcleos temáticos apresentados, por meio de uma composição sintética e simbólica, em linguagem visual inspirada no cubismo figurativo.

No centro da imagem, as figuras femininas ocupam o papel principal. Elas representam as mulheres migrantes não apenas como sujeitos da mobilidade, mas também como protagonistas de trajetórias, memórias e processos de construção identitária. Os diferentes rostos sugerem diversidade de origens, experiências e formas de pertencimento.

Na parte inferior esquerda, o grupo em deslocamento faz referência direta às trajetórias migratórias. A paisagem aberta reforça a ideia de travessia, movimento e busca por novos horizontes.

A cerca de arame farpado simboliza as fronteiras, entendidas tanto em sua dimensão física quanto política. Ela aparece como elemento de tensão dentro da composição, contrapondo-se aos demais símbolos de acolhida e integração.

No centro inferior, a mulher com a criança remete às dimensões do cuidado, da proteção e da reconstrução de vínculos, aspectos frequentemente presentes nas experiências migratórias femininas.

À direita, o portal e as figuras em deslocamento evocam os processos de chegada, acolhida e inserção em novos contextos sociais. As mãos que sustentam a planta reforçam a ideia de cuidado, hospitalidade e possibilidade de enraizamento.

Os elementos institucionais, como a prancheta e o livro, representam as políticas públicas, os direitos e os instrumentos que podem estruturar o acesso à cidadania, à proteção social e ao reconhecimento dos sujeitos migrantes.

A paleta em tons terrosos dialoga com as ideias de território, experiência humana e pertencimento, enquanto os azuis introduzem uma dimensão de esperança, futuro e construção coletiva.

A composição busca integrar todos esses temas em uma única narrativa visual, apresentando a migração como experiência humana complexa, marcada por desafios, mas também por acolhida, reconhecimento e produção de novos pertencimentos.

Boa leitura!

Presentation

José Carlos Pereira
Sergio Ricciuto Comte

This edition of Travessia Magazine presents cross-cutting themes that permeate the dynamic universe of migration. Issues related to migrant women, networks, organizations, work, identity, mental health, social capital, image, artistic and cultural expression as forms of representation, cartographies of migrants awaiting opportunities, identities, and legal and theological codes for preventing migrant smuggling are analyzed. These issues comprise a thematic arc that reaffirms the interdisciplinary theoretical-methodological perspective as the most appropriate analytical tool for studying dynamic, complex social phenomena such as migration.

Svetlana Ruseishvili and Ana Maria G. Augusti, in “Migration, gender and work: the weight of care in the construction of networks and opportunities,” analyze the “impact of reproductive work on the construction of social networks and the labor incorporation of migrant women” in the interior of São Paulo. Women without young children have intense and diversified participation and mobilization in social networks and greater access to the labor market. However, women with young children have little participation in networks, less social capital, and limited insertion into the spheres of paid work. Despite the significant support from churches and the Social Assistance Reference Center (CRAS) for these women, the authors point to the need for public policies that support them in the reproductive process, from pregnancy to the care of young children, and promote instruments and actions that enable their social integration.

In “Mental health of racialized immigrant women in Portugal: an intersectional and decolonial analysis,” Izabela Maria de O. Pinheiro, Conceição Nogueira, and Joana Bessa Topa analyze the conditions and possibilities of racialized women in accessing mental health services in Portugal. Economic inequalities, lack of humanized care, and ethnic and racial discrimination are among the difficulties faced by women. The “metropolis – colony” asymmetry still persists in social relations between natives and immigrants, especially women, in Portugal. The authors call for more studies on the subject and the design of public policies aimed at training public and private sector employees for humanized care. Such policies also stimulate interethnic relations guided by the principle of otherness and interculturality, promoting decoloniality, mental health, and human development.

Valéria Barbosa de Magalhães analyzes the migratory experience and cultural trajectories narrated in the lyrics of songs by Northeastern artists in the Southeast. In her article “Representations of migrations from the Northeast to the Southeast in three songs by migrant composers,” the author uses techniques from oral history methodology and analyzes songs by Geraldo Azevedo, Vital Farias, and Belchior. Valéria Magalhães limits her analysis to a time frame that covers the 1970s and the beginning of the 1980s, a period of significant emigration of Northeasterners to the Southeast Region.

In her research, the author addresses issues such as Sociocultural Representation, problematizing the ways in which the Northeast is culturally represented; the character of the narrative in the songs, analyzing whether the migratory experiences narrated by the artists have a subjective or collective character; and Diversity of representation – that is, differences in the way the Northeast, as a region of origin, is portrayed in the songs analyzed.

“The voices of homeless men about work” is an article by Isabela Alves Nantes Zacarias, Estela Márcia Rondina Scandola, and Maria Beatriz Almeida Maia that analyzes the meanings of work in the discourses of homeless men. Anchored in the DSC (Discourse of the Collective Subject) analysis methodology and in dialogue with the bibliography of the Social Work area, the authors mobilize interviews with users of the social service of the Centro-Pop, in Campo Grande-MS. They organize the interviews into two analytical axes and show that the interviewees represent work as an element of recognition of social values and a survival strategy. Nevertheless, they also indicate that, within the asymmetrical and paradoxical social relations of capitalism, their insertion into the labor market is marked by prejudice, discrimination, informality, and denial of rights.

José Cristiano B. dos Santos, Fabio Lanza, and Líria Maria B. Lanza highlight forms of anti-racist struggles that are rarely visible “in official narratives.” In their study “The Social Action of Missão Paz in Welcoming Migrants and its Anti-Racist Work,” the authors engage with theoretical perspectives that update the debate on racism at the interface of migratory processes. By analyzing the forms of reception and the support and guidance services offered to Haitian immigrants in São Paulo by Missão Paz – a Scalabrinian institution linked to the Catholic Church – they conclude that, “in addition to the pastoral work of welcoming and integrating migrants into São Paulo society, the professionals of Missão Paz implemented an educational process aimed at promoting awareness of rights and combating racism among the individuals served or in their relationship with Brazilian society.”

“Haitian Territorialities in Cuiabá – MT” is the title of Danilo Paranhos Batista’s work. Through a historical-dialectical approach, and using and analyzing semi-structured interviews, Danilo proposes to analyze the social

relations and the ways in which Haitian territorialities are materialized, starting from the Pastoral Center for Migrants in Cuiabá-MT. The author highlights the weaving of formal and informal support networks for migrants to access housing and the formal labor market, as well as to strengthen ties with churches and associations. These articulations give materiality and express a territoriality built in adverse contexts, characterized by discrimination, the ineffectiveness of public policies, and the peripheralization of migrants' housing. However, this territoriality proves fundamental for access to the formal labor market and for the social integration of Haitians.

In the text "The end of our cycle in the USA has arrived: neoliberalism, the imperative of happiness, and narratives of return migration from immigrant influencers on YouTube," Mariana Marcela de F. Moraes invites us to problematize narratives about migratory processes aligned with neoliberal logics and the economic and material imperatives of happiness. The author analyzes the publications of a digital influencer who portrayed his migratory experience in an idyllic way. In his content, he encouraged the public to immigrate and achieve the so-called "American dream." However, faced with an adverse political and economic situation—marked by the criminalization and persecution of immigrants in the United States—the dream turns into a nightmare, and the optimistic tone gives way to fear. Unsure about the possibility of achieving happiness under the aegis of neoliberal values, the influencer is compelled to return to Brazil.

In "The Development and Practices of Social Capital Resources among Brazilian Students in Dublin," Nivelton Alves de Farias draws on the analysis of semi-structured interviews with Brazilian students, exploring the development and practices of social capital resources of these individuals in Dublin. From the information gathered, themes related to the family dimension stand out, such as introjections of value, limited solidarity, reciprocity transactions, and obligatory trust. Due to its solid theoretical, methodological, and analytical articulation, the article offers original contributions to the study of social capital in the context of international student migration.

Tiago de Oliveira Ferreira and João Gabriel Modesto address a set of research anchored in John Widdup Berry's theory of acculturation and cultural adaptation. The authors focus on Brazil as a "culture of origin or host culture." In their text "Cultural Adaptation: A Systematic Review of Studies Developed on Brazil from the Perspective of John W. Berry," they present a survey of the work conducted on the theme of migration and cultural adaptation and highlight issues such as interculturality and belonging.

In "Café au Lait" in Plaza de la Soledad: provisional cartographies of Congolese migrants in Mexico City," Victor Villarreal Cabello presents a disturbing ethnographic observation of the survival strategies of migrants

confined and waiting for opportunities in Plaza de la Soledad, Mexico, to continue their journey to the United States of America (USA). Despite linguistic barriers, the researcher observes, maps, and engages in dialogue with Latin American, Caribbean, and African migrants. He seeks to map the spaces and capture the meanings and logics of the migrants' constant movement in the square, sometimes expelled by the police, sometimes following their own logic of temporariness. The author points out that "as many news items and measures of Donald Trump were and continue to be implemented, some migrants spent more time than they should have in the aforementioned square. Instead of staying for a few days or weeks, they had to stay for months, and I wanted to understand possible needs and spaces of opportunity." ...Considering the difficulties encountered, I chose to describe improvised situations experienced by migrants in waiting areas throughout their journeys."

Lineu Noriu Kohatsu and Raquel Benato Rodrigues da Silva, in "Photographic Essays: El Raval and Lavapiés," present two migrant neighborhoods in Spain. El Raval, in Barcelona, and Lavapiés, in Madrid, are areas widely known in Cervantes' homeland as places of residence for migrants of various nationalities. Mediated by the visual methodology of the Social Sciences, the authors sought to "create a visual chronicle, portraying daily life in these two neighborhoods and the ways in which immigrants integrate into the urban landscape with its tensions and contradictions." The essay contains photographs that easily transport the observer to the streets of those places, where the residences, commercial establishments, churches, squares, and passersby with their accents and clothing—despite presenting connections with Spanish culture—quickly reveal symbols and contributions of migrants to multiculturalism in Spain. Furthermore, the photographic essay proposes an interpellation of migration mediated by the anthropology of the image.

In "The prohibition of kidnapping someone in the Alliance Code" (Ex 21:16), Elton da Silva Santana proposes an analysis of the legal formulation and the poetic dimension contained in Exodus 21:16 regarding human trafficking and slavery. The study articulates the biblical text, dating from the first millennium BC, with the exhortations of Pope Francis and the guidelines of the Palermo Protocol, approved by the UN in 2000 and ratified by Brazil in 2004. The aforementioned Protocol provides for integrated measures for the prevention, combating and punishment of human trafficking, especially when practiced against women and children.

Sergio Ricciuto Comte completes this edition with cover art that seeks to articulate the main thematic cores presented, through a synthetic and symbolic composition, in visual language inspired by figurative cubism.

In the center of the image, the female figures occupy the main role. They represent migrant women not only as subjects of mobility, but also as protagonists of trajectories, memories, and processes of identity construction. The different faces suggest a diversity of origins, experiences, and forms of belonging.

In the lower left, the group in motion makes direct reference to migratory trajectories. The open landscape reinforces the idea of crossing, movement, and the search for new horizons.

The barbed wire fence symbolizes borders, understood in both their physical and political dimensions. It appears as an element of tension within the composition, contrasting with the other symbols of welcome and integration.

In the lower center, the woman with the child refers to the dimensions of care, protection, and the reconstruction of bonds, aspects frequently present in women's migratory experiences.

To the right, the portal and the figures in motion evoke the processes of arrival, welcome, and insertion into new social contexts. The hands supporting the plant reinforce the idea of care, hospitality, and the possibility of rooting.

The institutional elements, such as the clipboard and the book, represent public policies, rights, and instruments that can structure access to citizenship, social protection, and the recognition of migrant subjects. The palette in earthy tones dialogues with the ideas of territory, human experience, and belonging, while the blues introduce a dimension of hope, future, and collective construction.

The composition seeks to integrate all these themes into a single visual narrative, presenting migration as a complex human experience, marked by challenges, but also by acceptance, recognition, and the production of new senses of belonging.

Enjoy your reading!

Migração, gênero e trabalho: o peso do cuidado na construção de redes e oportunidades

Migración, género y trabajo: el peso del
cuidado en la construcción de redes y
oportunidades

Migration, Gender and Labor: the burden
of care in the construction of network and
opportunity

*Svetlana Ruseishvili**
*Ana Maria Gomes Augusti***

1 INTRODUÇÃO¹

Nas últimas décadas, os estudos migratórios avançaram significativamente na compreensão de que as mulheres não apenas acompanham processos migratórios, mas também os protagonizam como sujeitas de suas próprias jornadas (UTENG E CRESSWELL, 2008; KOFMAN e RAGHURAM, 2015; CASTLES, HAAS, e MILLER, 2014). Quando o foco recai sobre a intersecção entre migração e trabalho, a literatura sobre cadeias globais de cuidado tem evidenciado como a crescente demanda por força de trabalho no setor de cuidados, especialmente nos países industrializados, molda dinâmicas migratórias femininas com impactos profundos nas estruturas familiares (EHRENREICH e HOCHSCHILD, 2004), nas práticas de maternagem (PENG, WONG, 2016), nas relações de classe (LUTZ, 1997; 2018) e nas economias locais e regionais (GUEVARRA, 2014).

* Graduada em Ciências Sociais pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). E-mail: ana.augusti@estudante.ufscar.br
Orcid: <https://orcid.org/0009-0003-2273-8401>

** Pesquisa financiada pelo Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica/CNPq/UFSCar.

Essas análises, muitas vezes centradas em macroestruturas da divisão sexual do trabalho no contexto da globalização, têm contribuído para desvendar a composição generificada dos fluxos de trabalho transnacionais. No entanto, ainda são relativamente escassos os estudos que voltam o olhar para a experiência cotidiana do trabalho reprodutivo não remunerado entre mulheres migrantes trabalhadoras no Sul global. É justamente essa lacuna que buscamos explorar, centrando nossa atenção nas formas como essas mulheres vivenciam e dão sentido à sua carga de trabalho de cuidado enquanto reconstróem suas vidas no local de instalação.

O trabalho de cuidado pode ser compreendido como uma atividade material, técnica e emocional, remunerada ou não, voltada à satisfação das necessidades de outra pessoa. Trata-se de um trabalho que envolve um senso de responsabilidade pelo bem-estar e pela vida do outro (HIRATA, 2022; HIRATA, DEBERT, 2016). Entre as diversas formas de cuidado tradicionalmente atribuídas às mulheres na sociedade, os cuidados maternos — compreendidos como relações materiais e afetivas entre uma mãe (biológica ou não) e uma criança — destacam-se por sua complexidade, intensidade e elevada carga moral.

A maternagem constitui uma modalidade específica de trabalho de cuidado, fortemente atravessada por dimensões emocionais, que contribui para a ampliação da jornada de trabalho das mulheres (BHATTACHARYA, 2023). Isso porque, além das atividades desempenhadas no trabalho remunerado, as mulheres que são mães assumem, quase sempre de forma compulsória, um “segundo turno” de trabalho não remunerado (HOCHSCHILD, MACHUNG, 2012). Esse fardo recai de maneira desproporcional sobre elas, uma vez que a responsabilidade pelo cuidado das crianças, especialmente as pequenas, continua sendo socialmente atribuída às mulheres, reforçando desigualdades de gênero no campo do trabalho e da vida doméstica.

A tensão entre o trabalho remunerado e a maternagem tem sido amplamente documentada por pesquisas empíricas. Os estudos indicam que ter um ou mais filhos impacta negativamente a trajetória profissional das mulheres, afetando sua renda, suas oportunidades de ascensão e sua integração no mercado de trabalho (KRENN, 2009). O acúmulo de responsabilidades profissionais e maternas, especialmente quando recai de forma exclusiva sobre as mulheres, compromete sua empregabilidade e estabilidade laboral. Em contextos nos quais há retração na oferta de creches e escolas infantis públicas e acessíveis, essa desigualdade se intensifica: as mulheres enfrentam maiores barreiras para inserção e permanência no mercado de trabalho em comparação aos homens (SCHOCHET, 2019). Por outro lado, evidências mostram que mulheres mães que contam com

instituições de cuidados tendem a ter maior autonomia no mercado de trabalho, o que se reflete positivamente em sua empregabilidade e rendimento (SIMINTZI, XU, XU, 2024).

No Brasil, de acordo com o IBGE (2020), semanalmente as mulheres se dedicam aos serviços domésticos e ao cuidado, em média, 10,4 horas a mais que os homens. Além disso, quando as mulheres são mães de filhos dependentes, elas dedicam, em média, o triplo de horas aos trabalhos reprodutivos (SORJ, 2014). A tensão entre a esfera reprodutiva e a esfera produtiva se intensifica ainda mais quando as mulheres se encontram em situação de deslocamento internacional. Como apontam Guizardi et al. (2018, p. 54), a migração acentua desigualdades de gênero, estabelecendo uma complexa “justaposição dos diversos fatores de subalternização”.

Na escala do cotidiano, adaptação e inserção em redes sociais diversas em novo local de instalação demandam muito tempo e energia – recursos muitas vezes indisponíveis para mulheres sobrecarregadas com trabalho reprodutivo. Informações sobre localização de lugares importantes, melhor escola para matricular os filhos, locais de lazer para passar o fim de semana entre outras, são facilmente trocadas entre uma rede de colegas do trabalho ou da igreja, mas podem levar muito mais tempo para alcançar uma família recém-chegada sem vínculos estáveis e ainda enfrentando barreiras linguísticas.

Neste artigo, buscamos compreender de que forma duas condições sociais — a migração e a maternagem — interferem na produção e na manutenção de vínculos sociais capazes de potencializar a empregabilidade e a geração de renda própria entre mulheres migrantes. Em outras palavras, investigamos como o trabalho de cuidado com filhos pequenos impacta a capacidade dessas mulheres de se inserirem socialmente nos contextos em que se instalam.

Apoiando-nos nos estudos clássicos de Granovetter (1973, 1995, 2005), partimos da hipótese de que a sobrecarga do trabalho reprodutivo, que recai desproporcionalmente sobre as mulheres, dificulta a formação de redes sociais em quantidade e qualidade suficientes para serem mobilizadas como capital social, especialmente quando se trata de mães de crianças em idade pré-escolar.

Para responder à questão de pesquisa, adaptamos um modelo de sociogramas (SU, 2022), uma técnica de pesquisa participativa, na qual as participantes são convidadas a representar visualmente sua rede de vínculos sociais. Ao todo, foram produzidos 15 sociogramas com mulheres migrantes residentes em uma cidade de médio porte no interior do estado de São Paulo. Em uma segunda etapa, realizamos 6 entrevistas com as mesmas participantes, com o objetivo de aprofundar qualitativamente o mapeamento das redes sociais delineadas nos sociogramas.

O artigo está estruturado em quatro partes. Na primeira, apresentamos a revisão da literatura sobre a teoria do capital social entendida como o conjunto de vínculos sociais mobilizáveis. Na segunda parte, detalhamos como operacionalizamos essa teoria na construção dos sociogramas. Em seguida, descrevemos a forma como adaptamos a técnica de pesquisa aos objetivos do estudo, buscando compreender se mulheres migrantes com filhos pequenos apresentam menos vínculos sociais capazes de promover a geração de renda. Na terceira e quarta partes, apresentamos os dados empíricos produzidos por meio dos sociogramas participativos e das entrevistas semiestruturadas, com ênfase nas interseções entre gênero, trabalho e capital social.

Este estudo contribui para a literatura migratória ao evidenciar como a sobrecarga do trabalho reprodutivo, especialmente entre mães migrantes, limita a formação de vínculos sociais fundamentais para a inserção laboral. Ao integrar a teoria feminista da reprodução social com o conceito de capital social, a pesquisa oferece uma análise interseccional do processo de incorporação migrante. Além disso, ao focar em uma cidade média do interior paulista, amplia o escopo dos estudos de migração para além dos grandes centros urbanos, destacando o papel de redes institucionais e políticas públicas locais na construção de trajetórias migrantes.

2 VÍNCULOS SOCIAIS E PRODUÇÃO DE RENDA EM CONTEXTOS MIGRATÓRIOS

A sociologia da migração há muito se dedica a compreender de que forma os processos migratórios afetam os vínculos sociais dos indivíduos e, consequentemente, as dinâmicas dos grupos sociais (THOMAS, ZNANIECKI, 1974; PORTES, ZHOU, 1993; TRUZZI, 2012). Com base em Glick Schiller et al. (2006), entendemos a incorporação migrante como um processo de construção e manutenção de redes de relações sociais, locais ou transnacionais, que possibilitam aos indivíduos atender as suas necessidades e desejos, sejam eles de ordem material, emocional ou psicológica.

Segundo essa perspectiva, a incorporação social de migrantes no local de instalação não depende, necessariamente, de sua adesão a atributos culturais locais, como idioma, normas e valores, conforme propõem os modelos de assimilação ou integração cultural. Em vez disso, ela diz respeito principalmente à inserção concreta na vida social do território de residência. Na prática cotidiana, isso se manifesta por meio da participação no mercado de trabalho, na vida de bairro, em redes de amizade, no acesso a serviços públicos e na inserção linguística funcional.

Pensada nesses termos, a incorporação social de migrantes está diretamente relacionada à qualidade e à quantidade de seu capital social, entendido como o conjunto de vínculos sociais mobilizáveis pelo agente para melhorar sua posição no campo social (BOURDIEU, 1986; LIMA, 2001; SU, 2022). Esse capital é forjado nas relações cotidianas e seu volume depende tanto da amplitude da rede quanto do acúmulo de outros capitais — econômico, cultural e simbólico. No entanto, sua manutenção exige um esforço constante de sociabilidade e uma série contínua de trocas. Preservá-lo implica investir estrategicamente nas relações, reafirmando repetidamente os laços de reconhecimento entre os atores envolvidos. Os benefícios do capital social podem se manifestar de forma direta ou indireta — como na continuidade de negócios, na indicação para oportunidades de emprego ou na resolução de demandas individuais.

O reconhecimento de redes sociais como fundamento do capital social é consensual na tradição sociológica bourdieusiana (COLEMAN, 1988, 1990). As redes sociais são flexíveis, dinâmicas e possuem um caráter horizontal, isso quer dizer que não há uma hierarquia muito rígida entre os atores que a compõem. Em geral, os laços que formam as redes são gerados a partir de interesses, temas e valores em comum (MARTINO, 2015). As redes são fundamentais pois elas não só garantem informações, mas também “apoio do cotidiano, seja nos processos de migração, seja na busca por trabalho, na estabilização financeira, em situações de desemprego ou desocupação etc.” (LIMA & CONSERVA, 2006, p. 94).

No acesso ao mercado de trabalho, as redes sociais são fundamentais. À medida que indivíduos constroem vínculos e expandem suas redes sociais, passam a ter maior acesso a informações sobre oportunidades profissionais e contam com o apoio de conhecidos (LALIVE, OESCH, PELLIZZARI, 2023). Os trabalhos clássicos de Granovetter (1973, 1995, 2005) apontam que nem todos os vínculos sociais são igualmente úteis para acessar as fontes de renda. Os vínculos “fracos”, ou seja, situados fora do convívio pessoal e familiar do indivíduo, argumenta o autor, contribuem mais para encontrar emprego, já que conectam o indivíduo aos contextos sociais aos quais ele não teria acesso de outra forma. Para o autor, não apenas a quantidade de vínculos é importante para aumentar o leque de acesso à informação e oportunidades de emprego, mas também sua extensão no campo social e sua “força”. De acordo com Granovetter a força de um laço é calculada pela “quantidade de tempo, intensidade emocional, intimidade (confidências mútuas) e os serviços recíprocos que caracterizam o laço” (GRANOVETTER, 1983, p. 1361 tradução nossa²).

Ademais, Su (2019), aborda três tipos de capital social que se relacionam com a definição de Granovetter: união, ponte e conexão. Para a autora, o capital social de união se refere aos laços mais próximos que compartilham características demográficas similares (membros da família, vizinhos, amigos íntimos). Já o capital social de ponte diz respeito aos vínculos entre pessoas de diferentes contextos étnicos, geográficos e/ou ocupacionais, mas que costumam compartilhar o mesmo status econômico e posição social. Por fim, o capital social de conexão representa os laços entre a comunidade e pessoas com posições de influência em organizações formais como escolas, igrejas, serviços públicos, universidades etc. Essa distinção é importante, já que Granovetter (1983) mostra como os laços fracos - nesse caso, o capital social de ponte e de conexão- são fundamentais na difusão de informação e, portanto, na obtenção de emprego, já que as notícias podem circular de fora do grupo.

Partimos do pressuposto que a obtenção e diversificação de vínculos sociais no contexto migratório pode ser uma tarefa difícil, sobretudo para os indivíduos recém-chegados. Sabemos que nesses contextos a infraestrutura de recepção é fundamental para criar os primeiros vínculos sociais com indivíduos e instituições locais (MOULIN AGUIAR, MAGALHÃES, 2020; NETTELBLADT. BOANO, 2019). Mas no caso das mulheres migrantes responsáveis pelos cuidados com crianças pequenas, a incorporação pode ser ainda mais difícil. Os trabalhos de cuidado limitam a circulação das mulheres pelos contextos públicos mais diversificados, confinando-as na esfera doméstica (DORNELAS, 2022). Além disso, o tempo e esforço dedicados ao trabalho de maternagem muitas vezes não deixam as mulheres investirem na formação de suas redes sociais.

3 MÉTODO: SOCIOGRAMAS PARTICIPATIVOS COMO TÉCNICA PARA MAPEAR AS REDES SOCIAIS

Para produzir dados empíricos sobre nossa questão de pesquisa, utilizamos duas técnicas: inicialmente, aplicamos sociogramas e, em seguida, realizamos entrevistas semiestruturadas, com o objetivo de complementar as informações obtidas na primeira etapa.

A técnica dos sociogramas foi empregada para mapear as redes sociais das pessoas migrantes participantes da pesquisa. Adaptamos o método empregado por Su (2019) na investigação das estratégias de recuperação adotadas pelas comunidades filipinas após o furacão que atingiu o país em 2013. O sociograma é uma técnica participativa que permite representar de forma visual os vínculos sociais que o indivíduo possui. É uma forma

lúdica e acessível que permite ao pesquisador e aos participantes construir os dados de maneira colaborativa. Quando combinada com entrevistas semiestruturadas, essa técnica favorece maior engajamento dos envolvidos e um aprofundamento dos relatos obtidos.

A confecção do sociograma começa com a identificação dos indivíduos que fazem parte do círculo social do participante. Usamos a **técnica de geração de nomes** para identificar os contatos mais significativos na rede social dos participantes (SU, 2019; HOGAN et al, 2007). Post-its de três cores foram oferecidos para os participantes, cada um representando um tipo de vínculos sociais. A cor rosa representava os vínculos mais próximos (“capital de união”), a cor amarela, os vínculos mais ou menos fortes (“capital de ponte”) e a cor verde referia-se aos vínculos institucionais (“capital de conexão”). Em seguida, os participantes foram solicitados a escrever nesses Post-its os nomes das pessoas (chamados de “alter”) em função de seus vínculos com o participante (chamado de “ego”). Além dos nomes, foi solicitado que os participantes identificassem os nomes dos Post-its com códigos baseados na legenda (Figura 1). Os códigos alfabéticos e de símbolos da legenda ajudavam a qualificar os *alters* em função da qualidade de seu vínculo ao *ego* (por exemplo, família próxima, amigo, conhecido da igreja, pessoa que não vive no Brasil etc.). No final dessa primeira etapa, obtivemos uma lista de pessoas que fazem parte da rede social significativa do participante, seja ela localizada no Brasil ou fora.

A segunda etapa consiste em localização no sociograma dos Post-its representando os *alters*. O sociograma consiste em um mapa em formato de círculo dividido em quatro segmentos que representam a intensidade da ajuda que um alter proveu no Brasil. A intensidade é representada por quatro círculos concêntricos numerados de 1 a 4 onde 1 é a ajuda mais intensa e 4 a menos intensa (Figura 1). A ajuda é entendida como ação de qualquer natureza, emocional, financeira, laboral etc., com o objetivo de aliviar, beneficiar ou apoiar a necessidade do outro. O círculo também foi dividido em quatro fatias que representam a linha do tempo do participante depois de sua chegada ao Brasil. Ou seja, começando na parte superior do círculo e seguindo no sentido horário, as fatias do círculo são fases da vida do migrante no Brasil desde a sua chegada e até o momento atual.

Nesta etapa, as participantes são orientadas a colar os Post-its com seus *alters* no sociograma, respeitando a ordem cronológica (representada pela posição do Post-its nas fatias do círculo) e a intensidade da ajuda (representada pela posição do Post-its no subcírculo concêntrico). Como resultado, obtivemos uma representação visual dos seguintes elementos da rede social dos participantes: quantidade e qualidade dos vínculos (Post-its

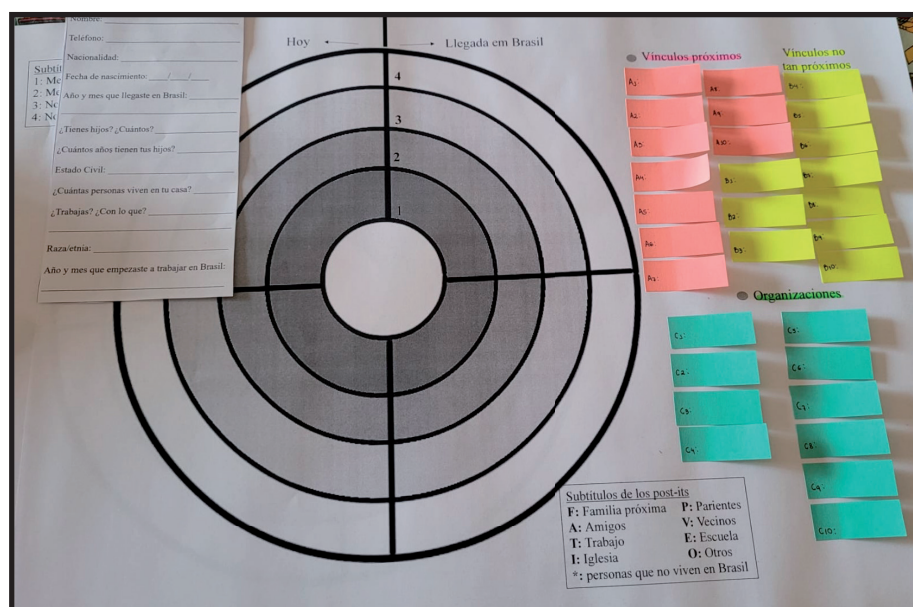
nas três cores mais os códigos), posição cronológica da ajuda oferecida por *alters* na linha do tempo migratória do *ego* e a intensidade da ajuda oferecida pelos *alters* (Figura 1). Obtivemos no final 15 sociogramas completos.

Em seguida, buscamos conduzir entrevistas semiestruturadas com as participantes da pesquisa com objetivo de aprofundar as informações produzidas no âmbito do sociograma (MINAYO, 2021). No total, foram realizadas 6 entrevistas com duração média de 30 minutos. Delas, 5 foram conduzidas em espanhol e 1 em português, atendendo a demanda dos participantes.

As entrevistas tiveram como objetivo aprofundar as informações levantadas nos sociogramas. Organizadas em três blocos principais — rede social da participante, atividades de cuidado e maternagem, e trabalho remunerado —, procuramos criar um espaço em que as interlocutoras pudessem narrar suas trajetórias migratórias e expressar livremente suas experiências.

O desenho metodológico usado na pesquisa não teve por objetivo obter dados representativos estatisticamente, mas sobretudo coproduzir reflexões dos participantes sobre sua rede social no local de instalação no Brasil e sua experiência de geração de renda em função de suas atribuições de trabalho de cuidado.

Figura 1: Modelo de sociograma



Fonte: Elaboração própria

4 RESULTADOS: A IMPORTÂNCIA DAS REDES NA INSERÇÃO LABORAL

Após a finalização dos sociogramas, dividimos as participantes em dois grupos analíticos: i) mulheres migrantes mães de crianças pequenas (em idade pré-escolar) e ii) mulheres migrantes que não são mães ou cujos filhos são emancipados. Essa divisão foi orientada pela nossa questão de pesquisa, que busca compreender como o trabalho de cuidado com filhos pequenos influencia a construção de redes sociais que contribuem para a geração de renda. Para fins analíticos, agrupamos as mulheres cujos filhos já não demandam cuidados intensivos com aquelas que não têm filhos, considerando que, em ambos os casos, a dimensão do cuidado cotidiano não está mais presente de forma central.

Em seguida, organizamos as respondentes em mais dois grupos analíticos, agora com base na variável “emprego”: aquelas que possuem fonte de renda própria e aquelas que não possuem. A partir da combinação dessas duas dimensões — maternidade e renda —, chegamos a quatro categorias analíticas:

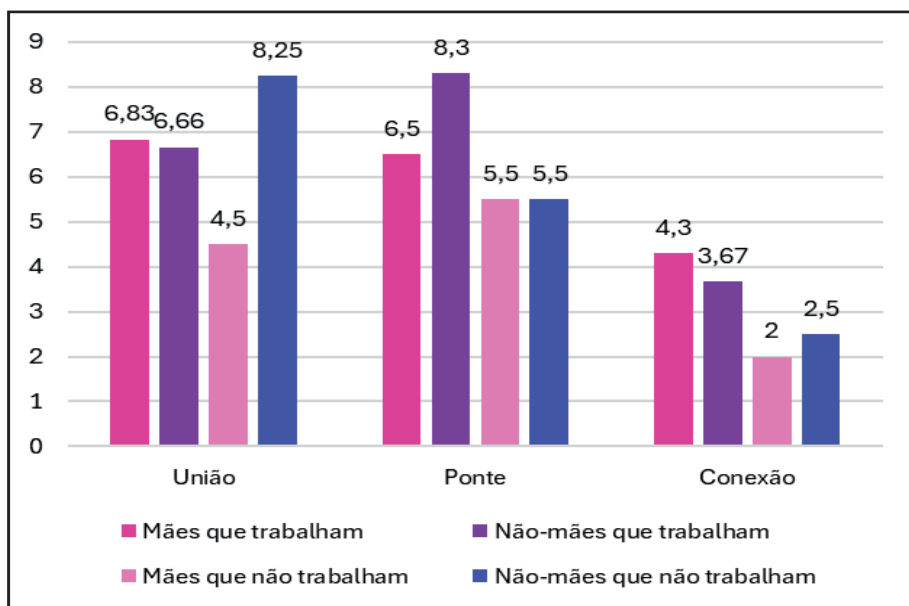
- mães com renda própria;
- mães sem renda própria;
- não mães com renda própria;
- não mães sem renda própria.

Entre as participantes, identificamos os seguintes números em cada grupo: 6 mães com renda própria, 3 não mães com renda própria, 2 mães sem renda própria e 4 não mães sem renda própria.

A empregabilidade no Brasil está fortemente associada à quantidade de capital social acumulado pelos indivíduos, sendo que o aumento desse capital pode elevar em até 66,14% as chances de inserção formal no mercado de trabalho. Essa relação evidencia o papel estratégico das redes sociais na dinâmica do emprego (HELAL, 2007).

Além disso, vínculos considerados como “de ponte”, aqueles que conectam indivíduos a redes sociais distintas, exercem um papel fundamental na mediação do acesso a oportunidades profissionais (GRANOVETTER, 1973; HELAL, 2007; LIMA, CONSERVA, 2006). Com base nesse referencial, buscamos identificar, em cada uma das categorias analisadas, quais tipos de vínculos sociais se destacavam como mais relevantes para a obtenção de renda entre as mulheres entrevistadas (Figura 2).

Figura 2: Média de vínculos de união, ponte e conexão por cada mulher



Fonte: elaboração própria a partir dos sociogramas

A Figura 2 apresenta a média de três tipos de vínculos sociais (união, ponte e conexão) por mulher, divididas em quatro grupos analíticos. Em relação aos **vínculos de ponte**, aqueles que conectam pessoas a redes sociais diferentes das suas, observa-se que as **não mães com renda própria** apresentam a maior média (8,3 vínculos), seguidas pelas **mães com renda própria** (6,5). Já os dois grupos sem renda própria apresentam médias iguais de 5,5 vínculos. Esses dados reforçam a hipótese de que os laços fracos (GRANOVETTER, 1973), característicos dos vínculos de ponte, são importantes para o acesso ao emprego, especialmente entre mulheres sem filhos.

Nos **vínculos de união**, mais fortes, geralmente relacionados a relações familiares ou íntimas, as **não mães sem renda própria** aparecem com a maior média (8,25 vínculos), seguidas por **mães com renda própria** (6,83), **não mães com renda própria** (6,66), e **mães sem renda própria** (4,5). Esse padrão parece estar ligado à faixa etária das não mães sem renda própria, que varia entre 54 e 75 anos. Todas têm filhos adultos (entre 22 e 47 anos) e, em alguns casos, são sustentadas por eles, como relatado por uma participante que vive com o filho e a nora, os quais arcam com os custos da casa.

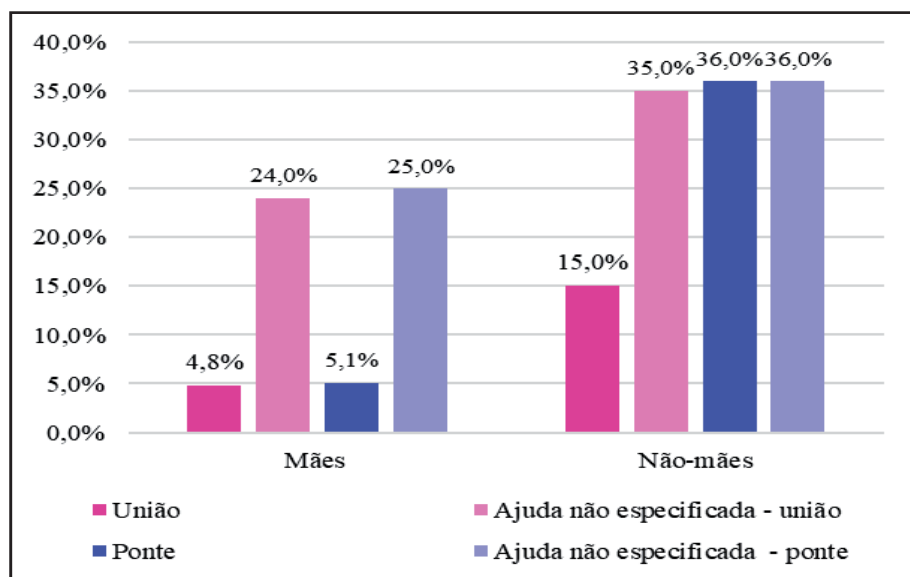
Quanto aos **vínculos de conexão** — relacionados a instituições, organizações e serviços —, as **mães com renda própria** são as que mais utilizam esse tipo de rede (média de 4,3), enquanto as **mães sem renda própria** têm

a menor média (2,25). O **CRAS (Centro de Referência da Assistência Social)** foi uma das instituições mais citadas por mães com renda própria: 4 das 6 entrevistadas mencionaram o órgão, atribuindo-lhe um nível 2 de ajuda (ajuda significativa). As **igrejas** foram ainda mais citadas (5 de 6), com níveis de ajuda entre 1 e 2 (ajuda muito significativa). Prefeitura, postos de saúde (UBS) e outros serviços sociais também foram mencionados positivamente.

Entre as **mães sem renda própria**, embora o número de participantes seja pequeno (2 mulheres), tanto o CRAS quanto a prefeitura foram citados, ambos com avaliação de ajuda em nível 1 (muita ajuda). É importante destacar que o curso de português frequentado por essas mulheres era oferecido pela prefeitura, o que pode ter influenciado suas respostas.

Já entre as **não mães com renda própria**, destacam-se os vínculos com **universidades**, sobretudo no papel da universidade de oferecer curso de língua portuguesa. A **prefeitura** foi citada por duas mulheres deste grupo, mas ambas avaliaram que não receberam ajuda significativa (nível 4 – nenhuma ajuda).

Figura 3: Proporção de vínculos que ajudaram na obtenção de renda própria



Fonte: elaboração própria a partir dos sociogramas

A Figura 3 destaca a proporção de vínculos sociais que efetivamente contribuíram para a inserção das mulheres no mercado de trabalho. Como era de se esperar, apenas mulheres que atualmente trabalham relataram ter recebido esse tipo de ajuda.

Entre as **mães com renda própria**, metade (3 de 6 participantes) afirmou ter recebido apoio para conseguir emprego. Quando observamos os tipos de vínculo, apenas **4,8% dos laços de união** e **5,1% dos laços de ponte** dessas mulheres desempenharam esse papel. Embora os percentuais sejam baixos, é importante notar que todos esses vínculos residem no Brasil e foram classificados como altamente significativos (nível 1 de ajuda). Além disso, uma parcela considerável dos vínculos dessa categoria não foi especificada quanto à função de apoio: **24% dos laços de união** e **25% dos de ponte** não tiveram essa informação declarada.

Já entre as **não mães com renda própria**, 2 das 3 participantes (66%) relataram ter recebido ajuda para conseguir trabalho. Nesse grupo, os **laços de união** foram responsáveis por **15% da ajuda**. A intensidade da ajuda variou entre os níveis 1 (muita ajuda) e 2 (ajuda significativa). Os **vínculos de ponte** se destacaram novamente, correspondendo a **36% da rede**, com a maioria residente no Brasil. No entanto, a ajuda recebida apresentou maior variação, indo de nível 1 até 4 (nenhuma ajuda). Assim como no grupo anterior, houve uma alta taxa de vínculos não especificados quanto à função de apoio: **35% nos laços de união** e **36% nos de ponte**.

Os dados reforçam o papel estratégico dos **vínculos de ponte** na obtenção de emprego, especialmente para mulheres que não são mães. Além disso, evidenciam uma diferença marcante entre os dois grupos analisados: enquanto os vínculos das mães com renda própria são menos numerosos e mais localizados, os das não mães com renda própria mostram-se mais amplos e variados, inclusive com alcance internacional. Esse contraste pode indicar maior mobilidade e diversidade de redes entre mulheres sem filhos, o que pode favorecer sua inserção profissional.

5 SOBREPOSIÇÃO DO TRABALHO MATERNO E TRABALHO REMUNERADO: RELATOS DO CAMPO

Ser migrante implica enfrentar uma série de desafios que vão desde a adaptação cultural até questões legais e de integração social. O processo de migração vai além da simples mudança física de lugar; envolve também a inserção em um novo sistema social e econômico, com um diferente idioma e diferente cultura. Esse movimento desperta a percepção de ser um *outro*, de não se sentir completamente pertencente ao novo lugar. Anderson (2019) mostra como esses sujeitos percebem a importância do idioma e dos hábitos mais do que quando estão “em casa”. Além disso, a autora discute como as subjetividades nacionalizadas importam quando nos imaginamos como indivíduos, quem pertence a qual lugar e como isso impacta as formas de socialização e as formas de se fazer política em um país.

As entrevistadas relataram experiências de tratamento diferenciado, mesmo apresentando trajetórias sociais bastante distintas entre si. O depoimento de Úrsula, mãe de gêmeas, é ilustrativo nesse sentido. Ela descreve as dificuldades enfrentadas para conseguir vagas em creche para as filhas, ressaltando que o atendimento em período integral era essencial para que pudesse trabalhar, uma vez que não contava com rede de apoio — seu marido, por exemplo, estava fora de casa durante o dia devido ao trabalho. Segundo Úrsula, embora tenha sido informada pela administração da creche de que não havia disponibilidade para o período integral, posteriormente soube que conhecidas suas haviam conseguido vagas naquele mesmo turno. Tal situação a levou a suspeitar que o tratamento desigual pudesse estar relacionado ao fato de ela não ser brasileira.

Sofia compartilhou as dificuldades enfrentadas na busca por emprego no Brasil, classificando o processo como desafiador. Além dos obstáculos comuns, destacou a exclusão de determinadas oportunidades por sua condição migratória:

*Ser migrante torna as coisas mais difíceis para você?”
– Sim, claro que sim. Na verdade, a prefeitura abriu um concurso esses dias para alguns cargos e, obviamente, se eu não sou natural do Brasil, não posso me candidatar, entende? Teria sido uma oportunidade, mas tá. Não posso participar, já rodei pra cá, já rodei pra lá. (Sofia, entrevista, 22 de fevereiro de 2024. Tradução própria.³)*

Já Rebeca enfrentou adversidades desde o início de sua trajetória migratória. Para atravessar a fronteira entre a Venezuela e Roraima, precisou esconder seu filho do meio, então um bebê, devido a entraves burocráticos que exigiam a presença do pai, indisponível naquele momento. Em seu relato, ela descreve o medo e a insegurança vividos durante a travessia. Seu filho mais velho, com apenas seis anos, teve que permanecer na Venezuela temporariamente. Após a regularização da situação migratória, a criança pôde ser trazida ao Brasil, mas, diante das limitações de espaço na casa de familiares, a família não pôde permanecer no mesmo local. Por isso, Rebeca, seu marido e o bebê passaram cerca de 15 dias dormindo em uma barraca na rodoviária.

É fundamental reconhecer que, como qualquer trabalho, o cuidado exige não apenas esforço físico, mas também um investimento emocional significativo. O chamado trabalho emocional envolve “a compreensão, a avaliação e a gestão das próprias emoções, assim como das emoções do outro, para que [...] possa ser realizado. [...] São tarefas invisíveis.” (SOARES, 2012, p. 49).

No âmbito familiar, isso se traduz em acolher os sentimentos dos demais membros da casa, lidar com suas frustrações e buscar soluções para demandas cotidianas. Também inclui a organização invisível do dia a dia: o planejamento de refeições, a logística de transporte, a gestão do tempo livre e das férias, entre tantas outras atividades que estruturam e sustentam a vida familiar.

É mais eu, que ele fica trabalhando. É tudo eu. Se eu precisar, ter que ir no médico, aí eu deixo tudo arrumado e ele arruma as crianças, dá café da manhã e leva. Mas tenho que deixar tudo preparado, se não o celular estoura. “Onde tá isso? Onde tá o outro? Onde, onde, onde?” Eu falo assim: “você é novo aqui, não mora aqui”. (Rebeca, entrevista, 20 de fevereiro de 2024)

E as meninas? - Sou mais eu [hahaha]. Mas ele [marido] ajuda sim, no sentido de que se ele faz mamadeira eu dou pra elas, ele troca, eu fico com uma, ele fica com a outra. [...] Porque se você falar para ele “veste ela”, você tem que buscar a roupa. (Úrsula, entrevista, 03 de março de 2024. Tradução própria.⁴)

É notório que toda essa responsabilidade sobrecarrega as mulheres emocionalmente e fisicamente. Após ser demitida do hotel em que trabalhava, Rebeca começou a vender frango assado com o marido. Segundo ela, o casal realizava essa atividade aos domingos. Além de ser encarregada pela preparação dos frangos, Rebeca também tem 3 filhos (11, 6 e 3) e retrata como é a rotina da família nos fins de semana:

[Vender frango] pra mim é um pouco mais desgastante, né? Porque enquanto eu faço os frangos, tô pensando o que vou fazer de janta pros meninos, aí tem que manter a casa limpa. Aí vai tomar banho, vai tomar banho, vai tomar banho [referente aos três filhos]. Aquela briga, depois que não quer tomar banho quer todo mundo entrar no banheiro, aí aquela briga quem vai entrar primeiro. Aí depois vai arrumar as coisas, não deixa o quarto bagunçado, aí tem que eu olhar se deixou o quarto bagunçado, se deixou o outro quarto bagunçado. [...] Se eu não arrumar no mesmo dia, no sábado, que eu arrumo, corto tudo os frangos, se eu deixar... Você vai ver eu correndo na rua correndo pelada de louca [risadas]... Porque fica uma bagunça. Aí eu termino, aí vou direto, não paro pra nada, as vezes nem pra jantar.

Aí dou janta pra eles, e continuo limpando, arrumando tudo de novo, porque como não tem aí é só aquele cheiro de frango. Aí eu lavo tudo de novo e aí domingo de novo. Limpar tudo de novo, que aí tem que espetar os frangos, aí fica aqui uma bagunça, aí depois tudo que a gente usa lá fica tudo sujo, aí lavar a máquina, é trabalho mesmo. (Rebeca, entrevista, 20 de fevereiro de 2024.)

As atividades são claramente intensas e se acumulam com o cuidado que uma mãe exerce em relação aos filhos e a casa, deixando o trabalho ainda mais pesado. Quando perguntadas sobre se se sentia sobrecarregada, a resposta foi bem clara:

Às vezes me sinto. Às vezes dá vontade de vender todo mundo hahaha. Às vezes me sinto sobrecarregada mesmo. E assim, pra desabafar, eu fico sozinha, começo a chorar, mas é por conta, sabe? A cabeça fica cheia de coisas, mas do resto é tranquilo. A gente como mãe às vezes tem que entender que não é fácil não, porque eu decidi fazer da minha vida, não foi ninguém que me obrigou. Então assim, eu compreendo. (Rebeca, entrevista, 20 de fevereiro de 2024.)

Como bem aponta Hirata (2022), o trabalho de cuidado possui várias dimensões. Além das questões materiais como cozinhar, limpar, lavar e afins, as mulheres também se tornam responsáveis por acolher e cuidar dos sentimentos dos familiares. Sofia relata como funciona essa dinâmica em sua família:

- Quando as meninas se sentem tristes, com quem é que falam? - Hahaha. Comigo! Comigo porque eles já sabem que é através de mim, por isso, comigo. Porque nós temos uma coisa, eles falam comigo e eu falo com o meu marido [...] e depois volto a falar com elas, a não ser que seja uma coisa muito extrema, então a gente sente todo mundo. Percebe o que quero dizer? Se for com a minha filha mais velha, então bem, “vamos conversar com o papai.”, porque isso é algo um pouco mais forte... (Sofia, entrevista, 22 de fevereiro de 2024. Tradução própria.)

A relação entre o trabalho de cuidado com as crianças e o trabalho remunerado torna-se ainda mais complexa quando atravessada pela condição migratória. Na Venezuela, país de origem de Sofia e Úrsula, ambas tinham trajetórias profissionais consolidadas. Sofia é técnica superior

em administração e acumulava mais de 20 anos de experiência em uma prefeitura local. Já Úrsula, formada em tecnologia de alimentos e especialista em avaliação sensorial, atuou na sua área tanto na Venezuela quanto no Peru.

No Brasil, entretanto, ambas estavam empregadas como ajudantes de cozinha — uma ocupação que representa uma significativa subutilização de suas qualificações. Sofia relata que conseguiu o emprego por meio de um grupo no Facebook, mas durante a entrevista enfrentou um obstáculo inesperado: seu currículo era considerado “bom demais” para o cargo:

Eu costumava dizer à gerente da época: “Não me interessa o lugar de ajudante de cozinha porque o que eu preciso é trabalhar” [...] E ela dizia: “Como é que eu posso pôr uma pessoa com as qualificações que você tem como ajudante de cozinha?” (Sofia, entrevista, 22 de fevereiro de 2024. Tradução própria⁵)

Como Remédios não conseguiu bolsa de pós-doutorado, precisava trabalhar para se manter no país. Para isso, buscou emprego em diversas áreas a fim de ter renda própria. A interlocutora relata o mesmo problema sofrido por Sofia: “Em algumas empresas do setor de meio ambiente, diziam que o meu currículo era extenso demais porque eu tinha um doutorado. Foi então que comecei a colocar menos coisas no meu currículo.” (entrevista, 19 de fevereiro de 2024. Tradução própria⁶). Mesmo sendo formada em química, hoje a cubana trabalha como agente comunitária de saúde, pois, nas palavras dela, queria “fazer algo que dependesse de seu próprio esforço e não de outras pessoas.”

Por outro lado, os horários de entrada e saída do trabalho não combinam com a rotina de mães que as interlocutoras levam. Sofia precisava trabalhar no turno da noite, das 14h às 23h mais especificamente, algumas vezes chegava em casa à meia-noite ou até 1 hora da manhã. Como o marido trabalha viajando e a filha mais velha estudava na faculdade nesse período, não havia ninguém que ficasse com a filha mais nova, de 13 anos, portanto, ela se demitiu do trabalho para se dedicar a família mesmo gostando do trabalho e querendo manter a liberdade de ter seu próprio dinheiro. Úrsula também relata dificuldade com o horário de trabalho. Apesar de ter se organizado para trabalhar enquanto as crianças estão na creche, frequentemente precisa fazer horas extras. No dia anterior à entrevista, um sábado, precisou trabalhar até as 7 horas da noite. Amaranta, apesar de não trabalhar, conta que foi preciso recusar uma oferta de trabalho já que era exigido que ficasse das 14h às 22h trabalhando. Não aceitou, pois nesse horário precisava cuidar dos filhos.

A presença de filhos na idade pré-escolar pode diminuir significativamente a participação e a qualidade de inserção de mulheres no mercado de trabalho como demonstram as pesquisas feitas no Brasil (GUIGINSKI, WAJNMAN, 2019). Os autores mostram que “ter um filho em idade pré-escolar diminui as chances de a mulher estar no mercado de trabalho em 52,2% e ter dois ou mais filhos em idade pré-escolar reduz esta chance em 73,5%, em comparação com aquelas que não têm filhos” ao passo que “a presença de um filho em idade escolar reduz as chances em 24,8% e dois ou mais filhos representam 34,4% de decréscimo nas chances de participação, em relação àquelas sem filhos” (GUIGINSKI, WAJNMAN, 2019, p. 15).

Esses dados reforçam ainda mais a “justaposição de alteridades”, pois, por um lado, as mães precisam sempre considerar os horários dos filhos ao trabalharem e, por outro, às migrantes são relegados os empregos precarizados que nem sequer consideram a expertise obtida em suas trajetórias a ponto de terem que omitir experiências do currículo.

A “penalidade da maternidade” também se sobressai no caso de Rebeca. A interlocutora precisou se afastar do trabalho por alguns dias pois sua filha mais nova, de apenas 3 anos, ficou doente. Ao voltar da licença, foi demitida. Além dela, Úrsula, também sente o impacto da maternidade mesmo ao buscar emprego. Quando a perguntei se ela chegou a mandar currículo para as empresas de sua área a interlocutora relata:

Eu ainda não queria me candidatar, primeiro porque não domino a língua portuguesa. E em segundo lugar, eu quero organizar com as minhas filhas todo o horário na creche para eu ter tempo para chegar a uma entrevista, porque eu não queria mandar um currículo que me ligasse: “Ah, não posso ir à entrevista” e depois não me ligam de novo, então eu sei que não tem muitas empresas, por isso eu não posso perder a oportunidade de mandar um currículo se eu não tiver tempo nem sequer para ir à entrevista. (Úrsula, entrevista, 03 de março de 2024. Tradução própria⁷.)

Quanto à importância das redes sociais para obtenção de fonte de renda, as interlocutoras ressaltaram a importância de “indicações”. Remédios conta que se não fosse pela aprovação no concurso, teria trabalhado no setor administrativo de um hospital por indicação de uma amiga. Ao perguntar a Rebeca se ela recebeu indicação para trabalhar a resposta foi nítida:

Sim. Foi o único jeito que eu consegui arrumar emprego. Por indicação. Porque assim, eu vejo que aqui é assim, pra gente trabalhar no lugar que for, a gente tem que ter

alguém lá dentro. Se não tem, esquece, não vai conseguir não. (Rebeca, entrevista, 20 de fevereiro de 2024.)

Apesar disso, todas relataram ter mais amigos no país de origem do que no Brasil, com exceção de Remédios, não mãe que afirmou ser quase a mesma coisa. Um dos motivos, segundo metade das entrevistadas, é o fato da cidade em que residem ser muito fechada para estrangeiros. Ademais, mesmo o trabalho sendo uma boa oportunidade para formar vínculos, Úrsula conta que não consegue aprofundar muito suas relações lá. Segundo ela, uma das regras do serviço é não conversar nada além do que o necessário, ainda que o trabalho seja manual. Outra questão trazida por elas é o idioma. Úrsula retrata um pouco o cotidiano a partir deste aspecto:

Também por causa da língua. As pessoas são muito simpáticas, todo mundo nos cumprimenta e tudo, mas não temos facilidade em falar, por isso é difícil para as pessoas fazerem mais perguntas, às vezes não nos compreendem, acho que as pessoas não querem que a gente se sinta mal por não nos compreenderem, por isso preferem não falar muito, para não nos envergonharem, imagino que se sintam um pouco envergonhadas, é como se não soubessem como falar e não nos compreendessem. (Úrsula, entrevista, 03 de março de 2024. Tradução própria⁸.)

Por fim, é evidente que a quantidade de vínculos também está associada à história dos sujeitos em questão, isto é, os amigos de infância, os colegas de familiares, parentes distantes, vizinhos de longa data, enfim, ao tempo que se passa em um lugar. Sendo assim, é evidente que algumas participantes, principalmente pelo pouco tempo que estão no Brasil, teriam menos amigos em comparação com o país de origem.

Nesse sentido, percebe-se a importância que os vínculos mais próximos, ou seja, os vínculos de união, exercem sobre o indivíduo. Úrsula conta que uma das poucas amigas que fez no Brasil é peruana e a ajudou em todos os sentidos referente a nova cidade. Segundo a interlocutora, essa amiga a orientou em relação a farmácia, hospital, loja de roupas de bebês etc. Além dela, Remédios também contou com a ajuda de um amigo quando não tinha mais para onde ir, portanto, ficou em sua casa participando apenas da divisão de contas variáveis como energia e água.

Em contrapartida, Amaranta não teve uma história tão bonita. Em seu relato, conta que seu marido apresentava problemas relacionados ao consumo excessivo de álcool, comportamento que lhe causava desconforto

e que a levou a solicitar a separação. Diante da decisão de separação, o marido afirmou que ela deveria ter os próprios recursos financeiros, pois ele não prestaria mais qualquer tipo de apoio, já que ela não trabalhava. Amaranta, que estava desempregada há algum tempo e em busca de uma ocupação, passou a enfrentar sérias dificuldades financeiras. Dependente economicamente do marido, ela se viu em uma situação vulnerável, na qual ele não fornecia nenhum suporte, e acabou sendo expulsa de casa. Desamparada, procurou abrigo em um centro de apoio para mulheres, onde relatou sua maior preocupação: conseguir um emprego para sustentar a si e aos filhos.

Durante o processo, a interlocutora buscou auxílio de amigos brasileiros que também eram amigos do marido. No entanto, eles se recusaram a se envolver na situação, o que agravou ainda mais sua sensação de isolamento. Além disso, sendo estrangeira e sem recursos financeiros, não tinha condições de retornar à Colômbia, seu país de origem. Eventualmente, ela conseguiu encontrar uma advogada disposta a ajudá-la a enfrentar essa situação jurídica e financeira, com a promessa de que o pagamento pelos serviços prestados seria feito posteriormente. Entretanto, no momento da entrevista, o casal havia reatado. A interlocutora não conseguiu terminar a história pois fomos interrompidas pelo filho que brincava no parque. Quando lhe perguntei se possuía ao menos alguém para conversar sobre essa situação, Amaranta disse que não.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa realizada evidencia a profunda intersecção entre as dinâmicas de migração e gênero, especialmente no que tange ao trabalho reprodutivo e à dificuldade de incorporação laboral das mulheres migrantes. Os dados obtidos por meio dos sociogramas e das entrevistas demonstram que a sobrecarga das tarefas domésticas, que tradicionalmente recaem sobre as mulheres, não apenas limita suas oportunidades de estabelecer vínculos sociais necessários para o acesso ao mercado de trabalho, mas também perpetua as desigualdades estruturais que as mantêm em posições de subordinação.

Em suma, este estudo oferece uma contribuição significativa para o debate sobre a incorporação laboral feminina em contextos de migração, ao expor as barreiras estruturais e sociais que limitam as oportunidades de inserção no mercado de trabalho para mulheres migrantes, especialmente aquelas com responsabilidades reprodutivas. A partir dos dados produzidos pelo sociograma e o relato das mulheres, a pesquisa revela como as políticas públicas atuais e as normas sociais continuam perpetuando a desigualdade

de gênero e a marginalização das mulheres migrantes, ao não reconhecerem plenamente o impacto do trabalho reprodutivo na capacidade dessas mulheres de construir redes sociais e, conseqüentemente, de acessar oportunidades de emprego. Desde a distribuição dos afazeres domésticos à falta de vínculos que possam fornecer indicações e/ou apoio emocional, as mulheres são as mais afetadas por esse processo.

Os desafios identificados apontam para a necessidade urgente de políticas públicas que facilitem a conciliação entre trabalho e cuidado, bem como iniciativas que promovam a construção de redes de apoio para essas mulheres. Além disso, reforçar e garantir as instituições e programas já instaurados como o CRAS e o próprio curso de português, incentiva a diminuição da desigualdade de gênero, visando reduzir a penalidade da maternidade no contexto migratório, além de fornecer recursos como o domínio da língua para capacitar essas mulheres migrantes a conquistarem sua independência financeira tão almejada.

NOTAS

¹ No original: “The strength of a tie is a (probably linear) combination of the amount of time, the emotional intensity, the intimacy (mutual confiding), and the reciprocal services which characterize the tie”.

² No original: “- ¿Ser migrante te hace las cosas más difíciles? - Sí, claro. De hecho, la prefectura abrió un concurso en estos días para unos cargos y obviamente si no soy natural de Brasil no puedo concursar, ¿ve? Que hubiera sido una oportunidad, pero bueno. No puedo concursar, ya averigüé, ya di vuelta para aquí, vuelta por allá. Bueno.”

³ No original: “¿Con las niñas el cuidado es más vos o él? - Es más yo [jajaja]. Pero él sí ayuda, en el sentido de que si me ayuda yo les doy él hace tetero, las cambia, yo tengo una, él la tiene la otra. [...] porque si tú le dices ‘vístela’ tú le buscas la ropa.”

⁴ No original: “Yo le decía a la administradora del tiempo: ‘no me importa el cargo de auxiliar de cocina porque yo lo que necesito es trabajar’, [...] Porque ella decía: ‘¿Cómo pongo yo una persona con esos estudios que tú tienes entonces de auxiliar de cocina?’

⁵ No original: “en algunas empresas de medio ambiente, decían que mi currículo estaba demasiado porque tenía un doctorado. Entonces ahí comencé a poner menos cosas en mi currículum.”

⁶ No original: “todavía no me quería postular primero porque no domino la lengua portuguesa. Y, segundo quiero organizar con mis hijas todo el horario en la *creche* y yo tenga tiempo de llegar una entrevista porque yo no quería enviar un currículo que me llame: ‘Ah, no puedo ir a la entrevista’ y después no me van a llamar otra vez, entonces yo sé que eso no son muchas empresas, entonces yo no puedo perder la oportunidad de enviar un currículo si yo no tengo el tiempo, ni siquiera de ir a la entrevista.”

⁷ No original: “Por causa del idioma también. La, gente, muy amable, verdad todo el mundo te saluda y todo, pero no tienes como facilidad de falar, así es como difícil la gente quiere preguntar más, no te entiende a veces si la gente no se quiere hacer sentir mal de que no te entienden entonces la gente prefiere no hablar mucho para como que hacer que te enredas hablando, no me imagino que le da un poco de vergüenza, es como no saben hablar y no te entienden.”

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDERSON, Bridget. New directions in migration studies: Towards methodological de-nationalism. **Comparative Migration Studies**, 7(1), 36. 2019 <https://doi.org/10.1186/s40878-019-0140-8>

BHATTACHARYA, Tithi. **Teoria da reprodução social**: remapear a classe, recentralizar a opressão. São Paulo, SP: Editora Elefante, 2023.

BOURDIEU, Pierre. The forms of capital. In. RICHARDSON, John. **Handbook of Theory and Research for the Sociology of Education**. (p. 241–258). New York: Greenwood Press, 1986.

CASTLES, Stephen, HAAS, Hein De.; miller, Mark. **The Age of Migration**: International Population Movements in the Modern World. New York London: Guilford Publications, 2014.

COLEMAN, James. **Foundations of Social Theory**. Cambridge, Mass: Harvard University Press, 1990.

_____. Social Capital in the Creation of Human Capital. **American Journal of Sociology**, 94(1), S95–S120. 1988.

DORNELAS, Paula . “Minha família é minha filha”: cuidados, gênero e maternidade nas trajetórias de mulheres migrantes no Brasil. **PERIPLoS**. Revista de investigación sobre Migraciones, 6(2), 102-131.

EHRENREICH, Barbara; HOCHSCHILD, Arlie Russell. (Orgs.). **Global Woman**: Nannies, Maids, and Sex Workers in the New Economy. New York, NY: Holt Paperbacks, 2004.

GLICK-SCHILLER, Nina; ÇAGLAR, Ayşe; GULDBRANDSEN, Thaddeus. Beyond the ethnic lens: Locality, globality, and born-again incorporation. **American Ethnologist**, 33(4), 612–633. 2006. <https://doi.org/10.1525/ae.2006.33.4.612>

GRANOVETTER, Mark. The Strength of Weak Ties: A Network Theory Revisited. **Sociological Theory**, 1, 201. 1983. <https://doi.org/10.2307/202051>

_____. **Getting a Job**: A Study of Contacts and Careers (2º ed). Chicago, IL: University of Chicago Press, 1995. Disponível em: <https://press.uchicago.edu/ucp/books/book/chicago/G/bo3636056.html> . s/d de acesso.

- _____. The Impact of Social Structure on Economic Outcomes. **Journal of Economic Perspectives**, 19(1), 33–50. 2005. <https://doi.org/10.1257/0895330053147958>
- _____. The Strength of Weak Ties. **American Journal of Sociology**, 78(6), 1360–1380. 1973.
- GUEVARRA, Anna Romina. “Supermaids: The Racial Branding of Global Filipino Care Labour”. In: ANDERSON, Bridget; SHUTES, Isabel. **Migration and Care Labour: Theory, Policy and Politics**. p130–50. London: Palgrave Macmillan UK. 2014. https://doi.org/10.1057/9781137319708_8.
- GUIGINSKI, Janaína; WAJNMAN, Simone. A penalidade pela maternidade: Participação e qualidade da inserção no mercado de trabalho das mulheres com filhos. **Revista Brasileira de Estudos de População**, 36, 1–26. 2019. <https://doi.org/10.20947/s0102-3098a0090>
- GUIZARDI, Menara Lube; TORRALBO, Hermínia González; STEFONI, Carolina. De feminismos y movibilidades. Debates críticos sobre migraciones y género en América Latina (1980-2018). **Rumbos TS**, (18), 37–66. 2018.
- HELAL, Diogo Henrique. Contextualizando a empregabilidade no Brasil: Papel do capital social. **Análise**, 18(2), 70–89. 2007.
- HIRATA, Helena. **O cuidado: teorias e práticas**. São Paulo, SP: Boitempo, 2022.
- HIRATA, Helena; DEBERT, Guita Grin. Apresentação. **Cadernos Pagu**, (46), 7–15. 2016. <https://doi.org/10.1590/18094449201600460007>
- HOGAN, Joyce; BARRETT, Paul; HOGAN, Robert. Personality measurement, faking, and employment selection. **Journal of Applied Psychology**, 92(5), 1270–1285. 2007. <https://doi.org/10.1037/0021-9010.92.5.1270>
- HOCHSCHILD, Arlie; MACHUNG, Anne. **The Second Shift: Working Families and the Revolution at Home**. New York: Penguin Books, 2012.
- IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Em média, mulheres dedicam 10,4 horas por semana a mais que os homens aos afazeres domésticos ou ao cuidado de pessoas | **Agência de Notícias**. 2020, junho 4. Recuperado 26 de junho de 2025, de Agência de Notícias—IBGE website: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/27877-em-media-mulheres-dedicam-10-4-horas-por-semana-a-mais-que-os-homens-aos-afazeres-domesticos-ou-ao-cuidado-de-pessoas>
- KOFMAN, Eleonore; RAGHURAM, Parvati. **Gendered Migrations and Global Social Reproduction**. London, UNITED KINGDOM: Palgrave Macmillan UK, 2015. <http://ebookcentral.proquest.com/lib/londonschoolecons/detail.action?docID=2006607>.

- KRENN, Manfred. “Effects of childcare responsibilities on women’s income and career”. **Eurofound. European Foundation for the Improvement of Living and Working Conditions** (blog). 12 de janeiro de 2009. <https://www.eurofound.europa.eu/en/resources/article/2009/effects-childcare-responsibilities-womens-income-and-career>.
- LALIVE, Rafael; OESCH, Daniel; PELLIZZARI, Michele “How Personal Relationships Affect Employment Outcomes: On the Role of Social Networks and Family Obligations”. In. SPINI, Dario; WIDMER, Eric. **Withstanding Vulnerability throughout Adult Life**. p.49–66. Singapore: Springer Nature Singapore, 2023. https://doi.org/10.1007/978-981-19-4567-0_4.
- LIMA, Jacob Carlos. A teoria do capital social na análise de políticas públicas. **Revista Política e Trabalho**, (17). 2001.
- LIMA, Jacob Carlos; CONSERVA, Marinalva de Souza. Redes sociais e mercado de trabalho: Entre o formal e o informal. **Trabalho: revista de ciências sociais**, 24, 73–98. 2006.
- LUTZ, Helma. “The Limits of European-Ness: Immigrant Women in Fortress Europe”. **Feminist Review**, 57 (1): 93–111. 1997. <https://doi.org/10.1080/014177897339678>.
- _____. “Care Migration: The Connectivity between Care Chains, Care Circulation and Transnational Social Inequality”. **Current Sociology**, 66 (4): 577–89. 2018. <https://doi.org/10.1177/0011392118765213>.
- MARTINO, Luís Mauro de Sá. **Teoria das mídias digitais: Linguagens, ambientes, redes** (2ª). Petrópolis, RJ. São Paulo: Vozes, 2015.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2021.
- MOULIN, Carolina Aguiar; MAGALHÃES, Bruno. “Operation shelter as humanitarian infrastructure: material and normative renderings of Venezuelan migration in Brazil”. **Citizenship Studies** 24 (5): 642–62. 2020. <https://doi.org/10.1080/13621025.2020.1784643>.
- NETTELBLADT, Gala; BOANO, Camillo Boano. “Infrastructures of reception: The spatial politics of refuge in Mannheim, Germany”. **Political Geography**, 71 (maio):78–90. 2019. <https://doi.org/10.1016/j.polgeo.2019.02.007>.
- PENG, Yinni; WONG, Odalia “Who Takes Care of My Left-Behind Children? Migrant Mothers and Caregivers in Transnational Child Care”. **Journal of Family Issues** 37 (14): 2021–44. 2016. <https://doi.org/10.1177/0192513X15578006>.
- PORTES, Alejandro; ZHOU, Min. (The New Second Generation: Segmented Assimilation and Its Variants. **The Annals of the American Academy of Political and Social Science**, 530, 74–96. 1993.

- SCHOCHET, Leila. "The Child Care Crisis Is Keeping Women Out of the Workforce". **Center for American Progress** (blog). 28 de março de 2019. <https://www.americanprogress.org/article/child-care-crisis-keeping-women-workforce/>.
- SIMINTZI, Elena; XU, Sheng-Jun; XU, Ting. "**The Effect of Childcare Access on Women's Careers and Firm Performance**". SSRN Scholarly Paper. Rochester, NY: Social Science Research Network, 2024. <https://doi.org/10.2139/ssrn.4162092>.
- SOARES, Angelo. As emoções do care. In. HIRATA, Helena; GUIMARÃES, Nadya Araujo. (Orgs.). **Cuidado e cuidadoras**: as várias faces do trabalho do care. (p. 44–59). São Paulo: Atlas, 2012.
- SORJ, Bila. Socialização do cuidado e desigualdades sociais. **Tempo Social**, revista de sociologia da USP, 26(1), 123–128. 2014.
- SU, Yvonne. **Remittances After Disasters**: Case Study of Tacloban City, Philippines After Typhoon Haiyan (Tese de Doutorado). University of Guelph, Canada, 2019.
- _____. Networks of recovery: Remittances, social capital and post-disaster recovery in Tacloban City, Philippines. **International Journal of Disaster Risk Reduction**, 67, 102641. 2022. <https://doi.org/10.1016/j.ijdr.2021.102641>
- THOMAS, William Isaac; ZNANIECKI, Florian. **The Polish peasant in Europe and America**. New York: Octagon Books, 1974. Disponível em: http://archive.org/details/polishpeasantine0000thom_c0o1 . s/d acesso.
- TRUZZI, Oswaldo. Assimilação Ressignificada: Novas Interpretações de um Velho Conceito. **Dados - Revista de Ciências Sociais**, 55(2), 517–553. 2012. (Rio de Janeiro).
- UTENG, Tanu Priya; CRESSWELL, Teim. **Gendered Mobilities**. Transport and Society. Aldershot, England; Burlington, VT: Ashgate, 2008.

RESUMO

Este estudo investiga o impacto do trabalho reprodutivo na construção de redes sociais e na incorporação laboral de mulheres migrantes residentes de um município no interior de São Paulo. A pesquisa, de abordagem qualitativa, baseia-se em 15 sociogramas e 6 entrevistas com mulheres latino-americanas participantes de um curso de Português como Língua de Acolhimento. Os resultados revelam que a maternidade intensifica a sobrecarga de cuidado, reduzindo os vínculos de ponte — laços sociais fundamentais para o acesso ao mercado de trabalho. Em contraste, mulheres sem filhos pequenos apresentaram maior diversidade e mobilização de redes sociais. A análise aponta que instituições como CRAS e igrejas exercem papel relevante na mediação de apoios. A pesquisa destaca a necessidade de políticas públicas que articulem trabalho e cuidado, reconhecendo a centralidade das redes sociais na integração de mulheres migrantes.

Palavras-chave: Migração; Gênero; Reprodução Social; Incorporação laboral; Capital social.

RESUMEN

Este estudio investiga el impacto del trabajo reproductivo en la construcción de redes sociales y en la incorporación laboral de mujeres migrantes en un pueblo en el interior del estado de São Paulo, Brasil. La investigación, de enfoque cualitativo, se basa en 15 sociogramas y 6 entrevistas con mujeres latinoamericanas participantes de un curso de Portugués como Lengua de Acogida. Los resultados revelan que la maternidad intensifica la carga del cuidado y reduce los vínculos puente —conexiones sociales fundamentales para acceder al mercado laboral. En cambio, las mujeres sin hijos pequeños mostraron redes sociales más diversas y movilizables. El análisis también destaca el papel de instituciones como CRAS e iglesias en la provisión de apoyo. El estudio refuerza la necesidad de políticas públicas que articulen trabajo y cuidado, reconociendo la centralidad de las redes sociales en la integración de mujeres migrantes.

Palabras-clave: Migración; Gênero; Reproducción social; Incorporación laboral; Capital social.

ABSTRACT

This study investigates the impact of reproductive labor on the construction of social networks and the labor incorporation of migrant women living in the countryside of São Paulo, Brazil. Based on a qualitative approach, the research draws from 15 sociograms and 6 interviews with Latin American women enrolled in a Portuguese as a Host Language course. The findings show that motherhood intensifies the care burden and reduces bridging ties — key social connections for accessing the labor market. In contrast, women without young children displayed more diverse and mobilizable social networks. The analysis also highlights the important role of institutions such as CRAS and churches in providing support. The study underscores the need for public policies that integrate work and care, recognizing the centrality of social networks in the integration of migrant women.

Keywords: Migration; Gender; Social Reproduction; Labor Incorporation; Social Capital.

Saúde mental de mulheres imigrantes racializadas em Portugal: uma análise interseccional e decolonial

Mental health of racialized immigrant women in Portugal: an intersectional and decolonial analysis

*Izabela Maria de Oliveira Pinheiro**
*Conceição Nogueira***
*Joana Bessa Topa****

*Não serei livre enquanto alguma mulher for prisioneira,
mesmo que as correntes dela sejam diferentes das minhas*
— Audre Lorde

1 INTERSECCIONALIDADE DE IDENTIDADES – SER IMIGRANTE, MULHER E RACIALIZADA

O processo migratório, complexo e multidimensional, manifesta-se a partir de diversas dimensões indissociáveis de cariz histórico, político, social e cultural (IOM, 2024), gerando impactos psicológicos, econômicos

* Doutoranda em Psicologia pela Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da Universidade do Porto, Portugal (2022). Integrante do grupo de investigação sobre diversidade, género e sexualidade. O projeto de doutoramento é sobre imigração e intervenção psicológica numa perspectiva interseccional. Membro do Conselho Federal de Psicologia, Tem colaborado com diferentes organizações não governamentais brasileiras e portuguesas em prol da igualdade de acesso aos serviços de saúde e às políticas de saúde pública.

** Professora da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto, Portugal.

*** Professora Auxiliar na Universidade do Maia; Investigadora Integrada no Centro Interdisciplinar de Estudos de Género (CIEG), Instituto de Ciências Sociais e Políticas da Universidade de Lisboa; e Investigadora Colaboradora no Centro de Psicologia da Universidade do Porto (CPUP), integrada na linha de investigação "Sexualidade e Género". É doutora em Psicologia Social (2013) pela Universidade do Minho. É membro da Ordem dos Psicólogos Portugueses. O seu percurso de investigação centra-se em questões de migração, violência de género, saúde mental, grupos oprimidos e discriminação, através de uma perspetiva feminista, decolonial e crítica.

e culturais. A intensificação dos deslocamentos humanos revela a heterogeneidade das motivações para a migração, bem como a diversidade das populações envolvidas (DIAS et al., 2018), frequentemente impulsionada por desigualdades socioeconômicas, crises climáticas, desastres naturais e conflitos civis e religiosos, vulnerabilidades exacerbadas pela pandemia de COVID-19 (IOM, 2024).

Globalmente, mais de 280 milhões de pessoas são migrantes, sendo quase metade mulheres (IOM, 2024). Na Europa, superam 87 milhões, com fluxos significativos provenientes da África e Ásia. Portugal reflete esse padrão, possui mais de um milhão de imigrantes internacionais e predomínio feminino entre nacionalidades como angolana e brasileira (AIMA, 2024). Embora não haja dados oficiais sobre raça/etnia, sabe-se que muitas dessas mulheres se identificam como racializadas.

Apesar de ser crescente a presença das mulheres nas migrações, historicamente, o gênero era uma dimensão negligenciada nos estudos migratórios, que se centravam em modelos patriarcais da migração masculina (MOROKVAŠIC, 1984; CRENSHAW, 1991). Contribuições feministas, especialmente norte-americanas, evidenciaram a necessidade de incorporar a perspectiva de gênero e interseccionalidade, reconhecendo que experiências migratórias são moldadas por múltiplas pertencas identitárias como gênero, raça e classe (CRENSHAW, 1991). Compreender os fenômenos migratórios exige reconhecer as dinâmicas de poder que afetam desproporcionalmente mulheres e outras minorias (TOPA et al., 2013).

A colonialidade é central para compreender os processos migratórios, legitimando hierarquias de poder que impactam especialmente mulheres racializadas (COLLINS, 2022). Essa lógica colonial persiste, perpetuando controle e intensificando violências cotidianas (COLLINS, 2022; SIMIONI et al., 2024), situação agravada quando o país de imigração é o seu colonizador (LAMARTINE; SILVA, 2022). Tal estrutura reforça hierarquias sociais e marginaliza grupos racializados, como mulheres imigrantes, cujas opressões são intensificadas pela interseccionalidade de suas identidades.

Ainda que haja avanços nos estudos sobre migração, são escassos os que integram perspectivas decoloniais e étnico-racial (LAMARTINE; SILVA, 2022). Adota-se, assim, o termo “mulheres imigrantes racializadas” para evitar homogeneizações de experiências e destacar os efeitos da racialização como processo histórico-social vinculado à colonialidade.

As dinâmicas de racialização, construções sociais enraizadas na colonização, geram hierarquias que marcam os corpos de mulheres racializadas com múltiplas violências e opressões (MIGNOLO, 2017). A abordagem decolonial, desde os anos 1990, contribui para a compreensão dessas vivências, evidenciando como marcadores identitários interagem e são

moldados por estruturas coloniais (LAMARTINE; SILVA, 2022; SIMIONI et al., 2024). Nesse sentido, a interseccionalidade (CRENSHAW, 1991) é primordial para analisar como gênero, raça, classe e estatuto migratório se entrecruzam nas experiências de mulheres migrantes, afetando suas identidades e posicionamento social (COLLINS, 2019; NOGUEIRA, 2017; SILVA, 2021).

2 MIGRAÇÕES E SAÚDE MENTAL

A experiência migratória, marcada por rupturas afetivas, linguísticas, familiares e culturais, gera transformações profundas, impondo desafios interpessoais, culturais e socioeconômicos (ALAAZI et al., 2021). A integração ao país de acolhimento é um processo psicossocial complexo, com perdas, mudanças e desafios culturais – como o aprendizado de um novo idioma; a assimilação de normas e valores distintos; frequentes rupturas identitárias; perda de status social e diminuição do senso de pertencimento (DERR, 2016; BHUGRA, 2004). Tais fatores aumentam a vulnerabilidade e demandam políticas públicas atentas às especificidades dessa população, especialmente em contextos como o português, onde a imigração tem sido crucial para o crescimento populacional e desenvolvimento econômico (ELSHAHAT et al., 2021).

Estudos indicam que, nos primeiros anos após a chegada, migrantes podem apresentar melhores indicadores de saúde em comparação com as populações nativas, fenômeno conhecido como efeito do imigrante saudável (APERS et al., 2023). Contudo, esse efeito tende a diminuir com o tempo, devido à exposição prolongada a desigualdades, discriminação, falta de apoio social e precariedade socioeconômica (ELSHAHAT et al., 2021; NG; ZHANG, 2020).

Na Europa, migrantes e minorias étnicas apresentam maior risco de transtornos psiquiátricos (APERS et al., 2023). Apesar disso, há lacunas em estudos sobre intervenções preventivas e protetivas para esses grupos, com a maioria das pesquisas focada nos desafios de integração, como discriminação e barreiras no acesso a serviços essenciais (ALAAZI et al., 2021).

Fatores psicossociais da migração podem elevar o risco de desenvolver transtornos psiquiátricos. Entre eles, destaca-se os principais estressores, como o estresse minoritário, vinculado à discriminação, exclusão e estigmatização de grupos minoritários, agravado pela ausência de reconhecimento cultural e obstáculos à integração (MEYER, 2003). O estresse de aculturação, que abrange as dificuldades de adaptação a normas e valores culturais do país de acolhimento, é intensificado por rupturas identitárias, separação familiar e insegurança quanto ao status migratório (BERRY, 2006). Esses estressores

correlacionam-se a impactos negativos na saúde mental, manifestando-se em prevalência de ansiedade, depressão, abuso de substâncias e risco aumentado de suicídio (BUSTAMANTE et al., 2018).

Mulheres imigrantes, em especial as racializadas, enfrentam maior discriminação devido a marcadores como gênero, etnia, raça e nacionalidade que se interseccionam, ampliando vulnerabilidades e impactando negativamente a saúde mental (CRENSHAW, 1991). A sobreposição de outros marcadores identitários como idade, classe social intensifica desigualdades, especialmente quando associada à precariedade socioeconômica, exclusão social, racismo estrutural e ausência de redes de apoio (DI NAPOLI et al., 2021). Portanto, a condição de ser mulher, ser imigrante e ser racializada é marcada por legados coloniais e desigualdades estruturais que multiplicam opressões, moldando experiências e gerando impactos profundos na saúde mental e bem-estar (BUSTAMANTE et al., 2018; NYIKAVARANDA et al., 2023).

3 A DIVERSIDADE CULTURAL E OS DESAFIOS AOS SERVIÇOS DE SAÚDE MENTAL EM PORTUGAL

A crescente diversidade cultural dos fluxos migratórios impõe transformações nos sistemas de saúde (TOPA et al., 2013), particularmente na saúde mental. Diferenças culturais, linguísticas e religiosas influenciam a compreensão do sofrimento psicológico e as expectativas de tratamento, desafiando a prestação de cuidados adequados (WORLD HEALTH ORGANIZATION, 2022). No contexto terapêutico, essas diferenças podem ser barreiras invisíveis se não consideradas, comprometendo a qualidade do atendimento (KIRMAYER, 2012).

Populações migrantes e minorias étnico-raciais enfrentam obstáculos específicos no acesso à saúde mental: barreiras econômicas, desinformação sobre serviços e desconfiança no sistema (WILLIAMS et al., 2019), agravados pela escassez de profissionais preparados para a diversidade cultural, resultando em diagnósticos imprecisos e tratamentos inadequados (WORLD HEALTH ORGANIZATION, 2022). Apesar do reconhecimento por organismos internacionais (COMISSÃO EUROPEIA, 2004; U.S. DHHS, 2001), a situação persiste, evidenciando falhas das políticas públicas em implementar práticas culturalmente responsivas (PANCHAL et al., 2024).

Para mulheres imigrantes racializadas em Portugal, o legado colonial e o racismo institucional criam dificuldades adicionais (MAHABIR et al., 2021; DIAS; RAMOS, 2019). A ausência de dados desagregados por raça/etnia revela sua invisibilidade estatística, dificultando políticas públicas adequadas. Muitas mulheres adiam a busca por apoio psicológico até o agravamento dos sintomas, devido a experiências de atendimento inadequado ou discriminatório (NWOKE et al., 2022). Ao acessarem os serviços, frequentemente encontram

profissionais despreparados, com diagnósticos que desconsideram o contexto migratório e abordagens insensíveis às suas realidades culturais (PANCHAL et al., 2024). Tais obstáculos resultam em menor sensibilidade cultural (TOPA et al., 2013) e ampliam os desafios (DIAS; RAMOS, 2019; PINTO; MOLEIRO, 2012), alinhando-se a estudos internacionais sobre dificuldades semelhantes para imigrantes e outras minorias (MAHABIR et al., 2021).

4 APOIO PSICOLÓGICO CULTURALMENTE RESPONSIVO

Profissionais de saúde mental, especialmente da Psicologia, são essenciais na promoção da qualidade de vida e bem-estar (ALARCÃO et al., 2022; APA, 2012). Contudo, a crescente diversidade cultural, impulsionada pelo aumento da população imigrante (IOM, 2024), impõe novos desafios à atuação psicológica. A diversidade cultural e étnica das pessoas migrantes reforça a importância da cultura para uma prática psicológica eficaz e para a compreensão das suas vivências subjetivas (BERRY, 2006; KOTERA et al., 2022). Assim, mesmo que a procura por apoio psicológico possa originar-se de múltiplas razões não vinculadas diretamente à migração (APA, 2012), torna-se imprescindível que toda intervenção seja culturalmente responsiva.

Apesar do crescente interesse no impacto da diversidade cultural nas interações profissionais e pacientes (SUE et al., 2019), a literatura em psicoterapia ainda não reflete adequadamente a diversidade das pessoas atendidas, privilegiando majoritariamente populações heteronormativas, brancas, jovens, de classe média e ocidentais (AISENBERG, 2008; MOLEIRO et al., 2018). Essa lacuna revela a falta de uma perspectiva interseccional e de práticas multiculturais consistentes na Psicologia (ALARCÃO et al., 2022; DE-MARÍA et al., 2024).

Compreender a saúde mental a partir da diversidade cultural é fundamental para o desenvolvimento de intervenções culturalmente responsivas (KOTERA et al., 2022), especialmente em sociedades cada vez mais plurais (CORNISH et al., 2010; SUE et al., 2019). No entanto, mesmo diante da vulnerabilidade de mulheres imigrantes racializadas ao sofrimento psicológico (NYIKAVARANDA et al., 2023), faltam estudos sobre intervenções específicas direcionadas a esse grupo. As abordagens existentes frequentemente reproduzem práticas universalistas, desconsiderando marcadores como raça e gênero, o que pode resultar em práticas potencialmente discriminatórias e incapazes de promover uma escuta e acolhimento apropriados (JAMES; WEBB, 2019).

Considerando a diversidade de nacionalidades, idiomas e referências culturais que atravessam a relação entre profissionais e pacientes, torna-se fundamental reconhecer a complexidade envolvida na construção

do vínculo terapêutico em contextos transculturais (MORO, 2015; SUE et al., 2019). A seguir, são apresentados modelos teóricos e diretrizes para práticas psicológicas responsivas às necessidades de populações culturalmente diversas.

5 MULTICULTURALISMO, DIVERSIDADE E ORIENTAÇÕES PARA A PRÁTICA DA PSICOLOGIA

A Associação Americana de Psicologia (APA, 2003) reconhece a complexidade das pertencas identitárias, ressaltando que cada pessoa é constituída por um conjunto complexo de identidades que interagem, produzindo experiências únicas. Por isso, espera-se que profissionais da Psicologia desenvolvam conhecimentos e competências capazes de orientar uma atuação sensível às interseccionalidades, comprometida com a transformação social. Adicionalmente, a APA estabelece um código de conduta e princípios éticos (APA, 2002), bem como diretrizes baseadas em evidências científicas que articulam pesquisa de qualidade, prática clínica e compreensão das dimensões subjetivas, sociais e culturais das pessoas atendidas. O objetivo é promover intervenções eficazes, situadas e culturalmente responsivas, que respeitem as especificidades das trajetórias individuais e coletivas (APA, 2017).

Tais recomendações destacam a importância de valorizar os pontos fortes e a resiliência das pessoas, promovendo uma abordagem centrada na diversidade, no multiculturalismo e nos fatores contextuais que influenciam o bem-estar. Também incentivam a reflexão crítica sobre a forma como padrões culturais afetam o desenvolvimento humano e a compreensão do sofrimento psíquico (APA, 2017). Nesse sentido, as diretrizes da APA são fundamentais para reforçar o compromisso da Psicologia com práticas que respeitem as heranças culturais das pessoas atendidas e reconheçam a influência de contextos históricos, políticos e econômicos em suas vivências. Incorporar essas dimensões à prática psicológica é essencial para evitar reducionismos e garantir intervenções mais justas e efetivas.

6 CONTRIBUTOS TEÓRICOS

6.1 As perspectivas da clínica ampliada

Discussões sobre o papel da cultura na Psicologia ganham visibilidade na Clínica Ampliada (CAMPOS, 2003), uma alternativa ao modelo biomédico hegemônico, que desloca o foco da doença para a promoção da autonomia da pessoa paciente e uma abordagem integral e biopsicossocial.

Integrada às políticas públicas de saúde no Brasil (BRASIL, 2006), a saúde é compreendida na tríade social, biomédica e psicológica (GUEDES, 2020), enfatizando a integração entre profissionais, pacientes e gestão para um cuidado humanizado; flexibilizando contextos psicoterapêuticos, afasta-se do modelo tradicional ambulatorial e universalista, e comprometendo-se com aspectos culturais, sociais, políticos e econômicos, adaptando-se às particularidades de cada caso.

A Clínica Ampliada considera identidades e aspectos culturais de paciente e profissional, que influenciam interações e potencializam uma escuta terapêutica sensível; incentiva o fortalecimento de afetos, o diálogo e a autonomia, especialmente para grupos minoritários com realidades diversas e acesso escasso ao apoio psicológico (SCORSOLINI-COMIN, 2015).

6.2 Psicologia cultural

A Psicologia Cultural investiga como processos culturais influenciam o desenvolvimento, enfatizando que o comportamento humano é inseparável do contexto cultural. Jaan Valsiner (2000) argumenta que desenvolvimento psicológico e a identidade subjetiva são moldados por interações sociais e culturais. Sob essa perspectiva histórico-cultural, a cultura fornece ferramentas mediadoras que performam o comportamento, e considera que tradições culturais e contextos históricos também são centrais no desenvolvimento humano (VALSINER, 2000; 2014).

Destacando a inter-relação entre desenvolvimento e cultura, a Psicologia Cultural oferece insights para intervenções culturalmente responsivas, especialmente para mulheres imigrantes racializadas. Sua saúde mental é influenciada pela cultura de origem e do país de destino (VALSINER, 2000). Neste sentido, símbolos e signos culturais moldam suas experiências, afetando interpretações e interações (VALSINER, 2000; 2014).

Fatores como trajetória de vida, políticas de imigração e condições socioeconômicas são fundamentais para entender o impacto cultural. Para mulheres imigrantes, essas dinâmicas influenciam a internalização de padrões culturais, o enfrentamento da discriminação e outras violências. Narrativas culturais direcionam a construção de identidades e visões de si (VALSINER, 2014). Compreender esses processos mediadores é crucial para intervenções psicológicas responsivas e sensíveis.

6.3 Contribuições do conceito de justiça social

Teóricos como Sue et al. (1992) apontaram que intervenções psicológicas tradicionais frequentemente falham em atender adequadamente grupos minoritários, podendo inclusive ser opressoras. Para reduzir desigualdades

em saúde mental, é fundamental que a prática psicológica esteja alinhada a um compromisso ético com a justiça social (GORSKI; GOODMAN, 2015; MOLEIRO et al., 2018).

A justiça social, nesse contexto, visa garantir a participação equitativa e o atendimento das necessidades de todos os grupos, especialmente daqueles historicamente marginalizados. Hage (2003) defende que profissionais de Psicologia podem promover justiça social por meio do engajamento em políticas públicas, mobilização comunitária e defesa dos direitos de grupos subalternizados. Para isso, é essencial reconhecer que as relações de poder que estruturam os serviços de saúde mental e as desigualdades no acesso aos cuidados podem reproduzir formas de discriminação sistêmica (GORSKI; GOODMAN, 2015).

Essas reflexões desafiam os modelos tradicionais de atuação e fundamentam uma compreensão mais ampla das competências multiculturais, ancorada na equidade e no respeito à diversidade como princípios orientadores da prática. Profissionais de saúde mental, ao se posicionarem criticamente, podem contribuir para processos de transformação social, promovendo atendimentos inclusivos e culturalmente responsivos (GORSKI; GOODMAN, 2015; MOLEIRO et al., 2018; SUE et al., 2019).

6.4 Modelo de competências multiculturais

O conceito de competência cultural refere-se ao desenvolvimento de estratégias que possibilitem lidar com a diversidade cultural nos serviços de saúde mental, com o objetivo de torná-los mais acessíveis, equitativos e eficazes para pessoas de diferentes origens culturais (KIRMAYER, 2012). A incorporação dessas práticas visa reduzir barreiras enfrentadas por populações minoritárias, promovendo intervenções mais sensíveis e inclusivas (ALARCÃO et al., 2022; SUE et al., 2019).

Embora existam diferentes definições sobre competências multiculturais, há consenso quanto à necessidade de que profissionais que atuam com populações culturalmente diversas incorporem princípios éticos, conhecimentos contextuais e habilidades específicas para oferecer cuidados responsivos (PACHECO, 2009). Nos Estados Unidos, Sue et al. (1992) foram pioneiros ao sistematizar um modelo de competências multiculturais, amplamente adotado na formação em aconselhamento psicológico. Esse modelo propõe que profissionais estejam atentas/os às especificidades culturais das pessoas atendidas, a fim de evitar práticas inadequadas (MOLEIRO; TOMSIC, 2013; SUE; SUE, 2008).

A proposta de Sue (1998) se estrutura em três dimensões interdependentes: (a) consciência, (b) conhecimento e (c) habilidades. A dimensão da consciência diz respeito à reflexão sobre as próprias crenças,

atitudes e preconceitos, reconhecendo o modo como essas posições influenciam a relação terapêutica. O conhecimento envolve a compreensão da visão de mundo das/os pacientes, incluindo seus contextos culturais, históricos e sociopolíticos, e como esses fatores devem ser considerados na elaboração de planos terapêuticos de cada paciente. Por fim, as habilidades referem-se à capacidade de aplicar estratégias de intervenção que dialoguem com as tradições, crenças e particularidades sociais das pessoas atendidas (SUE, 1998; SUE et al., 2019).

O surgimento desse modelo responde criticamente à hegemonia de práticas baseadas em evidências que, historicamente, adotaram abordagens universalistas e descontextualizadas (WHITLEY, 2007). A implementação de competências culturais representa, portanto, uma ruptura com os modelos padronizados de cuidado que tendem a marginalizar minorias (KIRMAYER, 2012). Essa mudança paradigmática propõe não apenas ajustes técnicos, mas uma transformação ética e política na forma como a Psicologia se posiciona frente às desigualdades estruturais nos serviços de saúde mental.

Assim, o modelo de competências multiculturais constitui uma ferramenta fundamental para promover práticas culturalmente responsivas e comprometidas com a justiça social (SUE et al., 2019; MOLEIRO; TOMSIC, 2013). Ao integrar consciência crítica, conhecimento situado e habilidades práticas, desafia a lógica universalista e reafirma a necessidade de intervenções que reconheçam e valorizem as múltiplas dimensões culturais e identitárias das pessoas atendidas (WHITLEY, 2007; KIRMAYER, 2012).

7 CONTRIBUIÇÕES FINAIS: POR UMA PRÁXIS DECOLONIAL E ANTIRRACISTA NA SAÚDE MENTAL

A análise apresentada neste artigo evidencia que mulheres imigrantes racializadas, especialmente em contextos pós-coloniais como o português, enfrentam múltiplas camadas de opressão que atravessam suas trajetórias migratórias e impactam sua saúde mental. A intersecção entre marcadores identitários revela não apenas as desigualdades no acesso ao apoio psicológico, mas também como determinadas práticas seguem reproduzindo epistemologias hegemônicas que ignoram as necessidades dessas mulheres, tornando-se espaços de invisibilidade e reprodução de violências.

Apesar dos avanços nas discussões sobre a importância assumida pela cultura e pela diversidade nos estudos que cruzam migração e saúde mental, persistem lacunas na formação profissional e em políticas públicas, que seguem desconsiderando as especificidades de populações historicamente marginalizadas. A ausência de diretrizes multiculturais e o

despreparo de profissionais para acolher experiências atravessadas pela colonialidade evidenciam a urgência de transformações estruturais no campo da saúde mental.

Defende-se, neste sentido, uma práxis psicológica comprometida com a justiça social (SILVA, 2021), capaz de incorporar criticamente as competências multiculturais e de dialogar com saberes descentralizados da lógica eurocêntrica, pautados nas experiências e práticas de cuidado de mulheres racializadas. Mais do que adaptar intervenções existentes, é preciso questionar os fundamentos epistemológicos que sustentam a Psicologia enquanto campo de poder e reposicioná-la como ferramenta de escuta, resistência e transformação.

A escuta sensível às interseccionalidades, o reconhecimento das heranças coloniais que moldam o presente e a valorização de narrativas silenciadas devem ser centrais na elaboração de políticas e práticas em saúde mental. Isso implica, necessariamente, romper com a tentativa de neutralidade científica, politizar a clínica e abrir espaço para epistemologias feministas, decoloniais e antirracistas.

A efetivação de políticas públicas verdadeiramente responsivas passa pela formação continuada de profissionais de saúde, especialmente de saúde mental, e pela criação de dispositivos que reconheçam a complexidade das vivências migratórias. No entanto, documentos como o Plano Nacional de Saúde Mental (DIREÇÃO-GERAL DA SAÚDE, 2017) e o Plano Nacional de Implementação do Pacto Global das Migrações (DIÁRIO DA REPÚBLICA, 2019) revelam que, em Portugal, ainda persistem omissões significativas ao negligenciarem as necessidades específicas de minorias étnico-raciais e migrantes. A ausência de ações voltadas ao apoio psicossocial culturalmente responsivo e à formação em competências multiculturais reforça barreiras estruturais e perpetua desigualdades no acesso aos cuidados.

Profissionais de saúde mental, em todas as suas áreas de atuação, têm um papel fundamental na construção de práticas que enfrentem as desigualdades e promovam o cuidado com base na justiça social. Um compromisso ético com essa transformação exige o reconhecimento das estruturas que produzem exclusões e o engajamento na sua desconstrução. Que este artigo possa contribuir para esse deslocamento - teórico, ético e político - e inspirar práticas que não apenas acolham a diversidade, mas que defendam como horizonte coletivo de cuidado, dignidade e equidade. A luta por uma saúde mental verdadeiramente emancipatória é indissociável da luta por justiça social, racial e de gênero.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AIMA - AGÊNCIA PARA A INTEGRAÇÃO, MIGRAÇÕES E ASILO. **Relatório de migrações e asilo 2023**. 2024. Disponível em: <https://aima.gov.pt/media/pages/documents/92dd0f02ea-1726562672/rma-2023.pdf>. Acesso em: 15 ago. 2025.
- AISENBERG, E. Evidence-based practice in mental health care to ethnic minority communities: Has its practice fallen short of its evidence?. **Social Work**, v. 53, n. 4, p. 297-306, 2008.
- ALAAZI, D.; AHOLA, A. N.; OKEKE-IHEJIRIKA, P.; YOHANI, S.; VALLIANATOS, H.; SALAMI, B. Immigrants and the western media: a critical discourse analysis of newspaper framings of african immigrant parenting in Canada. **Journal of Ethnic and Migration Studies**, v. 47, n. 19, p. 4478-4496, 2021.
- ALARCÃO, V.; ROBERTO, S.; FRANÇA, T.; MOLEIRO, C. Standing Up for Culturally Competent Care in Portugal: The Experience of a 'Health in Equality' Online Training Program on Individual and Cultural Diversity. **Societies**, v. 12, n. 3, p. 80, 2022.
- APA - AMERICAN PSYCHOLOGICAL ASSOCIATION. **Ethical principles of psychologists and code of conduct**. 2002. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.1037/0003-066X.57.12.1060>. Acesso em: 02 set. 2025.
- APA - AMERICAN PSYCHOLOGICAL ASSOCIATION. **Guidelines on multicultural education, training, research, practice, and organizational change for psychologists**. 2003. Disponível em: <https://doi.org/10.1037/0003-066X.58.5.377>. Acesso em: 28 jul. 2025.
- APA - AMERICAN PSYCHOLOGICAL ASSOCIATION. **Report on the task force report on gender identity and gender variance**. 2012. Disponível em: <https://www.apa.org/pi/lgbt/resources/policy/gender-identity-report.pdf>. Acesso em: 19 ago. 2025.
- APA - AMERICAN PSYCHOLOGICAL ASSOCIATION. **Multicultural Guidelines: An Ecological Approach to Context, Identity, and Intersectionality**. 2017. Disponível em: <http://www.apa.org/about/policy/multicultural-guidelines.pdf>. Acesso em: 05 jul. 2025.
- APERS, H.; VAN PRAAG, L.; NÖSTLINGER, C.; AGYEMANG, C. Interventions to Improve the Mental Health or Mental Well-Being of Migrants and Ethnic Minority Groups in Europe: A Scoping Review. **Cambridge Prisms: Global Mental Health**, v. 10, e23, 2023.
- BERRY, J. W. Contexts of acculturation. In: BERRY, J. W.; SAM, D. L. (Orgs.). **The Cambridge Handbook of Acculturation Psychology**. Cambridge: Cambridge University Press, 2006. p. 27-42.

- BHUGRA, D. Migration and mental health. **Acta Psychiatrica Scandinavica**, v. 109, n. 4, p. 243-258, 2004.
- BRASIL. MINISTÉRIO DA SAÚDE. Secretaria de Atenção à Saúde. **Política Nacional de Humanização da Atenção e Gestão do SUS. Humaniza SUS** – Documento Base para gestores e trabalhadores do SUS. 2006. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/humanizaus_documento_gestores_trabalhadores_sus.pdf. Acesso em: 21 ago. 2025.
- BUSTAMANTE, L. H.; UGARTE, R. O. C.; LECLERC, E.; BRIETZKE, E. Stress, trauma, and posttraumatic stress disorder in migrants: a comprehensive review. **Brazilian Journal of Psychiatry**, v. 40, n. 2, p. 220-225, 2018.
- CAMPOS, G. W. S. A Clínica do Sujeito: Por uma Clínica Reformulada e Ampliada do Trabalho em Saúde. In: CAMPOS, G. W. S. (Org.). **Saúde paidéia**. São Paulo: Hucitec, 2003. p. 51–67.
- COLLINS, F. L. Geographies of migration II: Decolonising migration studies. **Progress in Human Geography**, v. 46, n. 5, p. 1241-1251, 2022.
- COLLINS, P. H. **Pensamento feminista negro: conhecimento, consciência e a política do empoderamento**. 1. ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2019.
- CORNISH, J. A. E.; NADKARNI, L. I.; RODOLFA, E. R.; SCHREIER, B. A. **Handbook of multicultural counseling competencies**. 1. ed. Hoboken: John Wiley & Sons, 2010.
- CRENSHAW, K. W. Mapping the margins: Intersectionality, identity politics, and violence against women of color. **Stanford Law Review**, v. 43, n. 6, p. 1241-1299, 1991.
- DE-MARÍA, B.; TOPA, G.; LÓPEZ-GONZÁLEZ, M. A. Cultural competence interventions in European healthcare: A scoping review. **Healthcare**, v. 12, n. 10, p. 1040, 2024.
- DERR, A. S. Mental health service use among immigrants in the United States: A systematic review. **Psychiatric Services**, v. 67, n. 3, p. 265-274, 2016.
- DI NAPOLI, A.; PETRELLI, A.; MIRISOLA, C.; GERACI, S.; DECLICH, S.; BAGLIO, G.; VICHI, M.; LAURIA, L.; GALLO, R. Self-perceived workplace discrimination and mental health among immigrant workers in Italy: a cross-sectional study. **BMC Psychiatry**, v. 21, n. 85, p. 1-12, 2021.
- DIÁRIO DA REPÚBLICA. **Plano Nacional de Saúde Mental 2017-2020**. Resolução do Conselho de Ministros n.º 49/2008. Lisboa, 2017.
- DIÁRIO DA REPÚBLICA. **Plano Nacional de Implementação do Pacto Global das Migrações**. Resolução do Conselho de Ministros n.º 141/2019. Lisboa, 2019.

- DIAS, M. J. S. D.; RAMOS, M. N. P. Violência de gênero: Expressões e vivências de mulheres brasileiras migrantes em Portugal. **Revista de Políticas Públicas**, v. 23, n. 1, p. 268-286, 2019.
- DIAS, S. M. F.; ALARCÃO, V.; STEFANOVSKA, M.; MARTINS, D.; FRONTEIRA, I.; LOPES, R.; SILVA, A.; REGO, R.; GAMA, A.; ROCHA, C. F. **Atitudes e representações face à saúde, doença e acesso aos cuidados de saúde nas populações imigrantes**. Observatório das Migrações, Alto Comissariado para as Migrações (ACM), 2018.
- EKEBERG, K. A.; ABEBE, D. S. Mental disorders among young adults of immigrant background: A nationwide register study in Norway. **Social Psychiatry and Psychiatric Epidemiology**, v. 56, n. 6, p. 953-962, 2021.
- ELSHAHAAT, S.; MOFFAT, T.; NEWBOLD, K. B. Understanding the healthy immigrant effect in the context of mental health challenges: A systematic critical review. **Journal of Immigrant and Minority Health**, v. 24, n. 6, p. 1564-1579, 2021.
- EUROPEAN COMMISSION. **The state of mental health in the European Union**. 2004. Disponível em: https://ec.europa.eu/health/archive/ph_projects/2001/monitoring/fp_monitoring_2001_frep_06_en.pdf. Acesso em: 30 jul. 2025.
- GORSKI, P. C.; GOODMAN, R. D. Introduction: Toward a decolonized multicultural counseling and psychology. In: GOODMAN, R. D.; GORSKI, P. C. (Orgs.). **Decolonizing “multicultural” counseling through social justice**. New York: Springer Science + Business Media, 2015. p. 1-10.
- GUEDES, C. R. A Clínica ampliada na Psicologia: grupos nas salas de espera do hospital geral. **Revista Praxis y Culturas**, v. 21, n. 33, p. 23-34, 2020.
- HAGE, S. M. Reaffirming the unique identity of counseling psychology: Opting for the ‘road less traveled by’. **The Counseling Psychologist**, v. 31, n. 5, p. 555-563, 2003.
- IOM - INTERNATIONAL ORGANIZATION FOR MIGRATION. **World Migration Report 2024**. Geneva: IOM, 2024.
- JAMES, P.; IYER, A.; WEBB, T. L. The impact of post-migration stressors on refugees’ emotional distress and health: A longitudinal analysis. **European Journal of Social Psychology**, v. 49, n. 7, p. 1359-1367, 2019.
- KIRMAYER, L. J. Rethinking cultural competence. **Transcultural Psychiatry**, v. 49, n. 2, p. 149-164, 2012.
- KOTERA, Y.; ASANO, K.; KOTERA, H.; OHSHIMA, R.; RUSHFORTH, A. Mental Health of Japanese Workers: Amotivation Mediates Self-Compassion on Mental Health Problems. **International Journal of Environmental Research and Public Health**, v. 19, p. 10497, 2022.

- LAMARTINE, C.; SILVA, M. T. da. O ciberespaço como denúncia: Assédio e discriminação vinculados à colonialidade no projeto brasileiras não se calam. **Comunicação e Sociedade**, v. 41, p. 209-229, 2022.
- MAHABIR, D. F.; GAHAGAN, J.; WALDRON, I.; ETOWA, J. Classism and everyday racism as experienced by racialized health care users: a concept mapping study. **International Journal of Health Services**, v. 51, n. 3, p. 350-363, 2021.
- MEYER, I. H. Prejudice, social stress, and mental health in lesbian, gay, and bisexual populations: Conceptual issues and research evidence. **Psychological Bulletin**, v. 129, n. 5, p. 674-697, 2003.
- MIGNOLO, W. Colonialidade: o lado mais escuro da modernidade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 32, n. 94, p. 1-18, 2017.
- MOLEIRO, C.; FREIRE, J.; TOMSIC, M. Immigrants' perspectives on clinician cultural diversity competence: a qualitative study with immigrants in Portugal. **International Journal of Migration, Health and Social Care**, v. 9, n. 2, p. 84-95, 2013.
- MOLEIRO, C. Culture and psychopathology: New perspectives on research, practice and training in a global world. **Frontiers in Psychiatry**, v. 9, n. 366, p. 1-6, 2018.
- MORO, M. R. Psicoterapia transcultural da migração. **Psicologia USP**, v. 26, n. 2, p. 186-192, 2015.
- MOROKVASIC, M. Birds of passage are also women. **International Migration Review**, v. 77, n. 1, p. 7-25, 1984.
- NG, E.; ZHANG, H. The mental health of immigrants and refugees: Canadian evidence from a nationally linked database. **Health Reports**, v. 31, n. 8, p. 3+, 2020.
- NOGUEIRA, C. **Interseccionalidade e psicologia feminista**. 1. ed. Salvador: Devires, 2017.
- NWOKE, C. N.; AWOSOGA, O.; LEUNG, B. M. Recruitment strategies used in a survey of african immigrant maternal mental health in Alberta, Canada. **Journal of Racial and Ethnic Health Disparities**, v. 9, n. 4, p. 1415-1421, 2022.
- NYIKAVARANDA, P.; PARISI, V.; BILODEAU, J.; PIZARRO-LÓPEZ, A. B.; BAGNALL, A-M.; DARWIN, Z.; BEE, P. Barriers and facilitators to seeking and accessing mental health support in primary care and the community among female migrants in Europe: a 'feminisms' systematic review. **International Journal for Equity in Health**, v. 22, n. 1, p. 196, 2023.
- PACHECO, P. M. G. **Formação em competências multiculturais de profissionais de acolhimento institucional de crianças e jovens**. 2009. Tese (Mestrado em Psicologia) - Instituto Universitário de Lisboa, Lisboa, 2009. Disponível em: https://repositorio.biblioteca.iscte-iul.pt/bitstream/10071/2656/1/master_pedro_goncalves_pacheco.pdf. Acesso em: 18 jul. 2025.

- PANCHAL, N.; HILL, L.; ARTIGA, S.; HAMEL, L. **Racial and ethnic disparities in mental health care: Findings from the KFF survey of racism, discrimination and health.** Kaiser Family Foundation, 23 mai. 2024. Disponível em: <https://files.kff.org/attachment/Topline-KFF-Survey-on-Racism-Discrimination-and-Health.pdf>. Acesso em: 01 mai. 2025.
- PINTO, N.; MOLEIRO, C. As experiências dos cuidados de saúde de pessoas transexuais em Portugal: Perspetivas de profissionais de saúde e utentes. **Psicologia**, v. 26, n. 1, p. 129-151, 2012.
- SCORSOLINI-COMIN, F. Elementos do aconselhamento multicultural aplicados à psicoterapia em contexto etnopsicológico. **Estudos e pesquisas em psicologia**, v. 15, n. 2, p. 587-607, 2015.
- SILVA, E. A. da. Um passo além? O que a abordagem interseccional pode oferecer aos estudos urbanos. **Civitas – Revista de Ciências Sociais**, v. 21, n. 3, p. 434-444, 2021.
- SIMIONI, F.; KYRILLOS, G. M.; VIDAL, C. F. Perspectivas teóricas feministas em Relações Internacionais: tensionamentos entre norte e sul globais. **Civitas – Revista de Ciências Sociais**, v. 24, p. 1-12, 2024.
- SUE, D. W.; SUE, D. **Counseling the culturally diverse: Theory and Practice.** 5. ed. Hoboken: Wiley, 2008.
- SUE, D. W.; CALLE, C. Z.; MENDEZ, N.; ALSAIDI, S.; GLOVER, M. M. **Counseling the culturally diverse: Theory and practice.** 8. ed. Hoboken: Wiley, 2019.
- SUE, D. W.; ARREDONDO, P.; MCDAVIS, R. J. Multicultural counseling competencies and standards: a call to the profession. **Journal of Multicultural Counseling and Development**, v. 20, n. 2, p. 64-88, 1992.
- SUE, S. In search of cultural competence in psychotherapy and counseling. **American Psychologist**, v. 53, n. 4, p. 440-448, 1998.
- TOPA, J.; NEVES, S.; NOGUEIRA, C. Imigração e saúde: a (in)acessibilidade das mulheres imigrantes aos cuidados de saúde. **Saúde e Sociedade**, v. 22, n. 2, p. 328-341, 2013.
- U.S. D.H.H.S – UNITED STATES. DEPARTMENT OF HEALTH AND HUMAN SERVICES. **Mental health: Culture, race and ethnicity: a supplement to mental health: a report of the surgeon general.** Office of the Surgeon General, 2001. Disponível em: <https://www.ncbi.nlm.nih.gov/books/NBK44243/>. Acesso em: 14 jul. 2025.
- VALSINER, J. **Culture and human development.** London: Sage, 2000.
- VALSINER, J. **An invitation to cultural psychology.** 1. ed. London: Sage, 2014.
- VON WERTHERN, M.; ROBJANT, K.; CHUI, Z.; SCHON, R.; OTTISOVA, L.; MASON, C.; KATONA, C. The impact of immigration detention on mental health: A systematic review. **BMC Psychiatry**, v. 18, n. 1, p. 1, 2018.

WHITLEY, R. Cultural competence, evidence-based medicine, and evidence-based practices. **Psychiatric Services**, v. 58, n. 12, p. 1588-1590, 2007.

WILLIAMS, D. R.; LAWRENCE, J. A.; DAVIS, B. A. Racism and Health: Evidence and Needed Research. **Annual Review of Public Health**, v. 40, n. 1, 2019.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. **World Report on the Health of Refugees and Migrants**. Geneva: World Health Organization, 2022. Disponível em: <https://www.who.int/publications/i/item/9789240054462>. Acesso em: 29 ago. 2025.

RESUMO

Este artigo analisa os desafios enfrentados por mulheres imigrantes racializadas no acesso aos serviços de saúde mental em Portugal. A escassez de estudos dedicados a essa população motivou a realização de uma reflexão teórica e crítica, fundamentada em referenciais feministas interseccionais e decoloniais. A análise revela que desigualdades estruturais, práticas discriminatórias e a ausência de sensibilidade cultural nos atendimentos continuam a reforçar barreiras ao cuidado psicológico. Como implicações, aponta-se a necessidade urgente de repensar políticas públicas de saúde mental, investir em formações profissionais orientadas por modelos críticos de competências multiculturais e incorporar perspectivas que problematizem as consequências da colonialidade ainda presente nos serviços de saúde mental no contexto português.

Palavras-chave: Mulheres imigrantes racializadas; Saúde mental; Interseccionalidade; Decolonialidade; Políticas públicas.

ABSTRACT

This article examines the challenges faced by racialized immigrant women in accessing mental health services in Portugal. The lack of research focused on this population prompted a theoretical and critical reflection grounded in intersectional feminist and decolonial frameworks. The analysis highlights how structural inequalities, discriminatory practices, and the absence of cultural sensitivity in care provision continue to reinforce barriers to psychological support. As key implications, the study underscores the urgent need to rethink public mental health policies, invest in professional training guided by critical models of multicultural competencies, and incorporate perspectives that address the enduring impacts of coloniality within mental health services in the Portuguese context.

Keywords: Racialized immigrant women; Mental health; Intersectionality; Decoloniality; Public policy.

Representações sobre as migrações do Nordeste para o Sudeste em três canções de compositores migrantes

Representations of the migration from the Northeast to the Southeast of Brazil in three songs by migrant composers

*Valéria Barbosa de Magalhães**

1 INTRODUÇÃO

As migrações têm sido historicamente representadas e imaginadas em variadas linguagens da arte. O movimento do Nordeste para o Sudeste não escapou a esse olhar, tendo aparecido tanto em filmes - *A Hora da Estrela* (1985) e *O Homem que Virou Suco* (1980), por exemplo -; quanto em livros - *Vidas Secas*, de Graciliano Ramos (1938), *O Quinze*, de Rachel de Queiroz (1938) e *Morte e Vida Severina*, de João Cabral de Melo Neto (1956) - e na música. Nesta última, compositores e músicos de diferentes estilos, décadas e origens produziram frutíferas obras sobre os deslocamentos.

Dentre as canções mais emblemáticas que trataram das migrações, algumas podem ser citadas: *Asa Branca* (Luiz Gonzaga e Humberto Teixeira, 1947), *O Último Pau de Arara* (José Guimarães, Corumba e Venâncio, 1957), *Lamento Sertanejo* (Dominguinhos, 1967), *Sampa* (Caetano Veloso, 1978), *Baião da Garoa* (Luiz Gonzaga e Hervê Cordovil, 1953), *Respeita Januário* (Luiz Gonzaga, 1950), *Carta a Maceió* (Gordurinha, 1962), *Peguei um Ita no Norte* (Dorival Caymmi, 1945), *Eu Vim da Bahia* (Gilberto Gil, 1965), *Chula no Terreiro* (Elomar, 1979), *Carcará* (João do Vale e José Cândido, 1964), *São os do Norte que Vêm* (Ariano Suassuna e Capiba, 1967), entre outras.

* Doutora em História Social pela Universidade de São Paulo (USP). Docente da Escola de Artes, Ciências e Humanidades (EACH/USP). Coordenadora do Grupo de Estudo e Pesquisa em História Oral e Memória (GEPHOM/USP). E-mail: gephom@gmail.com. ORCID iD 0000-0002-6817-4192.

Considerando que a música é uma das formas artísticas que expressam a realidade migrante e que pode simultaneamente afirmar sua constituição identitária, este artigo analisará três letras de canções, compostas entre os anos 1970 e começo dos anos 1980, de autores de diferentes estados nordestinos que migraram na mesma década para o Sudeste. São elas: Domingo de Pedra e Cal¹ (1977, de Geraldo Azevedo, pernambucano); Saga de Severinin² (1982, de Vital Farias, paraibano); Fotografia 3x4³ (1977, de Belchior, cearense)⁴.

Serão exploradas nessas letras as seguintes indagações: como a canção retratou os lugares de origem e de destino? A canção privilegiou experiências subjetivas sobre os dois lugares ou aspectos gerais sobre eles? A imagem do Nordeste apareceu idealizada, de acordo com os estereótipos construídos sobre a região (ALBUQUERQUE, 1999)? Considerando a afirmação de Ayres (2006, p. 121) de que nessas experiências “ao código urbano musical foram incorporadas novas tendências onde o regional emergia como força de expressão”, indaga-se se haveria nas letras uma tendência a retratar o destino como *locus* do moderno e da industrialização, em oposição ao local de origem como rural e idílico. Moura e Santos (2023) chamam a atenção para a agência dos artistas dessa geração na proposta de uma nova percepção sobre o Nordeste. De que forma esse novo olhar apareceria nas letras analisadas? Que memórias essas canções carregam? (LE GOFF, 1990; KOTRE, 1997⁵)?

O recorte temporal dos artistas aqui analisados corresponde à terceira geração de músicos nordestinos que migraram para o Sudeste, considerando a classificação de Haudenschild (2017a). A primeira geração englobaria artistas que migraram nas décadas de 1930 a 1950, como Luiz Gonzaga, Dominguinhos, João do Vale e Dorival Caymmi. A segunda seria composta por aqueles que percorreram essa trajetória migratória nos anos 1960, como Caetano, Gil, Bethânia, Vandrê e Capinan. Na terceira, estariam músicos que emigraram do Nordeste nos anos 1970 e 1980, como Geraldo Azevedo, Alceu Valença, Cátia de França, Amelinha, Zé Ramalho, Vital Farias, Fagner, Belchior, Têti e outros.

Os artistas dessa última geração saíram de classe média e de experiências urbanas e cosmopolitas. Sua música, portanto, incorporou elementos dessa vivência social e subjetiva, contrapondo-se à imagem cristalizada de um Nordeste arcaico e rural. Além disso, desafiaram até mesmo a associação comumente feita no Brasil entre a identidade nordestina e um certo padrão rígido de masculinidade (TROTTA, 2013) e reforçada pela primeira geração de compositores migrantes nordestinos. São músicos que falam de política, de amor, de temas do sensível, da urbanidade, do cotidiano migrante e da realidade social, escapando aos temas supostamente esperados do cangaço, da virilidade e da violência.

A produção musical de nordestinos no Sudeste foi estudada por diversos pesquisadores que trataram de aspectos variados, tais como: da obra de Luiz Gonzaga (LAZZARIN, 2019) e dos músicos nordestinos dos anos 1960 a 1980 (HAUNDESCHILD, 2017a e SARAIVA, 2017); do sertão, do cenário fonográfico, das experiências migratórias (HAUNDESCHILD, 2017b); e dos artistas especificamente do Ceará (AYRES, 2006).

Os referidos autores entendem que a experiência subjetiva de migrar tem impacto no conteúdo das obras desses artistas:

A experiência diaspórica vivenciada pelos compositores sertanejos e nordestinos na canção popular brasileira foi determinante para as elaborações que se estabeleceram criativamente em suas obras. (HAUNDESCHILD, 2017b, p. 13)

Assim, a música reflete a relação que o grupo migrante estabelece com a sua identidade de origem e com o local de destino, podendo fazer emergir concepções e vivências que não apareceriam em outras linguagens. Hundeschield (2017) dirá que emerge daí um sujeito discursivo em hibridização e denomina esses artistas como músicos nordestinos diaspóricos. Para ele:

Os compositores aqui elencados fazem parte de uma safra de artistas nordestinos que expressam em suas obras literomusicais uma ampla consciência da condição diaspórica como vetor material de suas alteridades subalternas nordestinas. (HAUNDESCHILD, 2017a)

A concepção de diáspora utilizada pelo autor está ligada à origem etimológica grega da palavra, isto é, ao sentido de semear e dispersar. Ainda que no presente artigo não se discorde do uso desse termo, preferiremos utilizar “músicos migrantes do Nordeste”. Há dois motivos para isto: primeiro, para reverter a percepção estereotipada sobre os migrantes do Nordeste de que todos seriam pobres, famintos, associados à tradição e à ruralidade e desprovidos de agência política.

A construção e manutenção dessa imagem do Nordeste foi bem descrita pela literatura acadêmica. Trata-se de uma representação que caracteriza o povo nordestino, em especial os migrantes, de forma discriminatória. Os músicos do Nordeste não escaparam a essa percepção. Sua música foi relegada ao rótulo de regionalista pela crítica, que evitou categorizá-la como parte da MPB (AYRES, 2006).

Dessa forma, entender os músicos diaspóricos do Nordeste como migrantes é afirmar que a migração nordestina não é homogênea como pretende o estereotipo, mas sim diversa, contemplando pessoas de

diferentes estados, experiências profissionais, origem racial, de classe, rural ou urbana e de gênero. Trabalhos como o de Paulo Fontes (2008) e Marilda Menezes (2012) revelaram não só essa diversidade de origem, mas também a agência migrante e as inúmeras possibilidades de projetos migratórios que esse movimento contempla.

O segundo motivo pelo qual o presente artigo escolhe denominar esses músicos de migrantes é porque migrar, apesar de ser um termo alvo de preconceito, contempla também agência e resistência por parte de grupos migrantes ao redor do mundo. A apropriação do termo “migrante” como força subjetiva e categoria política é importante. Portanto, músicos migrantes nordestinos são pessoas que fizeram parte da história de um movimento social de deslocamento que moldou o Brasil moderno. Ou seja, não se quer apagar aqui a identidade migrante desses músicos, pelo contrário: pretende-se valorizá-la.

Esses artistas migrantes dos estados do Nordeste constituíram uma geração que dialogou com a modernidade a partir de seus lugares de origem. O álbum *Quadrafônico* (1972), de Geraldo Azevedo e Alceu Valença, por exemplo, é uma obra vanguardista feita nos anos 1970 por dois pernambucanos. O LP agregou sonoridades experimentais do estilo psicodélico e incluiu ritmos pernambucanos. O disco *Paêbiru* (1975), de Zé Ramalho e Lula Cortês, é outro expoente da modernidade e do cosmopolitismo dos artistas do Nordeste naqueles anos. Gravado no Recife, suas composições incorporavam rock psicodélico e progressivo e misturavam sons místicos a alguns acordes do Nordeste. Além desses nomes que se tornariam mais famosos, outros constituíram o movimento da chamada *Psicodelia Nordestina*, como o grupo pernambucano *Ave Sangria* (1974) e o álbum *Anthropologica* (No. 2): *No Sub Reino dos Metazoários* (1973), de Marconi Notaro (que contou com a participação de nomes como Zé Ramalho e Robertinho do Recife). Eram propostas estéticas e musicais revolucionárias, muito à frente de seu tempo, não só para o Nordeste, mas também para o Brasil e até para o mundo. Elas são uma confirmação de que a produção cultural do Nordeste dialogou com a sua contemporaneidade de forma intensa.

No caso de Belchior, por exemplo, esse cosmopolitismo perpassou toda a sua obra. Nascido em Sobral, migrou para Fortaleza no final dos anos 1960, para estudar e sua experiência de vida foi majoritariamente urbana. Sua produção refletiu essa inserção. A canção *A Palo Seco* (1973), por exemplo, gravada bem no início de sua carreira, traduz uma formação pessoal e social moderna para sua época. Nota-se, na letra, referências à produção cultural internacional, como o blues, além da familiaridade com o trânsito entre países, algo geralmente não tão acessível a todos:

Tenho vinte e cinco anos
De sonho e de sangue
E de América do Sul
Por força deste destino
Ah você sabe e eu também sei
Um tango argentino
Me vai bem melhor que um blues

Vários músicos da mesma geração também tiveram produções com essas características urbanas e cosmopolitas, como Cátia de França, Fagner e Zé Ramalho, entre outros. Todos eles migraram para o Sudeste e, dessa nova experiência de movência, trouxeram elementos que compuseram sua obra musical. A seguir, será explicado o contexto migratório em que se encaixam esses artistas.

2 O CONTEXTO: AS MIGRAÇÕES DO NORDESTE PARA O SUDESTE

Os nordestinos hoje conhecem muito bem os recursos técnicos da feitura do seu trabalho, perderam qualquer sentimento de atenção à expectativa folclorizante a respeito deles e, pessoalmente, quero dizer, a respeito do meu trabalho, que não tenho sequer vontade artística de dar continuidade a aquilo que, aqui no Sul, se chama a “cultura do Nordeste”. Porque eu acho um imenso passivo morto. Acho que a cultura do Nordeste, essa cultura que as pessoas esperam que nós demos continuidade, é uma cultura morta, uma cultura antiga, medieval, cujo destino é realmente a obsolescência. Ela já deu o que tinha de dar. Pretendemos, e principalmente o meu trabalho, descobrir qual é a nova cultura do Nordeste, qual é a nova música do Nordeste.

O visionário cantor Belchior adiantou-se aos intelectuais da academia, que certamente nele se inspiraram, para expressar críticas sobre a folclorização da cultura e sobre a imagem antiga e estacionária do Nordeste. A respeito dessa imagem e ao refletir sobre em que momento um migrante do Nordeste no Sudeste passaria a ser identificado como Nordestino, Maura Penna (1992) afirmou:

Aquilo que é usualmente reconhecido como “tipicamente nordestino”, compondo o estereótipo, relaciona-se com a representação do Nordeste gerada pelo discurso

regionalista ou com a imagem criada a partir do Sul/Sudeste, ao curso das relações de força (materiais e simbólicas) que configuraram as regiões brasileiras. Convém lembrar que, se um grupo se auto representa através de uma imagem idealizada, na relação com outros a valoração pode ser invertida, nos dois casos como fruto de um comportamento etnocêntrico. (PENNA, 1992, p. 75).

Generalizar as características migrações no Brasil do século XX é um equívoco, em especial as migrações do Nordeste para o Sudeste. A ideia de um migrante nordestino é uma generalização que não encontra base na realidade. Poderíamos apenas afirmar que existiram múltiplas “migrações do Nordeste” no país, variando em termos de grupos, identidades, história, dimensão, locais e formas de assentamento, bem como de tipos de movimento: êxodo rural, migração interna, intrarregional, inter-regional.

No início do século XIX, já havia fluxos de pessoas da região Nordeste (compostas hoje por nove estados diferentes) indo para o Sudeste (formado por quatro estados, incluindo São Paulo e Rio de Janeiro). Esse movimento atravessou todo o século XX. Ao mesmo tempo, uma variedade de trânsitos interestaduais ou intraestaduais, permanentes e temporários, ocorreu ao longo do país, em especial no Nordeste. Ainda hoje, no século XXI, os movimentos internos continuam intensos e ocorrem em diferentes níveis e direções. A explicação para a variedade de fluxos de pessoas deslocadas no Brasil é complexa, heterogênea e específica para cada grupo e contexto.

A migração interna mais importante no país em termos numéricos, históricos, sociais e econômicos é, sem dúvida, do Nordeste para o Sudeste, que já conta com mais de 140 anos. Neste longo e intenso período, São Paulo recebeu aproximadamente 5 milhões de pessoas do Nordeste, sendo este o maior movimento interno de pessoas na história do Brasil. Especificamente no caso de São Paulo, fatores múltiplos e interseccionados de atração explicam as migrações do Nordeste para o Sudeste: expansão da indústria e da construção civil em São Paulo, redes sociais de migrantes, intensificação da monocultura no interior do Estado de São Paulo, reunificação familiar, questões pessoais, permanência no local de origem por meio de projetos familiares. A razão para a saída maciça dos estados do Nordeste, ao longo de décadas, esteve atrelada principalmente à desigualdade fundiária, à falta de políticas de permanência na terra, e às redes sociais de migrantes.

Outros grupos fronteiriços com o atual Nordeste compartilharam algumas de suas características migratórias, como os casos do Pará e do Norte de Minas Gerais. Este último, inclusive, tem sido popularmente identificado como “Sertão das Gerais” devido às semelhanças geográficas e históricas com o sertão nordestino.

Este artigo entende a ideia de “Nordeste” como uma construção que não corresponde à dinâmica social e histórica heterogênea dos nove estados que compõem a região. Tal construção se reflete, por suposto, na forma como as migrações do Nordeste para o Sudeste são compreendidas e na produção musical de artista migrantes.

Para Albuquerque (2016), boa parte dos músicos migrantes anteriores aos tropicalistas se apoiava em discursos que corroboravam com as imagens cristalizadas sobre o Nordeste, como no caso de Luiz Gonzaga, que, por outro lado:

logrou reinventar a cultura musical nordestina em plena sociedade urbano-industrial brasileira de meados do século passado. Mesmo que para isso, o “rei do baião” precisasse conceber uma identificação cultural vinculada a uma romantização de seu tradicionalismo sertanejo. (HAUDENSCHILD, 2017b, p. 14)

As pessoas que vivem no Nordeste estão inseridas em diferentes paisagens geográficas e em circunstâncias culturais e históricas diversas. Neste artigo, assume-se, portanto, que não há apenas uma migração do Nordeste para o Sudeste, mas fluxos e processos diferentes que às vezes são erroneamente entendidos como um fenômeno único e homogêneo. Em termos gerais, existem algumas condições históricas e econômicas comuns que funcionam como “pano de fundo” para explicar parcialmente esses diferentes movimentos: a má distribuição fundiária em uma porção do território do Nordeste, a falta de políticas de permanência na terra, a centralidade econômica do Sudeste no país e a ideia de São Paulo como terra de oportunidades. A seca não se inclui nessas condições comuns, considerando que essas migrações incluem localidades no litoral e fora do agreste ou do sertão geográfico.

Tudo isso situa os migrantes como agentes de seu processo migratório (MENEZES, 2002). Fontes (2008) chamou a atenção para o fato de que, apesar da importância das análises econômicas sobre as migrações, não se pode menosprezar o papel das redes nesse processo migratório. Segundo ele, as migrações costumam ser planejadas pelo migrante, por sua família e pela comunidade. As redes foram fundamentais para organizar a vida dos nordestinos em São Miguel Paulista, caso por ele estudado. Constatação semelhante foi feita por outros autores, como Marilda Menezes (2012) e Maria Aparecida de Moraes Silva, Beatriz Medeiros de Melo e Andréia Peres Appolinário (2007).

Fontes também percebeu que, apesar das redes de apoio, o preconceito contra os nordestinos no mercado de trabalho em São Paulo foi intenso, no período por ele estudado: 1945-66 (FONTES, 2008, p. 67). O mesmo pode ser constatado entre os músicos migrantes. Na década de 1950, a presença nordestina na cidade causava estranheza e conflito, fato que podia ser verificado tanto na imprensa, quanto nas instâncias administrativas da cidade. Um dos elementos que reforçavam a discriminação e os estereótipos era a homogeneização da categoria “nordestino”.

Esse tipo de generalização com base no estigma social tem como função situar grupos em diferentes posições de *status* social, conforme foi enfatizado por Elias e Scotson (2000), dividindo a cidade em uma periferia, ocupada pelos migrantes e por outros grupos marginalizados, e um centro ocupado pelas elites e classe média tradicionais do Sudeste. A estigmatização respondeu aos anseios dessas elites em um processo de produção urbana desigual. A construção de um imaginário do Nordeste como rural, tradicional e atrasado (ALBUQUERQUE, 1999) contribuiu com o reforço do estigma no migrante do Nordeste no Sudeste.

Nesse contexto, a migração de nordestinos para as periferias de cidades como São Paulo passou a ser uma realidade. Dantas (2011), por exemplo, mostra que, entre 1950 e 1970, houve uma expansão de 1.110% na oferta de escolas no Bairro de Ermelino Matarazzo, na Zona Leste. A hipótese da autora é de que esse fator tenha contribuído para a chegada de migrantes na região. Linhas de trem, baixos preços de moradia e a Estação do Norte (Estação do Brás) também foram um atrativo para os nordestinos viverem nas periferias de São Paulo (MAGALHÃES e MENEZES, 2024).

Em relação à delimitação atual do IBGE de Nordeste, é necessário entender que os fluxos migratórios a partir dessa região não coincidem com os seus limites físicos, sendo mais complicadas do que eles. Por isso, como em pesquisas anteriores desta autora, este artigo não utiliza o termo “nordestinos”, mas sim “migrantes do Nordeste”. A razão para essa escolha visa evitarmos as generalizações e estereótipos que a concepção de “nordestinos” carrega em si. Buscou-se reforçar o contrário: que o Nordeste (geográfico) é heterogêneo e multifacetado e mutante, não correspondendo às fronteiras da divisão regional estabelecida pelo IBGE desde 1970 ou às generalizações a ele atribuídas.

Aliás, os “migrantes do Nordeste” têm, por vezes, mais semelhanças em termos de fluxos migratórios com outros estados fora dele do que com os estados da própria região, como acontece com os fluxos de migrantes do Norte de Minas e do sul da Bahia.

Pela divisão oficial de 1942, instituída no Governo Vargas, a Bahia (local de origem de muitos músicos migrantes da época) sequer fazia parte do Nordeste, mas sim da região Leste, juntamente com Minas e Rio de Janeiro.

A divisão da época era: Norte, Nordeste, Leste, Centro-Oeste e Sul. A configuração regional que conhecemos hoje foi herdada da Ditadura Militar e estabelecida pelo IBGE em 1970. Os limites regionais são construídos, e não são fixos, e atendem a contextos sociopolíticos específicos, de modo que não podemos atrelar as migrações do Nordeste à fixidez regionalista do IBGE.

Assim, na maior parte dos 140 anos de migrações do Nordeste para o Sudeste, a Bahia, por exemplo, sequer fazia parte do Nordeste (antes de 1970), mas sim da região Leste, estando mais próxima geopoliticamente de Minas Gerais.

Em seu trabalho *A Invenção do Nordeste e outras Artes*, Albuquerque (1999) explica que a concepção discursiva de “Nordeste” como algo cristalizado e tradicional foi gestada no início do século XX, a partir de uma construção que englobou aspectos como economia, política e cultura.

Desse modo, “ser nordestino” é um aprendizado, não se nasce “nordestino”, torna-se um. Esse “tonar-se” pode acontecer por meio de “dispositivos pedagógicos de nordestinidade” - para nos apropriarmos de um conceito tratado por Maknamara e Paraíso (2009) -, que podem estar no campo da cultura ou no campo social, e que são causa e efeito de atribuições identitárias generalizadoras que vêm “de dentro” e “de fora”, isto é, de quem assim se identifica ou de quem assim os identifica.

Os migrantes “nordestinos” são, portanto, uma categoria discursiva complexa e heterogênea, que não necessariamente corresponde aos limites geográficos da divisão regional do IBGE oficial e nem aos estereótipos reforçados pelas suas regiões receptoras.

Este artigo partirá dessa noção complexa de Nordeste e de migrante do Nordeste para analisar as letras das canções propostas.

3 O QUE DIZEM AS CANÇÕES MIGRANTES?

As três canções escolhidas para este artigo (Pedra e Cal, Fotografia 3x4 e Saga de Severinin) serão observadas por meio de uma análise temática, emprestada do método da história oral (DEMARTINI, 2005), que identificará qualitativamente os termos e expressões disponíveis nas frases e os temas que prevalecem, bem como seus significados.

Para a compreensão dessas letras, serão descritas a seguir a trajetória migratória e a origem social desses músicos, isto é, serão apresentados seus “lugares de fala”.

Geraldo Azevedo nasceu em 1945, no sertão pernambucano, bairro de Jatobá, nos arredores de Petrolina e sua família estimulou a sua carreira musical. Mudou-se para Recife para estudar arquitetura, mas não terminou o curso, indo dedicar-se à música. Foi para o Rio de Janeiro em 1967.

Vital Farias é natural de Taperoá, no sertão da Paraíba, nasceu em 1943. Mudou-se para João Pessoa aos 18 anos e para o Rio de Janeiro em 1975, onde estudou faculdade de música.

Belchior nasceu em Sobral, no Ceará, em 1946. Foi para Fortaleza para estudar medicina, em 1968, mas não concluiu o curso. Queria se dedicar à carreira artística. Fez parte do grupo O Pessoal do Ceará, com Amelinha, Fagner, Ednardo e outros. Mudou-se pela primeira vez para São Paulo em 1971.

As trajetórias desses três compositores revelam semelhanças, apesar de cada um vindo de um estado diferente: todos eles nasceram na década de 1940 e se mudaram para o Sudeste nos anos 1970 ou finalzinho de 1960. Nasceram no interior, mas se mudaram para as capitais de seus estados para estudar. Além disso, são homens brancos, de classe média, que tiveram a oportunidade de fazer um curso superior (mesmo que o tenham abandonado para se dedicarem à música). Em relação à inserção de classe, a exceção seria Vital Farias, que era filho de agricultor e de empregada doméstica e tinha 14 irmãos, mas que teve oportunidade de estudar e de viver na capital, logo que terminou o colégio.

Todos eles faziam parte da cena musical urbana de seus estados de origem, antes de se mudarem para São Paulo ou Rio de Janeiro em busca de possibilidades de inserção na indústria fonográfica. Sua formação e memória musical foi fomentada em casa, em famílias que contavam com músicos, amadores ou profissionais. Portanto, sua familiaridade com essa linguagem artística foi estimulada por familiares e consolidada profissionalmente no eixo Rio-São Paulo.

Suas vivências familiares, musicais e de classe os inserem em espaços privilegiados, de modo que eles desafiam os estereótipos sobre os nordestinos e seus migrantes. A formação urbana contrasta com a ideia preconcebida do nordestino sertanejo miserável e rural/atrasado. Seu acesso ao ensino superior também desmonta a concepção equivocada de que todo migrante do Nordeste seria sem escolaridade. Para Albuquerque (1999), a imagem de Nordeste associada com sofrimento, estagnação, tradicional e ruralidade foi fomentada por e se reflete na arte:

...Uma imagética escravista e patriarcal, na qual o mundo é desigual, mas sem conflito, em que há trabalho escravo belo plasticamente, a exploração sexual do negro se torna idílio de fim de tarde. Uma pintura que cria a imagem de um espaço multirracial, multicolorido, e os contrastes se harmonizam em cores líricas e sensuais...
...Uma paisagem fruto de sonhos, de sublimações, de sequestros da história, do passar do tempo, das transformações sociais. (ALBUQUERQUE, 1999, p. 147)

Dos três músicos, Belchior foi, definitivamente, o que mais contestou os estereótipos sobre o Nordeste, seja em sua arte, seja em sua atuação política, mas não foi o único. Geraldo Azevedo expressou, mais de uma vez, seu desconforto com o regionalismo esperado de sua obra, tendo em vista ser um músico migrante do Nordeste:

Acho que foi a época da ascensão dos nordestinos. Eu sempre coloco isso como se fosse um movimento que existiu na música brasileira. Pelo fato de não ter tido rótulo, assim como a Bossa Nova, como o Tropicalismo, eu acho que não tem essa notoriedade como movimento, mas para mim é um dos movimentos mais fortes que houve na música brasileira, foi a ascensão dos nordestinos. (...) Acho que isso aí foi um movimento espontâneo. Não teve um título nem um rótulo feito Bossa Nova, feito Tropicalismo, mas ao mesmo tempo foi um movimento marcante que mudou o rumo da música brasileira, deu uma dimensão nova à música brasileira, principalmente trazendo o Nordeste, nacionalizando o Nordeste de uma maneira com muito mais riqueza, sem o preconceito que existia com o forró, com Luís Gonzaga, Jackson do Pandeiro. E se dando uma dimensão mais da MPB. Embora hoje em dia a mídia considere a gente sempre artista regional. Mas o trabalho da gente é um trabalho muito mais nacional, muito mais abrangente da MPB. É porque no Brasil a gente é considerado pelo Sul como música regional. Lá no Nordeste a gente é considerado música da MPB. E quando é fora do Brasil, a gente é chamado de world music, pelo menos o meu trabalho. (Geraldo Azevedo. Entrevista para João de Deus Barros, 2016).

A agência política dos três músicos, aliás, se expressa não somente em suas letras engajadas, mas também em suas ações. Geraldo Azevedo, por exemplo, foi preso e torturado pela Ditadura Militar mais de uma vez. Belchior deu várias entrevistas em que revelou não somente seu posicionamento político, mas também sua visão combativa sobre os estereótipos do Nordeste. Um exemplo foi a entrevista que deu ao Jornal Pasquim, em 1969, na qual falou sobre poder e sobre a diversidade da música do Nordeste, entre outros temas. Vital Farias chegou a concorrer a cargos políticos por partidos de esquerda, como o PSOL. Ao final de sua vida, porém, mudou radicalmente de espectro político, indo para o bolsonarismo.

Essas considerações das trajetórias pessoais e inserções sociais são importantes porque revelam a construção das letras sobre a experiência migrante que esses artistas do Nordeste compuseram e a relação delas com sua vivência pessoal.

Nas três canções analisadas há uma coincidência temática entre as letras de Geraldo Azevedo e Belchior, sendo a música de Vital Farias mais direcionada à memória de um local idílico rural de origem e de sofrimento pela desigualdade fundiária, e de um Sul como de trabalho e desgosto.

Nas canções de Geraldo Azevedo e Belchior, a cidade de São Paulo é representada pelo frio, pelo espanto com suas características e pela discriminação. As letras retratam a cidade como um local difícil e de muito trabalho:

Do frio aqui contraído (Domingo de pedra e cal. Op. Cit.).

A noite fria me ensinou a amar mais o meu dia.
(Fotografia 3x4. Op. Cit.).

São Paulo seria uma cidade grande violenta e que inspiraria solidão:

Ao longo das avenidas, olho passeio perdido. (Domingo de pedra e cal. Op. Cit.).

São Paulo violento, corre o rio que me engana.
Copacabana, zona norte e os cabarés da Lapa onde eu morei. (Fotografia 3x4. Op. Cit.).

Além disso, São Paulo é interpretada por Belchior como um lugar que discrimina o migrante:

Em cada esquina que eu passava, um guarda me parava.
E estranhando o nome do lugar de onde eu vinha.
(Fotografia 3x4. Op. Cit.).

Esse migrante discriminado é lembrado como um trabalhador da construção, atividade que estava em alta nos anos 1970 por causa da expansão imobiliária de São Paulo e que contou com participação maciça da mão de obra migrante:

Pisando na argamassa do que vai ser construído, ao longo das avenidas, olho passeio perdido. (Domingo de pedra e cal. Op. Cit.).

Do ponto de vista da experiência subjetiva, as letras expressam um local de destino difícil, sem mar e longe das pessoas queridas. Trata-se de uma vivência inicial de sofrimento migrante e do choque cultural:

Longe do Mar vem São Paulo, longe do mar minha dor.
(Domingo de pedra e cal. Op. Cit.).

Veloso, o sol não é bonito para quem vem do Norte e vai
viver na rua. (Fotografia 3x4. Op. Cit.).

Na letra acima, vale notar o diálogo entre Belchior e Caetano Veloso (em referência a *Alegria, Alegria*) no tocante às visões sobre o impacto da cidade de São Paulo em suas experiências. Enquanto um Belchior menos otimista enfatiza as dificuldades e o choque com a cidade em que “Nesse cimento, meu pensamento e meu sentimento só têm o momento de fugir no disco voador”, outro Caetano dialoga com a cultura pop e com a modernidade da capital e de seu rápido crescimento, de forma a tirar disto a sua inspiração:

O sol se reparte em crimes
Espaçonaves, guerrilhas
Em cardinales bonitas
Eu vou (*Alegria, Alegria*)

Deve-se considerar também que ambos (Belchior e Caetano) são de gerações diferentes de músicos migrantes e de tradições e escolas musicais diversas na MPB. Caetano compôs *Alegria, Alegria* na esteira da desconstrução estética do Tropicalismo, enquanto Belchior criou *Fotografia 3x4* dentro de uma estilística do rock regionalista e da música de protesto da época, o que faz com que o estranhamento entre as duas canções tenha sentido. Nos dois casos, porém, é notório o hibridismo entre a música e a poética cosmopolita e pop da época com as referências à cultura regional, de modo a retratar suas experiências diaspóricas.

As analogias com a beleza, o mar e o sol são um exemplo do impacto inicial do deslocamento e do confronto com o novo, porém com esperança no horizonte:

E pela dor eu descobri o poder da alegria e a certeza de
que tenho coisas novas. (Fotografia 3x4. Op. Cit.).

Além da esperança, as músicas cantam temas do sensível: o amor que fica no local da partida e a esperança do novo e de novos afetos, contrariando estereótipos que ligam a nordestinidade à padrões rígidos de masculinidade:

Mesmo vivendo assim, não me esqueci de amar.
(Fotografia 3x4. Op. Cit.).

Estou distante dos olhos, [...] do coração de Luzia.
(Domingo de pedra e cal. Op. Cit.).

Os trechos acima interpretam a migração do Nordeste para o Sudeste como uma experiência de sofrimento, mas também de expectativa de superação. Mostram uma cidade de São Paulo em pleno desenvolvimento como sendo um espaço solitário e de discriminação, mas também do novo.

Há, portanto, uma percepção de que o migrante interage com a cidade de São Paulo, inclusive politicamente, transformando-a. Paulo Fontes ressaltou, em seus estudos, a relevância dos migrantes para o desenvolvimento de São Paulo e, também, o seu papel político e sua agência no processo de movência:

Interessa perceber como esses trabalhadores [migrantes] atuaram sobre o processo de urbanização e tornaram-se atores políticos fundamentais da vida na cidade [de São Paulo]”. (FONTES, 2008, p. 32).

O Sudeste é o local onde o sujeito se transforma e resiste, como diz Belchior em sua letra: “A minha história é talvez igual à sua. Jovem que desceu do Norte, que no Sul viveu na rua, ficou desnorreado. Eu sou como você” (Fotografia 3x4. Op. Cit.). São interpretações da experiência migrante que nada têm de estereotipadas, que não evocam imagens cristalizadas do Nordeste. Pelo contrário, quando dele falam, se referem ao amor, às ruas, a questões cotidianas que bem poderiam ser citadinas ou rurais. São experiências universais: “do cheiro da feira. Distante estou das ladeiras” (Domingo de pedra e cal. Op. Cit.) e da “mulher que eu amei não pode me seguir” (Fotografia 3x4. Op. Cit.).

A letra de Vital Farias, por outro lado, em alguns momentos reforça imagens que reproduzem estereótipos sobre o Nordeste, particularmente na oposição cidade grande X sertão/rural, reiterando uma imagem do migrante do Nordeste como alguém sofrido e vindo do campo:

Falo de Severinin, lavrador tão popular
Que morava na palhoça
E cultivava uma roça perto de Taperoá. (Saga de Severinin. Op. Cit.)

A letra mostra um Severino da roça, que vivia em um local idílico (com fruta madura, jerimum, passarinho), e que foi expulso de sua terra pelo

patrão, tendo que se mudar para o Sul “o caminho de libertar”. Haudenschild chama a atenção para o uso recorrente do nome Severino em canções que retratam o sertão, como um recurso de associação à seca:

Vale notar que o nome “Severino” constitui-se na produção cultural brasileira como um relevante designativo metafórico da experiência diaspórica sertaneja longevamente castigada pela miséria das secas. (HAUDENSCHILD, 2017a, s/p.)

Isto é, a letra da canção acaba reforçando certos recursos imagéticos sobre o Nordeste que foram construídos historicamente, naturalizando aspectos que são sociais, e não objetivos e intrínsecos à região, na formação da identidade nordestina. Sobre isso, Penna (1992) afirmou que:

Dizer que a região Nordeste tem uma identidade própria decorrente de fatores objetivos (cf. Matos, 1986, entre outros) e não explicitar os caminhos do senso comum é, portanto, perder-se nele. (PENNA, 1992, p. 168)

Por outro lado, a canção de Vital Farias denuncia também uma realidade social e política que expulsa pessoas de seus locais no Nordeste, isto é, a desigualdade fundiária. A letra tem um tom de denúncia. Sua poética retrata esse sertanejo como vítima das circunstâncias, mas que se liberta com a migração:

Chega de tanta incerteza
A alma presa quer se soltar
Luta, luta sozinho
Qual o caminho de se libertar
Severinin ficou sozinho
Ingratidão não pode suportar
Correu para o Sul. (Saga de Severinin. Op. Cit.)

Em outra de suas canções com referências explícitas à cidade de São Paulo, intitulada Repente Paulista, Farias se aproxima mais da tônica de Belchior e Geraldo Azevedo, ao poetizar o choque com o ritmo e a falta de segurança de São Paulo:

De vez em quando
eu me sinto uma Tereza Batista Cansada de guerra, de
terra, de serra
de céu e de mar

Em pleno frio paulista perdi meu amor de vista, perdi
meu termo de artista
Perdi a cadeira do ministério do trabalho, Partido de
eleitor
diploma de datilografia, atestado de alistamento militar
Talvez por divertimento
cuidado com a moça que louça,
de bolsa na avenida Rebouça
não se pode parar. (Repente paulista)

Vital Farias nasceu em Taperoá, Paraíba, e teve formação musical erudita no Conservatório de João Pessoa. Participou de diferentes bandas na Paraíba, em especial, na Os Quatro Loucos, na qual tocava Beatles, o que mostra seu contato intenso com a cultura global. O local, porém, esteve presente em toda a sua obra. Vital é conterrâneo de Ariano Suassuna, autor que contribuiu para a imagem de um Nordeste estagnado, por meio de suas obras que associavam a região à nostalgia senhorial e aos tempos medievais. Além disso, a proximidade de Farias com o conterrâneo baiano Elomar Figueira de Melo contribuiu para uma idealização de um Nordeste mítico e rural. Diferentemente de Belchior e Geraldo Azevedo, Vital buscou retratar uma certa ideia de raiz cultural nordestina, como aparece em *Saga de Severin*, enfatizando o sertão e a miséria como um dos pontos de sua poética. Parte de sua música, por outro lado, teve um tom de indignação política, especialmente no que tange à destruição da natureza, como na canção *Saga da Amazônia*, mas também às desigualdades sociais no campo, como na própria *Saga de Severin*. É claro que sua origem sertaneja contribuiu para essa visão ruralizada do Nordeste, mas a convivência específica com um certo viés cultural armorial e elomariano fomentou essa idealização.

Nessas letras, portanto, fica evidente que as experiências migratórias e a origem urbana e de classe média esclarecida dos músicos Belchior e Geraldo Azevedo influenciaram sua percepção sobre as migrações do Nordeste para o Sudeste, de forma que puderam não reproduzir imagens estereotipadas da região e dos seus migrantes. Ambos levantaram a bandeira no Nordeste novo e diverso não só na música, mas na atuação política. Eles falam e cantam a partir de um lugar crítico e de resistência. Um lugar de esperança, mas também de percepção das condições sociais que produzem esses deslocamentos. Cantam as dificuldades, a solidão, a separação dos amores. E cantam também o deslumbramento e o choque inicial do novo lugar.

No caso específico de Vital Farias, pode-se constatar ambigualmente momentos em que sua obra ecoa imagens cristalizadas de Nordeste, mas, ao mesmo tempo, há a crítica social sobre a desigualdade.

4 PARA FINALIZAR

Este artigo discutiu letras de canções de três migrantes da terceira geração de nordestinos que vieram para São Paulo na década de 1970. O conteúdo das canções foi analisado buscando compreender como retratavam os locais de origem e de destino e se essas representações reforçavam estereótipos cristalizados sobre o Nordeste e sobre os migrantes. Além disso, buscou-se saber se as letras privilegiavam aspectos coletivos ou subjetivos da experiência migratória.

Pela análise feita no item anterior, observou-se que as músicas de Belchior e Geraldo Azevedo não só não reproduziam estereótipos sobre o Nordeste, mas em suas ações pessoais os músicos combatiam essa imagética erroneamente convencionalizada. As canções privilegiam temas globais e universais, ao invés de regionais, falando da saudade de um local em que viviam amores, que tinha o mar, ladeiras e outras lembranças. Mostram também a situação de migrantes que são vítimas da estrutura fundiária desigual, como foi o caso de Vital Farias.

Temas subjetivos são somados aos temas sociais/coletivos nas canções, entrelaçando memória e vivência a partir do presente: amor, mudança de vida, discriminação, cidades corridas e violentas aparecem nas letras. A agência política dos três músicos se reflete em sua obra. A crítica à generalização sudestina sobre o Nordeste é presente na atuação de Belchior e Geraldo Azevedo.

No caso específico de Vital Farias, a memória do local emerge como idílica em alguns momentos, evocando elementos da vida rural, como frutas e passarinhos. Já nas letras de Geraldo Azevedo e Belchior, a memória do que ficou para trás se expressa principalmente por meio de emoções e de sentimentos universais como, por exemplo, a ausência da mulher amada. A memória coletiva das migrações aparece nas letras como expressão dos sentimentos subjetivos em relação aos dois lugares e na surpresa do encontro com o novo.

Geraldo Azevedo e Belchior sempre souberam que o Nordeste era uma invenção. Tal postura crítica se confirma nas palavras deste último:

Ninguém é gente
Nordeste é uma ficção
Nordeste nunca houve
Não, eu não sou do lugar
Dos esquecidos
Não sou da nação

Dos condenados
Não sou do sertão
Dos ofendidos
Você sabe bem
Conheço o meu lugar. (Conheço o meu lugar)

Este artigo limitou-se ao estudo de três canções apenas. Para o futuro, pretende-se realizar uma análise de mais composições musicais nessa temática, escritas por outros músicos e músicas do Nordeste migrados na década de 1970. Outro aspecto que mereceria ser explorado, e que foge ao escopo deste texto, seria contextualizar as canções aqui apresentadas no todo da obra de cada artista, para entender, de forma mais ampla, como a migração é retratada na sua concepção artística geral. No presente texto, não foi possível ir tão longe, mas há um bom campo de estudos nesse viés, que será explorado em futuros artigos desta autora.

NOTAS

¹ AZEVEDO, Geraldo; FERNANDO, Carlos. Domingo de pedra e cal. In: AZEVEDO, Geraldo. **Geraldo Azevedo**. Rio de Janeiro: Som Livre, 1977. LP. Faixa 3.

² FARIAS, Vital. Saga de Severinin. In: _____. **Sagas brasileiras**. São Paulo: Polygram. 1982. LP. Faixa 5.

³ BELCHIOR, Antônio Carlos. Fotografia 3x4. Faixa 4. In: _____. **Alucinação**. São Paulo: Philips. 1976. LP.

⁴ Pelos limites de formato do texto, da formação da autora e dos objetivos propostos na pesquisa, este artigo não abordará aspectos técnicos musicais das obras propostas (ainda que, saibamos, haja uma clara hibridização de ritmos, estilos e composições, derivada da experiência migratória), nem tratará dos aspectos literários da poética de suas letras. Limita-se, aqui, à análise temática e de conteúdo das letras e de seus significados e representações em relação à experiência migratória dos compositores.

⁵ Para Le Goff, a memória é parte constituinte da identidade dos sujeitos e da coletividade. A memória narrada, segundo Kotre, é construída no presente, a partir de experiências e vivências, sendo influenciada por condições nas quais se narra, tais como: o interlocutor, a idade, o momento da vida, o local, os objetos biográficos presentes durante a narração. As canções são produzidas em um contexto de memória específico do sujeito compositor de sua vivência social.

⁶ Por exemplo, nos trabalhos de Durval Muniz de Albuquerque (1999).

⁷ VALENÇA, Alceu; AZEVEDO, Geraldo. **Quadrafônico**. São Bernardo/ SP: Discos Copacabana, 1972. LP.

⁸ CORTEZ, Lula; RAMALHO, Zé. **Paêbiru**: O caminho da montanha do sol. Recife, Rozenblit, 1975. LP.

⁹ Ave Sangria. **Ave Sangria**. RCA, 1974. LP.

⁰ NOTARO, Marconi. **Anthropologica** (No. 2) No Sub Reino dos Metazoários. Recife: Rozenblit, 1973. LP.

A primeira gravação de A Palo Seco foi em um LP compacto em 1973, tendo em seu lado B a canção Sorry Baby. Posteriormente, foi gravada no álbum **Belchior**, de 1974 (Gravadora Chantecler), e em outros momentos da carreira do compositor.

² BELCHIOR. Antônio Carlos. A palo seco. In: _____. **Belchior**. Produção: Marco Mazzola. Chantecler, 1974. 1 disco sonoro (11 faixas), 33 rpm, estéreo, LP.

³ Belchior. **Programa Vox Populi**. Apresentação: Joseval Peixoto. TV Cultura. 20/02/1983 Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=TO9bMJP8-rw>. Acesso em 19/10/25.

⁴ Entrevista com Belchior. **O Pasquim**. Rio de Janeiro. n. 22. 20 a 26/11/1969. p. 7-11.

⁵ Ao se referirem ao “Sul” nas letras, esses compositores estão querendo dizer Sudeste, mais especificamente São Paulo e Rio de Janeiro.

⁶ VELOSO, Caetano et al. **Tropicália ou Panis et circencis**. Rio de Janeiro: Philips, 1968. 1 LP.

⁷ BELCHIOR. Passeio. In: _____. **Belchior**. Chantecler, 1974. LP

⁸ Além disso, *Alegria, Alegria* precisa ser lida como uma letra que faz ode à liberdade, em um momento de extrema repressão pela Ditadura Militar.

⁹ VELOSO, Caetano. Alegria, Alegria. Intérprete: Caetano Veloso. In: **Tropicália ou Panis et circencis**. Rio de Janeiro: Philips, 1968. Faixa 1.

²⁰ FARIAS, Vital. Repente paulista. In: _____. **Taperoá**. São Paulo: Kuarup, 1980. LP. Faixa 1. Distribuição: Epic/CBS, 1980.

²¹ Belchior, Antônio Carlos. Conheço o meu lugar. In: _____. **Era uma vez um homem e o seu tempo**. Rio de Janeiro: Warner Music, 1979. Faixa 6.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **A invenção do Nordeste e outras artes**. São Paulo: Cortez, 1999. 340 p.

- ALBUQUERQUE, Durval Muniz de. Vede Sertão, Verdes sertões: Cinema, fotografia e literatura na construção de outras paisagens nordestinas. **Fênix. Revista de História e Estudos Culturais**, vol. 13, ano XIII, n. 1, jan/jun 2016. Disponível em: <http://www.revistafenix.pro.br/vol37-a01.php>. Acesso em: 10 set. 2025.
- AYRES, Mary Pimentel. **Terral dos sonhos: o cearense na música popular brasileira**. 2ª ed. Fortaleza: BNB/Arte Brasil, 2006. 204 p.
- BARROS, João de Deus. O Brasil se viciou no colonialismo: entrevista com o cantor Geraldo Azevedo. **Revista Interdisciplinar em Cultura e Sociedade**, p. 175–185, 30 Jan 2017. Disponível em: <https://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/ricultsociedade/article/view/6272>. Acesso em: 20 out 2025.
- DANTAS, Adriana A expansão escolar em Ermelino Matarazzo. **Anais do IX Encontro Regional Sudeste de História Oral Diversidade e Diálogo**. São Paulo: FFLCH-USP, 2011. p. 30-36.
- DEMARTINI, Zeila. Relatos orais, documentos escritos e imagens: fontes complementares na pesquisa sobre imigração. In: ROCHA-TRINDADE, Maria Beatriz; CAMPOS, Maria Cristina Siqueira de Souza (eds). **História, memória e imagens nas migrações: abordagens metodológicas**. Oeiras: Celta Editora, 2005. p. 99-134.
- ELIAS, Norbert.; SCOTSON, John. **Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2000.
- FONTES, Paulo. **Um Nordeste em São Paulo: trabalhadores migrantes em São Miguel Paulista (1945-66)**. São Paulo: FGV, 2008.
- HAUNDESCHILD, André. “Lamento sertanejo: experiências diaspóricas e a reinvenção das identidades culturais nordestinas na música popular brasileira nos anos 1960 e 1970. https://www.snh2017.anpuh.org/resources/anais/54/1502559101_ARQUIVO_LamentosertanejoANDREROCHAHAUDENSCHILD.pdf **Anais do XXIX Simpósio Nacional de História**. 2017a.
- HAUNDESCHILD, André. “O sertão vai virar mar”, a reinvenção do sertão na poética da Música Popular Brasileira (1960-1970). **Contexto**. Vitória, n. 31, 2017b/1. p. 5-26. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/contexto/article/view/14935>. Acesso em: 7 set. 2025.
- LAZARIN, Monique. Na voz de Gonzaga: a musicalização da migração interna e da urbanização brasileira. **Interfaces Científicas - Humanas e Sociais**, v. 8, n. 2, p. 253–270, 2019. Disponível em: <https://periodicos.set.edu.br/humanas/article/view/6636>. Acesso em: 7 set. 2025.

- LE GOFF, Jacques. **História e memória**. Campinas: UNICAMP, 1990. (Coleção Repertórios).
- MAGALHÃES, Valéria; MENEZES, Marilda. Estação Ferroviária do Brás, São Paulo (SP). In: FONTES, Paulo (Org.). **Lugares de memória dos trabalhadores**. São Paulo: Perseu Abramo/ Alameda/ UFRJ, 2024, v. 1, p. 341-344.
- KOTRE, John. **Luvas brancas**: como criamos a nós mesmos através da memória. São Paulo: Mandarim, 1997. 265 p.
- MAKNAMARA, Marlécio; PARAÍSO, Marlucy Alves. Sons de Nordeste, invenções de gênero: o dispositivo pedagógico da nordestinidade e suas atualizações no forró eletrônico. https://anpuh.org.br/uploads/anais-simposio2019-01/1548772005_92b1f29b6a71f8563fdd4de79245ebef.pdf. **ANPUH – XXV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA** – Fortaleza, 2009.
- MENEZES, Marilda. Família, juventude e migrações. **Revista ANTHROPOLÓGICAS**, ano 16, v. 23(1): 2012. p. 113-136. Disponível em: <https://periodicos.ufpe.br/revistas/index.php/revistaanthropologicas/article/view/23747>. Acesso em: 7 set. 2025.
- MENEZES, Marilda. **Redes e enredos nas trilhas dos migrantes**: um estudo de famílias de camponeses migrantes. RJ: Relume Dumará, JP: Ed. UFPB, 2002.
- MOURA, Milton; SANTOS, Davi. Mulheres artistas dos movimentos musicais nordestinos no contexto brasileiro (1970-1975). **Revista FSA**. Teresina. v. 20. n. 9. p. 213-238. Disponível em: <https://www4.unifsa.com.br/revista/index.php/fsa/article/view/2796/491494058>. Acesso em: 7 set. 2025.
- PENNA, Maura. **O que faz ser nordestino**: identidades sociais, interesses e o “escândalo” Erundina. São Paulo: Cortez, 1992. 180 p.
- SARAIVA, Daniel. Sotaque: a memória de infância de três artistas nordestinos. **Revista de História Oral**. V. 20, n. 1, p. 125-147. Jan/jun 2017. Disponível em: <https://revista.historiaoral.org.br/index.php/rho/article/view/682>, Acesso em: 7 set. 2025.
- SILVA, Maria Aparecida de Moraes; MELO, Beatriz Medeiros de; APPOLINÁRIO, Andréia Peres. A família tal como ela é nos desenhos de criança. **RURIS** (Campinas, Online), Campinas, SP, v. 1, n. 1, 2007. Disponível em: <https://econtents.bc.unicamp.br/inpec/index.php/ruris/article/view/16756>. Acesso em: 7 set. 2025.
- TROTTA, Felipe. Som de cabra macho: sonoridade, nordestinidade e masculinidades no forró. **Comunicação mídia e consumo**. [S. l.], v. 9, n. 26, p. 151-172, 2013. Disponível em: <https://revistacmc.espm.br/revistacmc/article/view/349>. Acesso em: 18 out. 2025.

RESUMO

Este artigo analisa três letras de canções compostas por músicos de diferentes estados nordestinos, entre os anos 1970 e o começo dos anos 1980, que migraram na mesma década para o Sudeste. São elas: *Domingo de pedra e cal*; *Saga de Severinin* e *Fotografia 3x4*. A análise busca identificar: se as canções reproduzem estereótipos e imagens cristalizadas sobre a região Nordeste; como a experiência migratória é narrada; se as músicas privilegiam uma narrativa subjetiva ou voltada para a experiência coletiva; e que tipo de memórias são evocadas. Para isso, a técnica utilizada foi a análise temática baseada em técnicas emprestadas do método da história oral.

Palavras-chave: Migrações do Nordeste para o Sudeste; Música Popular Brasileira; Nordeste; trajetórias musicais.

ABSTRACT

This article analyzes three lyrics composed by musicians from the Northeast of Brazil, who migrated to the Southeast during the 1970s. The 3 songs are: *Domingo de pedra e cal* by Geraldo Azevedo (1977), *Saga de Severinin* by Vital Farias (1982), and *Fotografia 3X4* by Belchior (1977). The proposal is to identify if the lyrics reproduce current stereotypes about the Brazilian Northeast region and about its migrants. It also tries to verify if the songs approach a subjective or a collective perspective on the migration trajectory. It was used the thematic analysis technique based on the Oral History methodology.

Keywords: Internal migration in Brazil; Brazilian Popular Music; Brazilian Northeast region; Musical trajectories.

As vozes dos homens em situação de rua sobre o trabalho

Las voces de los hombres sin hogar sobre el trabajo

The voices of homeless men about work

*Isabela Alves Nantes Zacarias**
*Estela Márcia Rondina Scandola***
*Maria Beatriz Almeidinha Maia*** (in memorian)*

1 INTRODUÇÃO

A existência de população em situação de rua coincide com o surgimento das ruas, ou seja, com a existência das cidades. As motivações de desfiliação em diferentes teias protetivas, como a família e o trabalho, coexistem com a

* Graduada no curso de Serviço Social pela Universidade Católica Dom Bosco em 2016. Atualmente trabalha como Analista de Defensoria Pública em Serviço Social, na cidade de Campo Grande - MS, atuando no Núcleo de Promoção e Defesa dos Direitos das Mulheres - NUDEM.

** Doutora em Serviço Social pelo Instituto Universitário de Lisboa-IUL/ Universidade Federal de Pernambuco-UFPE, mestre em Saúde Coletiva pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul UFMS, especialista em saúde do trabalhador e psicologia social; professora e pesquisadora na Escola de Saúde Pública; integrante da Rede Nacional Feminista de Saúde, Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos; integrante de colegiados de políticas públicas e movimentos sociais; integra a Rede de Educação Popular em Saúde; escreve a vida ameríndia no Blog “Vida Mulherida” e é quadrivô.

E-mail: estelascandola@yahoo.com.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1152-8567>

Lattes: <https://lattes.cnpq.br/4359054934022165>

***Fonoaudióloga, especialista em saúde mental e atenção psicossocial, atuou como gestora no CAPS álcool e drogas e coordenou a equipe do consultório na rua; pesquisadora e educadora em direitos humanos com foco em população em situação de rua e redução de danos; integrou a coordenação da Associação Brasileira de Redução de Danos e da Rede Feminista de Saúde, Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5223822730723622>

presença de doenças e agravos, políticas segregacionistas e persecutórias que indisponem esse grupo heterogêneo a pouco ou nada de direitos protetivos. Ao buscar fragmentos históricos sobre a origem e a manutenção da população em situação de rua, pode-se afirmar que perduraram discursos seculares em diferentes processos sócio-históricos no modo de produção capitalista.

Stoffels (1977) instiga com elementos históricos importantes que nos remete à realidade presente. O que ela denominou de ‘ondas de pessoas itinerantes’ tratava-se do período de surgimento das cidades, definindo assim a situação das pessoas que não se enquadravam na condição de escravos – por filiação, endividamento ou crime de guerra. Também não eram comerciantes estabelecidos na polis e, portanto, não participavam nas discussões políticas. A saída do campo para a cidade foi constituindo um montante de indivíduos despossuídos de vínculos de trabalho, especialmente por não dispor de terras urbanas e rurais – considerando ser essa uma das condições de filiação de cidadania na polis.

Essas pessoas ficavam nos arredores dos feudos e das áreas urbanas que se formavam, vivendo da caridade das igrejas. A partir do surgimento das cidades, as políticas públicas que lhes foram destinadas eram as leis antivadiagem, restringindo esses espaços para os ambulantes. As leis mencionadas fizeram com que os trabalhadores fossem sujeitados a baixos salários e inibiram seus deslocamentos. (SILVA, 2006)

A urbanização e a Revolução Industrial constituíram-se duas mudanças estruturais nas sociedades que foram fundamentais para o aumento da população em situação de rua. Trata-se não mais de comportamentos individuais de desobediência aos padrões sociais, mas de levadas migratórias rural-urbana avolumadas, em consequência do novo padrão de organização social imposto pelo capitalismo.

No Brasil, as mudanças ocorridas no perfil dos postos de trabalho da lavoura e pecuária, saindo para o comércio e a indústria, ocorreram de forma que a não adaptação ou não existência de vagas para todos levou-os à condição de completa desproteção social, inclusive ocupando espaços depreciados das cidades como moradia. (SILVA, 2006)

Segundo Martinelli (2001), o que se pode afirmar é que houve manipulação da ordem social em benefício do desenvolvimento capitalista, sem levar em conta a situação de pobreza em que os funcionários estavam submetidos. O número de trabalhadores era tão grande, que não poderiam ser absorvidos por completo pelo capitalismo. Sem ter dinheiro e meios de prover seu sustento, grande parte da população vivenciava o extremo da pobreza. Na Inglaterra e na França, o impacto do sistema capitalista foi tão intenso, que gerou um aumento desenfreado de pessoas em situação de rua, realidade que foi chamada de “praga dos mendigos”.

Segundo a mesma autora, ao longo do processo de formação da população em situação de rua, uma das estratégias da burguesia foi o deslocamento da análise socioeconômica para análises morais: impingiram-se estigmas de vagabundos, do não ‘desejo’ de trabalhar. A pobreza era considerada como problema individual e, portanto, de responsabilidade pessoal. Como num massacre aos trabalhadores, esses eram levados a experimentar a fome, a miséria e o desabrigo.

Presas atavicamente a antigas influências, continuavam a vislumbrar a pobreza e a mendicância como problemas de caráter e a assistência como um rígido mecanismo de correção e controle. (...) continuavam a estigmatizar a pobreza, a marginalizar o pobre, negando-se a reconhecer qualquer direito de mobilidade social a essa camada da população. (MARTINELLI, 2001, p. 85)

A não adaptação à afiliação ao trabalho – escravo ou explorado – conferiu a essas pessoas diferentes nomes como vagabundos, mendigos, migrantes, incapacitados, sem domicílio fixo (FRANGELLA, 2009). Essas denominações perduram, não somente nos documentos das políticas, até a atualidade, como também constituíram uma representação coletiva depreciativa do que pode ser a ‘população em situação de rua’, denominação grassada na atual política brasileira.

As consequências do capitalismo são vistas pela burguesia como uma lei natural da riqueza social, que visa manter a ordem vigente e os trabalhadores em submissão à ordem natural do progresso. A manutenção do controle sobre o proletariado não se reduzia somente à organização sindical (que, paradoxalmente, também surgiu com o capitalismo), mas se estendia sobretudo à ordem moral, visando manter os trabalhadores a serviço da expansão capitalista. (MARTINELLI, 2001)

Ao combinar a ordem econômica com a moral e a polícia, a consideração da pobreza e da miséria como de responsabilidade dos trabalhadores destituía-os de direitos e submetia-os à pressão pela adequação ao mundo do trabalho. Assim, foi-se constituindo uma parcela importante de pessoas que eram chamados de inadequados à ordem social, como os “inempregáveis, desempregados ou empregados de um modo precário, intermitente”. (CASTEL, 1998, p. 21)

No Brasil, apesar da Constituição Federal de 1988 ter consagrado o Estado Democrático de Direito - que tem como fundamento a dignidade da pessoa humana e a promoção do bem de todos, sem quaisquer discriminações -, foi somente em 2009 que essa minoria social teve inscrita uma política de âmbito nacional voltada às demandas por eles apresentadas. Dessarte, a

Política Nacional para Inclusão Social da População em Situação de Rua os reconheceu como sujeitos de direitos e destinatários da atuação intersetorial das políticas públicas, conceituando:

população em situação de rua [é] o grupo populacional heterogêneo que possui em comum a pobreza extrema, os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados e a inexistência de moradia convencional regular, e que utiliza os logradouros públicos e as áreas degradadas como espaço de moradia e de sustento, de forma temporária ou permanente, bem como as unidades de acolhimento para pernoite temporário ou como moradia provisória (BRASIL, 2009, p. 1).

Com o texto da política pública, tornam-se irrelevante os motivos que levaram essas pessoas a viverem nas ruas. De fato, há motivações advindas da decisão de contestação à ordem social. No entanto, há o aumento dessa população em situação de crise econômica, ou seja, do empobrecimento das famílias, da impossibilidade de cuidar dos seus e da falta de postos de trabalho e renda. Esses fatores objetivos constituem essa população cuja expressão maior é a desigualdade de classe e raça.

A busca de postos de trabalho sem quaisquer exigências de direitos está dentro do que poderíamos denominar de “normalidade” entre os estratos mais empobrecidos das comunidades. Estes grupos sociais vivem sob a égide do não direito diante de tudo o que já foi conquistado pela sociedade, seja legalmente ou socialmente. É a vida do não direito – seja porque não o conhecem ou porque nunca o usufruíram – que os constitui, em termos de exigências, aquém do direito de ter direitos. (SCANDOLA, 2015, p. 62)

No que se refere ao perfil dos acessados para entrevista, os dados coletados na Pesquisa Nacional sobre População em Situação de Rua apontaram que 82% são homens; aqueles com mais de 18 anos, 53% teriam a faixa etária entre 25 e 44 anos; ademais, 39% se autodeclararam pardos e outros 28% de pretos. (BRASIL; MDS, 2008)

Quanto ao trabalho e renda, ficou demonstrado que 70,9% da população pesquisada é composta por trabalhadores, dentre estes, 58,6% afirmam ter profissão; apenas 15,7% pedem dinheiro como principal meio de sobrevivência. As atividades remuneradas exercidas por esta população entrevistada na pesquisa foram: “catador de materiais recicláveis (27,5%), flanelinha (14,1%),

construção civil (6,3%), limpeza (4,2%) e carregador/estivador (3,1%). [...] As áreas onde mais encontram oportunidades de emprego são na construção civil (27,2%), comércio (4,4%), trabalho doméstico (4,4%) e mecânica (4,1%). (BRASIL; MDS, 2008)

Outros estudos também demonstram que o trabalho é uma das centralidades da vida da população em situação de rua e, de forma mais precisa, a desproteção dos trabalhadores nas condições de trabalho que lhes são impostas. Isso porque, em sua maioria, inserem-se em empregos variados e temporários, exercendo atividades de biscateiro, de “faz-tudo” ou de “faz-qualquer coisa”, o que não possibilita quaisquer perspectivas de mudança nas condições de vida destes homens. (ESCOREL, 1999)

Sobre os motivos que levaram àquela situação de rua, percebe-se que entre os entrevistados há uma tendência unicausal e de culpa autocentrada na justificação de estarem nas ruas. Ainda que o discurso principal do senso comum acredite que o motivo da vulnerabilidade dessa minoria intercorra da relação com drogas lícitas e ilícitas, o trabalho e renda mostram-se temas centrais quando se busca compreender a população em situação de rua.

Os principais motivos pelos quais essas pessoas passaram a viver e morar na rua se referem aos problemas de alcoolismo e/ou drogas (35,5%); desemprego (29,8%) e desavenças com pai/mãe/irmãos (29,1%). Dos entrevistados no censo, 71,3% citaram pelo menos um desses três motivos (que podem estar correlacionados entre si ou um ser consequência do outro). (BRASIL, 2008, p. 11)

Contudo, foi possível identificar nos registros históricos dos princípios do sistema capitalista que são as desigualdades de classe que fundamentam e balizam o ‘estar nas ruas’, sem moradia ou vínculos familiares.

É o trabalhador, que forma o grupo de reserva da força de trabalho nas localidades e, que, portanto, em situação de permanente instabilidade diante de programas de assistência social, previdência e trabalho, é aliciado sob o argumento de conseguir trabalho e renda, exigências fundantes da sociedade patriarcal. (SCANDOLA, 2015, p. 61)

No caso de Campo Grande (MS), a atenção a esse grupo populacional era realizada através da política de assistência social, compondo sua rede com as organizações não governamentais - religiosas ou não. Com o advento

da epidemia da AIDS (*Acquired Immunodeficiency Syndrome* [Síndrome da Imunodeficiência Adquirida, na sigla em inglês]), a partir da década de 1990, as ONGs vinculadas a essa temática, juntamente com o SUS (Sistema Único de Saúde), passaram a acompanhar e assistir o público em tela. Contudo, a intervenção era feita de maneira segregada, como o caso de migrantes, pessoas em situação de rua e trabalhadores (as) do mercado sexual (incluindo as pessoas trans). Foi somente com a instituição da Política Nacional para Inclusão Social da População em Situação de Rua que foram desenvolvidos equipamentos e serviços específicos destinados a esse público em Campo Grande (MS). Importa dizer, também, que há uma confluência entre a atenção aos migrantes e população em situação de rua que, por vezes, se confundem e em outros momentos se distanciam na política pública.

Na política de assistência social há instituições responsáveis por prestar assistência à população em situação de rua. Dentre elas, destaca-se a Unidade de Acolhimento Individual e Familiar – UAIFA (nomenclatura atual para o CETREMI – Centro de Triagem do Migrante), o Serviço de Acolhimento Especializado de Abordagem Social – SEAS e o Centro de Referência Especializado para a população em situação de rua – CENTRO POP. O SEAS. Além das abordagens programadas, essas instituições atendem à demanda pela população em geral ou outros órgãos públicos, por diferentes formas de comunicação. O diferencial do CENTRO POP é que mantém uma sede física para acesso às pessoas em situação de rua. (MDS, 2011)

Em consonância com o Projeto do Governo Federal “Crack é possível vencer” (BRASIL, 2013), a Secretaria Municipal de Saúde – SESAU-CG/MS instituiu, em 2013, o ‘Consultório na Rua’, serviço que foi integrado à atenção primária em saúde. Esse serviço tem sua prática de atenção nos cenários de maior permanência de homens e mulheres em situação de rua, previamente mapeados e que são referenciados para as unidades de saúde.

Considerando o exposto, ficou clara a centralidade do tema “trabalho” na compreensão de contexto e na atuação educativa junto à população em situação de rua. Ao evidenciar os discursos dos homens participantes da pesquisa, pode-se identificar uma amplitude de significados que permeiam o tema, desde a inserção desses indivíduos no mundo do trabalho até sua correlação histórica com as diferentes formas de exploração as quais foram expostos.

Cientes da amplitude desses conceitos, promover a escuta qualificada sobre a realidade passou a ser um desafio do estágio em Serviço Social realizado no CENTRO POP. Reconhecida a necessidade de trazer luz a forma como esses mesmos homens consideram o trabalho em seu viver, foi possível analisar as correlações dos discursos com os paradigmas socialmente impostos no decorrer do desenvolvimento da estrutura econômica vigente.

Por isso, objetivamos evidenciar e analisar os discursos dos homens em situação de rua sobre os significados do trabalho, bem como sobre o acesso e as condições laborais a que são submetidos, valorizando, com isso, os discursos e as representações que eles têm sobre sua movimentação no mundo do trabalho, cujos dados foram registrados durante o estágio em Serviço Social.

2 METODOLOGIA

Esta pesquisa teve por base a análise dos dados qualitativos de parte dos documentos produzidos no campo de estágio “Centro de Referência Especializada para Pessoas em Situação de Rua – Centro Pop” em Campo Grande, Mato Grosso do Sul. É próprio da aprendizagem no estágio em Serviço Social a elaboração de diários de campos, relatórios de estágio, diagnóstico institucional e trabalho de conclusão de curso (TCC), dentre outros. De todos os registros extraiu-se a transcrição da roda de conversa realizada no ano de 2017, no diário de campo denominada “trabalho e direitos sociais”.

A ocorrência das rodas de conversa, no período de estágio, estava na programação do cotidiano do Centro-Pop. Na ocasião, participaram 12 homens, com início às 9 horas após o café da manhã e duração de 40 minutos. A presença exclusiva de homens não foi intencional e é comum a ocorrência dessa realidade, posto que a maior parte da população atendida é masculina. Embora tivesse havido a mobilização para todos os usuários da instituição, nesse caso, nenhuma mulher permaneceu para os debates.

A coleta de dados foi realizada através da gravação da roda de conversa, sendo esta operada por um dos integrantes do grupo. Todas as falas foram transcritas e realizou-se a transformação dos discursos em frases de acordo com a possibilidade de compreensão, mantendo-se as palavras originais, na maioria dos casos. Também foram retiradas as expressões ‘né’, ‘então’, ‘daí’ e outras que, embora compusessem os discursos, suas supressões não comprometeram o sentido dos discursos, e ainda proporcionaram um ganho, facilitando a organização deles.

Como afirma Minayo (2010), o objeto das ciências sociais é histórico e a historicidade se expressa em bens materiais e simbólicos, num território em que convivem diferentes culturas e tempos de forma simultânea. Ao dedicar-se a conhecer a realidade local, o específico estará imbricado com o geral, criando a consciência histórica do que estamos buscando compreender. Tendo como objeto essencial das ciências sociais o qualitativo, a realidade é o dinamismo que faz “transbordar significados” (MINAYO, 2010, p.42) onde, tanto o pesquisador quanto os sujeitos vão apreendendo sobre ela através de múltiplos olhares.

O tema “Trabalho e direitos sociais” ocorreu devido às constantes abordagens visando a captação de trabalhadores realizada nas imediações do CENTRO-POP por contratantes de carvoarias. Partindo da realidade de trabalho vivenciada pelo grupo, direcionada pelo compartilhamento coletivo das experiências, foram incentivados a reflexões e debates sobre o mundo do trabalho.

Seguindo o método de análise de dados do Discurso do Sujeito Coletivo (DSC), unimos os elementos comuns presentes nas histórias relatadas e elaboramos esta pesquisa qualitativa que visa compartilhar a vivência desses trabalhadores, analisando-as a partir da teoria social crítica, sob a ótica do Serviço Social.

A técnica do DSC é uma metodologia qualitativa que visa representar a opinião coletiva de um grupo de indivíduos sobre um determinado tema, sendo utilizada para captar a essência do pensamento coletivo e compreender fenômenos complexos a partir da perspectiva dos próprios participantes. Baseia-se na organização e síntese das falas de diferentes sujeitos em discursos que representam o pensamento coletivo. (LEFÈVRE et al., 2003)

O DSC pode ser visto como um conjunto de artifícios destinados a permitir que o pensamento coletivo, enquanto realidade empírica, se autoexpresse (...) viabilizando o resgate e trazendo à luz do dia as representações sociais sob a forma de discursos instituintes de sujeitos coletivos. (LEFÈVRE et al., 2009)

Esses discursos foram elaborados para esse artigo a partir de eixos, ideias centrais e os Discursos do Sujeito Coletivo (DSC) que agrupamos para formar um sujeito coletivo imaginário cuja fala foi sintetizada com todas as opiniões do grupo. Como afirmam Lefèvre e Lefèvre (2003), ao mesmo tempo, isso evidencia a fala de pessoas sujeitadas às regras sociais e que, por elas, foram caladas em suas opiniões. Ou seja, isso faz emergir a construção social que os sujeitos elaboraram no seu viver.

A oficina propôs que os sujeitos construíssem um conceito coletivo sobre o que é trabalho, de modo que cada um contribuísse com uma ideia que estivesse ligada a este tema chave. Surgiram diversas observações acerca da realidade de trabalho, desde o prazer em trabalhar, até a exploração vivenciada, passando por diversas violações de direitos. As ideias foram sendo anotadas em cartaz e as considerações feitas por eles foram anotadas no diário de campo, a partir da gravação em áudio feita na roda de conversa realizada. Na organização dos dados foram identificados 2 eixos com 5 Ideias Centrais, onde optou-se pela análise dos discursos dos sujeitos coletivos de cada eixo estabelecido.

3 RESULTADOS E ANÁLISES

3.1 EIXO A: O trabalho e suas representações

I.C. 1: O trabalho tem a ver com sentir-se digno, valorizado diante da sociedade e ter prazer no que se faz

DSC 1.1: Pra mim? Responsabilidade, dignidade... trabalhando me sinto mais digno. Um modo digno de se viver no meio da sociedade. Ah! Trabalho é uma forma digna de você sobreviver a cada dia a dia, né?

DSC 1.2: Trabalho? Depende... [...] é você procurar seu objetivo, é você estar bem. No trabalho depende de onde você se encaixa numa empresa que tá tendo crescimento, que as pessoas dão valor em você, entendeu? Dou valor ao meu trabalho, e sinto prazer de trabalhar fazendo aquilo que eu gosto e prazer também. Com certeza, sinto prazer de trabalhar. Eu sinto prazer quando tô trabalhando, de verdade. Prazer de trabalhar é... sem droga, sem nada.

O discurso reflete a ligação entre trabalho e dignidade, ou seja, o ser trabalhador, por si só, estaria com a dignidade preservada e manifestada socialmente. Remete à visão de que o trabalho ‘salva’ as pessoas de outros males e confere um status na sociedade, retirando-o da condição de vagabundo, desqualificado, desempregado ou mesmo ligado a um mundo moralmente não aceito.

Importa refletir que há também o conteúdo que remete o trabalho à fonte de prazer. Esse discurso, aparecendo em primeiro lugar nessa organização da fala dos homens, pode ter sido emitido em nome da aceitação no grupo participante. Assim, falar de dignidade e de prazer pode ser visto também como uma forma de seguir participando do coletivo estabelecido. Por outro lado, também pode ser compreendido como um desejo de ser identificado como trabalhador e sendo esse, alguém que o faz com prazer.

Se aprofundarmos na análise, esses homens vão adjetivar o trabalho como “de verdade”, “fazendo o que gosta” ou mesmo ligar à responsabilidade de ser parte de uma “empresa que está em crescimento”, como uma forma de ser valorizado. Com isso, é possível identificar que neste grupo, trabalho é sinônimo de emprego e este, uma forma de acesso à renda. A busca por ser digno e ter reconhecimento, por esse discurso, tem a ver com estar na roda da exploração capitalista, ser um sujeito “incluído” no mercado.

O que pode parecer contraditório é o discurso de ter prazer no que faz. Se a dignidade passa pelo trabalho na condição de empregado e em ser reconhecido por ele, então o próprio prazer pode ficar circunscrito ao reconhecimento de si como trabalhador. As expressões de humanidade passam a ser ligadas ao reconhecimento do trabalho como forma de proporcionar dignidade ao indivíduo, não importando as condições em que o labor ocorre.

Podemos considerar a possibilidade de que nas falas ‘fazer o que gosta’ e ‘ter prazer no que faz’, os homens em situação de rua estariam dando uma dica de que o trabalho informal - sem direitos trabalhistas – também pode ser uma forma de dignidade e prazer?

I.C. 2: O trabalho é uma forma de sobrevivência e de exploração da força de trabalho

DSC 2.1: [o trabalho é o] meio pelo qual a gente consegue dinheiro pra viver, receber também meu dinheiro final do mês. Possibilidade de melhoria de vida. Pra mim, trabalho é isso. O que a gente tem é só a força de trabalho pra oferecer; ele tem o capital, ou seja, aquela troca: eu te dou força de trabalho, que nada mais é medido por tempo – você vai entrar 7 horas e vai sair às 5 - e aí ele vai te dar o capital.

DSC 2.2: Muitas vezes também o trabalho se torna a forma de ser explorado, pagando mais-valia para o patrão. Trabalho é pra eles [o empregador] a forma de subsistir como empregado para o empregador. Só que daí você vai enxergando também que você vai só existindo como empregado, nada mais do que isso. E isso também gera a revolta; o trabalho também gera revolta, não é só prazer, dignidade, também gera revolta também...

Nesses discursos, o trabalho aparece novamente como uma relação de emprego que possibilita a geração de renda. Apresenta a consciência da relação capitalista de produção, em que o empregado dispõe da força de trabalho e o empregador detém o poder sobre as condições de trabalho. Aparece de forma explícita que o trabalho também pode gerar revolta e sofrimento, na medida em que o resultado material do processo de produção não é compartilhado com os trabalhadores, de modo que estes são usados unicamente para o enriquecimento dos patrões.

De forma a questionar os próprios discursos iniciais, é possível observar que se inicia um aprofundamento sobre a normalização do trabalho como dignidade, contextualizado no cotidiano do grupo participante. Assim, prazer e sofrimento, ganho e exploração, padrão e empregado, passam a compor o discurso coletivo dos homens em situação de rua.

3.2 EIXO B: A inserção dos homens em situação de rua no mundo do trabalho

I.C.3: As discriminações para acesso ao trabalho são de classe, capacidade produtiva e relações com o sistema de justiça e assistência social

DSC 3.1: Então, quer dizer, a classe [social] nossa não ajuda. Tem muita gente por aí que é rica que também usa droga, toma cerveja, faz um monte de coisa, entendeu? Para ficar cada vez mais rico, eles se aproveitam da... da... da... miséria da gente. Eu mesmo, pelo que eu já tenho passagem pela justiça mesmo, é difícil arrumar um serviço. Eu só arrumo um serviço se eu pegar na empreita ou se trabalhar como autônomo, trabalhar na diária. Aí sim eu arrumo serviço.

DSC 3.2: A culpa é do próprio sistema, que já vem se fortalecendo ao longo do tempo. Naquela época lá eu não tive condições de estudo igual hoje, que até computador tem na escola. Antigamente, você tomava até reguada daquela de madeira na cabeça. As pessoas elas também não têm consciência de que podem ser melhorados dentro desse sistema. Então ela fica na rua, ela usa droga, ela deixa, é... deixa de se cuidar... Então ela acaba perdendo o tempo da vida dela, quando ela vê já tá de idade, já não tem a mesma saúde de quando era jovem, já não vai produzir a mesma quantia de que poderia produzir quando era mais jovem. Então, o que acontece? Quando o empregador pega uma pessoa assim, já nesse período decadente da vida, ele já não vai dar tanto valor como ele daria para uma pessoa mais jovem, que tem já uma experiência maior né, de de de trabalho... Porque é mais saudável, porque tem uma vida mais, é... mais saudável, né. Essa é a palavra.

DSC 3.3: Agora, se for pra eu arrumar um serviço registrado, primeira coisa que eles vão perguntar (?), e não vão me aceitar, porque já tenho passagem na

*polícia, tem alguma coisa pendente, aí, aí fica meio difícil, entendeu? Cada firma tem um cara que sai da cadeia e mora lá na gameleira. Os cara trabalha por 460,00 reais - daí serve. Daí o **cadeeiro** serve, por quê? Porque daí é só a metade do salário.*

*DSC 3.4: eu tava fazendo um bico na [concessionária]. Daí o que que aconteceu? O cara mandou me registrar. Daí, mas antes, ele pediu mais dois, pra ajudar lá numas empresas. Eu peguei dois do CETREMI. Chego lá eu falei: “Rapaiz, ceis esquece que oces é do CETREMI, esquece que você passou em cadeia, esquece de tudo. Chegou no segundo dia, o dito cujo lá, foi pedir uma carta prum encarregado lá, que ele tinha saído da **cadeia**, e que precisava daquela carta pra levar pro juiz. Em seguida o encarregado já me perguntou: “Seu Y, o sr. conhece bem esses rapazes aí?” Eu falei:” Eu não conheço. (?)”. Ele falou: “Esse povo aí não pode ficar com nós aqui, não.” Quando chegou a tarde, pagou a diária dele e mandou ele embora. Já não registrou eu mais; ele já ia pegar meu documento pra registrar... E cinco dias depois ele me mandou embora também; eu fui de embrulho junto.*

Segundo os relatos, é possível destacar como principais motivos que dificultam a inserção no trabalho formal: baixa escolaridade, problemas com vícios que impedem o autocuidado, passagem por processos judiciais que acabam por estereotipá-los negativamente ou mesmo por ter vínculo com um serviço da assistência social voltado ao atendimento da população em situação de rua.

Esses e outros fatores fecham diversas portas para o acesso ao trabalho formal e acabam por aumentar ainda mais o muro que distancia os trabalhadores de acessar as garantias sociais e econômicas mínimas, bem como de serem reconhecidos como sujeitos com direito a ter direitos. (SCANDOLA, 2015)

A derivação dos discursos no momento da apresentação da questão se faz emergir de forma contundente a partir das discriminações vivenciadas no cotidiano. Assim, puderam se perceberem como um grupo estigmatizado que continua a se reafirmar ao longo da história, inclusive quando se trata do não acesso a política de educação, o que seria fundamental para que pudessem se preparar para viver com dignidade.

O esgarçamento da rede primária de proteção social, a desfamiliarização da atenção e do cuidado, ambas características da atenção e do cuidado, ambas

características da urbanidade capitalista, aliadas à desproteção das políticas sociais neoliberais e o impacto da capitalista, aliadas à desproteção das políticas sociais neoliberais e o impacto das políticas econômicas, se constituem em determinantes na produção do exército de reserva de força de trabalho e, portanto, promotoras do trabalho escravo. (SCANDOLA, 2015, p. 64)

Embora reconheçam que há um sistema que os mantém subalternizados no acesso ao trabalho com os direitos sociais garantidos, apontam características que fazem parte do senso comum, como o uso de drogas ilícitas, a capacidade produtiva/envelhecimento, ou mesmo o fato de serem atendidos por políticas públicas que marcam de forma indelével suas vidas, como o sistema penitenciário e os serviços que atendem pessoas em situação de rua.

Uma das estratégias de sobrevivência apontada nos discursos é o trabalho que denominam como “autônomo”, que também pode ser de diárias. Ambas apresentam uma roupagem de criatividade e iniciativa dos homens em situação de rua, quando na verdade é uma das formas extremas de trabalho sem proteção social, demonstrando assim a sujeição dos trabalhadores às condições impostas aos grupos sociais mais discriminados.

I.C.4: Realidade de desemprego e desconhecimento de direitos levam a aceitação do trabalho precarizado

DSC 4.1: Quando a pessoa fica assim, muito tempo sem registrar, eles nunca registram no período que a pessoa entrou; registra logo na frente quando você, é... Não tem o poder de movimento. Então, o empregado perde e o patrão sempre tira vantagem dessa deficiência que tem o empregado [...] às vezes, o empregador se aproveita da ignorância do próprio empregado, e ele omite a informação que é de direito nosso saber. Por exemplo, ele assina a carteira do indivíduo, mas ele não expõe todos os direitos que aquele cidadão ali tem, garantidos pela lei. Então, passa um tempo, ele trabalha, ele é desligado da empresa, ele é despedido, e ele passa por esse processo todo de trabalho e desemprego, sem saber dos verdadeiros direitos dele... Só muito tempo depois, com o tempo, a pessoa vai se informando, vai conversando, vai tendo acesso à informação, e a partir daí que ele vai poder, é... ter a consciência que ele pode reclamar o direito dele perdido...

DSC 4.2: Não é, a gente tá botando muito a culpa nas coisas. O trabalho é pra ter prazer no trabalho, cara! não prazer nas outras coisas. Vocês só vão ser explorados se vocês concordarem com o patrão de trabalhar daquele jeito. O que ele quer? Eu vou entrar naquele serviço, tô combinando com ele oh: você vai pagar tanto, não vou ter férias, não vou ter isso, você não vai registrá? Não, tem problema, eu aceito! Por quê? Porque eu tô necessitando, tô no CETREMI, tô aqui, tô ali, tô perdidaço, cara. Vou pegar aquela graninha, e se eu conseguir administrar aquela graninha pra passar pra um serviço melhor, fazer outras coisas e esquecer a droga. Mas eu não consigo administrar nem a minha vida! Eu pego aquele dinheirinho e vou direto pra biqueira. Eu acho que eu tô sendo explorado, mas é eu que tô explorando eu mesmo.

Dentre os homens em situação de rua, identificam-se discursos de culpabilização dos indivíduos pela sua situação em que vivem. Nele, desvincula-se a pessoa de seu contexto e das condições que propiciaram o seu deslocamento da condição aceita pela sociedade para um comportamento desviante.

Não há nesses discursos nenhum conteúdo que possa indicar a responsabilidade das políticas públicas pela condição de desigualdade e discriminação, tampouco o papel dos contratantes na garantia de direitos. Neles, é a “desproteção social que cria a consciência do não direito como normalidade. É preciso considerar que os destinatários, em várias situações não se reconheceram nas políticas sociais a condição de sujeitos de direitos.” (SCANDOLA, 2015, p. 70)

Aparece de forma contundente a redução do ser social ao papel exclusivo de trabalhador, ou seja, quaisquer outros âmbitos do viver que possam dar prazer são desconsiderados, inclusive os prazeres que possam vir do uso de drogas lícitas ou ilícitas e na sociabilidade advinda fora do ambiente de trabalho.

Esses trabalhadores, necessários à manutenção das desigualdades e da desvalorização da força de trabalho, passam a incorporar um discurso de auto culpa como forma de aceitação social, mantendo-se na condição de espera pelo trabalho remunerado, quicá na sua inserção no mundo do trabalho formal, mesmo que precarizados.

I.C.5: As carvoarias oferecem postos de trabalho sem direitos assegurados

DSC 5.1: A mulher do carvão, ela vai lá no CETREMI, ela não quer saber se você puxou cadeia, se você toma pinga, se você fuma base, ela não quer saber! Ela quer saber se você vai trabalhar por R\$40 real por dia, dormi mal e acordar 3 horas da manhã. É o que importa pra ela. Livre da comida, livre do registro da carteira, livre do lugar bom pra dormi, livre de tudo. E ganha 40 por dia... Cê entendeu como que é a coisa? Aparece lá. Quer levar o CETREMI inteiro? Leva! Quarenta real por dia, livre de comida, livre de tudo.

DSC 5.2: Na carvoaria não tem direito nenhum. É abre o forno e tira o forno com brasa quente, quente de queimar a pestana. Sem equipamentos de segurança, não tem nada lá. Já vi forno de cerâmica que também tinha que colocar a mão dentro da água assim para pegar as coisas. Há muito tempo já é visto que a carvoaria, o trabalho no carvão é visto como trabalho escravo, e realmente é, porque a pessoa, além de não ter uma remuneração adequada, ele não tem uma instalação boa, não se alimenta legal, um arroz e feijão não tem. É... macarrão e macarrão. comê macarrão de manhã, macarrão meio dia e macarrão de tarde. Não tem uma alimentação adequada pra você. E como é um trabalho braçal, você tem que se alimentar bem... Então, nunca vai trabalhar bem sem uma alimentação adequada. Eles não provêm isso pro empregado. A maioria é assim, a maioria das carvoeiras é assim que funciona. Não tem uma estrutura adequada para você se alojar...

DSC 5.3: Tem carvoaria que trabalha só em troca de droga. O cara leva droga. Eu já fui trabalhar em carvoaria. E não é longe daqui não... O cara paga só em droga... Só em droga. Se você ganhar cinquenta real num dia, te vendo cinquenta real de droga. A maioria coloca tudo em droga em primeiro lugar. A verdade é isso. Primeiramente, ninguém quer saber de trabalhar nada. Primeiramente, o pessoal pega um quilinho, pega uns 10, 15 quilo aí, e o que que vão fazer? Vai correr atrás da droga. Se fosse pra prestar atenção: “Pô, tô melhorando, pô, vamo nessa!” cadê? Nós não tem esse objetivo!

DSC 5.4: Aí, por exemplo, esse capataz que está com o restante dos peões, ele não respeita a pessoa como um trabalhador comum, entendeu? Só porque, porque tá

trabalhando como carvoeiro. É porque acho que, como você tá trabalhando ali, ele acha que tem o direito de te dar aquilo que ele quer.

A fala acima citada cria um debate acerca do modo como acontecem às relações de trabalho. Teve quem defendesse os empregadores, dizendo que já teve patrão melhor que parente. Outro rapaz (que defende a ideia de que trabalho é sinônimo de prazer) afirma que a crítica exposta sobre as relações de classe parecia uma forma de cobiça do empregado sobre as conquistas do empregador. (ZACARIAS, 2017).

No entanto, a maioria dos participantes afirmou que neste jogo eles saem humilhados pelos patrões: “nós somos tratados igual um cachorro, e eu vou falar o que pro cara?”. Quanto aos relatos daqueles que já trabalharam em carvoarias, apontaram os agravos sobre a insalubridade dos espaços de trabalho, como má alimentação, alojamentos sem um mínimo de conforto, ausência de equipamentos de segurança, remuneração baixa. Ademais, relataram sobre as ofertas de emprego informal em carvoaria feitas nos próprios órgãos de atendimento à população de rua de Campo Grande/MS. (ZACARIAS, 2017).

Os postos de trabalho em que conseguem ser inseridos não garantem uma qualidade de vida necessária para sair da situação de morar nas ruas. O trabalho informal explora a mão de obra dos trabalhadores sem que haja garantia de direitos. Eles relataram que se sujeitam ao tratamento injusto pelos empregadores por não terem melhores oportunidades de emprego. Por estarem em situação de rua, ficam mais suscetíveis a perderem seus documentos pessoais e com isso, dificulta no registro formal de trabalho. O desconhecimento sobre os direitos trabalhistas também os afeta negativamente que, por não saberem suas garantias, acabam por não negociar as condições diante do trabalho com diversas violações.

Houve relatos sobre o recebimento de drogas como pagamento, utilizando do vício prévio ou adquirido ali para usurparem o pagamento em dinheiro. Embora eles remetam as drogas ilícitas a uma autocondenação que os faz permanecer na situação em que se encontram, cabe refletir sobre como o uso dessas substâncias acaba, de certa forma, a fazê-los suportar o sofrimento ao qual são submetidos.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O discurso dos homens em situação de rua nos proporcionou uma reflexão não somente sobre a fala de cada um, mas sobretudo da representação social sobre o que é o trabalho e as condições em que este ocorre na realidade

por eles vivenciada. Na concepção sobre o trabalho, apresentada do Eixo 1, percebeu-se de forma muito evidente a colocação do trabalho como aquilo que lhes dá identidade, bem como uma forma de se sentir presente na sociedade. Assim, o trabalho foi apresentado como tema central deste grupo de trabalhadores na sociabilidade do capital e uma forte identificação com o reconhecimento social e a dignidade.

Por estar ligado à necessidade de sobrevivência dos seres humanos, o trabalho se torna peça central da vida em sociedade. As atividades trabalhistas interferem diretamente nas condições de vida e na forma de organização das pessoas que dela participam. Atualmente, as relações econômicas configuram os pensamentos, moldam crenças e estimulam as ações das pessoas, tudo isso em benefício da produção eficiente e da garantia do consumo que traz, consequentemente, a manutenção e o acúmulo do capital.

É presente a ideia de que o trabalho é uma forma tanto de sobreviver como ser humano quanto de venda de força de trabalho. Nesse caso, os discursos aparecem como uma forma de responder a coleta de dados feita no Centro Pop, e, portanto, tinha necessidade de responder ao local em que houve a coleta. Contudo, a metodologia escolhida proporcionou que esses homens pudessem expor realmente o que pensavam e refletir sobre isso. O espaço de uma fala qualificada também fez com que pudessem refletir sobre as condições em que vivem. Isso demonstrou contradições nos discursos, mas também fez emergir a potência da fala desses homens sobre o seu modo de viver, suas condições, seus anseios e sonhos.

Diante de todos esses dados, pode-se perceber que, quando se trata das relações trabalhistas, as ligações feitas entre as pessoas em situação de rua com as empresas são estabelecidas sob forma de exploração da mão de obra, o que demonstra contratos que desvalorizam os trabalhadores. Prevaleceram as falas de experiências com violações de direitos trabalhistas, passando uma visão do trabalho como forma de exploração, discriminação e sofrimento, compartilhando relatos das experiências que eles tiveram, trabalhando em carvoarias que ofereciam condições precárias de trabalho, exploradoras e indignas.

Resgatando a forma de funcionamento do sistema capitalista e sua influência nos diferentes setores da vida dos trabalhadores, pôde-se verificar as consequências das relações de produção na organização social e na divisão intra e internacional do trabalho: aprofundamento do pauperismo, levando os sujeitos à situação de extrema pobreza.

A massa de trabalhadores vende seu tempo, tantas vezes desconhecem suas potencialidades, trocam seus sonhos pelo dinheiro necessário para consumir – em um ciclo de produção e consumo que faz retornar para os burgueses todo dinheiro perseguido pelos trabalhadores. Assim, o processo

de concentração de renda, lucro e exploração da vida da massa populacional se retroalimenta. E nessa relação trabalhista, aqueles que enfrentam a situação de extrema vulnerabilidade econômica submetem-se a cargos degradantes, colocando-se como mão de obra barata. Eles aceitam as relações de exploração a qual estão expostos e raramente acreditam que podem sair desse ciclo.

Uma das questões ainda a ser melhor estudada é onde estão inseridos os homens em situação de rua no mundo do trabalho. Ao serem aliciados para as carvoarias, por exemplo, identifica-se a primarização produtiva na realidade sul-mato-grossense, ou seja, sua inscrição do que é o seu lugar na divisão intra e internacional do capital determina também a utilização de sua força de trabalho. São esses sujeitos com menos garantias de direitos os alvos prediletos para um trabalho fundante na retroalimentação do modo de produção capitalista, para que se mantenha a acumulação do capital em cadeias produtivas cada vez mais extensas. Aqui (Campo Grande (MS)) se produz carvão, em outros lugares do país e do mundo vão se construir os carros, as hidrelétricas, fornos siderúrgicos onde o carvão será utilizado. Portanto, a relação direta entre a globalização e a escravidão que está colocado na nossa região vai se servir dos homens em situação de rua para a manutenção do trabalho globalizado.

Apesar dos avanços legislativos sobre os direitos humanos, que incluem uma gama de garantias na Constituição Federal, a realidade dos trabalhadores permanece marcada pela informalidade e a crescente precarização. As pessoas que se encontram em situação de rua fazem parte do conjunto de trabalhadores braçais brasileiros, que por sua necessidade premente de lutar pela sobrevivência diária, enfrentam discriminações diversas e se submetem a trabalhos degradantes e, com isso participam de forma significativa da coesão social capitalista.

Este grupo populacional experimenta as mais severas dificuldades de sobrevivência, demonstrando o extremo de relações trabalhistas marcadas pela desigualdade social, exploração de mão de obra, que mantém esse grupo dependente de políticas não redistributivas, controladora de corpos e de desejos e submetidos às necessidades do mercado.

Pode-se perceber com esta pesquisa que os usuários do CENTRO POP (que participaram da roda de conversa analisada) percebem a importância do trabalho na manutenção do contexto econômico, político e social. Compreendem que a mão de obra oferecida por eles é o que mantém o ciclo do capital girando; reconhecem a influência que exerce a atividade produtiva sobre a manutenção do sistema que organiza as relações trabalhistas e sociais.

Porém, não encontram saídas e nem apresentam ideias de uma nova forma de organização do sistema econômico vigente. Os serviços intermediários nem sempre conferem sob quais condições os trabalhadores estarão submetidos, como os subempregos em carvoarias que são ofertados nos serviços de assistência à população em situação de rua de Campo Grande (MS). Assim, vivenciando uma realidade de extrema miséria, as melhores perspectivas profissionais para esses homens são a de serem aceitos pelo mundo do trabalho formal, onde poderiam receber um salário e dispor de um mínimo de garantias trabalhistas.

Nesse ínterim, o mundo do trabalho formal aparece como algo a ser perspectivado pelos trabalhadores: para ser um trabalhador, é preciso estar no mercado de trabalho formal - embora em alguns discursos apareça a ideia de ter um trabalho autônomo. No entanto, no mundo do trabalho formal, a inserção dos trabalhadores é dada não só pela sua capacidade produtiva, mas sobretudo pelo mundo da economia. A depender da empregabilidade que temos se fará a inserção das pessoas com mais desigualdade e com mais discriminação. Para esses homens, ter acesso a postos de trabalho também pode significar o enfrentamento de estigmas e discriminações sofridos por eles todos os dias. Portanto, o mundo do trabalho opera também como uma forma de segregação, discriminação e preconceito, colocada para os trabalhadores que estão em situação de rua.

Sem finalizar a pesquisa, enfatizamos a necessidade de que a rede socioassistencial e da saúde, ambas políticas que mais próximo chegam ao mundo dos homens em situação de rua, possam colocar como fundamento o processo de grupalização, organização e, sobretudo, processos educativos de educação popular nos quais a fala seja a emersão das problemáticas vividas e a serem consideradas, visando garantias de dignidade. Assim, não bastam políticas somente de geração de renda. Há que se implementar, sobretudo, políticas de emancipação, para que as pessoas em situação de rua sejam reconhecidas como sujeitos com direito a ter direitos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 35.ed. Brasília: Edição Câmara, Centro de Documentação e Informação, 1988.
- BRASIL. **Decreto Nº 7.053 de 23 de dezembro de 2009**. Poder Executivo, Brasília, DF, 2009. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d7053.htm . Acesso em: 02 set. 2021.
- BRASIL. **Política Nacional Para Inclusão Social Da População Em Situação De Rua** Brasília, 2008. Disponível em: https://www.justica.pr.gov.br/sites/default/arquivos_restritos/files/documento/2019-08/pol.nacional-morad.rua_.pdf . Acesso em: 01 ago. 2024.
- BRASIL. Ministério da Saúde. **Portaria nº 615, de 15 de abril de 2013**. Poder Executivo, Brasília, DF, 2013. Disponível em: https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2013/prt0615_15_04_2013.html . Acesso em: 01 ago. 2024.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome - MDS. **Pesquisa Nacional sobre a População em Situação de Rua**. Brasília, 2008. Disponível em: <https://fpabramo.org.br/acervosocial/wp-content/uploads/sites/7/2017/08/033.pdf> . Acesso em: 29 jul. 2021.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Orientações técnicas - Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua – Centro Pop**. Coleção SUAS e População em Situação de Rua, v. 3, Brasília, 2011. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Cadernos/orientacoes_centro_pop.pdf . Acesso em: 11 ago. 2024.
- BRASIL. Secretaria Nacional de Assistência Social. **Política Nacional de Assistência Social – PNAS/2004**. Brasília, 2009.
- CASTEL, R. **As metamorfoses da questão social**. Petrópolis: Vozes, 1998.
- ESCOREL, S. **Vidas ao léu: trajetórias de exclusão social**. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1999. Disponível em: <https://books.scielo.org/id/rbtvb/pdf/escorel-9788575416051.pdf> . Acesso em: 01 ago. 2024.
- FRANGELLA, S. M. **Corpos urbanos errantes: uma etnografia da corporalidade de moradores de rua em São Paulo**. São Paulo: Anablume, Fapesp, 2009.
- LEFÈVRE, F.; LEFÈVRE, A. M. C. **O discurso do sujeito coletivo - um novo enfoque em pesquisa qualitativa**. Caxias do Sul: Educs, 2003.

- LEFEVRE, F.; LEFÈVRE, A. M. C.; MARQUES, M. C. C. Discurso do sujeito coletivo, complexidade e auto-organização. **Revista Ciência & Saúde Coletiva**, Temas Livres, v. 14, n. 4, ano 2009, p. 1193-1204, agosto 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/bLYcq4qWYBJnrfZzbVrZmJh/> . Acesso em: 28 ago. 2024.
- MARTINELLI, M. L. **Serviço Social** – identidade e alienação. 7.ed. São Paulo: Cortez, 2001.
- MINAYO, M. C. de S. **O desafio do conhecimento**: pesquisa qualitativa em saúde. 12. ed. São Paulo: Hucitec, 2010.
- SCANDOLA, E. M. R. Chegou a libertação! Para quê? In: BORGES, P. C. C. (Org.). **Formas contemporâneas de trabalho escravo** - série tutela penal dos direitos humanos. São Paulo: Cultura Acadêmica Editora, 2015. p. 59-72.
- SILVA, M. L. L. **Mudanças recentes no mundo do trabalho e o fenômeno população em situação de rua no Brasil** - 1995-2005. 2006. 220p. Originalmente apresentado como tese de mestrado em Política Social. Brasília: UnB, 2006.
- STOFFELS, M. G. **Os mendigos na cidade de São Paulo**: ensaio de interpretação sociológica. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- ZACARIAS, I. A. N. **Transcrição da roda de conversa no CENTRO POP com o tema Trabalho**. Campo Grande, MS, 2017.

RESUMO

Este artigo objetiva evidenciar e analisar os discursos dos homens em situação de rua sobre os significados do trabalho, bem como sobre o acesso e as condições laborais a que são submetidos. A coleta de dados ocorreu no âmbito do estágio em Serviço Social no Centro-Pop de Campo Grande, Mato Grosso do Sul, através de uma roda de conversa realizada com os usuários do serviço, que trouxe o trabalho como tema central do debate. A organização de dados teve como fundamento o Discurso do Sujeito Coletivo (DSC) e a análise ancorou-se nas bases teóricas do Serviço Social. Ao dar voz às experiências dos participantes sobre o assunto, os discursos coletados foram divididos em dois eixos, dos quais ramificam-se cinco ideias centrais. No Eixo A, tratou-se de apresentar a representação do trabalho para os homens em situação de rua, passando da ideia de se sentir valorizado diante da sociedade até a reflexão do trabalho como uma forma de sobrevivência e exploração. Já no Eixo B, discorreu-se sobre a inserção deles no mundo do trabalho, marcadas por estigmas, discriminação, subempregos e ausência de direitos. Em um mundo de oportunidades limitadas, o acesso ao emprego formal torna-se o ideal de realização profissional daqueles que são submetidos a cargos degradantes, deixando de dispor do mínimo necessário para compor o exército industrial de reserva.

Palavras-chave: Trabalho; População em Situação de Rua; Capitalismo; Serviço Social.

ABSTRACT

This article aims to highlight and analyze the discourses of homeless men regarding the meanings of work, as well as the access to and working conditions to which they are subjected. Data collection took place within the scope of a Social Work internship at the Centro-Pop in Campo Grande, Mato Grosso do Sul, through a discussion group held with service users, which brought work as the central theme of the debate. Data organization was based on the Collective Subject Discourse (CSD), and the analysis was anchored in the theoretical bases of Social Work. By giving voice to the participants' experiences on the subject, the collected discourses were divided into two axes, from which five central ideas branch out. Axis A dealt with presenting the representation of work for homeless men, ranging from the idea of feeling valued by society to the reflection on work as a form of survival and exploitation. In Axis B, the discussion focused on their insertion into the world of work, marked by stigma, discrimination, underemployment, and lack of rights. In a world of limited opportunities, access to formal employment becomes the ideal of professional fulfillment for those subjected to degrading jobs, lacking the minimum necessary to join the industrial reserve army.

Keywords: Work; Homeless Population; Capitalism; Social Work.

RESUMEN

Este artículo tiene como objetivo resaltar y analizar los discursos de hombres habitantes de la calle sobre los significados del trabajo, así como el acceso y las condiciones laborales a las que están sometidos. La recolección de datos ocurrió en el ámbito de la pasantía de Servicio Social en el Centro-Pop de Campo Grande, Mato Grosso do Sul, a través de una conversación realizada con usuarios del servicio, que tuvo el trabajo como tema central del debate. La organización de los datos se basó en el Discurso del Sujeto Colectivo (DSC) y el análisis estuvo fundamentado en las bases teóricas del Trabajo Social. Después de dar voz a las experiencias de los participantes sobre el tema, los discursos recogidos se dividieron en dos ejes A y B, de los que se ramifican cinco ideas centrales. En Eje A se trataba de presentar la representación del trabajo de los hombres sin hogar, pasando de la idea de sentirse valorados en la sociedad a la reflexión del trabajo como forma de supervivencia y exploración. En el Eje B se discutió sobre su inserción en el mundo laboral, marcado por el estigma, la discriminación, el subempleo y la falta de derechos. En un mundo de oportunidades limitadas, el acceso al empleo formal se convierte en el ideal de realización profesional para quienes se ven sometidos a posiciones degradantes, al no contar con el mínimo necesario para formar parte del ejército de reserva industrial.

Palabras clave: Trabajar; Población sin hogar; Capitalismo; Servicio social.

A atuação social da Missão Paz na acolhida dos migrantes e seu trabalho antirracista

The social action of the Peace Mission in welcoming migrants and its anti-racist work

*José Cristiano Bento dos Santos**

*Fabio Lanza***

*Líria Maria Bettiol Lanza****

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho objetivou uma análise da atuação social da Missão Paz, instituição da Congregação dos padres scalabrinianos da Igreja Católica, no processo de acolhimento dos migrantes e sobre seu trabalho socioeducativo no combate ao racismo, de modo particular, nas atividades internas da entidade. Partindo da compreensão dos significados e os fundamentos de raça, racismo, migração e atuação sociopolítica do catolicismo, investigou-se como seus significados poderiam embasar as interpretações das entrevistas, bem como a própria fala dos sujeitos participantes da pesquisa. Por isso, foram

* Professor do Curso de Teologia da PUCPR – Pontifícia Universidade Católica do Paraná - Câmpus Londrina. Pesquisador do Programa de Pós-Graduação em Sociologia – PPGSOC-UEL, mestre em Ciências Sociais e doutor em Sociologia pela Universidade Estadual de Londrina - UEL. E-mail: jose.cristiano@uel.br

** Professor Associado do Departamento de Ciências Sociais, docente do Programa de Pós-Graduação em Sociologia (PPGSOC-UEL) e do Mestrado Profissional de Sociologia em Rede Nacional (PROFSOCIO - UFC) vinculados a Universidade Estadual de Londrina. Bolsista produtividade CNPq. Doutor em Ciências Sociais pela PUC-SP. E-mail: lanza@uel.br

*** Professora Associada do Departamento de Serviço Social, docente do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social e Política Social (PPGSE UEL) vinculados a Universidade Estadual de Londrina. Bolsista produtividade CNPq. Doutora em Serviço Social pela PUC-SP. E-mail: liriabettiol@uel.br

eleitas como categorias chaves de análise, para a compreensão e constituição deste trabalho, a “exclusão racial”, a “inclusão racial” e a “atuação educativa antirracista”.

Racismo e migração são conceitos fundamentais para o trabalho investigativo científico, tendo em vista que o compromisso social com o debate político público, como meio de subsidiar a sociedade a refletir sobre a realidade dos haitianos no Brasil, influencia políticas públicas que podem atender e integrar essa população na convivência social de maneira justa e equânime.

Para a realização do referido trabalho, utilizamos como procedimento metodológico o levantamento bibliográfico circunscrito ao objeto de estudo e pesquisa de campo, que coletou dados empíricos nos meses de novembro de 2022 e julho de 2023. Foram realizadas entrevistas semiestruturadas com migrantes haitianos, com membros e voluntários da Missão Paz. Para proteger a sua identificação pessoal, as pessoas entrevistadas foram mencionadas de forma anônima como: Entrevistado 1, Entrevistado 2, Entrevistado 3. Ainda, de forma complementar e secundária, ocorreram a observação de campo e a coleta de documentos oficiais católicos e scalabrinianos que tratam do tema.

O trabalho está estruturado em seis seções, sendo que na primeira são abordadas questões históricas da Igreja Católica, selecionadas conforme a sua relação com os processos migratórios e a Missão Paz.

A segunda seção aborda conceitual do racismo e seus fundamentos baseados na religião, analisando sua implicação histórica nas ações da Igreja Católica em relação ao negro. Na terceira seção abordamos o conceito de migração, analisando sua implicação histórica em relação à população negra no Brasil. A quarta seção faz uma análise documental das orientações teológicas e pastorais do Vaticano, utilizando-as como fontes principais do trabalho pastoral da Igreja Católica, para mostrar suas implicações históricas em relação aos migrantes. Na quinta seção mostramos a formação e atuação social do Movimento Negro Unificado (MNU) e dos Agentes de Pastoral Negros (APNs), no final da década de 1970 e nos anos de 1980. Nosso enfoque procura analisar a sua implicação histórica nas ações de combate ao racismo. Na sexta seção pretendemos analisar a atuação social da Missão Paz no processo de acolhimento aos migrantes e sobre seu trabalho socioeducativo no combate ao racismo, de modo particular, nas suas atividades internas. Para isso nos apoiamos na pesquisa de campo que consistiu em entrevistas com as pessoas que trabalham na instituição e de relatos de pessoas migrantes, especialmente haitianos, que são assistidas por ela. Buscou-se compreender as consequências do trabalho pastoral da Missão Paz na vida dos haitianos e possíveis impactos na sociedade.

2 IGREJA CATÓLICA, MIGRAÇÃO E A MISSÃO PAZ

A produção de documentos oficiais da Igreja, como encíclicas e exortações apostólicas dos Papas sobre a relação Igreja Católica com a questão migratória, compreendida como uma literatura sociorreligiosa na defesa dos direitos dos migrantes, iniciou-se a partir do ano de 1940, com o Papa o Pio XII. No entanto, a seguir, serão apresentados aspectos contemporâneos desta relação a partir do papado (13/03/2013 – 21/04/2025) de Francisco.

A reflexão da Igreja sobre o desenvolvimento humano integral teve continuidade com o Papa Francisco, sucessor de Bento XVI. Francisco, em 2015, escreveu a Encíclica *Laudato Si'*, sobre como cuidar da nossa Casa Comum (planeta terra). Além de exortar a uma relação fraterna com a Terra, o documento questiona o modelo atual de desenvolvimento e convida a sociedade a participar de um diálogo efetivo para redefinir o progresso ético e promover um desenvolvimento humano integral que beneficie a todos, particularmente os mais “pobres” e “excluídos” (FRANCISCO, 2015, par. 49).

No documento *Laudato Si'*, é evidente que a migração, principalmente a forçada, é apresentada como resultado da degradação social e ambiental, da quebra dos vínculos de integração e comunhão social. Por isso, o papa chama a atenção do Estado e da sociedade civil para olharem as causas que levam muitas pessoas a serem deslocadas ou retiradas à força das suas terras, para migrarem em busca de melhores oportunidades e condições de sobrevivência. Diz Francisco:

O ambiente humano e o ambiente natural degradam-se em conjunto; e não podemos enfrentar adequadamente a degradação ambiental, se não prestarmos atenção às causas que têm a ver com a degradação humana e social. De facto, a deterioração do meio ambiente e a da sociedade afetam de modo especial os mais frágeis do planeta: “Tanto a experiência comum da vida quotidiana como a investigação científica demonstram que os efeitos mais graves de todas as agressões ambientais recaem sobre as pessoas mais pobres”. Por exemplo, o esgotamento das reservas ícticas prejudica especialmente as pessoas que vivem da pesca artesanal e não possuem qualquer maneira de a substituir, a poluição da água afeta particularmente os mais pobres que não têm possibilidades de comprar água engarrafada, e a elevação do nível do mar afeta principalmente as populações costeiras mais pobres que não têm para onde se transferir. O impacto dos desequilíbrios atuais

manifesta-se também na morte prematura de muitos pobres, nos conflitos gerados pela falta de recursos e em muitos outros problemas que não têm espaço suficiente nas agendas mundiais (FRANCISCO, 2015, par. 48).

Para a superação da degradação social e ambiental que atinge as populações mais vulneráveis, principalmente os migrantes, o Papa solicita uma possível união de Estados e nações, a partir de uma consciência solidária, que rompa com as barreiras políticas e sociais, para formar uma única família humana, fraternalmente globalizada.

Nessa perspectiva da globalização da solidariedade proporcionada pelos Estados e nações, para o fortalecimento de ações políticas em benefícios da migração, - que é um fenômeno global e que não pode ser tratado com indiferença -, orienta o Papa Francisco:

É preciso revigorar a consciência de que somos uma única família humana. Não há fronteiras nem barreiras políticas ou sociais que permitam isolar-nos e, por isso mesmo, também não há espaço para a globalização da indiferença (FRANCISCO, 2015, par. 52).

Francisco retoma essa reflexão sobre a constituição de única família humana, como meio de solidariedade aos migrantes, na Encíclica *Fratelli Tutti*, sobre a fraternidade e a amizade social, escrita em 2020, de forma mais profunda e com um viés mais crítico. O documento faz uma leitura da atual conjuntura social, política e econômica, incluído o tema da migração, como processo de deslocamento interno em um país e internacional.

As migrações compreendidas como fato global ocupam uma parte significativa da encíclica, na qual o Papa diz que todas as pessoas são irmãos e irmãs, chamados à superação das mazelas e injustiças sociais, como o egoísmo, as guerras e as desigualdades do sistema econômico baseado numa política de exclusão que provocam as migrações no mundo. Consequência das contradições de um sistema que é produtor e reproduzidor das migrações, porém,

[...] tanto na propaganda de regimes políticos populistas como na leitura de abordagens econômico-liberais, defende-se que é preciso evitar a todo o custo a chegada de pessoas migrantes. Simultaneamente argumenta-se que convém limitar a ajuda aos países pobres, para que toquem o fundo e decidam adotar medidas de austeridade. Não se dão conta que, atrás

destas afirmações abstratas difíceis de sustentar, há muitas vidas dilaceradas. Muitos fogem da guerra, de perseguições, de catástrofes naturais. Outros, com pleno direito, andam à procura de oportunidades para si e para a sua família. Sonham com um futuro melhor, e desejam criar condições para que se realize (FRANCISCO, 2020, par. 37).

O funcionamento contraditório desse sistema (re)produtor dos processos migratórios gera, também, um fenômeno complexo que é o tráfico de seres humanos, ou seja, pessoas que são retiradas de seu lugar de habitação, como sua casa, cidade e até de seu país e são submetidas à uma mobilidade limitada, sem liberdade e sem documentação. Ademais, quase sempre são submetidas às situações de exploração sexual, laboral e até de confinamento para remoção de órgãos ou tecidos humanos etc..

Francisco faz esse alerta em sua encíclica, porque ele tem consciência de que, os migrantes mais vulneráveis são vítimas do tráfico humano. Na maioria dos casos, as pessoas que migram são marcadas pelo sofrimento e pelas privações nos itinerários migratórios. De fato, nessa lógica perversa existem

[...] traficantes sem escrúpulos, frequentemente ligados a cartéis da droga e das armas, exploram a fragilidade dos imigrantes, que, ao longo do seu percurso, muitas vezes encontram a violência, o tráfico de seres humanos, o abuso psicológico e mesmo físico e tribulações indescritíveis. As pessoas que emigram experimentam a separação do seu contexto de origem e, muitas vezes, também um desenraizamento cultural e religioso (FRANCISCO, 2020, par. 38).

A encíclica denuncia a omissão dos Estados, a ausência de políticas migratórias, o albergamento improvisado em condições precárias que não lhes permitem o recomeço com protagonismo e dignidade. Há, também, instrumentalização ou uso político dos migrantes com finalidade econômica de governos corruptos que desviam recursos destinados ao atendimento emergencial das causas migratórias, para outras finalidades. Além disso, “difundem uma mentalidade xenófoba” (FRANCISCO, 2020, par. 39), referindo-se à institucionalização de violências como: preconceito, racismo, xenofobia et., por meio de discursos que inferiorizam, demonizam os migrantes e silenciam suas contribuições positivas para o crescimento econômico, social e cultural dos países.

Segundo o Papa, “as migrações constituirão uma pedra angular do futuro do mundo. Hoje, porém, são afetadas por uma perda daquele sentido de responsabilidade fraterna, sobre o qual assenta toda a sociedade civil” (FRANCISCO, 2020, par. 40).

Isso deixa evidente que, na visão de Francisco, os processos que geram as migrações são inerentes ao modelo atual de consciência do “dever moral de tutelar os direitos dos seus cidadãos e o dever de garantir a assistência e o acolhimento dos imigrantes” (FRANCISCO, 2020, par. 40). Esta seria uma condição fundamental para a implementação de políticas migratórias ancoradas nos Direitos Universais da Pessoa Humana.

Francisco realizou um rico trabalho teórico nas orientações de suas encíclicas, e, ao mesmo tempo, realizou gestos concretos em sua atuação pastoral, de forma solidária e política, em benefícios dos migrantes.

O Papa Francisco, em outubro de 2013, no mesmo ano de sua eleição para assumir o governo máximo da Igreja Católica, em sua primeira viagem fora de Roma fez uma visita solidária à Lampedusa, na qual aconteceu o naufrágio de um navio perto da pequena ilha siciliana, onde “morreram 368 imigrantes” e “outros 155 migrantes sobreviveram, entre eles 41 crianças” (MONTENEGRO, 2016).

Nessa tragédia que matou várias pessoas, “mais de 300 imigrantes, em sua maioria etíopes, perderam suas vidas quando o barco em que estavam pegou fogo próximo da costa, levando a embarcação a afundar” (NAÇÕES UNIDAS, BRASIL, 2013, s/p.).

Consciente das mortes e do sofrimento dos migrantes, e das consequências negativas, Francisco, em sua homilia, retrata o cenário catastrófico, expressa compaixão às vítimas, agradece a solidariedade dos voluntários, interpela os poderes do Estado e da sociedade civil e motiva as pessoas com as seguintes palavras:

Emigrantes mortos no mar; barcos que em vez de ser uma rota de esperança, foram uma rota de morte. Assim recitava o título dos jornais. Desde há algumas semanas, quando tive conhecimento desta notícia (que infelizmente se vai repetindo tantas vezes), o caso volta-me continuamente ao pensamento como um espinho no coração que faz doer. E então senti o dever de vir aqui hoje para rezar, para cumprir um gesto de solidariedade, mas também para despertar as nossas consciências a fim de que não se repita o que aconteceu. Que não se repita, por favor. Antes, porém, quero dizer uma palavra de sincera gratidão e encorajamento a vós, habitantes de Lampedusa e Linosa, às associações, aos voluntários

e às forças de segurança, que tendes demonstrado – e continuais a demonstrar – atenção por pessoas em viagem rumo a qualquer coisa de melhor. Sois uma realidade pequena, mas ofereceis um exemplo de solidariedade! (FRANCISCO, 2013, s/p.).

Esse discurso do Papa Francisco ainda repercute na memória daqueles que presenciaram suas atitudes e ouviram suas palavras solidárias na visita às populações da ilha de Lampedusa, como relembra Alessandro Gisotti, com a seguinte rememoração desse fato:

Daquela visita temos na memória algumas imagens que não se apagam: o Papa celebrando a missa em um altar feito de barcos dos migrantes, a grinalda de flores jogadas ao mar de um barco, o abraço com os jovens que sobreviveram a essas viagens chamadas viagens de esperança, mas que infelizmente muitas vezes se transformam em viagens do desespero. O coração da visita era, portanto, claramente a difícil situação dos migrantes. Todavia, naquela ocasião, Francisco fez uma homilia que ampliava o olhar, que ia além daquela ilha e do que ela significava naquele momento (Vatican News, 2022 b, p. 1).

No momento de visita simbólica aos migrantes e refugiados na ilha italiana de Lampedusa, o Papa Francisco solidarizou-se às milhares de pessoas que arriscam suas vidas em alto mar, lançando uma coroa de flores, em memória dos migrantes que morreram tentando sair do norte da África e chegar à ilha, para encontrar melhores condições de vida (ACNUR, 2013).

Após o evento religioso, a missa em memória dos migrantes falecidos, marcada com a presença de milhares de moradores, turistas, migrantes, lideranças religiosas e políticas, o Papa ainda visitou o local onde as pessoas desembarcaram após a perigosa jornada na travessia do mar (ACNUR, 2013).

A presença religiosa e política do Papa Francisco foi interpretada como uma ação marcada por humanismo e caráter simbólico, como observa Laurens Jolles, representante regional do ACNUR: “Estamos tendo a oportunidade de ver sua preocupação com refugiados e migrantes logo no início de seu papado”, “Ficamos contentes de ele ter conversado com pessoas que contaram sobre sua difícil jornada” (ACNUR, 2013, p. 1).

Após o episódio dramático de Lampedusa, o Papa Francisco seguiu o trabalho pastoral na defesa dos migrantes, por meio da reflexão sobre as causas que provocam a migração, da denúncia contra o sistema político e social que não acolhem as pessoas, que de modo espontâneo ou forçado

se deslocam de seus países com a esperança de uma vida digna. . Pois, para o Papa, “o tema imigração é um dos mais caros, que já fez repetidos apelos para que as autoridades mundiais se preocupem e ajudem os deslocados pelo mundo – especialmente, na crise migratória que atinge a Europa” (INSTITUTO MIGRAÇÕES E DIREITOS HUMANOS, 2016).

O Papa Francisco com consciência política e solidariedade para com os problemas da migração, principalmente no continente europeu, em 2016 “fez um apelo para que cada paróquia na Itália acolhesse, ao menos, uma família de imigrantes e, dando o exemplo, acolheu dezenas de sírios no próprio Vaticano” (INSTITUTO MIGRAÇÕES E DIREITOS HUMANOS, 2016, p. 1). De fato, esse gesto concreto do religioso foi uma estratégia significativa, para sensibilizar, além da própria religião, as instituições sociais e políticas de mundo de forma geral.

Três anos depois, em 2019, o Papa Francisco fez sua viagem apostólica para Marrocos, onde dialogou sobre questões políticas, econômicas e religiosas com a população, as autoridades civis e religiosas, com o corpo diplomático e com as pessoas migrantes na sede da Caritas diocesana de Rabat (Vatican News, 2019 b).

Porém, no mesmo dia antes de sua partida para o Marrocos, o Papa promoveu no Vaticano um encontro com um grupo de migrantes marroquinos que estava hospedado na Itália, pela Comunidade de Sant’Egidio. Esse grupo de migrantes era composto por duas famílias, cada uma com suas crianças (Vatican News, 2019 b).

O Papa Francisco, na visita ao Reino de Marrocos, fez um pronunciamento no qual afirmou que a migração forçada é “uma ferida que brada ao céu” (Scalabrinianos, 2022). Por isso, em nome da instituição católica, o Papa diz: “não queremos que a indiferença e o silêncio sejam a nossa resposta” (SCALABRINIANOS, 2022). Podemos dizer que este foi um gesto carregado de simbolismo, espiritualidade e política de compromisso com a dignidade humana. Nesta perspectiva, é inaceitável a realidade de sofrimento dos refugiados e migrantes.

Diante desse apelo comovente, o Papa Francisco propôs quatro verbos que sintetizam várias ações políticas, sociais, econômicas e religiosas em benefício dos migrantes e refugiados, são eles: “Acolher, Proteger, Promover e Integrar (SCALABRINIANOS, 2022).

Esses quatro verbos são inerentes à atuação pastoral e política do Papa Francisco no atendimento aos migrantes em situações de sofrimento em todo o mundo, como aconteceu no ano de 2019 na América Central. Referimo-nos ao violento bloqueio, prisão, expulsões de milhares de pessoas que procuravam entrar nos Estados Unidos da América (EUA) pela fronteira mexicana.

Nesse período de bloqueio das fronteiras entre Estados Unidos e México, Francisco

[...] enviou 500 mil dólares para a subsistência dos migrantes centro-americanos, bloqueados na fronteira com o México, na esperança de entrar nos Estados Unidos. Com a diminuição das ajudas, aumentaram as necessidades das condições mais básicas para sua sobrevivência (Vatican News, 2019a, p. 1).

A ajuda financeira do Papa Francisco foi para socorrer vários migrantes provenientes de Honduras, El Salvador e Guatemala, que chegaram ao México, percorrendo mais de quatro mil quilômetros a pé ou em veículos improvisados, na esperança de uma vida melhor nos Estados Unidos. Esses migrantes são homens e mulheres, com os seus filhos pequenos, que fugiram da miséria, da pobreza e da violência política e econômica de seus países (VOA PORTUGUÊS, 2019).

Três anos depois, em 2022, o Papa Francisco realizou outra ação solidária em benefício dos migrantes. O pontífice destinou uma ajuda de 100 mil euros para as Filipinas e para os migrantes que estavam na fronteira, também bloqueada, entre Polônia e Bielorrússia. Segundo Alessandro De Carolis,

[...] a mesma decisão, por parte do Papa, diz respeito à longa emergência de migrantes na “terra de ninguém”, o trecho de terra que separa a Belarus da Polônia, onde se encontram pessoas sobretudo sem direitos e, portanto, um “paraíso” para todos os tipos de tráfico, a começar pelo tráfico humano. No local estão, há cinco meses, milhares de migrantes tentando entrar na Europa. Para aliviar a situação, Francisco destinou 100 mil euros apoiando assim a Caritas Polonesa em seu trabalho de assistência (Vatican News, 2022a, p. 1).

Os exemplos concretos da atuação social do Papa Francisco na defesa dos migrantes são a materialização das orientações oficiais do Estado do Vaticano sobre a migração nos séculos XX e XXI. Pois, a sensibilidade de Francisco para com as vítimas do tráfico e os migrantes pode ser compreendida como continuidade da manutenção de um dos pilares da ação pastoral da Igreja Católica, o atendimento aos migrantes em condições de vulnerabilidade social.

Considerando que a emergência da temática entre a Igreja Católica e os processos de migração fazem parte de uma trajetória consolidada ao

longo do século XX, apresentamos a seguir o recorte institucional católico da Congregação dos Missionários de São Carlos e seus integrantes denominados “Scalabrinianos”.

A Missão Paz (SP) é um espaço religioso e sociopolítico pertencente à Igreja Católica. Trata-se de uma instituição solidária e comprometida com a causa dos migrantes e tem na sua origem histórica o projeto pastoral e político da Congregação dos Missionários de São Carlos, fundada por João Batista Scalabrini, em 1887 (TERRAGNI, 2020). As ações da Missão Paz avançam em um sentido que poucas vezes o Estado consegue executar, segundo o Entrevistado 3:

Aqui, no Brasil, a gente não tem só a Igreja Católica, mas a gente se destaca. Tem como você vê aqui em São Paulo, que é o maior polo receptor que a gente tem, a Caritas. A gente tem Caritas brasileira, Caritas Arquidiocesana, enfim, sempre ligada à Igreja Católica. Por quê? Porque o governo fala muito, mas não faz muito (Entrevistado 3, 2022).

Numa abordagem sociológica, o trabalho realizado pelas equipes da Missão Paz pode ser compreendido como concretização de uma ação social racional, visando valores éticos e religiosos. Isso atualiza uma tradição de atuação política frente às diferentes sociedades onde os scalabrinianos atuam (WEBER, 2010). Esse perfil histórico-cultural das entidades católicas, como a Missão Paz, pode representar uma característica, um movimento sistêmico de reprodução e manutenção de projetos políticos com roupagem religiosa, constituídos para atender os grupos socialmente desprotegidos, como os migrantes.

A Missão Paz foi gestada pelos scalabrinianos no início da década de 1990, a partir da atuação social conjunta das seguintes entidades: Paróquia Italiana (1940), Nossa Senhora da Paz (1940), Centro de Estudos Migratórios (CEM) (1969), Centro Pastoral e de Mediação dos Migrantes (CPMM), 1977, Casa do Migrante (CdM), 1978, Paróquia Latino Americana e Italiana, em 1995 (CORRÊA, 2015), Comunidade Haitiana (2013) e a Comunidade Filipina (2017) (MISSÃO PAZ, 2022).

Essa instituição religiosa é um espaço de solidariedade. A sua atuação social na acolhida dos migrantes está orientada pela condição humana das pessoas, independente do seu credo religioso como afirma o Entrevistado 1: “E quando se trata de religião, alguns, muitos não são católicos. A maioria são igualmente evangélicos. Haitianos que estão aqui são muitos. Então, eles participam da Assembleia de Deus e de outras igrejas”.

O foco da Missão Paz, centrado na condição humana das pessoas, procura atenuar o sofrimento humano e contribuir para a transformação social e estrutural, que afeta os migrantes, independente de etnia, nacionalidade, raça ou classe social, como afirma o Entrevistado 3: *“O sofrimento humano é igual para todos. Todo mundo é de carne e osso, hormônios, sonhos, medos, desejos. Todo mundo é igual, mas cada um com suas particularidades”*.

Em 1996, os representantes de cada um daqueles segmentos voltados para o atendimento aos migrantes, como a Paróquia Italiana, Nossa Senhora da Paz, Centro de Estudos Migratórios (CEM), Centro Pastoral e de Mediação dos Migrantes (CPMM), Casa do Migrante (CdM) e a Paróquia Latino Americana e Italiana, reuniram-se para debater e propor soluções organizativas, seja para o trabalho profissionalizado de atendimento do público de migrantes, seja para o trabalho voluntário, representado por indivíduos que constituíram a Associação Voluntária pela Integração do Migrante (AVIM) (CORRÊA, 2015). Assim, considerando o racismo estrutural brasileiro e o forte vínculo entre xenofobia e racismo, a construção de ação antirracista, emergiu no trabalho desenvolvido, como veremos no próximo item.

3 UMA INSTITUIÇÃO RELIGIOSA ANTIRRACISTA

Estudos científicos, como de Antonio Sérgio Alfredo Guimarães (2009), Kabengele Munanga (2006) e Lilia Mortitz Schwarcz (2020) confirmam e debatem a existência do racismo na sociedade brasileira, principalmente contra a população negra e migrante, que é submetida a uma série de discriminações raciais, de desigualdades socioeconômicas e até a perda da vida. Esse fenômeno pode interferir no processo de recepção dos imigrantes negros, como haitianos e dos africanos que, possivelmente, sofrem violência cultural, racial, moral, material e física.

O racismo é a afirmação de uma crença na existência de hierarquização das raças dentro da espécie humana, uma vez que, no pensamento de um indivíduo racista, existem raças superiores e raças inferiores. Em nome da hierarquia de raças, inúmeras barbaridades foram perpetradas na história da humanidade, como o genocídio de milhões de índios na América Latina, a eliminação sistemática de milhões de judeus e ciganos nos campos de concentração da Segunda Guerra Mundial (MUNANGA, 2000).

A Missão Paz com seu trabalho social realizado por meio de uma equipe composta por diferentes profissionais, religiosos, cidadãos e cidadãs leigas utilizam a educação antirracista, como uma estratégia para desenvolver novas perspectivas entre os migrantes de várias nacionalidade e a sociedade paulistana. O seu princípio ético orienta a sua percepção das migrações como

um direito humano. Nessa perspectiva, os migrantes têm direito a participação na esfera programática de direitos sociais, objetivando a sua integração social e política aos programas de desenvolvimento, como educação, saúde, cultura, capacitação técnica proporcionados pelas entidades públicas e privadas.

Diante do complexo desafio do racismo na convivência dos migrantes, a Missão Paz, por meio dos religiosos scalabrinianos, discute e trabalha a conscientização sobre as violências raciais, para preveni-las e combatê-la.

Os responsáveis pela instituição realizam um trabalho educativo de combate ao racismo com os colaboradores profissionais que atendem os imigrantes. Essa iniciativa, envolve todo o corpo de colaboradores, independentemente da cor da pele e da função que ocupam na instituição, como relatou o Entrevistado 2:

Com relação ao racismo, os padres da Missão Paz fazem um trabalho que eu vejo. É um trabalho de trazer a equipe junto, seja a faxineira que é negra, seja assistente social, que é negra, seja qualquer um de nós (brancos), em toda e qualquer pauta de reunião. A instituição defende isso o tempo todo em atitudes, em conversas e em reuniões (Entrevistado 2, 2022).

Esse relato demonstra que os responsáveis da Missão Paz têm consciência racial e noção de que “saber que o racismo existe não significa compreendê-lo, do mesmo modo que nomear um fenômeno não significa saber o que ele é, como funciona ou como afeta suas vítimas” (SOUZA, 2021, p. 15). Por isso, a mesma instituição busca compreender suas causa e efeitos na vida dos migrantes, principalmente os negros.

A partir da pesquisa de campo, foi possível inferir que a Missão Paz, com sua atuação sociopolítica na acolhida dos migrantes, reconhece e respeita sua identidade cultural, política e religiosa, sem fazer acepção de pessoas e sem proselitismo religioso. Trata-se de uma prática que impacta na relação entre a sociedade civil e a entidade religiosa.

De fato, a Missão Paz tem consciência de que, no Brasil, os migrantes negros, como africanos e haitianos, são submetidos frequentemente a situações de racismo, materializado socialmente na humilhação da pessoa e na violação de seus direitos básicos. Mesmo que sejam acolhidas por uma instituição solidária como a referida entidade religiosa, essas pessoas migrantes negras podem ser alvo de expressões racistas emanadas por pessoas que não integram o corpo de funcionários ou voluntários da instituição. O racismo pode ser manifestado, inclusive, por pessoas que fazem alguma doação para migrantes acolhidos pela Missão Paz. É o que relata o Entrevistado 3:

Um dia, uma pessoa (benfeitora) me disse: Eu trouxe o leite em pó e fralda. Eu trouxe para os filhos dos sírios. Ela viu uma família negra perto dos sírios. Daí ela me perguntou se eu ia dar o leite para as crianças negras. Eu falei, então aqui as fraldas que a gente recebe, a gente recebe sem “alarme”. A gente vai entregar a doação para as pessoas que precisam (Entrevistado 3, 2022).

É possível constatar no relato que é pela geografia do corpo negro que os migrantes haitianos sofrem exclusão social, praticada por grupos sociais racistas, inclusive por pessoas “benfeitoras” desinformadas, que os identificam pela cor da pele, como meio de inferiorizar e invisibilizar as necessidades de uma existência preta e migrante.

De fato, a cor da pele no Brasil é utilizada como justificava racial de exclusão dos negros. Pois, no Brasil, quando alguém sofre discriminação por ser negro, o que se identifica é o preconceito racial, “porque a categoria “cor” é informada pela ideia de “raça” que, [...] continua a orientar a ação dos agentes sociais. [...] O preconceito de raça se atualizou, no caso “cor” (GUIMARÃES, 2012, p. 54). Isso acontece por causa do racismo, elemento estrutural que atravessa as relações sociais e institucionais, fazendo parte da gênese identitária do (SILVA, 2022).

É evidente que, no Brasil, “para os negros, a branquitude abre apenas algumas portas: da cadeia, do camburão, do cemitério” (THEODORO, 2022, p. 73). Por isso, o racismo nesse mesmo país é um fenômeno ideológico que orienta as relações, principalmente no tratamento que alguns brasileiros utilizam para se referirem aos migrantes haitianos.

Isso mostra que o racismo é um fenômeno visível nas relações sociais, que tem o poder apropriado por pessoas e grupos que, politicamente, exercem domínio sobre a organização cultural e econômica da sociedade. Por isso o racismo é um fenômeno complexo decorrente da estrutura social, concebido como o funcionamento ‘normal’ com que se constituem as relações políticas, econômicas, jurídicas e até familiares, não sendo uma patologia social nem um desarranjo institucional (ALMEIDA, 2018). Nessa perspectiva, o racismo é uma crença na existência das raças naturalmente hierarquizadas pela relação intrínseca entre o físico e o moral, o físico e o intelecto, o físico e o cultural (Munanga, 2000, p. 24).

Isso revela que o racismo é o “ataque feroz das forças coloniais” (KRENAK, 2020, p. 41). Pois, o velho ordenamento racial, estabelecido historicamente não desapareceu com a abolição da escravidão da população negra, tampouco com o final do regime legal de castas. Este último parece se prolongar no presente das relações humanas, com ramificação nas estruturas

sociais, políticas e econômicas, como resquícios do colonialismo. Trata-se de “uma ferida que nunca foi tratada. Porque a violência da escravidão foi substituída pela violência do racismo em uma sociedade industrializada” (DU BOIS, 2021, p. 12).

Contudo, a Missão Paz procura estabelecer parcerias com outras instituições, movimentos populares e grupos de migrantes, para manter, reforçar e ampliar o debate, bem como gestos concretos de prevenção e combate ao racismo, à xenofobia em vista de uma Casa comum.

3.1 Racismo estrutural: o racismo entre os migrantes

A presença do racismo pode ser percebida na estrutura da sociedade brasileira como um todo, que faz os próprios alvos de violência étnico-racial também racializarem outros considerados por eles como inferiores. Isso foi constatado em relatos de colaboradores profissionais da Missão Paz, ao mencionarem a discriminação racial entre alguns imigrantes acolhidos pela entidade religiosa:

A discriminação racial é muito presente aqui na casa, tanto por parte dos moradores como da parte da sociedade civil em geral. Então a gente percebe o racismo aqui. Não só na absorção do mercado de trabalho, como as relações internas aqui da Casa do Migrante, na vivência deles (imigrantes) de sentarem numa mesa que tenha um negro. E daí tem algumas falas que sugerem muito isso o tempo todo. São os negritos, os de cor ou então atos e gestos, fazendo esse sentido de colocar a pessoa nessa condição de menos valor, de que de ser um “menor”. A gente começa a perceber facilmente dentro da Casa do Migrante, atitudes de algumas pessoas de não querer usar o refeitório, os mesmos espaços, de não sentar próximo deles (negros) na área comum da casa, de trocar de quarto por conta própria, porque tem muito haitiano naquele quarto (Entrevistado 2, 2022).

A narrativa da entrevista deixa evidente que, os migrantes brancos tendem a definir, politicamente, na convivência da casa, os espaços sociais de cada pessoa a partir das características fenotípicas, como a cor da pele, porque “o corpo negro não se separa do sujeito” (GOMES, N., 2017, p. 94). De fato, esse fenômeno somático chamado cor é um dos marcadores estruturais presentes em várias culturas e sociedades, principalmente na vida social brasileira. Pois, no Brasil, o fator que identifica, ou redefine o espaço social é a cor da pele, como marca racial, como explicam Florestan Fernandes e Roger Bastide:

A cor foi, portanto, selecionada como a marca racial que 'serve' para identificar socialmente os negros [...]. Ela passou a ser um símbolo de posição social, um ponto de referência imediatamente visível e inelutável, através do qual se 'pode' presumir a situação de indivíduos isolados, como *socius* e como pessoa, tanto quanto definir o destino de uma raça (BASTIDE; FERNANDES, 1955, p. 70).

Os migrantes brancos, por meio da discriminação racial praticada nas relações com outros migrantes, apresentam resistência para conviver socialmente com os negros. Porém, na pesquisa de campo que realizamos na Missão Paz com colaboradores técnicos que atendem na referida instituição católica, foram evidenciados por essas pessoas relatos de práticas racistas que acontecem, também, nas relações entre os migrantes negros, africanos e haitianos, como relata o Entrevistado 3:

Os africanos e os haitianos são bem diferentes. O africano chega aqui e ele fala nitidamente: eu sou o berço do mundo, eu tenho linhagem. Eu sou superior, não a nós, brasileiros, mas, por exemplo, aos caribenhos. Então, se você colocar um haitiano, o africano, ali na sala de espera, o haitiano chegou primeiro. Mas o africano já circula ali naturalmente, tentando passar na frente. E eu não deixo, porque se você os deixar sozinhos, naturalmente os caribenhos se encolhem e os africanos se impõem (Entrevistado 3, 2022).

A postura social de superioridade dos africanos em relação aos haitianos é resultado de uma ideia de uma crença cultural que gera, nas relações dos próprios migrantes negros, estratificação social e hierarquização de um grupo e opressão de outro, como é analisado na percepção profissional do colaborador técnico:

O africano diz que o haitiano tem que saber o lugar dele no mundo, e o lugar dele no mundo é subalterno, pensa o africano. Os africanos dizem: "Gente dos nossos ancestrais eram reis: Eles eram os verdadeiros donos da terra". Então, eles acreditam que têm uma linhagem nobre e são o berço do mundo (Entrevistado 3, 2022).

De acordo o entrevistado, acima, na relação de hierarquização dos africanos sobre os haitianos, percebe-se, analiticamente, que há uma tentativa de impor um privilégio orientado por uma crença ideológica de 'estratificação

social', ou seja, distribuição diferenciada de privilégios (HASENBALG, 2005), proporcionada, implicitamente, pela cultura milenar considerada "berço da humanidade".

Essa prática racista de alguns migrantes africanos contra os migrantes haitianos pode ser interpretada como uma das consequências do racismo cultural estrutural. Esse fenômeno se ampara teoricamente no diferencialismo que se expressa no caráter simbólico, materializado numa transmutação ideológica valorativa, da mudança da inferioridade biológica à diferença cultural na legitimação de um discurso, ou uma narrativa de discriminação racial que nega ou extermina a língua, valores morais, religião, tradições e costumes de uma determinada população (WIEVIORKA, 2007).

A narrativa da entrevista sobre as relações entre migrantes africanos e haitianos evidencia que, "o racismo constitui-se um sistema de dominação e opressão estrutural pautado numa racionalidade que hierarquiza grupos e povos baseada na crença da superioridade e inferioridade" (GOMES, 2017, p. 98). Dentro de uma proposta institucional antirracista, devem ser consideradas as estratégias pedagógicas de combate ao racismo. Esta discussão será abordada no próximo item, especificamente da realidade da Missão Paz.

3.2 Estratégias pedagógicas no trabalho antirracista

As reuniões realizadas na Missão Paz funcionam como um espaço democrático, no qual todos podem se expressar através da fala, como um recurso que possibilita o reconhecimento político de cada indivíduo, que é considerado parte constitutiva dessa instituição.

Nas nossas reuniões, você permite que as pessoas falem. Às vezes por setor ou por situação. Às vezes, um diálogo ou um bate papo em que se é permitido, sim, que todos possam falar favorece muito a não discriminação. Você dá voz para quem? Para quem possa ter necessidade de falar (Entrevistado 2, 2022).

Os profissionais também utilizam as reuniões como estratégias pedagógicas para mediar o conflito racial existente nas relações dos migrantes, como é mencionado nesta fala: *"Eu tento mediar esses conflitos, trazendo dinâmicas, trazendo falas, principalmente nos momentos em que a gente faz uma reunião com eles"* (Entrevistado 2, 2022).

Essas reuniões são dinâmicas e inclusivas, porque possuem um caráter multicultural, proporcionando o envolvimento e a colaboração de uma diversidade étnica, que dialoga a partir da cooperação mútua provocada pelas estratégias dos profissionais da Missão Paz:

Nós temos reuniões rápidas e pontuais, que geralmente se faz um pouco antes ou minutos antes de abrir o refeitório, porque é o horário em que a maioria das pessoas estão dentro da casa. Enquanto eu vou fazer alguma fala, eu trago o africano, eu trago o afegão para cada um venezuelano, um marroquino que fala outro idioma e faça com que essas pessoas traduzam a minha fala e eu dou voz para que todos possam falar (Entrevistado 2, 2022).

Os profissionais da Missão Paz utilizam momentos cotidianos, de forma pedagógica, para a inclusão social e para trabalhar a questão racial. É um dos métodos que encontraram para trabalhar o combate ao racismo, porque esse espaço material é o lugar geográfico comum frequentado por todos os migrantes, explica o Entrevistado 2:

Existe um processo pedagógico que é fazer com que cada um colabore e motive todos na casa. Então eu vou te dar o exemplo do refeitório, que é o mais presente. Então, exemplo, na hora do almoço a gente pede que dois afegãos, um venezuelano, um haitiano, um africano façam a limpeza: um limpa a mesa, um limpa o chão, um lava louça, outro seca. Isso faz com que as pessoas tenham essa vivência e quebra um pouco essa ideia de que eles são diferentes ou que estão numa posição diferenciada. Então eu sempre faço essa fala com eles nesse sentido, no sentido de justiça, igualdade social (Entrevistado 2, 2022).

É perceptível nesse processo pedagógico da Missão Paz, materializado nas reuniões e na convivência no refeitório, a presença de uma inclusão social entre diversidade de pessoas por causa desse visível processo que gera interação social entre os migrantes, com a finalidade de combater o racismo entre esses mesmos indivíduos, gerando sua socialização no espaço interno da instituição. Os efeitos desse tipo de ação educativa, provocados pelos diferentes profissionais, influenciam “a maneira de pensar e agir dos sujeitos envolvidos na referida ação, interferindo na formação de subjetividades e normas de conduta” (ABREU; CARDOSO, 2009, p. 3).

Os profissionais da Missão Paz compreenderam que a participação dos migrantes nas reuniões e no refeitório é resultado de “determinados impulsos” (SIMMEL, 2006, p. 59), como a necessidade de diálogo e de convivência, a partir da alimentação, algo comum a todos os indivíduos: “matar a fome”.

As interações, além de proporcionarem a unidade desses grupos etnicamente diversificados, são os instrumentos pedagógicos escolhidos pela Missão Paz como recursos válidos para combater o racismo entre os migrantes.

A análise da atuação social da Missão Paz possibilita a percepção de que as condutas dos atores sociais são comumente moldadas por fatores reconhecidos pelos próprios agentes, levando-os a reconhecerem “suas reservas de conhecimento social” (GIDDENS, 2000), que mobilizam sua conduta. Por isso, há um “conhecimento tácito que é habitualmente utilizado no desempenho de sequências de conduta” (GIDDENS, 2000, p. 17).

Essa é a consciência prática, que resulta das estruturas sociais e que faz a entidade religiosa ser um agente capaz de atuar em diferentes situações junto aos migrantes, principalmente aos negros, africanos e haitianos, para defender e salvaguardar os direitos desses indivíduos. De modo geral, as práticas sociais da Missão Paz são situadas e isso faz com que o agenciamento dos atores sociais se manifeste como intervenção criativa e transformadora no decorrer do processo de acontecimentos no tempo e espaço, historicamente localizados (GIDDENS, 2000).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na sociedade brasileira existe o trabalho da Missão Paz no combate ao racismo por meio de recursos e métodos educativos. Por isso, demonstrou-se nesta pesquisa que a Missão Paz, instituição religiosa católica pode ser investigada por diferentes áreas do saber e suas epistemologias, porque a atuação dos religiosos (padres), dos profissionais (advogados, assistentes sociais, educadores licenciados e psicólogos) e dos voluntários, expressa e atua com características pedagógicas nas relações políticas e sociais, implementando, por meio do diálogo, reuniões, refeição e interação entre os migrantes. Isto constitui e consolida um processo de educação que visa promover a tomada de consciência dos direitos e combater o racismo, seja entre os sujeitos atendidos, seja na sua relação com a sociedade brasileira.

Mostrou-se nesta pesquisa que a Missão Paz realiza trabalho educativo em benefício dos migrantes, inspirado pelo trabalho de religiosos (padres), colaboradores profissionais e voluntários que subvertem o sistema racista e criam metodologias inclusivas, sob uma perspectiva antirracista, multicultural e em harmonia com os direitos básicos do migrante, principalmente dos haitianos. O objetivo é a busca de melhores soluções de inserção dos migrantes na sociedade, de modo que grupos étnico-raciais não sofram racismo, preconceitos, violência física, moral, cultural, política e religiosa.

Portanto, a atuação social da Missão Paz no processo de acolhimento e de inserção dos migrantes, no Brasil, de modo particular, em São Paulo, como mecanismo de combate ao racismo, pode ser interpretada pela análise sociológica, como produtor e articulador de saberes construídos por um coletivo não hegemônico e contra-hegemônico, materializado nas relações sociais. Essa pesquisa pretendeu, assim, trazer para o campo da sociologia o debate sobre as contribuições sociais da Missão Paz no acolhimento aos migrantes haitianos, como meio de combate ao racismo sofrido por eles, buscando considerar as lutas antirracistas sob prismas ainda pouco estudados nas histórias oficializadas.

NOTAS

¹ O texto a seguir foi reelaborado em coautoria a partir da tese de José Cristiano Bento dos Santos intitulada “Migração negra no Brasil e racismo: estudo sobre a Missão Paz na acolhida aos migrantes em São Paulo (2010 – 2023)”, no âmbito do PPG - Doutorado em Sociologia – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2025) e dos debates ocorridos no X Simpósio Internacional sobre Migração e Religião: Balanço e Perspectivas sobre as Migrações no Sul e Norte Global PUC-SP (de 26 a 28 de maio de 2025), onde realizamos uma comunicação oral.

² “A carta encíclica é um documento pontifício, uma comunicação escrita pelo líder máximo da Igreja Católica (Papa), cujo objetivo é orientar lideranças religiosas e fiéis sobre assuntos que envolvem o bem-estar da sociedade” (PUC-Campinas, 2020).

³ “Comumente, nas Exortações, são transmitidos ensinamentos do pontífice a respeito de assuntos específicos com o objetivo de animar os fiéis a vivê-lo plenamente” (CNBB Regional Oeste 2, 2020).

⁴ A Missão Paz é uma instituição filantrópica que busca “acolher os migrantes, imigrantes, solicitantes de refúgio, refugiados e apátridas, respeitando suas histórias, visando possibilitar integração e protagonismo em novos contextos sociais; promover políticas públicas e o acesso a direitos por meio do diálogo com diferentes esferas nacionais e internacionais” (MISSÃO PAZ, 2022).

⁵ Segundo Kabengele, o racismo é definido, explicitamente, como uma ideologia que sustenta ideologicamente a superioridade de um grupo racial sobre o outro (Munanga, 2006). Para o mesmo autor, o termo racismo está ligado à categoria de raça. Para ele, “raça” é um conceito político e ideologicamente significativo, com funcionalidade categoricamente etno-semântico, construído a partir de uma política econômico-social de acordo com a estrutura de poder, em cada sociedade multirracial, que exerce a dominação e a exclusão nas relações multirraciais contemporâneas observáveis (MUNANGA, 2006).

⁶ É toda educação que envolve ideias, atitudes, comportamentos e posturas de combate ao preconceito, discriminação e práticas racistas, principalmente contra a população negra (GOMES, 2017).

⁷ Nota-se que esses voluntários não possuem formação antirracista. Eles apenas fazem contribuições de bens e dinheiro, para a Missão Paz desenvolver projetos uma série de serviços em prol dos migrantes, solicitantes de refúgio e refugiados (MISSÃO PAZ, 2022).

⁸ Blue (2014).

⁹ Segundo Kabengele Munanga, o multiculturalismo é “definido como encontro de culturas, ou seja, a existência de conjuntos culturais fortemente constituídos, cuja identidade, especificidade e lógica interna devem ser reconhecidas, mas que não são inteiramente estrangeiras umas às outras, embora diferentes entre elas” (MUNANGA, 2006).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACNUR - NAÇÕES UNIDAS. ESCRITÓRIO DO ALTO COMISSARIADO DOS DIREITOS HUMANOS. **Papa Francisco visita migrantes e refugiados na ilha italiana de Lampedusa**. São Paulo, 8 jul. 2013. Disponível em: <https://www.acnur.org/br/noticias/comunicados-imprensa/papa-francisco-visita-migrantes-e-refugiados-na-ilha-italiana-de>. Acesso em: 30 mar. 2024.

ALMEIDA, Cristóvão Domingos de. **Haitianos no Brasil e a sua relação com a comunicação, o consumo e o trabalho**. São Paulo: Paulus, 2018.

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte: Letramento, 2018.

BASTIDE, Roger; FERNANDES, Florestan. **Relações raciais entre negros e brancos em São Paulo**. São Paulo: Anhembi, 1955.

BLUE, Lilly. **Refugiados**: haitianos Missão Paz. [S. l.: s. n.], 2014. 1 vídeo (18m 36s). Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=Xx7QlV2WnPU&ab_channel=LillyBlue. Acesso em: 8 set. 2021.

CORRÊA, Flávio Alcinei. **História e atuação da Missão Paz em São Paulo**: a religião como meio de assistência para a inserção do migrante na sociedade. 2015. 77 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião) - Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2015.

DU BOIS, William Edward Burghardt. **As almas do povo negro**. São Paulo: Veneta, 2021.

ENTREVISTADO1. **Entrevista III**. [nov. 2022]. Entrevistador: XXX. São Paulo, 2022. 3 arquivo.mp3 (60 min).

ENTREVISTADO2. **Entrevista X**. [nov. 2022]. Entrevistador: XXX. São Paulo, 2022. 10 arquivo.mp3 (60 min).

ENTREVISTADO3. **Entrevista VI**. [nov. 2022]. Entrevistador: XXX. São Paulo, 2022. 6 arquivo.mp3 (60 min).

FRANCISCO, Papa. **Carta Encíclica Fratelli Tutti**: sobre a fraternidade e a amizade social). Vaticano, 2020. Disponível em: https://www.vatican.va/content/francesco/pt/encyclicals/documents/papa-francesco_20201003_enciclica-fratelli-tutti.html. Acesso em: 25 mar. 2024.

FRANCISCO, Papa. **Carta Encíclica Laudato Si'**: sobre o cuidado da casa comum. Vaticano, 2015. Disponível em: https://www.vatican.va/content/francesco/pt/encyclicals/documents/papa-francesco_20150524_enciclica-laudato-si.html. Acesso em: 20 mar. 2024.

GIDDENS, Anthony. **Dualidade da estrutura**: agência e estrutura. Oeiras: Celta, 2000.

GOMES, Marcela Andrade. Os impactos subjetivos dos fluxos migratórios: os haitianos em Florianópolis (SC). **Psicologia & Sociedade**, [S. l.], v. 29, p. 1-11, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psoc/a/GrDRSxxGZLLqDthNFY9Wpqt/?lang=pt>, acesso no dia 05/06/2024.

GOMES, Nilma Lino. **O movimento negro educador**: saberes construídos nas lutas por emancipação. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. **Racismo e antirracismo no Brasil**. São Paulo: Editora 34, 2009.

HASENBALG, Carlos. **Discriminação e desigualdades raciais no Brasil**. 2. ed. Belo Horizonte: UFMG/IUPERJ, 2005.

INSTITUTO MIGRAÇÕES E DIREITOS HUMANOS. **Papa afirma que ajudar imigrantes é como 'acolher Deus'**. Brasília, 19 dez. 2016. Disponível em: <https://www.migrante.org.br/papa-afirma-que-ajudar-imigrantes-e-como-acolher-deus/>. Acesso em: 30 mar. 2024.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

MISSÃO PAZ. **Doar – Missão Paz São Paulo**. 2022. Disponível em <https://missaonspaz.org/doar/>, acesso no dia 10/08/2025.

MISSÃO PAZ. **Mais de 80 anos ao lado dos migrantes e refugiados**. 2022. Disponível em <https://missaonspaz.org/>, acesso no dia 27/05/2024.

MISSÃO PAZ. **Paróquias**. 2022. Disponível em <https://missaonspaz.org/paroquias/>, acesso no dia 27/06/2025.

MONTENEGRO, Carolina. 'Estamos cansados de contar corpos': o drama dos migrantes três anos após naufrágio de Lampedusa. **G1**, São Paulo, 3 out. 2016. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2016/10/estamos-cansados-de-contar-corpos-o-drama-dos-migrantes-tres-anos-apos-naufragio-de-lampedusa.html>. Acesso em: 25 mar. 2024.

MUNANGA, Kabengele. Algumas considerações sobre “raça”, ação afirmativa e identidade negra no Brasil: fundamentos antropológicos. **Revista USP**, São Paulo, n. 68, p. 46-57, dez./fev. 2006. Disponível em <https://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/13482>, acesso no dia 16/02/2020.

_____. **Todos no mesmo barco!** 2016. Disponível em <https://diversitas.fflch.usp.br/todos-no-mesmo-barco-kabengele-munanga>, acesso no dia 10/08/2025.

_____. Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. In: BRANDÃO, André Augusto P (org.). **Programa de educação sobre o negro na sociedade brasileira**. Niterói: EdUFF, 2000.

NAÇÕES UNIDAS BRASIL. **Após nova tragédia em Lampedusa, ONU pede ação para proteger direitos dos migrantes**. Brasília, 12 out. 2013. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/63982-ap%C3%B3s-nova-trag%C3%A9dia-em-lampedusa-onu-pede-a%C3%A7%C3%A3o-para-protetger-direitos-dos-migrantes>. Acesso em: 25 mar. 2024.

SCALABRINIANOS. **3 lições do Papa Francisco sobre os refugiados**. Roma: Scalabriniani, 2022. Disponível em: <https://scalabrinianos.com/blog/3-lico-es-do-papa-francisco-sobre-os-refugiados/>. Acesso em: 26 mar. 2024.

SCHWARCZ, Lília Moritz. **O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil – 1870 – 1930**. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

SILVA, Antônio Aparecido (Pe. Toninho). **Elementos e pressuposto da reflexão teológica a partir das comunidades negras**. São Paulo: ATABAQUE–ASETT, 1997.

SIMMEL, Georg. **Questões fundamentais da sociologia: indivíduo e sociedade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2006.

SOUZA, Jessé. **Como o racismo criou o Brasil**. Rio de Janeiro: Estação Brasil, 2021.

TERRAGNI, Giovanni. **Referências metodológicas**. Scalabrini International Migration Institute: Roma, 2020.

THEODORO, Mário. **A sociedade desigual: racismo e branquitude na formação do Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar, 2022.

VATICAN NEWS. **A ajuda do Papa às Filipinas e aos migrantes na fronteira com a Belarus.** Vaticano, 2022a. Disponível em: <https://www.vaticannews.va/pt/papa/news/2022-01/papa-francisco-ajuda-filipinas-belarus-migrantes.html>. Acesso em: 27 mar. 2024.

VATICAN NEWS. **A profecia de Lampedusa.** Vaticano, 2022b. Disponível em: <https://www.vaticannews.va/pt/papa/news/2022-07/papa-francisco-9-anos-viagem-lampedusa-profecia.html>. Acesso em: 30 mar. 2024.

VOA PORTUGUÊS. **Papa Francisco doa meio milhão de dólares para migrantes bloqueados no México.** [S. l.], 27 abr. 2019. Disponível em: <https://www.voaportugues.com/a/papa-francisco-doa-meio-milh%C3%A3o-de-d%C3%B3lares-para-migrantes-bloqueados-no-m%C3%A9xico-/4894024.html>. Acesso em: 30 mar. 2024.

WEBER, Max. **Economia e sociedade:** fundamentos da sociologia compreensiva. 4. ed. Brasília: UnB, 2010. v. 2.

WIEVIORKA, Michel. **O Racismo, uma introdução.** São Paulo: Perspectiva, 2007.

RESUMO

Esta pesquisa trouxe para o campo da Sociologia o debate sobre as contribuições sociais da Missão Paz no acolhimento aos migrantes haitianos, como meio de combate ao racismo sofrido por eles, buscando considerar as lutas antirracistas sob prismas ainda pouco estudados nas histórias oficializadas. Procuramos aprofundar estudos sobre a atuação social da Missão Paz e o seu trabalho educativo no combate ao racismo, de modo particular, nas atividades internas da entidade religiosa. A Arquidiocese de São Paulo faz trabalhos sociais junto aos migrantes, principalmente daqueles que são recebidos pela Missão Paz em São Paulo, instituição religiosa fundada em 1940. Para compreender a questão do acolhimento e o combate ao racismo, utilizamos como procedimento metodológico a pesquisa bibliográfica e documental em fontes oficiais católicas, entrevistas semiestruturadas com integrantes da Missão Paz (religiosos, profissionais, voluntários e haitianos) e a observação de campo no período de novembro de 2022 e julho de 2023. Foi possível identificar que, além do trabalho da pastoral de acolhimento e inserção dos migrantes na sociedade paulistana, os profissionais da Missão Paz implementaram um processo de educação que visa promover a tomada de consciência dos direitos e do combater o racismo entre os sujeitos atendidos ou na sua relação com a sociedade brasileira.

Palavras-chave: Igreja Católica; Migração; Racismo; Haitianos; Missão Paz.

ABSTRACT:

This research brought to the field of sociology the debate on the social contributions of the Peace Mission in welcoming Haitian migrants as a means of combating the racism they endured, seeking to consider anti-racist struggles from perspectives still little studied in official histories. Thus, it deepened studies on the social work of the Peace Mission and its educational work in combating racism, particularly in the internal activities of the religious entity. The Archdiocese of São Paulo carries out social work with migrants, especially those welcomed by the Peace Mission in São Paulo, a religious institution founded in 1940. To understand the issue of reception and the fight against racism, we used bibliographic and documentary research in official Catholic sources, semi-structured interviews with members of the Peace Mission (religious, professionals, volunteers, and Haitians), and field observation between November 2022 and July 2023. As a result, it was possible to identify that, in addition to the pastoral work of welcoming and integrating migrants into São Paulo society, the professionals of the religious organization implemented an educational process that aims to promote awareness of rights and combat racism, whether among the individuals served or in their relationship with Brazilian society.

Keywords: Catholic Church; Migration; Racism; Haitians; Peace Mission.

Territorialidades haitianas em Cuiabá - MT

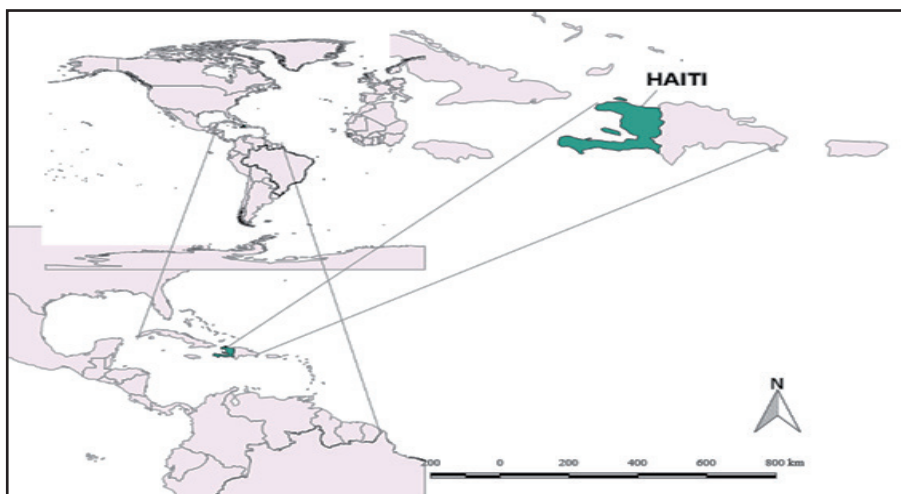
Haitian Territorialities in Cuiabá - MT

*Danilo Paranhos Batista**

1 INTRODUÇÃO

Em 12 de janeiro de 2010, o Haiti, localizado na América Central (Mapa 1), foi atingido por um dos maiores terremotos de sua história. O desastre resultou em mais de 250 mil mortes que, de acordo com Coggiola (2010), afetou aproximadamente três milhões de pessoas. Desde então, o país tem enfrentado um intenso fluxo migratório, com haitianos buscando refúgio em diferentes nações, incluindo o Brasil, motivados pela esperança de melhores condições de vida e estabilidade financeira. Muitos migrantes deixaram suas famílias no Haiti, assumindo a responsabilidade de sustentá-las a partir de suas novas realidades de vida.

Mapa 1 - Localização geográfica da República do Haiti na América Central



Autor: Danilo Paranhos Batista (2022)

* Doutorando em Geografia pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – Campus de Três Lagoas. Docente em Geografia da Secretaria de Estado da Educação de Rondônia. E-mail: paranhosbatista@gmail.com

As consequências devastadoras do terremoto agravaram a já frágil economia do Haiti, país que, segundo Moraes *et. al.* (2013, p. 7), “[...] é o mais pobre da América, além de ser marcado pela violência, desigualdade social e instabilidade política, presentes desde o início de sua formação.” Nesse contexto, ocorreu um significativo fluxo migratório para o Brasil, atraído pelas oportunidades que o país oferecia e pela conjuntura socioeconômica favorável daquele período. Em 2013, ano em que Cuiabá começou a receber os primeiros haitianos, o Brasil vivia o auge de sua preparação para eventos de grande porte, como a Copa do Mundo de 2014 e, futuramente, os Jogos Olímpicos de 2016, no Rio de Janeiro, que ampliaram a demanda por mão de obra e impulsionaram essa migração.

O crescimento econômico do Brasil, aliado às grandes obras de infraestrutura para a Copa do Mundo de 2014, os Jogos Olímpicos de 2016 e a exploração do Pré-Sal, consolidou o país como um novo destino para imigrantes de outros países.

O Acre destacou-se como a principal porta de entrada, com os haitianos utilizando a fronteira entre Bolívia e Peru. Contudo, eles relatam que a jornada ao Brasil é custosa, e perigosa. Eles enfrentaram muitas dificuldades, principalmente, quando precisaram lidar com as autoridades peruanas e “coiotes” atravessadores no país.

Para muitos haitianos, Rio Branco, no Acre, serviu como cidade de passagem. Após obterem documentos brasileiros, seguiram para as regiões Centro-Oeste, Sudeste e Sul, atraídos por melhores condições de vida e maiores oportunidades de emprego, ainda que frequentemente marcadas por salários baixos e condições injustas.

Em 2024, a maioria dos haitianos residia em casas alugadas em Cuiabá/MT. Os Recém-chegados, antes vindo do Haiti, hoje providos de outras regiões do Brasil, recebem apoio do Centro Pastoral para o Migrante (CPT), administrado por padres scalabrinianos da Igreja Católica, até se inserirem no mercado de trabalho. No mesmo bairro onde se localiza do CPT, há igrejas com comunidades religiosas majoritariamente haitianas, bem como as práticas cotidianas se mesclam entre as culturas haitianas e brasileiras fortalecendo a identidade cultural, promovendo um sentimento de pertencimento e contribuindo para a construção de novas territorialidades.

A questão central deste estudo é analisar as territorialidades haitianas em Cuiabá. Isso abrange a análise dos motivos da migração, expectativas dos migrantes, percepções sobre a cidade, como são vistos pelos cuiabanos, estratégias para enfrentar a vulnerabilidade social e os possíveis conflitos no processo de construção de novas territorialidades.

A reterritorialização dos haitianos em Cuiabá envolve o rompimento com o território de origem, os desafios do processo migratório, o acolhimento em um novo espaço que pode segregar ou incluir, e a reconstrução de suas vivências. Nesse contexto, busca-se compreender as múltiplas

territorialidades presentes na cidade, frequentemente moldadas pelas divisões sociais impostas pelo capital, e como essas dinâmicas influenciam a identidade dos migrantes no cotidiano.

A escassez de políticas públicas e a dificuldade de comunicação em Língua Portuguesa contribuem para a desvalorização da mão de obra dos imigrantes, que acabam restritos a trabalhos penosos, como na construção civil e na prestação de serviços, enfrentando condições adversas, desfavoráveis às suas formações e qualificações profissionais e pessoais.

Segundo Carlos (2004, p. 57), “o espaço é a acumulação desigual de tempos”. Desde a primeira apropriação espacial, é possível observar as manifestações e vestígios da vida social, com a cultura haitiana incorporando influências sociais e culturais de Cuiabá, resultando na produção de novos cotidianos. Nesse sentido, Carlos (2004) ressalta que:

A mudança das relações espaço-tempo revela a profunda mudança nos costumes e hábitos sem que as pessoas pareçam se dar conta, pois as inovações são aceitas de forma gradual, quase despercebidas, embrulhadas pela ideologia que aponta a degradação do cotidiano (CARLOS, 2004, p. 63).

Carlos (2004) destaca a importância de refletir sobre a noção de lugar e sua relação com o pertencimento. Embora esses conceitos não estejam diretamente ligados, o autor aponta que o lugar de pertencimento é transformado, especialmente quando a presença de um estranho interfere nesse espaço. Essa dinâmica gera relações sociais tanto objetivas quanto subjetivas, impactando a percepção e interação dos moradores com a produção do espaço geográfico.

Desde 2013, quando ocorreu o grande fluxo migratório de haitianos para o Brasil impulsionado por eventos esportivos mundiais e crescimento econômico, o cenário mudou significativamente. Após o *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff e durante o governo do presidente Jair Bolsonaro, até 2022, houve cortes drásticos em direitos sociais, afetando tanto brasileiros quanto imigrantes. Nesse contexto, surgiram diretrizes mais rígidas para a reterritorialização dos migrantes, dificultando o recomeço de suas vidas e a superação da pobreza, conflitos civis e vulnerabilidade social.

2 MATERIAIS E MÉTODOS

O presente estudo adotou uma abordagem qualitativa, fundamentada no método materialista histórico-dialético, para analisar as territorialidades haitianas em Cuiabá, Mato Grosso, com foco na espacialidade, sociabilidade,

condições de moradia, inserção no mercado de trabalho e dinâmicas da vida cotidiana.

Foram realizadas entrevistas semiestruturadas com haitianos residentes em Cuiabá, com o objetivo de compreender suas vivências, percepções e os processos de reterritorialização na capital mato-grossense. As entrevistas abordaram temas como moradia, redes de apoio, mercado de trabalho e relações socioculturais.

Os sujeitos da pesquisa foram os haitianos que chegaram em Cuiabá a partir de 2010, em decorrência dos fluxos migratórios intensificados pelo terremoto no Haiti. A seleção dos participantes ocorreu conforme o conceito de Boni *et. al.* (2005, p. 76) onde “as pessoas que serão investigadas, sendo que, na medida do possível, sejam conhecidas pelo pesquisador ou apresentadas a ele por outras pessoas da relação investigada”. O Recorte temporal foi de 2013 a 2022.

As entrevistas seguiram um roteiro previamente elaborado, semiestruturado, que foi adaptado de acordo com as respostas dos participantes. Esse roteiro incluía perguntas abertas, permitindo a exploração das particularidades de cada experiência. Dados complementares foram obtidos por meio de observações diretas realizadas em locais frequentados pela comunidade haitiana, como bairros residenciais (Carumbé, Planalto e Itamarati) e o Centro de Pastoral para o Migrante (CPM).

A pesquisa foi conduzida em conformidade com os princípios éticos estabelecidos, garantindo o anonimato e a confidencialidade das informações fornecidas pelos participantes. Todos os entrevistados foram devidamente informados sobre os objetivos do estudo e assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE).

Os dados qualitativos coletados foram analisados utilizando-se a análise de conteúdo, conforme a metodologia proposta por Bardin (1977). Foram identificadas categorias temáticas que abordaram aspectos relacionados às experiências de territorialização e reterritorialização dos haitianos em Cuiabá. O material textual foi revisado e tabulado, destacando elementos como moradia, redes de apoio, mercado de trabalho e relações socioculturais.

3 CAMINHOS ENTRE PORTO PRÍNCIPE E CUIABÁ: O PROCESSO DE MIGRAÇÃO DO HAITI PARA O BRASIL

No bairro Carumbé, em Cuiabá, Mato Grosso, localiza-se o Centro de Pastoral para o Migrante (CPM) que para muitos haitianos simbolizou o fim de uma longa jornada e a esperança de um recomeço em um país marcado por diversidades de identidades, sociabilidades e produções espaciais. Diante disso, Cotinguiba (2014) afirma:

O CPM atuava, naquele momento, como um local de referência para muitos dos que chegavam à cidade, orientação sobre direitos trabalhistas, alojamento, alimentação e os primeiros passos no aprendizado da língua portuguesa. A sede do CPM se tornara um local de destino de muitos haitianos, para muitos dos que chegavam à cidade em busca de um abrigo quanto para os residentes que, periodicamente, visitavam o local em busca de informações de seus interesses, assim como em busca de encontrar amigos ou parentes. (COTINGUIBA, 2014, p. 73)

A jornada até o Brasil, principalmente até Cuiabá, não soluciona todos os desafios enfrentados pelos haitianos, cujo principal objetivo é melhorar a vida de seus familiares e parentes que permaneceram no Haiti. O terremoto de 12 de janeiro de 2010, de magnitude 7.0, devastou grande parte do território haitiano, deixando mais de um milhão de desabrigados e promovendo um processo de desterritorialização, seguido pela tentativa de reterritorialização no Brasil. Nesse contexto, Steinman *et. al.* (2011, s/p) afirmam:

No dia 12 de janeiro de 2010, um terremoto de 7.0 na escala Richter atingiu o Haiti, o país mais pobre das Américas. O terremoto teve seu epicentro em Léogâne e se expandiu por quase toda a extensão norte-sul do país, atingindo inclusive a capital, Porto Príncipe. (STEINMAN *et. al.*, 2011, s/p)

Steinman *et. al.* (2011) relatam que o terremoto no Haiti, além de causar 230 mil mortes e 300 mil feridos, gerou uma instabilidade social marcada pela disseminação de doenças devido à falta de água potável, escassez de alimentos e precariedade na segurança pública, culminando em uma guerra civil. Nesse cenário, o Brasil, mesmo distante, destacou-se no contexto global por seu crescimento econômico e pela preparação para grandes eventos mundiais, como a Copa do Mundo de 2014 e as Olimpíadas de 2016.

Oliveira (2011, p. 18) define o processo de desterritorialização como resultado de causas naturais ou humanas, podendo ser voluntário, quando o indivíduo decide buscar um novo território, ou involuntário, quando é forçado a abandonar seu espaço. Esse conceito refere-se à ruptura da relação social do indivíduo com o espaço vivido, em que o território perde seu significado para a produção da vida. Nesse sentido, Fernandes (2008, p. 634) complementa que a desterritorialização envolve a desmaterialização física e geográfica dos processos sociais.

Haesbaert (2002, p. 204) apresenta uma definição mais abrangente, ao afirmar que “os processos de desterritorialização correspondem a uma perda de referências espaciais”. Dessa forma, é possível caracterizar o desenraizamento como resultado de fatores originados por ações naturais ou humanas, que rompem as relações estabelecidas com o espaço.

A viagem representa um grande desafio para os haitianos devido ao seu alto custo. Em muitos casos, é necessário vender bens pessoais e a própria moradia, alimentando a expectativa de um futuro melhor e acreditando na possibilidade de, em algum momento, adquirir novos recursos ou reconstruir a vida em outro país, como relata um imigrante:

Minha família vende até a casa, vai pro banco pede emprestado dinheiro para que nós possamos chegar aqui para trabalhar. Depois que la família vendeu a casa não tem onde viver e tem esperança na gente para que possamos trabalhar para levar dinheiro para que recupere a casa. (Entrevistado, 2022) (Informação verbal).

Segundo Oliveira (2011, p. 26), “a desterritorialização implica na deslocação do indivíduo que sofreu um processo de desterritorialização.” Esse conceito sugere que o sujeito desterritorializado enfrenta vulnerabilidade social e que o processo de reterritorialização é essencial para reconstruir sua identidade e modo de vida. Muitos haitianos escolheram o Brasil como destino, utilizando trajetos aéreos e terrestres. A jornada inicia em Porto Príncipe, capital do Haiti, com voos para Lima, no Peru, ou Quito, no Equador. A partir desses locais, contratam agenciadores (coites) para transportá-los em carros ou vans até a fronteira brasileira, principalmente no estado do Acre (Mapa 2).

De acordo com Silva (2014, p. 121), durante o trajeto, “além dos gastos com a passagem, é preciso enfrentar a intimidação e, em alguns casos, a violência de agentes policiais que atuam nas fronteiras do Peru e do Equador, tirando dos haitianos dinheiro e objetos pessoais.” Essa afirmação é corroborada por relatos de alguns imigrantes entrevistados.

Nós conseguimos sair do Haiti para o Brasil de avião, como não temos o visto, fazemos o trajeto pelo Peru, como eu odeio o Peru! (Entrevistado 1, 2022) (Informação verbal).

Eu saí do Haiti de avião até no Peru, na cidade, é, em Lima. Lá, procuramos um agenciador e pagamos para ele levar para o Brasil. Ele nos colocou em uma van, van preta, pediu para fechar as janelas com a cortina e

viajamos para o Brasil, escondidos, escondidos de todos, da polícia, porque não podia fazer isso lá, a gente tinha que subornar a polícia do Peru. Entrevistado 2, 2022) (Informação verbal).

No Haiti, tem alguém que nos ensina como chegar no Brasil pelo Peru, nos fala com quem procurar quando chegar no Peru, o ruim é que no Peru é perigoso, a gente está ilegal, mas legal. Entrevistado 3, 2022) (Informação verbal).

Mapa 2 - Principal trajeto migratório do Haiti ao Brasil entre 2010 e 2018.



Autor: Danilo Paranhos Batista (2021).

Os haitianos denominavam os responsáveis por transportá-los até a fronteira brasileira como “agenciadores” ou “coiotes”. O custo do trajeto era variável e envolvia diversas barreiras, como taxas exorbitantes impostas pela polícia peruana e por grupos locais. Aqueles que não possuíam recursos financeiros suficientes para prosseguir, frequentemente exigidos em dólares estadunidenses, eram impedidos de avançar, permanecendo em cidades próximas até reunirem as condições necessárias para continuar a viagem.

A viagem foi um pouco difícil, nós não tinha os documentos para cruzar o Peru. Eles tiraram o nosso dinheiro no caminho, porque nós não tem os documentos legais. (Entrevistado 1, 2019) (Informação verbal).

[...] minha vida corria risco. [...] a polícia peruana nos seguia e nos tirava dinheiro. [...] uma vez me tiraram \$400,00 (Dólares Americanos) para poder dormir quarto. Aí temos que pagar o que nos pedem pra sair de Peru.” (Entrevistado 2, 2019) (Informação verbal).

Cheguei no Brasil sem dinheiro, porque todo dinheiro paguei para os coitotes. (Entrevistado 3, 2019) (Informação verbal).

O que eu tinha, eles pegaram tudo (coitotes), aí eu cortei a minha calça para esconder um pouco de dinheiro, para ninguém ver. (Entrevistado 4, 2019) (Informação verbal).

A rota pelo Estado do Acre tornou-se a mais utilizada pelos haitianos nos primeiros períodos para chegar ao Brasil, apesar das dificuldades, devido ao acesso a assistência social oferecida por entidades públicas e filantrópicas na região. Assis Brasil, primeira cidade brasileira na fronteira, simbolizava o término de uma etapa da jornada e o início de outra. Ao chegarem, os haitianos recebiam os primeiros documentos para ingresso no país, com apoio de instituições sociais localizadas em Assis Brasil, Brasileia e Rio Branco.

Minha família pegou dinheiro e me ajudou a vim para o Brasil, agora vem o meu irmão para o Brasil. (Entrevistado 1, 2019) (Informação verbal).

Não me vejo voltando para o Haiti, me vejo vivendo no Brasil. (Entrevistado 2, 2019) (Informação verbal).

Hoje vivo para meus filhos que estão não Haiti. [...] ainda não tenho dinheiro para ver eles, mas quero um dia buscar eles. (Entrevistado 3, 2019) (Informação verbal).

Inicialmente, entre 2012 e 2017, muitos haitianos se estabeleceram em Brasília, no Acre, onde receberam ajuda humanitária. Contudo, em busca de melhores condições de vida, a maioria seguiu para outras regiões do país. Alguns permaneceram em Rio Branco, enquanto outros foram encaminhados pelo governo estadual para São Paulo, com transporte fretado.

Muitos haitianos também migraram para Rondônia e Mato Grosso, atraídos por oportunidades de emprego na construção civil, principalmente em projetos como usinas hidrelétricas. Empresas de Cuiabá, capital de Mato Grosso, recrutaram trabalhadores em Brasília para obras relacionadas à Copa do Mundo de 2014, construção civil e uma usina de cimento. Cuiabá, de acordo com os haitianos, ficou conhecida, por eles, pela receptividade e oferta de empregos, que se tornou atrativa, especialmente devido à sua condição de subsede da Copa, que impulsionou reformas urbanas e gerou vagas de trabalho. Assim, milhares de haitianos se estabeleceram na cidade, iniciando uma nova vida. No Mapa 3, veja a rota de migração do estado do Acre para Cuiabá, Mato Grosso.

Mapa 3 - Trajeto terrestre rodoviário do estado do Acre (AC) para Cuiabá (MT).



Autor: Danilo Paranhos Batista (2021).

A seguir, são apresentados relatos de haitianos residentes em Cuiabá, com o objetivo de corroborar as informações discutidas nos parágrafos anteriores:

[...] No Acre, muita gente me falou que Cuiabá é muito bom, gente de Cuiabá é muito bom e depois que chego em Cuiabá vi que era muito feliz. Eu chegá aqui e tenho muito boas pessoas e me ajudá. (Entrevistado 1, 2019) (Informação verbal).

[...] aí eu peguei e vim pra cá, porque o Senhor falou que essas pessoas são hospitaleiras e são pessoas bem acolhedor, então eu falei, eu vou pra esse lugar, aí que eu peguei e vim pra cá, aí quando eu cheguei e vi realmente que são pessoas acolhedor, porque um senhor que me pegou, e me levou na casa dele, deu moradia, comida, eu não conhecia ele, e eu era estranho né! E ele me acolheu, aí a gente passou um tempo na casa dele, aí ele ajudou a gente a arrumar um serviço, ajudou a gente trabalhar numa empresa de transporte. (Entrevistado 2, 2019) (Informação verbal).

[...] Tinha muitos ônibus que chegava em Brasília e levava quem queria pra São Paulo e muito gente vai pra São Paulo, porque dizia que tinha muito serviço, mas eu não queria ir pra São Paulo porque tinha também Cuiabá, que tinha muito serviço. E foi um empresa de Cuiabá oferecer serviço, no início eu desconfiei, tinha ônibus pra levar, aí eu veio Cuiabá e trabalhei e Usina [...]. (Entrevistado 3, 2019) (Informação verbal).

[...] Eu fiquei dois meses no Acre, aí eu falei com meus amigos que mora a Cuiabá eles falou pra mim vim pra Cuiabá, tem emprego, tem jeito pra estudar é uma cidade quente, igual Haiti. (Entrevistado 4, 2019) (Informação verbal).

[...] Então passei Porto Velho, trabalhei na construção da usina né, aquele que fica rio de Porto Velho e depois chego a Cuiabá até hoje estou a Cuiabá, então Cuiabá é um estado pra mim, boa, a natureza de Cuiabá, a temperatura é mais forte que Haiti, é quente. Estou bem a Cuiabá. (Entrevistado 5, 2019) (Informação verbal).

Atualmente, o sistema de acolhimento aos imigrantes haitianos no estado do Acre foi descontinuado devido à redução no fluxo migratório, causada pelas dificuldades econômicas, enfrentadas pelo Brasil. Tais dificuldades diminuíram as ofertas de emprego e desestimularam novas chegadas. Além disso, a houve a Resolução Normativa nº 97, de 12/01/2012 exige que haitianos possuam visto para ingressar no país, limitando a entrada irregular. Com o visto em mãos, a viagem torna-se mais segura e viável, permitindo o deslocamento por via aérea entre Porto Príncipe e o Brasil.

4 O PROCESSO DE RETERRITORIALIZAÇÃO MEDIANTE AO CENTRO PASTORAL PARA O MIGRANTE DE MATO GROSSO

O Centro de Pastoral para o Migrante (CPM), localizado na Avenida Gonçalo Antunes de Barros, nº 2785, no Bairro Carumbé, Zona Norte de Cuiabá, desempenha um papel essencial na construção das territorialidades haitianas na capital mato-grossense. Vinculado à Igreja Católica e à Congregação dos Missionários Scalabrinianos, o CPM foi fundado em 17 de agosto de 1980 com a finalidade de atender a trabalhadores libertos da situação de escravidão e vulnerabilidade, oferecendo moradia, alimentação, assistência jurídica e auxílio para retorno para seus respectivos locais de origem.

Segundo a então coordenadora Eliana Aparecida Vitaliano, o CPM funciona como uma “casa de abrigo”, proporcionando acolhimento, refeições e um espaço para descanso e recuperação antes de os migrantes seguirem viagem. A entidade mantém alojamentos e estrutura voltada ao atendimento humanitário, sendo um ponto estratégico de apoio para migrantes em trânsito por Cuiabá.

[...] e do lado direito lá nos temos três quartos com capacidade pra trinta pessoas, dois quartos agora grandes e um banheiro também né, grande, que é pra onde os egressos do trabalho escravos, quando tem algum encaminhamento eles ficam aqui também. Aqui é casa só de passagem, pessoa vinha recuperava sua energia. (Eliana Aparecida Vitaliano, 19 de dezembro, 2019) (Informação verbal).

O Centro de Pastoral para o Migrante (com) é uma instituição filantrópica voltada ao atendimento de populações carentes. Inicialmente focado em moradores de bairros periféricos, o CPM expandiu sua atuação para apoiar viajantes de outros estados e imigrantes internacionais.

Até 2020, os haitianos eram os que compunham a maior parte do público atendido. Este fluxo migratório começou no final de 2012, impulsionado pelas oportunidades de trabalho nas obras da Copa do Mundo de 2014. O CPM destaca que até o final de 2019, foi a única entidade em Cuiabá a oferecer suporte aos haitianos recém-chegados, fornecendo alimentação, hospedagem, orientação e encaminhamento profissional.

(...) quando os haitianos chegaram finalzinho de 2012, aí eles já vinham com a intenção de permanecer no município. A gente recebia e recebe até hoje, porque somos aqui em Cuiabá a única instituição de realização desta função, de acolher o recém-chegado. (Eliana Aparecida Vitaliano, 19 de dezembro, 2019) (Informação verbal).

A Tabela 1 apresenta os dados de atendimentos realizados pelo CPM a imigrantes de diferentes nacionalidades entre 2013 e 2019, considerando apenas o primeiro atendimento. Esses dados permitem analisar o fluxo de haitianos atendidos pela instituição e corroboram as informações fornecidas pela coordenadora do CPM e pelos próprios haitianos. A partir dessa análise, são evidenciados as dinâmicas migratórias e o papel da instituição no acolhimento desses imigrantes.

Tabela 1 - Naturalidade dos imigrantes atendidos pelo CPM entre 2013 e 2019

Países	Anos						
	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Equador	3		1	1	4	1	2
Alemanha			3				
África do Sul	1	8	4	1	1	2	2
Camarões					1	1	
Cuba		2		9	13	20	5
Chile		1	1		1	1	1
Argentina	1		3				
Guiana Francesa					1		
Haiti	1410	730	843	394	401	377	240
Rep. Dominicana		6					2
Portugal	1						

Países	Anos						
	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019
Bolívia	2	4	9		2	3	2
Peru	2		1	1			1
Suíça			1				
Suriname					1		
Holanda	1						
Colômbia	26	4	1	3	1	3	
Venezuela				10	6	31	23
TOTAL	1447	755	867	423	432	439	278

Fonte: CPM (2019). Elaborado por Danilo Paranhos Batista

A Tabela 1 revela que, em 2013, teve início o maior fluxo de imigrantes haitianos para Cuiabá, com os primeiros atendimentos realizados a pessoas que chegavam da ilha caribenha em busca de emprego e acolhimento transitório. Em sua maioria, esses imigrantes não possuíam contatos na cidade e chegavam ao Terminal Rodoviário Engenheiro Cássio Veiga de Sá, sendo orientados pelos funcionários a se dirigirem ao Centro de Pastoral para Migrantes (CPM).

A coordenadora do CPM, Eliana Aparecida Vitaliano, explica que o processo de acolhimento consistia em um atendimento único, com duração máxima de sete dias, conforme o regimento da instituição. No entanto, devido ao aumento da demanda, o CPM precisou ajustar seu quadro de atendimento.

Em 2014, conforme mostrado na Tabela 1, houve uma redução significativa nos atendimentos no CPM. Essa diminuição, no entanto, não reflete uma queda no fluxo migratório haitiano, mas sim o fato de que muitos imigrantes já tinham um contato, como amigos ou parentes, que os esperavam em Cuiabá, dispensando a necessidade de acolhimento. Nesse período, os imigrantes passaram a procurar o CPM principalmente para a emissão de documentos, como a Carteira de Trabalho, e orientações trabalhistas e sociais.

A coordenadora do CPM afirmou que, a partir de 2015, era esperado que o número de haitianos diminuísse, já que os atendidos pelo centro, ao conseguirem emprego, começavam a se estabilizar financeiramente, alugando moradias ou quitinetes. Com o tempo, a população haitiana em Cuiabá se estabilizou, pois muitos já possuíam emprego e moradia, superando a situação de vulnerabilidade social. Para muitos, o desejo agora era reunir os familiares que ficaram no Haiti, e não mais retornar ao país de origem.

A partir de 2017, como mostrado na Tabela 1, a média de atendimentos aos haitianos caiu quase pela metade, indicando que muitos imigrantes que já residiam em Cuiabá retornavam à cidade por identificarem nela um local acolhedor. Dados da Associação em Defesa dos Migrantes Haitianos em Mato Grosso (ADMH/MT) indicam que cerca de 3.000 haitianos residem atualmente na capital mato-grossense.

Os relatos de imigrantes indicam uma identificação afetiva com Cuiabá, que é vista como uma cidade hospitaleira, amigável e com um clima quente semelhante ao do Haiti. Um depoimento destaca ainda que a capital mato-grossense é percebida como um local com menos violência em comparação com o Haiti, o que reforça a sensação de segurança entre os haitianos.

5 OS IMIGRANTES HAITIANOS EM CUIABÁ: DA SEGREGAÇÃO SOCIOESPACIAL E VIDA COTIDIANA PARA UMA NOVA CENTRALIDADE

Embora cuiabanos demonstrem simpatia pelos haitianos, considerando-os “novos cuiabanos”, há uma contradição implícita, pois essa acolhida não é plenamente refletida em relação à segregação socioespacial vivenciada pelos imigrantes. A segregação socioespacial, conforme Sposito *et. al.* (2013), refere-se à fragmentação espacial que acentua as desigualdades e estabelece limites que distinguem as diferenças sociais no espaço geográfico. Nesse contexto, podemos identificar dois processos relacionados à territorialidade haitiana em Cuiabá: a segregação imposta e a autosegregação.

Após saírem do Centro de Pastoral para o Migrante (CPM), muitos haitianos escolheram residir em bairros próximos à instituição, como Carumbé, Sol Nascente, Itamarati e Jardim Eldorado. Essa escolha se deve a três fatores principais: a proximidade do CPM, a acessibilidade dos preços de aluguel nesses bairros e a necessidade de união para proteção e apoio mútuo. Esses fatores contribuem para a segregação socioespacial, que pode ser entendida como um reflexo de processos sociais, econômicos, políticos e culturais, conforme Sposito (2004).

Sposito (2004) argumenta que a segregação resulta da configuração do espaço urbano, onde a localização dos trabalhadores reflete a segregação socioespacial. Leal et al. (2012) complementam, destacando que o território é a base espacial onde formas, objetos e ações são transformados pela sociedade, de acordo com seu modo de produção.

A proximidade do CPM tornou-se essencial para a comunidade haitiana, dada a escassez de assistência pública. Ter fácil acesso à instituição possibilitava que os haitianos buscassem apoio quando necessário. Relatos

da coordenadora do CPM indicam que muitos haitianos retornavam à instituição para buscar ajuda.

A dificuldade de se estabelecer longe do CPM, agravada pela barreira do idioma e pela condição de vulnerabilidade social, forçou muitos haitianos a escolherem áreas com infraestrutura deficiente, como forma de se protegerem e obterem o auxílio necessário. Esse fenômeno reflete uma segregação espacial, onde a dependência da assistência do CPM condicionou os haitianos a se concentrarem em bairros com condições precárias, reforçando a segregação socioespacial a que estavam submetidos.

Outro fator que levou os haitianos a escolherem os bairros mencionados foi a acessibilidade aos imóveis, especialmente devido aos valores mais baixos dos aluguéis. Durante as entrevistas, os haitianos relataram dois valores típicos de aluguel: R\$ 350,00 e R\$ 500,00, sendo as quitinetes (quarto e sala) as opções preferenciais.

A proximidade do Centro de Pastoral para o Migrante resultou na criação de uma nova territorialidade em Cuiabá, onde a comunidade haitiana passou a se apresentar à população local, evidenciando suas peculiaridades e modos de vida. Esses bairros ofereceram o primeiro acesso à moradia, em um contexto em que o Estado busca evitar a favelização. Como observa Zandonadi (2008) “[...] já que pode ser a única forma de certos segmentos socioeconômicos resolverem seus problemas de moradia, sem partir para opções precárias, como favelas” (ZANDONADI, 2008, p. 152). Essa pode ser a única forma de certos segmentos socioeconômicos resolverem seus problemas de moradia sem recorrer a opções precárias, como as favelas. Sposito (2013) complementa, afirmando que “essa dinâmica de afastamento socioespacial dos segmentos de médio e baixo poder aquisitivo tem gerado, também, piora na situação geográfica dos mais pobres, que tendem a se afastar mais e/ou a se precarizar”. (SPOSITO, 2013, p. 69)

A proximidade do Centro de Pastoral para o Migrante incentivou a cooperação entre os haitianos, promovendo a troca de alimentos, moradia (oferecendo abrigo a recém-chegados ou após o atendimento no CPM), proteção em relação à identidade e comunicação mútua. Isso resultou em uma significativa demonstração de solidariedade entre os haitianos, mas, também, em segregação socioespacial imposta, centrada em aspectos culturais.

A segregação socioespacial dos haitianos em Cuiabá é um processo complexo, influenciado por fatores como xenofobia, racismo e a falta de oportunidades. Forçados a se concentrar em bairros precários, os haitianos enfrentam dificuldades no acesso a serviços básicos e a oportunidades de emprego.

Essa segregação gerou uma nova centralidade, com comércios, igrejas, barbearias e outros serviços voltados à população haitiana. No entanto, essa centralidade não resolve os problemas enfrentados pelos imigrantes, que continuam lutando pela sobrevivência e pela igualdade de direitos.

A imigração haitiana para o Brasil, especialmente após 2010, foi impulsionada pela instabilidade política e social no Haiti, o terremoto de 2010 e a crise econômica. Ao chegar ao Brasil, os haitianos se encontram em situação de vulnerabilidade social, devido à necessidade de se adaptar a um novo país com língua, cultura e sistema social distintos.

Em Cuiabá, os haitianos têm se organizado em grupos sociais para buscar direitos e igualdade na sociedade. Esses grupos desempenham um papel importante na preservação da cultura haitiana e na integração dos imigrantes à sociedade brasileira.

5.1 Mercado de trabalho e moradia como processo de inserção na produção do espaço urbano de Cuiabá

A imigração haitiana para Cuiabá foi impulsionada principalmente pelas condições econômicas precárias do país caribenho, e não apenas pelo trágico terremoto. Em busca de melhores condições de vida, os migrantes encontraram oportunidades no mercado de trabalho local, especialmente na construção civil e no setor de serviços, embora enfrentem jornadas longas e baixos salários.

O trabalho é o principal fator de reterritorialização dos haitianos, permitindo-lhes alugar moradias, sustentar-se e formar uma nova comunidade. No início, muitos se concentravam em um conjunto residencial chamado de “Vila haitiana”. Eles alugavam as quitinetes e compartilhavam as despesas, criando um espaço de solidariedade e sociabilidade. Como o passar dos anos, aos se estabeleceram e se adaptaram ao novo país, foram adquirindo autonomia.

A proximidade com o Centro de Pastoral para o Migrante (CPM) também foi crucial para a formação de uma nova territorialidade, promovendo auxílio mútuo entre os haitianos e a população local. Esse processo fortaleceu a comunicação, a identidade comunitária e o apoio coletivo, ajudando os migrantes a enfrentarem os desafios de adaptação e integração na cidade.

As disparidades socioeconômicas entre o território de origem e o de destino colocaram os haitianos em uma condição de maior vulnerabilidade, dificultando o estabelecimento de vínculos com o novo espaço de vida. Essa situação resultou em uma “qualidade de vida muito precária” (OLIVEIRA, 2011, p. 43), expressa em diversos aspectos da sociedade, como habitação, mercado de trabalho e relações sociais. Nesse sentido, Haesbaert (2002, p. 372) contribui ao afirmar que:

[...] o que está dominando é a complexidade das reterritorializações, numa multiplicidade de territorialidades nunca antes vista, dos limites mais fechados e fixos da guetoificação e dos neoterritorialismos aos mais flexíveis e efêmeros territórios-rede ou “multiterritórios” da globalização. Na verdade, seria mais correto afirmar que o grande dilema desse novo século será o da desigualdade entre as múltiplas velocidades, ritmos e níveis de des-re-territorialização, especialmente aquela entre a minoria que tem pleno acesso e usufrui dos territórios-rede capitalistas globais que asseguram sua multiterritorialidade, e a massa ou “aglomerados” crescentes de pessoas que vivem na mais precária territorialização ou, em outras palavras, mais incisivas, na mais violenta exclusão e/ou reclusão socioespacial. (HAESBAERT, 2002, p.372)

A imigração haitiana para Cuiabá enfrenta desafios significativos relacionados à inserção no mercado de trabalho e à adaptação cultural. A barreira linguística, a falta de qualificação profissional reconhecida no Brasil e a discriminação racial dificultam o acesso a empregos qualificados, obrigando muitos haitianos a trabalharem em atividades braçais, como na construção civil e no comércio informal. Apesar de melhorias no domínio do português entre os imigrantes, a burocracia para a validação de diplomas impede o exercício de profissões para as quais muitos estão qualificados, a exemplo do caso de um médico haitiano que não conseguiu atuar devido a entraves legais em Cuiabá analisado em nossos estudos.

Os haitianos também enfrentam desafios na adaptação ao novo espaço cultural. Eles se concentram em bairros como Sol Nascente, Jardim Eldorado, Itamarati e Carumbé, onde, apesar das condições precárias, desenvolvem um senso de comunidade e pertencimento. A convivência em grupo facilita a integração, a reconstrução de identidades e a miscigenação cultural, elementos fundamentais para a melhoria da qualidade de vida e a construção de laços com o novo território.

5.2 Políticas públicas para migrações: necessidades e desafios para os haitianos no acesso a assistência social

Os fluxos migratórios são fenômenos globais intensificados por questões políticas, econômicas, sociais e ambientais. A migração haitiana para o Brasil, que aumentou após 2010 devido à crise no Haiti, apresenta desafios significativos para as políticas públicas brasileiras. A burocracia

e a precariedade dos serviços públicos dificultam o acesso dos haitianos a direitos básicos, como saúde, trabalho e assistência social. Muitos enfrentam processos demorados para regularização documental e integração nos serviços públicos.

A falta de recursos humanos e financeiros em órgãos como os Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) e os Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS), limitam a capacidade de atendimento a migrantes, enquanto retrocessos em políticas sociais nos últimos governos agravaram essa situação. Exemplos incluem a extinção do Ministério do Trabalho e a redução de investimentos em assistência social, prejudicando a inclusão dos haitianos no mercado de trabalho e no acesso a direitos fundamentais no período (2018-2022) do governo Jair Bolsonaro.

O Centro de Pastoral para Migrantes (CPM) desempenha um papel crucial no apoio aos haitianos, oferecendo acolhimento, orientação jurídica e encaminhamento ao mercado de trabalho. Contudo, a demanda excede a capacidade do CPM, exigindo maior empenho do governo e das instituições públicas para superar as barreiras enfrentadas pelos migrantes.

O poder público ainda não assumiu compromissos como no Pacto Global para a Migração da ONU (Organização das Nações Unidas) que simplifique os processos burocráticos, amplie a tradução de documentos e formulários para o crioulo haitiano e aumente os recursos destinados aos serviços públicos. Além disso, a regularização migratória permanece uma preocupação central para os haitianos, devido à incerteza em relação à renovação de vistos permanentes e ao risco de uma nova desterritorialização.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A imigração haitiana para o Brasil, intensificada desde 2010, reflete um fenômeno complexo marcado por desafios econômicos, sociais e culturais. Os haitianos enfrentam barreiras como a dificuldade de inserção no mercado de trabalho, a discriminação e a burocracia para acessar políticas públicas. Apesar de iniciativas como o Centro de Pastoral para o Migrante (CPM), que promove acolhimento e integração, as demandas superam as capacidades institucionais, exigindo maior empenho do poder público.

A Igreja Católica, através da Congregação dos padres scalabrinianos, tem desempenhado um papel significativo na adaptação dos haitianos, ao oferecer suporte humanitário e promover interações sociais entre imigrantes e brasileiros. Esse apoio contribuiu para que a reterritorialização em Cuiabá ocorresse de forma menos penosa, permitindo aos haitianos construir vínculos e um sentimento de pertencimento ao novo espaço.

O principal fator que motiva o processo de desterritorialização é a busca por melhores condições de vida. A necessidade de sobrevivência impulsiona os haitianos a deixar seu território de origem em busca de emprego, que é essencial para alcançar estabilidade financeira, moradia e inclusão social. Isto constituiu um desafio e complexa dinâmica relacional que, ora concorre para a proteção da identidade haitiana, ora concorre para modificá-la, adaptá-la ao novo território.

As políticas públicas locais, embora existentes, são insuficientes e prejudicadas por processos burocráticos e precariedade estrutural. O temor pela possibilidade de não renovação do visto de permanência reflete a vulnerabilidade dessa população, que luta por direitos e igualdade, enfrentando a xenofobia e buscando construir uma vida digna. Esse cenário reforça a necessidade de políticas migratórias inclusivas que reconheçam o migrante como um ser humano em busca de oportunidades, e não como uma ameaça.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977

BONI, V.; QUARESMA, S. J. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. **Revista Eletrônica dos Pós-graduandos em Sociologia Política da UFSC**. V. 2 n. 1 (3), janeiro-julho/2005, p. 68 – 80. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/emtese/article/view/18027/16976> . Acesso em: 01/03/2024.

CARLOS, A.F.A. **O Espaço urbano**: novos caminhos escritos sobre a cidade. São Paulo: Contexto, 2004.

COGGIOLA, O.; Haiti: terremoto, colonização e resistência. **Olho na História**. Salvador (BA), n.14. 2010. Disponível em: <https://oolhodahistoria.ufba.br/wp-content/uploads/2016/03/coggiola-2.pdf> . Acesso em: 17 de outubro de 2023.

COTINGUIBA, G. C. **Imigração Haitiana para o Brasil** – a relação entre trabalho e processos migratórios. 2014, 155 f. Dissertação (Mestrado em História e Estudos Culturais), Programa de Pós-Graduação História, Universidade Federal de Rondônia – UNIR. Disponível em: <http://diversitas.fflch.usp.br/sites/diversitas.fflch.usp.br/files/G.C.%20Cotinguiba%20-%20Imigra%C3%A7%C3%A3o%20Haitiana%20para%20o%20Brasil.pdf>. Acesso em: 10 de outubro de 2023.

- HAESBAERT, R.; O binômio território-rede e seu significado político-cultural. In: _____. **Territórios alternativos**. São Paulo: Contexto, 2002.
- LEAL, C.; FONSECA, G. S.; Território: Categoria Geográfica das múltiplas perspectivas. In: **12ª Encuentro de Geógrafos de América Latina**, 2009, Montevideo, Uruguai. Anais do 12ª EGAL, 2009. p. 1-12. Disponível em: <https://acesse.dev/d2qUV>. Acesso em: 16 de outubro de 2023.
- MORAES, I. A.; ANDRADE, C. A. A.; MATOS, B. R. B.; A imigração haitiana para o Brasil: Causas e desafios. **Conjuntura Austral**. v. 4, n. 20, Out./Nov. 2013. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/ConjunturaAustral/article/view/35798>. Acesso em 16 de outubro de 2023.
- OLIVEIRA, A. M. C. V. dos S. **Processos de desterritorialização e filiação ao lugar: o caso da Aldeia da Luz**. 2011. 171 f. Dissertação (mestrado em Geografia Humana, Ordenamento do Território e Desenvolvimento), Faculdade de Letras, Universidade de Coimbra, Coimbra, 2011. Disponível em: <https://estudogeral.uc.pt/handle/10316/19136>. Acesso em: 01 de abril de 2023.
- STEINMAN, M. et al. Terremoto no Haiti: uma experiência multiprofissional. **Einstein**, São Paulo, 2011. 9(1 Pt 1):1-7. Disponível em: <https://journal.einstein.br/pt-br/article/terremoto-no-haiti-uma-experiencia-multiprofissional/>. Acesso em: 10 de outubro de 2023.
- SILVA, P. K. M. da. **Seguindo rotas: reflexões para uma etnografia da imigração haitiana no Brasil a partir do contexto de entrada pela tríplice fronteira norte**. 2014, 157 f. Dissertação de Mestrado, Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social, Universidade de Brasília - UNB. Disponível em: http://www.dan2.unb.br/images/doc/Dissertacao_309.pdf. Acesso em 18 de outubro de 2023.
- SPOSITO, E. S. **Geografia e Filosofia: contribuição para o ensino do pensamento geográfico**. São Paulo: Editora UNESP, 2004.
- SPOSITO, M. E. B.; GOES, E. M.; **Espaços residenciais fechados e cidades: insegurança urbana e fragmentação socioespacial**. São Paulo: Editora da Unesp, 2013.
- ZANDONADI, J. C. **Novas Centralidades e Novos Habitats: caminhos para a fragmentação urbana em Marília (SP)**. Presidente Prudente: FCT/UNESP, 2008. Dissertação (Mestrado em História e Estudos Culturais), Programa de Pós-Graduação em Geografia da Faculdade de Ciência e Tecnologia de Presidente Prudente - UNESP, Universidade Estadual Paulista. Disponível em: <https://acesse.dev/cEo1z>. Acesso em: 10 de outubro de 2023.

RESUMO

O terremoto de 2010 no Haiti resultou em um intenso fluxo migratório de haitianos para o Brasil, motivado pela busca de melhores condições de vida. Cuiabá, capital do Mato Grosso, destacou-se como destino para muitos desses migrantes, em razão das oportunidades de trabalho geradas pelas obras da Copa do Mundo de 2014. Este artigo analisa as territorialidades haitianas em Cuiabá, com ênfase em moradia, mercado de trabalho, sociabilidades e identidade cultural. Por meio de uma abordagem qualitativa, através do método materialista histórico-dialético, se baseia em entrevistas semiestruturadas e análises socioespaciais. O estudo evidencia como os haitianos, apesar das barreiras linguísticas e da vulnerabilidade social, construíram novas redes de apoio. Associações comunitárias e grupos religiosos desempenharam papel central no processo de reterritorialização, facilitando a integração cultural e o fortalecimento identitário. Foi em bairros periféricos, que os haitianos criaram espaços de convivência e sociabilidade, mas continuam enfrentando dificuldades significativas, como discriminação, inserção precária no mercado de trabalho e ausência de políticas públicas adequadas. A pesquisa conclui que a imigração haitiana em Cuiabá é marcada por um processo complexo de adaptação, resiliência e transformação urbana. Os resultados ressaltam a necessidade de políticas públicas inclusivas que promovam a equidade e assegurem condições dignas para essa população, contribuindo para uma integração social mais justa e solidária.

Palavras-chave: Haitianos; Centro de Pastoral para o Migrante; Cuiabá.

ABSTRACT

The 2010 earthquake in Haiti resulted in a massive migratory flow of Haitians to Brazil, motivated by the search for better living conditions. Cuiabá, the capital of Mato Grosso, stands out as a destination for many migrants, due to the job opportunities generated by the construction of the 2014 World Cup. This article analyzes Haitian territorialities in Cuiabá, with an emphasis on housing, the labor market, sociability, and cultural identity. Using a qualitative approach, using the historical-dialectical materialist method, it is based on semi-structured interviews and socio-spatial analyses. The study provides evidence of how Haitians, despite language barriers and social vulnerability, build new support networks. Community associations and religious groups play a central role in the process of reterritorialization, facilitating cultural integration and strengthening identity. It was in the outlying neighborhoods that Haitians created spaces for coexistence and sociability, but they continue to face significant difficulties, such as discrimination, precarious insertion in the job market and the absence of adequate public policies. The research concluded that Haitian immigration in Cuiabá is marked by a complex process of adaptation, resilience, and urban transformation. The results highlight the need for inclusive public policies that promote equity and guarantee dignified conditions for this population, contributing to a more just and supportive social integration.

Keywords: Haitians; Center for Pastoral Care for Migrants; Cuiabá.

“Chegou o fim do nosso ciclo nos EUA”: neoliberalismo, imperativo da felicidade e narrativas de migração de retorno de imigrantes influencers no Youtube

“That’s the end of our chapter in the United States”: neoliberalism, the happiness imperative, and return migration narratives among Brazilian immigrant influencers on YouTube

*Mariana Marcela de Fátima Moraes**

1 INTRODUÇÃO

A dinâmica migratória contemporânea rumo aos Estados Unidos constitui, há décadas, um fenômeno estrutural que reflete desde narrativas idealizadas sobre a vida em países do Norte Global, “sonho americano”, ideais neoliberais a respeito da liberdade de trabalho sem a garantia de leis trabalhistas do Estado e desigualdades globais. O imaginário de sucesso, liberdade e mobilidade social facilitada nos Estados Unidos difundida pelo “*American way of life*” após a Segunda Guerra Mundial atuou e segue atuando, agora com novas configurações, enquanto elemento atrativo para sujeitos de todas as partes do mundo; fluxo migratório que frequentemente se corporifica por meio da entrada indocumentada nos Estados Unidos através de rotas alternativas que, muitas vezes, colocam em risco a vida de milhares de imigrantes todos os anos.

*Doutoranda na linha de pesquisa de Comunicação, Consumo e Contextos de Recepção, do Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Práticas de Consumo, na Escola Superior de Propaganda e Marketing (ESPM - SP). Bolsista CNPq.
E-mail: marianamarcela@outlook.com

Entretanto, apesar dos riscos que a chegada aos Estados Unidos pode apresentar para imigrantes que não têm acesso a formas regulamentadas de acessarem o país, o imaginário de uma vida melhor no Norte segue presente por meio de conteúdos em plataformas de redes sociais como TikTok, Instagram e Youtube difundidos por imigrantes que residem nos Estados Unidos e que reforçam uma suposta superioridade da vida na América do Norte em detrimento ao Brasil, por meio de vídeos que comparam poder de compra, casas, carros e alimentos norte-americanos. Um exemplo dessa difusão de conteúdos que, direta ou indiretamente, perpetua o imaginário do “sonho americano” é o perfil do brasileiro Geraldo Afonso que se descreve em sua página no TikTok enquanto “Pai, Cristão, Mentor, Empreendedor, YouTuber” além de “Realizador de sonhos”, sendo a última autodescrição uma referência a venda de cursos em que Afonso oferece mentorias para quem quer “viver na América”. No dia 13 de abril de 2025, Afonso postou um vídeo em suas plataformas comunicando a decisão de “encerrar seu ciclo de sete anos nos Estados Unidos”. Anterior ao vídeo sobre a decisão, o conteúdo de Afonso seguia um padrão de supervalorização do poder de compra dos Estados Unidos em comparação com o Brasil, muitas vezes desqualificando vivências e o governo brasileiro.

À luz das informações apresentadas, este artigo tem por objetivo analisar dois vídeos de conteúdos postados por Afonso na plataforma do Youtube em 2025, o primeiro sobre sua decisão de retornar ao Brasil e o segundo publicado dois meses antes em que o youtuber exalta a vida nos Estados Unidos, em uma tentativa de compreender as narrativas disseminadas por seu conteúdo sob a perspectiva de conceitos como neoliberalismo, imperativo social da felicidade e performance, a partir de narrativas sobre “sonho americano” por um imigrante em movimento de retorno para o Brasil. A escolha pela plataforma do Youtube se justifica em razão da possibilidade de postagem de vídeos de longa duração, proporcionando melhor compreensão do conteúdo e ampliando seu potencial analítico. À vista disso, o artigo também propõe compreender as narrativas de Afonso em um contexto de endurecimento de ações anti-imigração impostas pelo segundo mandato do presidente norte-americano Donald Trump em 2025, situação que tem afetado a decisão de retorno de imigrantes brasileiros que residem nos Estados Unidos.

2 A PERFORMANCE DO ENCERRAMENTO DE CICLOS

O canal no YouTube de Geraldo Afonso, intitulado “Viver na América” (<https://www.youtube.com/c/VivernaAm%C3%A9rica>), configura-se enquanto um canal para públicos brasileiros interessados em emigrar para os Estados Unidos. Com aproximadamente 520 mil inscritos e um total de 1.400 vídeos

publicados, o canal pode ser descrito como um espaço de difusão de informações sobre o processo migratório para o território norte-americano, estilo de vida estadunidense, críticas ao Brasil em paralelo com os Estados Unidos e comparativo de poder de compra entre os países. A imagem de capa que ilustra a página inicial do canal apresenta a proposta central do conteúdo criado por Afonso: a promessa de um “passo a passo para morar nos EUA”. Enunciado que atua como estratégia discursiva de captação do público-alvo, sugerindo acesso facilitado a informações sobre os Estados Unidos, bem como uma narrativa de orientação e de sucesso pessoal no exterior.

Figura 1 - Capa do canal do Youtube de Geraldo Afonso.



Fonte: Youtube, 2025, on-line.

Desde a publicação do primeiro vídeo no canal, em 6 de dezembro de 2019, Afonso estabeleceu um padrão temático recorrente na produção de seus conteúdos, centrado na experiência de viver nos Estados Unidos. Já em suas postagens iniciais, Afonso aborda os desafios que enfrentou enquanto imigrante em sua chegada ao território norte-americano, construindo uma narrativa pessoal de superação e orientação. Em seu primeiro vídeo intitulado “Principais dificuldades ao chegar aos Estados Unidos”, a descrição da postagem inclui a divulgação do produto digital “Meu Curso – Manual Viver na América (passo a passo completo para ir para os EUA e, chegando lá, como trilhar os primeiros passos)”, relacionado às mentorias oferecidas por ele a indivíduos interessados em migrar; no momento da escrita do presente trabalho, em que Afonso retornou ao Brasil, o link de acesso ao curso não está mais disponível.

O canal manteve a temática consistente, com publicações voltadas a assuntos sobre a vida nos Estados Unidos. Os títulos dos vídeos, considerados aqui predatórios e de apelo emocional, incluem frases como “Coisas de rico que qualquer pobre consegue comprar nos EUA – (Walmart¹)”, “Como conseguir R\$ 100 mil reais em 6 meses trabalhando nos EUA” e “A decisão mais correta é ir para os Estados Unidos”, ilustrando a estratégia discursiva de Afonso que combinou, por muito tempo, elementos de promessa de

ascensão social, contraste entre realidades socioeconômicas e idealização do estilo de vida norte-americano como oportunidade de ascensão e poder de compra elevado em comparação ao Brasil.

Entretanto, em 13 de abril de 2025, uma mudança na trajetória discursiva do canal ocorreu através da publicação de um vídeo de 20:09 minutos, intitulado “Vamos voltar para o Brasil (Não é Clickbait)” em que Afonso anuncia sua decisão de retornar ao Brasil junto de sua família. Ao justificar a decisão, o criador de conteúdo afirma que “depois de sete anos vivendo o sonho americano nos Estados Unidos, chegou a hora de fechar mais um ciclo” (AFONSO, 2025, 00:01). Ao longo do vídeo, Afonso discorre sobre as dificuldades inerentes à vida de imigrante através de uma retórica marcada pelo uso de expressões bíblicas e recursos performáticos, que conferem ao seu discurso um caráter confessional e emocional, em contraste com seus conteúdos anteriores, marcados majoritariamente pela exaltação da vida nos Estados Unidos através de uma retórica firme e impassível.

Logo no primeiro minuto de seu relato, Afonso pondera sobre possíveis comentários e questionamentos que acredita que irá receber de parte de seu público na plataforma, em uma visão performática e engrandecida de seu conteúdo:

“Eu sei o que você deve estar pensando agora e se perguntando “mas espera aí, por quê? Geraldo, você que era o nosso motivador, o motivo de eu despertar essa vontade de ir para os Estados Unidos, você mostrando tudo de bom nos Estados Unidos, vivendo essa vida que você vive, o que que sobra para nós que estamos aqui no Brasil? E aí? Você vai se arrepender! Ah, o Brasil está ruim, o Brasil está assim, está assado, a política, está caro” [...] Eu sei que vai ter muitos comentários dessa forma, mas eu espero que vocês entendam e respeitem a minha decisão que eu vou explicar nesse vídeo para vocês.” (AFONSO, 2025, 00:18)

Em seguida, Afonso conduz sua justificativa de retorno para uma idealização a respeito do “encerramento de um ciclo” combinada à retórica religiosa ao tratar sobre o “sonho americano” e o modo de vida estadunidense, tópicos exaltados em seus conteúdos anteriores em contraste com a política e economia brasileiras, mas que agora, após a posse de Trump, a economia norte-americana não estaria vantajosa:

“Eu sempre falei nos vídeos “vive o sonho americano, vive nos Estados Unidos, mas nunca se esqueça do Brasil” [...] Tudo na vida tem um ciclo. Tem o começo, o

meio e o fim. É bíblico e há tempo de chegar e há tempo de ir e o ciclo da minha vida, hoje falando de coração pra vocês, fechou um ciclo de sete anos na minha vida aqui nos Estados Unidos. O sonho americano hoje está mais difícil do que antes, hoje o custo de vida subiu demais e o aluguel está nas alturas. O preço das coisas no mercado subiu muito, o preço de carro, depois que o Trump assumiu, mudou muitas coisas, a economia travou.” (AFONSO, 2025, 04:29)

Em um outro momento de seu vídeo, Afonso se utiliza do termo “zona de expulsão”, a fim de elucidar um pouco mais sobre sua decisão:

“Existe uma coisa que se chama zona de expulsão. Quando você está num lugar e as portas começam a fechar para você, você não começa a ver mais possibilidade nem graça no lugar, e você fica incomodado e o seu coração começa a queimar de vontade de voltar para um lugar, ou de mudar para um lugar, isso se chama zona de expulsão.” (AFONSO, 2025, 10:03)

Ao tratar novamente sobre o “sonho americano”, Afonso afirma:

“Sonho americano é ilusão? Não vou falar que é ilusão porque realmente vale a pena e os Estados Unidos mudou a minha vida. Só que chega um ponto que você tem que se decidir até que ponto vale a pena, até quando isso vai fazer sentido, e eu estou alegre, eu estou feliz de voltar para o meu Brasil, da maneira que eu estou voltando, porque tem muita gente que vai embora desesperado, eu estou indo em paz [...]” (AFONSO, 2025, 12:11)

O “sonho americano”, mobilizado a partir de desdobramento do “*American way of life*” pós-Segunda Guerra Mundial (CUNHA, 2017, p. 51), manifesta-se de forma recorrente nas narrativas de Afonso, especialmente a partir da valorização do poder de compra. Ideal ancorado na lógica do consumo material, mas que no conteúdo de Afonso ganha um viés de comparação com o Brasil, como é possível identificar em diferentes vídeos de seu canal. No entanto, diante das decisões políticas de Donald Trump em 2025, o “sonho americano” para o youtuber se revelou ameaçado segundo seu anúncio de retorno ao Brasil; país de origem que, em diferentes momentos, foi citado no canal de forma inferiorizada.

A mudança de posicionamento narrativo por parte de Afonso, que vai da exaltação ao estilo de vida norte-americano à decisão e justificativa pública de retorno ao Brasil, ilustra uma virada discursiva que pode ser compreendida a partir das transformações sociais, econômicas e políticas que estão modificando o cenário que se conhecia dos Estados Unidos e que correspondem a mecanismos neoliberais que imperializam o sucesso e a felicidade individual, impactando diretamente no modo como a realidade é comunicada, mascarando-a a partir do cinismo e da performance do “encerramento de ciclos”, de forma que as adversidades econômicas e os desafios da experiência migratória são ocultadas nos conteúdos de pura exaltação à vida na “América”.

A próxima seção propõe uma análise do conteúdo publicado por Afonso dois meses antes de anunciar sua decisão de retorno, em que seu conteúdo ainda se pautava em um discurso idealizado sobre os Estados Unidos. A comparação entre os dois vídeos permite observar com maior clareza os deslocamentos narrativos operados pelo youtuber e os sentidos contraditórios que permeiam suas construções discursivas sobre a migração.

3 NARRATIVAS DE EXALTAÇÃO DO PODER DE COMPRA E INCENTIVO À MIGRAÇÃO

A fim de elaborar uma contraposição com o vídeo sobre a decisão de retornar ao Brasil, um segundo vídeo foi escolhido no canal de Afonso em que o youtuber enaltece o estilo de vida e poder de compra norte-americano antes de uma mudança nítida de rumos do canal. O vídeo escolhido foi postado em 19 de fevereiro de 2025 e está intitulado como “Preços caíram após Trump assumir os EUA”.

No vídeo, Afonso declara:

“Meu nome é Geraldo Afonso e eu estou aqui nos Estados Unidos, no Walmart de Orlando, Flórida, para mostrar para vocês os preços dos eletrônicos, de coisas que o brasileiro pira e fica assim realmente revoltado pela diferença que tem nos estados unidos e Brasil. [...] é incrível, é surreal o poder de compra que nós temos aqui nos Estados Unidos [...] você vai ficar incrédulo com o valor, tanto que é baixo o poder de compra aqui nos Estados Unidos.” (AFONSO, 2025, 00:17)

Afonso segue exibindo valores de produtos como caixas de som, relógios, notebooks, entre outros produtos eletrônicos e móveis. Em seguida, Afonso completa afirmando que “aqui nos Estados Unidos você vai ter poder de compra, você vai ter condições de comprar. Porque você pode até ganhar

pouco, mas as coisas são baratas, o poder de compra é forte” (AFONSO, 2025, 09:37). Ao final do vídeo, Afonso informa sobre valores médios que os migrantes devem levar para começar a vida nos Estados Unidos, além de aconselhar sobre quais produtos são essenciais para a montagem inicial de uma casa no país.

Ao comparar a declaração de Afonso no vídeo descrito na seção anterior sobre o “sonho americano” que “hoje está mais difícil do que antes, hoje o custo de vida subiu demais e o aluguel está nas alturas. O preço das coisas no mercado subiu muito, o preço de carro, depois que o Trump assumiu, mudou muitas coisas, a economia travou” (AFONSO, 2025, 08:36) com seu conteúdo postado em fevereiro, alguns elementos são interessantes de serem observados.

Diante do histórico recente de tensões comerciais, intensificadas pela guerra fiscal implementada por Donald Trump em relação à China no primeiro semestre de 2025, é possível que o panorama econômico dos Estados Unidos tenha sofrido alterações negativas em um curto intervalo de tempo. No entanto, observa-se que, até dois meses antes da postagem sobre sua decisão de retorno, os conteúdos produzidos por Afonso abordaram as dificuldades da vida nos Estados Unidos de maneira esporádica ou superficial, priorizando assuntos idealizados sobre a vida na “América”, marcado por narrativas de êxito pessoal do criador de conteúdo ou de terceiros que teriam transformado suas vidas após migrarem.

Essa dissonância discursiva fica evidente ao comparar o título do vídeo “Os preços caíram após o Trump assumir os EUA” e, em menos de dois meses depois, a declaração de Afonso sobre como “[...] o custo de vida subiu demais e o aluguel está nas alturas. O preço das coisas no mercado subiu muito, o preço de carro, depois que o Trump assumiu [...]” (AFONSO, 2025, 08:36). Tal incongruência, aliada à ausência de um histórico sobre as dificuldades econômicas enfrentadas no país, confere ao conteúdo de Afonso um caráter performativo e que compromete sua credibilidade; percepção pode ser observada nos comentários dos seguidores no Youtube em ambos os registros, onde sua postura é questionada:

Comentário I: “Tem que ser honesto irmão, se deu errado fala a verdade, não precisa mentir. Porque você falava mal do Brasil [sic] disse que não voltaria mais morar no Brasil” (Vídeo “Vamos voltar para o Brasil”)

Comentário II: “É incrível que foi só o presidente entrar [sic] para você ter esse sonho de voltar, diz a verdade, que você não está com tanta segurança que tinha antes, isso sim. Porque você está bem abatido.” (Vídeo “Vamos voltar para o Brasil”)

Comentário III: “A questão toda, não é vc voltar Geraldo, a questão é que vc sempre vendeu os EUA como um paraíso e quando o cenário mudou, ao invés de vc vir, usar de humildade, dizer que está voltando por isso, isso e aquilo, a realidade, vc prefere inflar seu ego e dizer que está voltando por vontade própria, pois o ciclo se encerrou, que chegou a hora de voltar e bla bla bla... Mano, te admirava, mas na boa, sugestão: Seja honesto com seus inscritos e consigo mesmo! Vc está voltando por conta da situação difícil que está ocorrendo EUA, por algum motivo vc não estava preparado para passar por isso, foi pego de surpresa e a única alternativa que restou foi voltar para o Brasil! Ficaria mais bonito!” (Vídeo “Vamos voltar para o Brasil”)

Comentário IV: “sinceramente eu n te entendo, cara. Tu faz um vídeo falando q os preços no mercado estavam altos por conta do “efeito Trump” e agr tu faz um vídeo falando q os preços caíram dps q o Trump assumiu o poder, vc é muito contraditório cara.” (Vídeo “Preços caíram após Trump assumir os EUA”)

As estratégias discursivas mobilizadas por Afonso alinham-se às lógicas do neoliberalismo, ao promoverem uma visão de sucesso fundamentada em conquistas materiais, ascensão social e prosperidade financeira obtidas por meio exclusivo do mérito individual. Nesse enquadramento, o sucesso profissional e a melhoria das condições de vida são apresentados como resultados exclusivos da iniciativa e força de vontade de cada sujeito. Ao comunicar sua decisão de retornar ao país de origem, sua estratégia discursiva incorpora uma performance narrativa que parece corresponder a um imperativo da felicidade, em que a vulnerabilidade dá lugar ao cinismo e retórica inabalável. Mudança que se manifesta por meio de narrativas simplificadoras, como a noção de um simples “encerramento de ciclo”, que esvaziam sua responsabilidade como criador de conteúdo que incentivou a ida de brasileiros para os Estados Unidos, e mascara qualquer admissão de período de dificuldade.

4 DA EXALTAÇÃO MIGRATÓRIA À ENCENAÇÃO DO ENCERRAMENTO

A pauta a respeito do “sonho americano” esteve fortemente presente no discurso de Donald Trump durante a campanha presidencial norte-americana em 2024. No entanto, trata-se de uma ideia que surge com a criação de um

imaginário a respeito do estilo de vida norte-americano, ou “*American way of life*”, em que o sucesso pessoal é individualizado e atrelado ao consumo material e simbólico. Sobre esse ideal, Toledo (2025) discorre:

A ideia do sonho americano é uma ideia já bastante antiga e muito consolidada do imaginário não só estadunidense, mas no imaginário de muitos países. Mais ou menos influenciados pela indústria cultural dos Estados Unidos, pelas produções culturais dos Estados Unidos, pela ideologia, pelas ideias dos Estados Unidos. Então é uma ideia muito mais antiga e uma referência fácil [...] O sonho americano surge da ideia de uma nação que foi colônia e que se tornou independente, que ocupou novos espaços por meio da expansão e que se constituiu através da imigração. [...] O que promete o sonho americano? O sonho americano promete a realização no espaço de uma vida de prosperidade. De uma prosperidade que é material, mas uma prosperidade que tem a ver com valores não-materiais, tem a ver com liberdade religiosa, política, liberdade intelectual. Tem a ver com conseguir viver plenamente uma vida ou a oportunidade de viver plenamente uma vida. [...] promete que as pessoas terão oportunidades de buscar o sonho americano, de buscar a realização material, a realização ideológica, intelectual, religiosa [...] o sonho americano está referido ao indivíduo, quem realiza o sonho americano é o indivíduo ao longo de sua vida. Então o sonho americano em termos temporais, tem a duração de uma vida em uma nova geração.” (TOLEDO, 2025, s/p.)

A narrativa configura-se como uma estratégia discursiva que promove a individualização da responsabilidade pelo êxito pessoal e pelas condições de vida dos sujeitos. Estratégia que sofreu reconfigurações ao longo do tempo e, na contemporaneidade, alinha-se aos princípios do neoliberalismo, ideologia que opera como uma das expressões atualizadas do capitalismo, agora em sua forma financeirizada. Conforme observa Fraser (2024, p. 111), o neoliberalismo institui um regime marcado pelo “desinvestimento estatal e corporativo no bem-estar social”; a exploração e a expropriação dos sujeitos atingem seu ápice por meio da redução da intervenção estatal, aumento da flexibilização laboral, entre outras estratégias, que transferem a mentalidade de sucesso e fracasso exclusivamente ao indivíduo. Dessa forma,

o neoliberalismo celebra a meritocracia e a “emancipação” dos sujeitos em termos das relações sociais e mercadológicas, ao mesmo tempo em que promove desmantelamento de proteções sociais, resultando no abandono da população à predação do capital (FRASER, 2024, p. 113); predação que se manifesta em conteúdos semelhantes ao promovido por Afonso, em que a propaganda inexata sobre a vida nos Estados Unidos atrai sujeitos em busca de melhores condições de vida fora do país de origem. Ainda sobre o regime neoliberal e a partir de estudos de Safatle, Sibilia (2023) afirma:

“O neoliberalismo não é uma forma de liberdade, mas a expressão de um regime autoritário disposto a utilizar todos os métodos para não ser contestado”, acrescenta ainda o mesmo autor; e, em seguida, conclui: “ele não é o coroamento da liberdade, mas apenas uma forma mais cínica de tirania”. Ou, em outros termos, um modo de vida aparentemente inviável, porém ardilosamente legitimado por uma racionalidade cínica. (SIBILIA, 2023, p. 339)

Racionalidade cínica essa que se apresenta nos conteúdos de Afonso por meio de sua performance impenetrável e da omissão das mudanças negativas que vêm ocorrendo no panorama socioeconômico dos Estados Unidos em 2025, principalmente no âmbito das migrações. Tal postura evidencia o que Sibilia (2023, p. 334) caracteriza como um traço essencial da lógica contemporânea, em que “o cínico não tem compromisso nenhum com a moralidade”, operando por meio de estratégias discursivas que esvaziam responsabilidades e encobrem falhas sob a aparência de escolhas conscientes ou encerramentos de ciclo.

Ao afirmar que o “sonho americano” está mais difícil e por isso decidiu voltar para o Brasil, Afonso contradiz significativamente o conteúdo previamente difundido em seu canal, em que diversas vezes perpetuou uma ilusão em torno do “sonho americano” através do consumo material e simbólico, alinhado a um discurso que, segundo Sibilia (2023, p. 329) “está afinado com o ideal neoliberal e em sintonia com renovadas tendências autoritárias,” e, portanto:

[...] desprezam os antigos consensos acerca do “bem comum” e da democracia, enquanto defendem as liberdades individuais em termos mercadológicos e legitimam a violência explícita contra tudo o que obstaculizar as suas vontades. (SIBILIA, 2023, p. 329)

A valorização dessa suposta liberdade individual baseada na possibilidade de trabalhar por jornadas extensas, sem o “impedimento” de fiscalizações trabalhistas, condicionada ao desejo de acumulação financeira, é recorrente no discurso de Afonso em diferentes registros. A formulação desse tipo de conteúdo, marcado por sua natureza performática e pelo apelo predatório, articula-se ao que Sibilia (2023) identifica como uma reconfiguração do solo moral nas democracias contemporâneas, em que discursos pautados na hipocrisia agora são substituídos por uma lógica cínica. A autora, ainda a partir de teorias apresentadas por Safatle, afirma:

“Cinismo” é a categoria adequada para expor a normatividade interna da forma de vida hegemônica no capitalismo contemporâneo”, resume Safatle (2011, p. 12), aludindo a certos “modos de conduta e valoração” específicos, bem como a mudanças nos “padrões de racionalidade em sociedades ditas pós-ideológicas”. Teria se generalizado entre nós, portanto, um “modo cínico” de funcionamento, adequado a “épocas e sociedades em processo de crise de legitimação, de erosão da substancialidade normativa da vida social” (SIBILIA, 2023, p. 337).

A performance presente nos conteúdos de Afonso, marcada pela omissão de aspectos negativos sobre viver nos Estados Unidos, pode ser compreendida como expressão do cinismo debatido por Sibilia, que assim como o neoliberalismo, tem sua origem no século XXI, período que deu à luz a uma enorme e poderosa “economia da felicidade” (CABANAS; ILLOUZ, 2022, p. 179), regime que associa a instabilidade da felicidade à constância do consumo. A felicidade torna-se facilmente mercantilizável, ignorando particularidades que atravessam os sujeitos. Discursos como o de Afonso, no qual a felicidade e sucesso parecem estar atrelados ao poder de compra, e as frustrações merecem pouca visibilidade em seu canal, podem ser lidos a partir de Cabanas e Illouz (2022, p. 177):

[...] Essas histórias pressupõem que os esforços pessoais sempre compensam muito, que momentos felizes e positivos de triunfo pessoal são o lado da vida que se espera que as pessoas exibam para si mesmas e para os outros, enquanto os momentos de fraqueza, fracasso e sofrimento devem ser resolvidos na esfera privada e mantidos ocultos como se fossem sinais vexaminosos de uma psique mal domesticada. [...] a felicidade é construída a partir de narrativas genéricas de autoaperfeiçoamento. (CABANAS; ILLOUZ, 2022, p. 177)

Autoaperfeiçoamento que, para Cabanas e Illouz (2022, p 212), está ligado a uma economia de mercado que vincula esse ideal neoliberal a um princípio de consumo ininterrupto e reserva aos sujeitos a posição de que algo sempre está em falta (CABANAS; ILLOUZ, 2022, p. 178), como é possível identificar na fala de Afonso em seu vídeo sobre a queda dos preços do Walmart, em que o criador de conteúdo afirma que “nos Estados Unidos você vai ter poder de compra, você vai ter condições de comprar. Porque você pode até ganhar pouco, mas as coisas são baratas, o poder de compra é forte”.

A felicidade, ao ser associada ao valor pessoal, econômico e político dos sujeitos, possibilitou ao capitalismo sua mercantilização (CABANAS; ILLOUZ, 2022, p. 180). No entanto, essa felicidade inspiradora presente nos registros de Afonso sobre poder de compra e melhores condições de vida nos Estados Unidos se configura enquanto parte de um discurso neoliberal que corresponde a ideais de um empreendedorismo de si alinhado a deterioração dos vestígios de governo social (CABANAS; ILLOUZ, 2022, p. 181) situada na mentalidade dos neosujeitos. É imputada ao indivíduo, portanto, uma incompletude com o objetivo de vender sempre mais mercadorias.

Ambos os panoramas apresentados sobre cinismo e imperativo da felicidade podem ser compreendidos como parte de um discurso performático de Afonso, que mobiliza estratégias discursivas marcadas por uma autoconsciência da encenação. Conforme propõe Amaral, Soares e Polivanov a partir de obras apresentadas por Bauman, a performance carrega uma “consciência de duplicidade”, na medida em que “a execução real de um ato é colocada em comparação com um ideal (potencial ou relembrado) dessa ação”. (AMARAL; SOARES; POLIVANOV, 2018, p. 65)

Afonso, ao apresentar sua vivência nos Estados Unidos como uma trajetória apenas de sucesso, sustenta uma imagem idealizada que deve estar à altura das expectativas do público que consome seus conteúdos e mentorias. Ortiz (2025) afirma que “influenciadores [...] são prisioneiros do lugar onde falam e, pior ainda, eles são prisioneiros dos influenciados porque são obrigados a esperar uma resposta do seu influenciado” (ORTIZ, 2025). Logo, a retórica e ações de Afonso em seu canal, nas palavras de Ortiz (2025), estão aprisionadas na digitalidade que as permite existir, uma vez que surgem e morrem no ambiente digital e, portanto, estão cativas das opiniões dos seguidores do canal.

Ortiz (2025) ainda afirma que:

Os seguidores falam, eles não são apenas seguidores. Eles dizem se gostaram de alguma coisa, se não gostaram de alguma coisa. [...] Toda essa relação pessoal é uma relação que encurta a distância. E, ao encurtar a distância,

isso tem duas implicações: a primeira implicação é que o encanto com celebridades não é o mesmo encanto com influenciadores. A segunda é que [...] eles estão prisioneiros porque estão muito próximos. [...] A internet é um lugar que você se encontra em desencontro com os outros, ou seja, ela não cria laços como, por exemplo, no mundo dos intelectuais ou sociais, amizade. Ela não cria laços como a religião, como o partido político, como uma série de outras coisas. [...] Essa ideia de comunidade digital [...] tem que ser refeita o tempo todo, porque ela não tem uma memória coletiva, você tem que refazer aquilo todos os dias. (ORTIZ, 2025, s/p.)

Logo, a escolha discursiva de Afonso tratou-se de uma tentativa de refazer sua comunidade digital em um ambiente midiático, cuja própria estrutura opera como camada performática (AMARAL; SOARES; POLIVANOV, 2018, p. 75-76), moldando sua retórica para o “encerramento de ciclos”, em uma tentativa de manter os seguidores que chegaram até o canal em razão de seus conteúdos sobre a vida nos Estados Unidos. Ortiz (2025) ainda afirma que influenciadores, como no caso de Afonso, constituem-se enquanto agentes de mercado que estão presos ao produto ou estilo de vida que vendem; cenário que motiva a escolha por um discurso performático que opta por ocultar as dificuldades dos novos tempos nos Estados Unidos no que tange a qualidade de vida e direitos de imigrantes. Ao omitir os aspectos negativos da vida nos Estados Unidos, Afonso busca criar uma autoridade simbólica, alinhada a uma narrativa em que impera a felicidade e o sucesso pessoal. Sua atuação evidencia como as performances digitais configuram como estratégias de negociação entre autenticidade e idealização, realidade e ficção, especialmente em contextos de crise ou mudança, como os que precederam sua decisão de retorno ao Brasil.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Assim como o ato de migrar constitui um fenômeno contínuo da história humana, o retorno também integra esse processo e deve ser reconhecido como um direito do migrante. Ambos os movimentos exigem abordagens analíticas multifatoriais que considerem complexidades políticas, sociais, subjetivas e econômicas, evitando associações simplificadoras, como a que vincula o retorno a uma experiência migratória frustrada ou fracassada. No entanto, diante do exposto no artigo, o caso de Afonso revela como a narrativa de retorno foi mobilizada de forma performática em comparação com seus conteúdos anteriores.

A decisão de retorno comunicada pelo youtuber, em contraste com a retórica que sustentava a narrativa do “sonho americano”, evidencia uma postura dissonante aos próprios conteúdos, previamente alinhados ao ideal neoliberal de sucesso como responsabilidade integral do sujeito. A lógica do “encerramento de ciclos” mascara possíveis dificuldades vivenciadas nos Estados Unidos em nome da manutenção de uma imagem pública estoica. Narrativa que contribui para a perpetuação de um imaginário aspiracional sobre a vida estadunidense, desconsiderando desafios enfrentados por imigrantes em contextos marcados pelo endurecimento de políticas anti-imigração, antiglobalização, escassez de empregos formais, insegurança documental, xenofobia e ausência de garantias sociais mínimas.

Nesse sentido, e em um cenário atual de endurecimento das deportações em todo o globo, o monitoramento das narrativas migratórias segue sendo importante. Somam-se a esse contexto as transformações geopolíticas globais, como a intensificação da guerra tributária entre China e Estados Unidos, que vem reconfigurando o imaginário migratório internacional, deslocando o “sonho americano” em direção a novas utopias emergentes. Deste modo, reforça-se a necessidade de dar continuidade a investigações que analisem discursos hegemônicos sobre migração e retorno, bem como tensionem performances digitais que os sustentam.

NOTAS

¹ Empresa multinacional estadunidense, especializada em vendas de varejo que opera redes de hipermercados, lojas de departamento e supermercados.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMARAL, Adriana; SOARES, Thiago; POLIVANOV, Beatriz. Disputas sobre performance nos estudos de Comunicação: desafios teóricos, derivas metodológicas. **Intercom**: Revista Brasileira de Ciências da Comunicação, v. 41, n. 1, p. 63-79, 2018.

CABANAS, Edgar; ILLOUZ, Eva. **Happycracia**: fabricando cidadãos felizes. Ubu, São Paulo, 2022.

CUNHA, Paulo. **American way of life**: representação e consumo de um estilo de vida modelar no cinema norte-americano dos anos 1950. Orientado por: Professora Doutora Rose de Melo Rocha. 2017. Tese de Doutorado. Tese (Programa de Doutorado em Comunicação e Práticas De Consumo). ESPM, São Paulo.

FRASER, Nancy. **Capitalismo canibal**: como nosso sistema está devorando a democracia, o cuidado e o planeta e o que podemos fazer a respeito disso. São Paulo: Autonomia Literária, 2024. 200 p.

GERALDO AFONSO (@geraldaoafonso_usa). “Eh amigos, chegou o fim do nosso ciclo de 7 anos nos EUA” [TikTok]. TikTok, 22 ago. 2025. Disponível em: https://www.tiktok.com/@geraldaoafonso_usa/video/7492900319790206239. Acesso em: 4 jun. 2025.

MASTERCLASS VIVER NA AMÉRICA. Curso online. Hotmart. Disponível em: <https://hotmart.com/pt-br/marketplace/produtos/manual-viver-na-america/R49755306W>. Acesso em: 4 jun. 2025.

ORTIZ, Renato. “Renato Ortiz: influenciadores são prisioneiros de seus seguidores.” Locução de Eduardo Sombini. São Paulo: **Folha de S. Paulo**, 24 mai 2025. Podcast. Disponível em: <https://open.spotify.com/episode/64TosbRRMOGSTXxpXTGst8?si=CyYROtWITwC1pmmeZDy18g&context=spotify%3Ashow%3A0bVlxWvPP4ztqw2NQ01z2j>. Acesso em: 10 jul. 2025.

SIBILIA, Paula. Da hipocrisia aos cinismos: transformações do “solo moral” nas democracias contemporâneas. **Revista Eco-Pós**, v. 26, n. 01, p. 324-348, 2023.

TOLEDO, Demétrio. **Depois do sonho americano, há um sonho chinês?** Participação no podcast Café da manhã da Folha de S. Paulo. Magê Flores e Gabriela Mayer. São Paulo: Spotify, 3 jun. 2025. Duração aproximada: 27 min. Disponível em: <https://open.spotify.com/episode/21zrvO2OiOE8X12KVyZurn>. Acesso em: 9 jun. 2025.

VIVER NA AMÉRICA. A decisão mais correta é ir para os Estados Unidos. YouTube, 25 out. 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=xvvcAYYwHnY>. Acesso em: 10 jun. 2025.

VIVER NA AMÉRICA. Coisas de rico que qualquer pobre consegue comprar nos EUA – (Walmart). YouTube, 29 set. 2020. Disponível em: <https://www.youtube.com/>. Acesso em: 10 jun. 2025.

VIVER NA AMÉRICA. Como conseguir R\$ 100 mil reais em 6 meses trabalhando nos EUA. YouTube, 29 set. 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=TK0xEILC6nk>. Acesso em: 10 jun. 2025.

VIVER NA AMÉRICA. Preços caíram após Trump assumir os EUA. YouTube, 19 fev. 2025. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=DMI3Sc8OQ74>. Acesso em: 12 jun. 2025.

VIVER NA AMÉRICA. Principais dificuldades ao chegar nos Estados Unidos. YouTube, 6 dez. 2019. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=IXP1fHGznis>. Acesso em: 10 jun. 2025.

VIVER NA AMÉRICA. Vamos voltar para o Brasil (Não é Clickbait). YouTube, 13 abr. 2025. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=7s2f8fwMDM4&t=334s>. Acesso em: 4 jun. 2025.

RESUMO

O artigo analisa as narrativas de migração de retorno veiculadas por influenciadores brasileiros no YouTube, com foco no caso de Geraldo Afonso, criador do canal “Viver na América”. A partir da comparação entre dois vídeos publicados em 2025, um exaltando as vantagens de viver nos Estados Unidos e outro anunciando sua decisão de retornar ao Brasil, buscou-se compreender de que forma a performance discursiva do influenciador se alinha a lógicas neoliberais e ao imperativo da felicidade. Os conteúdos, marcados pela valorização do consumo e pela retórica da superação individual, produzem um imaginário idealizado sobre a experiência migratória, ao mesmo tempo em que ocultam contradições, frustrações e pressões estruturais como o endurecimento das políticas anti-imigração durante o segundo mandato de Donald Trump em 2025. A pesquisa reflete sobre de que forma conteúdos como o de Afonso colaboram para a manutenção de discursos hegemônicos em torno do “sonho americano”.

Palavras-chave: Comunicação e Consumo; Narrativas de Migração; Sonho Americano; Neoliberalismo; Cinismo.

ABSTRACT

This article examines the return migration narratives of Brazilian influencers on YouTube, using the case of Geraldo Afonso, creator of the channel “*Viver na América*.” By comparing two 2025 videos—one highlighting perceived advantages of living in the United States and the other announcing his return to Brazil—the study details how the influencer’s performance expresses neoliberal ideas of individual success and the pursuit of happiness. It specifically argues that Afonso’s content, by valuing consumption and individual resilience, constructs an idealized vision of migration, while understating frustrations and systemic pressures, such as stricter anti-immigration policies during Donald Trump’s second presidential term in 2025. The analysis ultimately explores how Afonso’s narratives support dominant discourses about the “American Dream.”

Keywords: Migration Narratives; American Dream; Neoliberalism.

O Desenvolvimento e Práticas de Recursos de Capital Social entre Estudantes Brasileiros em Dublin*

The Development and Practices of Social Capital Resources among Brazilian Students in Dublin

*Nivelton Alves de Farias***

1 INTRODUÇÃO

Este artigo explora o desenvolvimento de fontes de capital social entre estudantes brasileiros em Dublin, usando o conceito de capital social como estrutura de análise. Baseia-se nas fontes de capital social de Portes e Sensenbrenner (1993), nomeadamente: introjeções de valor, solidariedade limitada, transações de reciprocidade e confiança executória. A imigração tem um impacto extremamente perturbador, que requer um apoio social especial para os imigrantes à medida que tentam adaptar-se e ajustar-se a novos contextos sociais (HERNANDEZ-PLAZA et al., 2006). Nestas circunstâncias, a vida familiar e comunitária desempenha um papel importante na adaptação e ajustamento do migrante a um novo país (McGRATH, 2010).

Para os estudantes brasileiros na Irlanda, o apoio necessário para sua adaptação virá principalmente das relações não familiares e da própria comunidade brasileira, já que muitos migraram sozinhos. No caso de uma minoria de estudantes, o apoio vem de familiares que vivem na Irlanda. No entanto, os pesquisadores observam que o efeito do capital social dos imigrantes não é necessariamente uniforme nos vários contextos e pode ser moldado pelas relações de gênero e pelos contextos comunitários de envio – ou de recepção (GARIP, 2008, p. 592).

* Tradução do texto original em inglês por José Carlos Pereira.

**Trinity College Dublin, Department of Sociology, Dublin, Ireland.

ORCIDID - <https://orcid.org/0009-0007-8208-3979>

Linkedin - <https://www.linkedin.com/in/dr-nivelton-alves-de-farias-54215550/>

Email address: alvesden@tcd.ie

O número de brasileiros na Irlanda cresceu significativamente desde o início do fluxo migratório e hoje é o sexto maior grupo residente no país (CSO, 2016a; Tabela 1). Por exemplo, em 2002 havia apenas 1.232 cidadãos brasileiros na Irlanda. Em 2006, o seu número cresceu para 4.720. Entre os censos de 2006 e 2011, a população brasileira dobrou de tamanho e seu número ficou em 8.704. O crescimento do número de cidadãos brasileiros continuou e em abril de 2016 o seu número era de 13.640. O número de brasileiros aumentou significativamente em 2022, para 39.556. Além disso, desde 2006, a população brasileira mais que triplicou de tamanho. Os estudantes brasileiros representavam 26,07% (2.270) e 30,84% (4.207) do total da população brasileira na Irlanda em 2011 e 2016, respectivamente (CSO, 2016a). Destes, 60% já tinham obtido um diploma de terceiro nível ou qualificação profissional (ver Tabela 2). Isto apoia a afirmação de que a maioria da segunda onda é composta por profissionais jovens com formação superior (DAL SIN, 2016; DE FARIAS, 2012).

Tabela 1: População brasileira residente na Irlanda por sexo, porte e ano censitário.

Ano do censo	População	Masculino	Feminino
2002	1,232	785	447
2006	4,720	2,888	1,832
2011	8,704	4,408	4,296
2016	13,640	6,373	7,267
2022	39,556	-	-

Fonte: Baseado no prospecto do CSO (2002, 2006, 2011, 2016a, 2022).

Tabela 2: Maior nível de escolaridade alcançado pelos brasileiros no estado em 2016.

Nível educacional	Brasileiros	Estado
Ensino médio inferior, primário, sem educação formal, não declarado	198	4,916
Ensino médio superior, técnico, profissionalizante	377	13,723
Grau de terceiro nível/qualificação, profissional ou ambos	1,588	23,939
Pós-graduação	463	7,807

Fonte: CSO (2016b).

Embora a comunidade brasileira na Irlanda seja considerável, faltam pesquisas em torno dela, especialmente no que diz respeito à migração de estudantes brasileiros (CAWLEY, 2018; DAL SIN, 2016; DE FARIAS, 2012). Em contrapartida, vários estudos foram realizados sobre brasileiros em Gort, uma pequena cidade no condado de Galway, no oeste da Irlanda, com foco nos determinantes da migração e da migração de retorno (DE FARIAS, 2022), capital social e redes (MCGRATH, 2008, 2010; MCGRATH & MURRAY, 2009, 2011), integração (LEAL, 2004, HEALY, 2006, McKEOWN, 2015), identidade étnica (SHERINGHAM, 2009; 2010), remessas (MEHER, 2010) e religiões transnacionais (MEHER, 2011; SHERINGHAM, 2013).

Apesar disso, apenas um pequeno número de estudos se concentrou especificamente nos brasileiros em Dublin (CAWLEY, 2018, DAL SIN, 2016; DE FARIAS, 2012; IOM, 2009). Exemplos desse enfoque podem ser encontrados em Cawley (2018) e Dalsin (2016). Um estudo da OIM (2009) também avaliou os padrões de migração brasileiros e apoiou programas de retorno voluntário na Irlanda, Portugal e Bélgica. Finalmente, de Farias (2012) avaliou o desenvolvimento e as práticas de capital social entre estudantes brasileiros em Dublin – como parte de um projeto de pesquisa de um ano – para um programa de mestrado no Departamento de Sociologia do Trinity College Dublin, do qual os dados deste artigo foram extraídos.

Este artigo busca expandir os estudos atuais sobre a migração brasileira para a Irlanda, particularmente o corpo de literatura relacionada aos brasileiros que vivem em Dublin, explorando como os estudantes brasileiros negociam recursos de capital social ao chegarem à Irlanda. O estudo também procura contribuir para a literatura sobre a migração de estudantes para a Irlanda. Apesar do número significativo de estudantes internacionais que vivem no país (CSO, 2011; 2016), uma quantidade limitada de investigação empírica foi dedicada a esse tópico no próprio país de imigração. Sobre isto, veja, por exemplo, Gilmartin et al. (2016); Pan (2011); Wang e King-O’Riain (2006). Esta lacuna na agenda de investigação é ainda mais evidente no que diz respeito à migração de estudantes de países latino-americanos para a Irlanda (CAWLEY, 2018, DAL SIN, 2016; DE FARIAS, 2012; MARROW, 2012).

O artigo está organizado em cinco seções. A primeira faz uma breve revisão da literatura sobre capital social e a migração brasileira para a Irlanda, apontando lacunas nesse corpo de literatura. A segunda seção discute o referencial teórico que embasa o estudo, enquanto a terceira explica a metodologia e os métodos. A quarta seção apresenta e discute os dados e a quinta oferece considerações finais.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

O artigo baseia-se especificamente nas fontes de capital social de Portes e Sensenbrenner (1993). Estes autores identificam quatro fontes críticas de capital social: introjeções de valor, solidariedade limitada, transações de reciprocidade e confiança executável. O papel do capital social na compreensão dos processos de adaptação e ajuste dos migrantes a novos ambientes culturais, bem como na explicação da coesão social dos migrantes, tem recebido grande atenção nos últimos anos (McGRATH, 2010; REYNOLDS, 2006; CHEONG, 2006). No processo de migração, o capital social é entendido como recursos desenvolvidos e mantidos em redes de relações de amizade e ou de sociabilidades externas ao grupo familiar, mas, também, nas redes de parentesco (ZADEH & AHMAD, 2009).

O capital social dos migrantes é comumente conceituado como recursos de informação ou assistência que os indivíduos obtêm através dos seus laços sociais com migrantes anteriores (GARIP, 2008). Parece que os riscos e custos da migração para potenciais migrantes são minimizados pela sua acessibilidade aos recursos possuídos por migrantes anteriores (McGRATH, 2010; GARIP, 2008). No entanto, debates recentes também destacaram as limitações da aplicação do capital social para questões comunitárias e gestão da diversidade (CHEONG, 2006, p.368). Este autor demonstrou que podem surgir problemas relacionados com a construção de capital social quando se trata de “famílias de certas minorias étnicas ou de novos bairros de imigrantes que podem ter percepções alternativas de capital social e enfrentar restrições diárias na sua vida quotidiana”. ‘

No caso das “introjeções de valor” como fonte de capital social, Portes e Sensenbrenner (1993, p. 1323) sugerem que elas referem-se a características morais das transações econômicas que são guiadas por valores importantes aprendidos durante processos de socialização. Portes (1998) indica que as pessoas podem ajudar instituições de caridade, pagar as suas dívidas e obedecer às regras de trânsito porque se sentem na obrigação de se comportar desta forma. Neste sentido, os valores internalizados que tornam possíveis tais comportamentos são então apropriados por outros como um recurso. Em outras palavras, os detentores do capital social nestas introjeções de valor serão outros membros da comunidade. Em relação a este recurso, tivemos interesse em explorar o desenvolvimento de obrigações morais entre os participantes da nossa pesquisa para com os seus conterrâneos.

A segunda fonte de capital social é conhecida como “solidariedade limitada”, que “se concentra nas circunstâncias situacionais que podem levar ao surgimento de um comportamento orientado para o grupo com princípios, independentemente de quaisquer introjeções iniciais de valor”

(PORTES; SENSENBRENNER, 1993, p. 1324). Em outros termos, as pessoas podem encontrar causas comuns porque estão imersas e enfrentam as mesmas condições de adversidade que as outras. A este respeito, parece que a solidariedade limitada é uma tipologia muito forte de capital social entre as comunidades migrantes. No que tange a este recurso, o nosso estudo, em particular, propõe explorar a dinâmica de grupo na comunidade brasileira, o nível de solidariedade grupal presente e se a solidariedade é mais restrita ou não a círculos menores de amigos.

A terceira fonte de capital social, as transações de reciprocidade, refere-se a relações de doação e recebimento de favores, informações, aprovação e outros itens de valor (PORTES E SENSENBRENNER, 1993). Embora as motivações dos doadores sejam ‘instrumentais’, não há expectativas de reembolso por parte do beneficiário mediante a inserção de ambos os atores num ambiente social comum (PORTES, 1998, p. 8). Os retornos dos doadores podem vir diretamente do grupo como forma de status, honra ou aprovação. Em termos de “transações de reciprocidade”, o presente estudo teve como objetivo descobrir se os estudantes de línguas que ajudaram outros brasileiros também esperavam receber, ou receberam, valores pelos seus serviços e o que receberam pela sua ajuda.

Finalmente, “confiança obrigatória”, como fonte de capital social, significa que os membros individuais de uma rede ou comunidade subordinam o seu desejo atual às expectativas coletivas. McGrath (2010, p.150) argumenta que “a confiança obrigatória ocorre quando os indivíduos cumprem as expectativas do grupo para que possam beneficiar da “boa reputação” dentro do (grupo) mais amplo. Manter uma boa reputação é importante para manter normas mais amplas e obter quaisquer benefícios como resultado.’ No que diz respeito a este último recurso de capital social, este estudo explora até que ponto os indivíduos fazem sacrifícios pelo bem comum, por que o fazem ou não e se os indivíduos são mais fortes do que o grupo como um todo, se vieram para a Irlanda para ficar temporariamente, sem intenções de longo prazo.

3 METODOLOGIA E MÉTODOS

Este artigo é resultado parcial de um projeto de pesquisa sobre o desenvolvimento de recursos de capital social entre estudantes brasileiros de línguas em Dublin, realizado em 2012. Apesar das informações, com as quais trabalhamos, terem sido coletadas há mais de dez anos, elas continuam sendo o único conjunto de dados de seu tipo e, portanto, fornecem uma janela

original e importante de observação da experiência dos migrantes brasileiros na Irlanda. Este estudo qualitativo foi realizado utilizando Metodologia de Estudo de Caso ou “*Case Study Methodology*” (CSM), na sigla em inglês (YIN, 2009, p.18). De acordo com esse autor, um Estudo de Caso é uma investigação empírica acerca de um fenômeno em profundidade e dentro do seu contexto de vida real, especialmente quando as fronteiras entre o fenômeno e o contexto não são evidentes. Yin (2009) argumenta que, em geral, os Estudos de Caso são o método preferido quando: a) como ou por que as questões estão sendo colocadas; b) o investigador tem pouco controle sobre eventos comportamentais e; c) se concentra em eventos contemporâneos.

O CSM permite que os investigadores retenham as características holísticas e significativas dos eventos da vida real, tais como ciclos de vida individuais e comportamento de pequenos grupos (ibid.). O presente estudo tem como objetivo obter um conhecimento significativo e holístico do desenvolvimento e das práticas de recursos de capital social entre a comunidade estudantil brasileira em Dublin.

As evidências apresentadas a seguir emergem de treze entrevistas semiestruturadas realizadas com estudantes brasileiros residentes em Dublin, sete dos quais não tinham relações sociais anteriores em Dublin, como pode ser verificado na Tabela 3), e seis dos quais tinham relações anteriores em Dublin, como apresentamos na Tabela 4. A idade média dos participantes foi de 28 anos, enquanto suas idades variaram de 24 a 32 anos. O tempo médio de permanência na Irlanda foi de 34 meses, e a sua chegada ao país variou de setembro de 2005 a agosto de 2011. O nível de fala em inglês na chegada era de “iniciante” para dois entrevistados, fundamental para nove deles, e pré-intermediário a intermediário para outros dois. Quanto à formação, todas as pessoas entrevistadas afirmaram possuir ensino de terceiro nível. Isto significa que elas provêm de um contexto socioeconômico diferenciado em relação à maioria da população brasileira.

Todas as entrevistas ocorreram entre março e maio de 2012 na cidade de Dublin. Cada entrevista durou trinta minutos, em média, e foi realizada em português, língua materna dos entrevistados. Embora alguns deles soubessem perfeitamente falar em inglês, outros não possuíam o nível de inglês necessário para o fazer. Diante disso, foi mais fácil explicar as intenções deste estudo em português. Cada entrevista foi gravada com o consentimento dos entrevistados, depois transcrita e traduzida para o inglês. Os dados foram transformados em fragmentos por meio de codificação (SANCHEZ-AYALA, 2012) para identificar os temas-chave. A discussão do artigo emerge desses temas. Todos os primeiros nomes utilizados para identificar os entrevistados são pseudônimos, para proteger os seus respectivos anonimatos.

Tabela 3: Perfil demográfico dos entrevistados, sem relações sociais anteriores à sua chegada na Irlanda

Infor- mantes	Sexo	Idade	Estado civil	Data de chegada	Formação educacional	Nível de inglês na chegada	Nível de inglês no momento da entrevista
Danilo	M	26	Solteiro	Agosto/ 2011	Administração	Fundamental	Pré-avançado
Tadeu	M	31	Solteiro	Outubro/ 2006	Comércio Internacional	Fundamental	Avançado
Vando	M	31	Casado	Outubro/ 2008	Licenciatura em português	Intermediário	Avançado
Paulo	M	30	Solteiro	Março/ 2010	Comércio	Fundamental	Pré-avançado
Natália	F	24	Solteiro	Julho/ 2011	Engenharia Ambiental	Fundamental	Pré-avançado
Mariele	F	24	Solteiro	Junho/ 2011	Engenharia Ambiental	Fundamental	intermediário
Karen	F	31	Solteiro	Março/ 2011	Comércio	Fundamental	Pré-avançado

Fonte: Trabalho de campo, entrevistas realizadas pelo autor

Tabela 4: Perfil demográfico dos entrevistados, com relações sociais anteriores à sua chegada na Irlanda.

Entrevista- dos	Sexo	Idade	Estado civil	Data de chegada	Formação educacional	Nível de inglês na chegada	Nível de inglês no momento da entrevista
Tiago	M	24	Solteiro	Junho/ 2011	Engenheiro	Iniciante	Pré-intermediário
Caio	M	32	Solteiro	Abril/ 2010	Turismo	Fundamental	Pré-avançado
João	M	25	Solteiro	Julho/ 2010	Educação Física	Pré-interme- diário	Avançado
Tania	F	32	Casado	Fevereiro/ 2010	Contabilidade	Iniciante	Pré-intermediário
Paula	F	31	Solteiro	Janeiro/ 2008	Fisioterapia	Fundamental	Avançado
Tamara	F	31	Solteiro	Setembro/ 2005	Educação Física	Fundamental	Avançado

Fonte: Trabalho de campo, entrevistas realizadas pelo autor

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 *Ações impulsionadas por valores internalizados*

Vários temas relacionados à introjeção de valores emergiram dos dados, incluindo questões como moradia, doenças, desemprego, problemas financeiros e emocionais, problemas comunitários e apoio a brasileiros recém-chegados. Os temas dessas introjeções de valor não variaram de acordo com o sexo e a idade dos participantes. Havia poucas evidências que apoiassem diferenças entre aqueles com laços sociais anteriores e aqueles sem laços sociais anteriores, ou de acordo com o tempo de permanência na Irlanda.

No caso analisado por nós, os resultados indicaram que os homens eram mais propensos do que as mulheres a ajudar com apoio financeiro. Todos os participantes que afirmaram ter ajudado alguém com apoio financeiro eram do sexo masculino. Alguns dos que ajudaram alguém com apoio financeiro alegaram que a sua boa vontade foi apropriada pelo destinatário no seu interesse. O depoimento de **Tadeu**, solteiro, 31 anos de idade e que migrou para a Irlanda em 2006, ajuda a entender a questão da ajuda financeira, que apareceu nas entrevistas com os participantes:

Tenho um amigo que sempre pedia dinheiro emprestado. Emprestei dinheiro porque tive vergonha de dizer não, mas teve uma desvantagem porque quanto mais eu emprestava dinheiro, mais liberdade ele tinha para me pedir mais dinheiro [...]. Ele terá que renovar a escola em breve [...], mas dessa vez não poderei ajudá-lo com dinheiro, porque gastei minhas economias na faculdade. Eu não sei o que ele fará. (Tadeu)

Da mesma forma, **Tânia**, uma mulher casada, 32 anos de idade, e que migrou para a Irlanda em 2010, para se juntar ao marido, também afirmou que os seus valores internalizados foram apropriados pelos interesses dos seus amigos:

Sou uma pessoa que não consegue ver um amigo em apuros e não faz nada para ajudar. Tenho uma amiga que quando chegou na Irlanda passou por um choque cultural enorme... não conseguiu emprego, teve dificuldade em aprender inglês e fazer amigos, estava muito debilitada [...]. As pessoas se aproximavam dela para tirar vantagem e isso a deixava deprimida e muito carente. Eu e meu marido sentimos muita pena dela, sentíamos a obrigação

de ajudá-la de alguma forma [...]. Na primeira semana ela dormiu na nossa casa, porque não gostava da casa dos alunos organizada pela escola [...] mas com o passar do tempo, sentimos que ela começou a abusar da nossa boa vontade [...]. No final, ela já queria se mudar para nossa casa. Em outras palavras, ela estava abusando da nossa boa vontade. Não foi fácil, mas mostramos para ela que ela teria que andar com as pernas [...]. Houve um momento em que ela não saiu mais da sala e caiu em profunda depressão. Ela teve que voltar para o Brasil... Até o fim ela teve nosso apoio. (Tânia)

No relato, acima, Tania confirma o ponto de vista de Khawaja e Stallman (2011, p. 204) de que os estudantes internacionais enfrentam uma série de problemas de adaptação, tais como choque cultural, isolamento e solidão, saudades de casa e dificuldades de comunicação/linguagem.

Na comparação entre os dois relatos apresentados, ambas as situações demonstram que os “valores internalizados” foram apropriados “por outros como um recurso” em vistas de seus interesses (PORTES, 1998). O primeiro relato expressa a apropriação como recurso financeiro, pois a boa vontade de Tadeu e sua incapacidade de dizer não fizeram dele uma fonte confiável de dinheiro para o amigo: também demonstra o lado negativo das introjeções de valor, os doadores que se tornam vítimas de abusos, e, também, para os destinatários que não se permitem procurar sozinhos soluções para os seus problemas.

O segundo relato indica que o destinatário apropriou-se da boa vontade de Tânia como um recurso emocional que acabou por transformar-se num recurso financeiro. Tânia e seu marido, inicialmente, só estavam dispostos a ajudar a amiga com apoio emocional, pois ela estava deprimida e precisava muito de amigos e familiares. Porém, com o passar dos dias, seus problemas começaram a tomar conta da vida familiar de Tânia. Esta ainda complementou: “Não foi fácil, mas mostramos-lhe que ela teria de andar com as (próprias) pernas.”

Considerando os dois relatos, podemos ver em ambos os casos o lado negativo do capital social através de “reivindicações excessivas sobre os membros do grupo” e “restrições sobre os membros do grupo” no que tange a “liberdade individual” (LEWICKI e BRINSFIELD, 2009, p.277; PORTES, 1998). Graeff (2009, p.143) sustenta que estas “consequências negativas são, em parte, inerentes a laços especiais” entre as pessoas.

Ao analisar as afirmações relacionadas com as introjeções de valor, o capital social pode ser dividido em dois elementos: primeiro, “a própria relação social que permite aos indivíduos, em situação de dificuldade,

reivindicar acesso aos recursos possuídos pelos seus parceiros (amigos, colegas, parentes etc.) e, segundo, a quantidade e qualidade desses recursos” (PORTES, 1998, p. 4). Em ambos os casos apresentados, os amigos acessaram recursos de capital social através do relacionamento com Tadeu e Tânia. No entanto, existem outras complicações. Portes (1998) sustenta que nas trocas mediadas pelo capital social, a distinção entre a motivação dos destinatários e dos doadores é igualmente importante.

O desejo dos beneficiários de obter acesso a ativos valiosos é facilmente compreensível, mas ‘mais complexas são as motivações dos doadores, que são solicitados a disponibilizar seus ativos sem qualquer retorno imediato. Parece que as motivações de Tadeu e Tania para ajudar seus amigos eram baseadas puramente em obrigação moral. No entanto, Portes (1998, p.6) argumenta que tais motivações são pluralistas e merecem análise porque são os processos centrais que o conceito de capital social busca capturar.

Há evidências para apoiar o fato de que transações de introjeções de valor são mais propensas a acontecer no nível familiar do que no nível comunitário, já que a maioria dos entrevistados mencionou situações no âmbito da família, e apenas um quarto as situou no espaço da comunidade. Todas as situações no nível familiar foram mediadas por relacionamentos sociais, pois os doadores conheciam os destinatários. As nossas constatações vão ao encontro da afirmação de Portes (1998), quando este autor indica que os relacionamentos sociais permitem que os indivíduos reivindiquem acesso a recursos possuídos por seus parentes, conhecidos, pessoas mais próximas do seu núcleo de convivência. No âmbito comunitário, um sexto dos entrevistados afirmou não ter nenhum tipo de amizade com os destinatários, embora se sentissem motivados a ajudá-los. Na citação a seguir, **Vando**, um homem casado, 31 anos de idade, que migrou para a Irlanda em 2008, deixa esse ponto claro:

Pela internet, descobri que um casal brasileiro estava passando por sérias dificuldades, principalmente porque estavam ilegais e não podiam trabalhar. Eles tinham um bebê recém-nascido [...]. Todos os brasileiros foram convidados a fazer doações de dinheiro ou coisas materiais, especialmente para o recém-nascido [...]. Então ajudei financeiramente e, também, com materiais para o recém-nascido [...] materiais que realmente seriam usados. (VANDO)

Surpreendentemente, todos os participantes que ajudaram alguém no âmbito comunitário se referiram ao mesmo sucedido. Este foi o caso de **Karen**, uma mulher solteira, 31 anos de idade, que migrou para a Irlanda em 2011. Ela nos disse que,

Recentemente, a comunidade brasileira se organizou para ajudar um casal brasileiro que estava desempregado e com um filho recém-nascido [...]. Senti a obrigação de cooperar de alguma forma [...]. Fiz um evento de caridade e consegui arrecadar uma boa quantia de dinheiro. (KAREN)

Introjeções de valor também surgiram fora da comunidade brasileira. No entanto, o doador reconheceu ter um relacionamento próximo com o beneficiário. Um exemplo semelhante veio de **Paula**, 31 anos de idade, que migrou para a Irlanda em 2008:

Um colega meu do trabalho teve um grande problema e teve que ser hospitalizado por alguns dias, e a conta do hospital era muito cara para uma pessoa que não podia pagar, então trabalhamos nisso como um grupo. Sinto o dever de ajudar essa pessoa, não só eu, mas também os outros colegas de trabalho se juntaram e ajudaram esse amigo a pagar a conta do hospital. (PAULA)

As situações mais frequentemente mencionadas, relacionadas às introjeções de valor, foram problemas de moradia. Todos os participantes se referiram à situação semelhante, a de ter ajudado um amigo sem lugar para ficar. No entanto, as razões para esses problemas de moradia variaram de problemas financeiros, mudança de casa ou retorno ao Brasil, até chegar em Dublin ou ser despejado. Vejamos a história de **Daniilo**, solteiro, 26 anos de idade, que migrou para a Irlanda em 2011:

Um amigo meu do Brasil estava passando por um sério problema financeiro porque havia perdido o emprego. Acabei de falar com meus colegas de apartamento e todos concordaram que ele poderia dormir na sala de estar por duas semanas, enquanto a situação melhorava. (DANILO)

Em ambientes escolares, introjeções de valor também surgiram. Vejamos outro relato do **Daniilo**:

Consegui meu primeiro emprego em Dublin com a ajuda de alunos da minha escola. Eles estavam me dando dicas como, vá a algum lugar porque eles precisam de pessoas... Eles sabiam que eu estava procurando empregos e que meu dinheiro estava curto. (DANILO)

Isso sugere que introjeções de valor também podem aparecer entre pessoas de outros círculos de convivência, em outros ambientes. No caso de Danilo, embora as pessoas não tivessem laços sociais próximos com ele, elas se sentiam impelidas a ajudar porque ele não tinha emprego e seu dinheiro estava acabando.

Entre os participantes que alegaram ter ajudado alguém com um problema de saúde, um quarto deles estava no círculo familiar e um doze avós estava num círculo mais amplo, comunitário. Nossas constatações sugerem que introjeções de valor relacionadas a problemas de saúde eram mais propensas a ocorrer entre os próprios brasileiros do que entre pessoas de outra nacionalidade. Esta situação foi expressa em apenas um relato. A experiência de **Danilo** ilustra bem isso:

Um amigo meu da escola, que era do Japão, ficou muito doente. Em vez de pedir ajuda, ele desapareceu da escola por alguns dias. Fiquei preocupado e fui até a casa dele perto da escola. Levei remédios e, também, o levei para minha casa para comer comida de verdade. (DANILO)

4.2 Ações emergentes de um comportamento orientado para princípios de grupo

Vários temas relacionados com a solidariedade limitada emergiram das entrevistas com os participantes, como problemas de habitação, imigração, acesso bancário, Personal Public Service Number (PPS) e burocracia fiscal, dificuldades de comunicação, vivências comunitárias, questões de emprego e problemas emocionais. Não é surpreendente que a solidariedade limitada tenha aparecido em vários contextos entre os entrevistados, como explica Marger (2001):

Para os imigrantes [...] a força coletivizadora é um conjunto de adversidades partilhadas que normalmente surgem da experiência de imigração: escassez de informação, problemas cotidianos de habitação e transporte, inépcia linguística, dificuldades financeiras, percepções negativas por parte da sociedade anfitriã e discriminação flagrante ou sutil em diversas esferas da vida social e econômica. (MARGER, 2001, p.440)

Entre os participantes, esses temas de solidariedade limitada não variaram por gênero ou idade. No entanto, parece que a solidariedade limitada variou de acordo com a duração da estadia, pois a maioria dos entrevistados argumentou que a solidariedade limitada entre eles era mais

forte quando chegaram a Dublin. As constatações da pesquisa sugerem que isto está relacionado ao seu pouco conhecimento sobre a cidade nos primeiros meses da sua chegada, assim como não tinham laços sociais.

Ademais, tinham baixos níveis de proficiência em inglês, dificuldades para resolver problemas iniciais importantes, como documentação de imigração, acesso à moradia e empregos. Esta constatação confirma a posição de McGrath (2010). Ao tentar explicar o capital social na comunidade e na família entre pais migrantes brasileiros na Irlanda, ele descobriu que “a ausência de competências linguísticas, distância cultural (e a urgência em resolver problemas iniciais importantes) tornam a solidariedade limitada uma importante estratégia de sobrevivência” entre os migrantes. (McGRATH, 2010, p. 151). No entanto, à medida que a vida avançava e seu conhecimento de Dublin aumentava e seu nível de proficiência em inglês melhorava, parece que a solidariedade limitada entre eles diminuía.

McGrath (2010, p.152) sustenta que a solidariedade limitada não deve ser vista como uma consequência da migração puramente entre brasileiros, pois “ela, junto com o parentesco, derivam da importância do parentesco familiar na cultura brasileira, onde membros de grandes famílias extensas fazem parte do tecido cotidiano de apoio”.

Há relatos que fortalecem a constatação de que, entre os participantes, as transações de solidariedade limitada eram mais propensas a acontecer na esfera doméstica do que na comunitária. A maioria dos entrevistados mencionou situações no ambiente doméstico e apenas uma num espaço mais amplo, comunitário. No entanto, a solidariedade limitada era vista como algo muito forte e comum entre os brasileiros em Dublin. O relato de **Paulo** aponta para essa perspectiva.

Essas situações são muito comuns entre os brasileiros. Quando chegam à Irlanda, não dominam a língua inglesa. Eles precisam de apoio para abrir uma conta bancária, se comunicar na escola ou até mesmo para fazer compras. Então isso acontece todos os dias, [...]. Mas às vezes alguns brasileiros ajudam outros brasileiros por vaidade, apenas para dizer que falam inglês e que podem resolver problemas. Mas na maioria das vezes eles ajudam com boas intenções. (PAULO)

Outros relatos sustentam que a solidariedade limitada variava de acordo com os laços sociais e o nível de inglês. Para aqueles com laços sociais anteriores, os problemas iniciais e os problemas do dia a dia foram atenuados. Os comentários de **Caio**, solteiro, 32 anos de idade, imigrante na Irlanda desde 2010, expressam bem esse tema:

Eu tinha uma pessoa na Irlanda – a irmã da minha namorada – que me ajudou muito. Ela me orientou em todos os passos, desde a imigração até pequenos problemas [...]. Depois de organizar meu visto, comecei a correr atrás dos meus interesses na Irlanda [...] da mesma forma que já ajudei várias pessoas na escola, pessoas que eu não conhecia, dando dicas de como tirar o visto, o número do PPS etc. (CAIO)

Da mesma forma, **Tânia** era dependente do marido. Ela nos diz:

Por causa da minha pouca experiência com a língua inglesa [...] foi ele quem me levou para a imigração, banco e PPS. Mesmo no meu primeiro emprego, ele disse ao meu supervisor para ter paciência comigo porque eu não falava a língua muito bem. (TÂNIA)

Ao comparar as declarações de Caio e Tania, é possível confirmar o que McGrath (2010, p. 152) encontrou entre os brasileiros em Gort. Ele descobriu que para aqueles que seguem os passos dos outros, os custos de negociação de um lugar para morar e a estruturação geral do imóvel foram reduzidos (ibid., p.152).

No entanto, como Portes e Sensenbrenner (1993, p. 1325) apontam, a solidariedade limitada “não surge das introjeções de valores estabelecidos ou de trocas de reciprocidade individuais, mas da reação situacional de uma classe de pessoas (ou grupo) diante de adversidades comuns”.

As descobertas do presente estudo reforçam o ponto de vista de Portes e Sensenbrenner (1993) em relação às trocas de reciprocidade, porque os doadores — neste caso, cunhada e marido — não esperavam retribuição em nome dos destinatários. Por outro lado, as nossas constatações não apoiam o primeiro ponto de Portes e Sensenbrenner (1993), pois as ações dos dois doadores foram motivadas também por introjeções de valores estabelecidos. Em ambos os casos, eles mantêm laços familiares.

Entre aqueles sem laços sociais anteriores e com baixos níveis de inglês, dois temas emergiram. Para aqueles que abordaram os problemas iniciais e cotidianos da vida por si mesmos, inicialmente não havia solidariedade limitada. Mas para aqueles que se agruparam com outras pessoas em diferentes cenários “enfrentando adversidades comuns” para resolver seus problemas iniciais, fortes laços de solidariedade limitada surgiram entre eles (PORTES; SENSENBRENNER, 1993). Isso pode ser visto nas histórias de Mariele e Vando. Na citação a seguir, **Mariele**, solteira, 24 anos idade, que se mudou para a Irlanda em 2011, explica que ela tem que resolver todos os problemas sozinha:

Para ser honesta, eu não conhecia ninguém na Irlanda. Eu vim por meio de uma agência de viagens de intercâmbio. Não foi fácil porque eu tive que resolver todos os problemas sozinha, como visto, banco e PPS. Essa não foi uma tarefa fácil porque eu não falava inglês. De qualquer forma, acabei me perdendo no centro da cidade de Dublin. Mas no final, tudo deu certo. Mas foram meus novos colegas de classe que me ajudaram a encontrar uma casa e um emprego também. (MARIELE)

Por outro lado, o relato de Vando revela o caso de uma pessoa que teve a ajuda de outros estudantes brasileiros em uma situação semelhante:

Lembro-me de uma situação que aconteceu no início da minha história na Irlanda. Encontrei outros brasileiros na minha escola e decidimos morar juntos aqui na Irlanda. Tínhamos apenas duas semanas com uma família anfitriã e precisávamos conseguir uma casa em breve. Descobrimos que a escola tinha um grupo de pessoas que estavam dispostas a alugar uma casa. Alugamos essa casa e estávamos todos morando juntos. Eles consideraram meu nível de inglês melhor do que o deles. Nesse sentido, no início, eu tinha que resolver todos os problemas. Mas com a melhoria do nível do inglês deles, eles aprenderam a se manter de pé. (VANDO)

Para brasileiros sem laços sociais anteriores e com baixos níveis de proficiência em inglês, a solidariedade limitada no ambiente escolar era forte e vital. O entrevistado Vando apontou que ele não só ajudou brasileiros, com nível mais inferior de proficiência em inglês, a resolver problemas de moradia, mas, também, contribuiu com seu capital linguístico para ajudar a resolver problemas menores, como atender chamadas para entrevistas de emprego etc.

No entanto, como Vando afirmou, o nível deles de proficiência em inglês melhorou e eles se tornaram mais independentes. Foi o caso oposto com Mariele, pois mesmo com um baixo nível de proficiência em inglês, ela resolveu todos os problemas iniciais sozinha. No entanto, foi por meio do vínculo social que ela encontrou seu primeiro emprego e acomodação permanente. O capital linguístico desempenhou um papel importante em ambos os casos. No primeiro, foi apropriado por outros em suas atividades, enquanto no segundo, sua falta influenciou negativamente a maneira como os problemas foram abordados. Como a experiência de Mariele demonstra: “Não foi uma tarefa fácil porque eu não falava inglês. De qualquer forma, acabei me perdendo no centro da cidade de Dublin.” (MARIELE)

As descobertas do estudo, relacionadas ao capital linguístico e à solidariedade limitada entre os participantes, confirmam as descobertas de McGrath (2010) sobre a migração laboral brasileira em Gort. Ele concluiu que as experiências de acomodação e adaptação dos “migrantes” na vida familiar, profissional e comunitária são influenciadas significativamente” não apenas pelo capital social, mas também pelo capital cultural (ibid., p. 148). No entanto, este estudo descobriu que entre os participantes, a ligação entre solidariedade limitada e capital linguístico teve um impacto negativo em suas experiências de adaptação. Novamente, esta descoberta corrobora o que McGrath descobriu entre os brasileiros em Gort:

Dada a importância do capital linguístico e da comunicação como um meio de obter o melhor das fontes de capital social, uma situação paradoxal para muitos migrantes é o fato de que sua inserção em redes sociais impede ainda mais a oportunidade de desenvolver suas habilidades linguísticas. (McGRATH, 2010, p.154)

No geral, a solidariedade limitada foi mais forte no âmbito familiar do que no comunitário. Uma possível explicação seria o aumento da população brasileira na Irlanda e de estudantes entre essa população. De acordo com o Censo Irlandês de 2011 e 2016, a população brasileira era de 8.704 e 13.640, respectivamente. Destes, os estudantes representavam 26,07% (2.270), depois 30,84% (4.207). Além disso, desde 2006, a população brasileira mais que triplicou de tamanho. Também houve uma superconcentração de cidadãos brasileiros em Dublin - o local de pesquisa deste estudo - em comparação com outras regiões da Irlanda.

Os dados mais recentes do CSO (Censo Irlandês) mostram que 72% do total da população brasileira vivia em cidades e subúrbios. Destes, 65,27% viviam no Condado de Dublin, ou seja, South Dublin, Fingal e Dun Laoghaire (CSO, 2016c). Isso representa a maior concentração de todas as nacionalidades perfiladas. McGrath (2010) encontrou resultados semelhantes entre os brasileiros que vivem em Gort. As pessoas entrevistadas por ele alegaram que a chegada de mais compatriotas ao longo do tempo havia corroído o senso inicial de obrigação para com os outros, onde as pessoas se conheciam mais pessoalmente e se envolviam umas com as outras com mais frequência (ibid.: 159). O aumento populacional pode afetar não apenas a solidariedade limitada entre migrantes, como discutido acima, mas também pode corroer transações de reciprocidade, como a troca de informações, favores e aprovação.

4.3 Transações em que favores, informações e aprovação foram dados e recebidos

Diversas situações caracterizadas como transações de reciprocidade emergiram das informações coletadas durante as entrevistas. As situações estavam relacionadas à informação, ao favor e à aprovação. As transações relativas às informações variaram, incluindo informações sobre empregos, moradia, lojas e restaurantes brasileiros; serviços de transferência de dinheiro, escolas, lazer, destinos de férias; imigração, bancos, PPS e repartições fiscais. Os favores variaram, incluindo encaminhamento para empregos, distribuição de currículos, empréstimo de dinheiro, acomodação, ajuda com problemas de idioma, levar amigos para escritórios de imigração, bancos, PPS e repartições fiscais.

A aprovação foi o tipo de transação de reciprocidade menos mencionado, incluindo encaminhamento para empregos e para compartilhamento de moradia. As situações mais citadas relacionadas às transações de reciprocidade para ambos os grupos foram: informação e encaminhamento para empregos, imigração, banco e PPS e burocracia fiscal. Não é surpreendente que as transações de reciprocidade tenham aparecido em vários contextos entre os entrevistados da pesquisa. Portes (1998) afirma que, entre comunidades migrantes, isto se refere a qualquer informação, favor ou aprovação dada ou recebida sem nenhuma expectativa de retribuição por parte do beneficiário. Nessas várias situações, a compensação ao doador pode vir diretamente do grupo na forma de status, honra ou aprovação.

Embora estas transações de reciprocidade não variem consoante o gênero e a idade, há elementos que apontam para diferenças baseadas em laços sociais, nível de proficiência em inglês e duração da estadia na imigração. Para os imigrantes que tinham laços sociais anteriores, era mais fácil do que para os que não tinham acesso às informações gerais importantes, aos favores e à aprovação, pelo menos no início da sua vida em Dublin. No entanto, esta vantagem inicial mudou à medida que aqueles sem laços sociais anteriores começaram a construir as suas próprias redes. Isso pode ser percebido no relato do participante **Danilo**:

Meu primeiro emprego na Irlanda foi como porteiro de cozinha, mas o salário era pequeno e as condições de trabalho eram horríveis... Nunca deixei de procurar uma oportunidade melhor. Depois de um tempo consegui outro emprego...naquela época um amigo meu estava procurando emprego. Conversei com meu ex-patrão sobre ele e marcamos uma reunião. Através da minha indicação, meu amigo conseguiu o emprego. (DANILO)

Uma situação semelhante foi relatada por **Paulo**, 30 anos de idade, que demonstrou a importância dos laços sociais no encaminhamento de oportunidades de emprego:

Meu segundo emprego na Irlanda foi recomendado por um colega de classe. Ele me indicou a empresa que ele trabalhava [...] meu trabalho atual também foi por recomendação do irmão do meu melhor amigo. Todos os meus trabalhos foram através de recomendações de amigos. Essas recomendações foram atitudes positivas dessas pessoas. Claro que quando você consegue um emprego por recomendação, você tem que ter muito cuidado com as expectativas, e, também, manter determinado comportamento, porque é o nome da pessoa que te indicou que está em jogo. No fundo não acho legal, prefiro entrar de forma independente nessas vagas porque quando as pessoas te sugerem, às vezes, você tem que seguir duas regras: a regra da empresa e, também, as regras de quem te indicou. (PAULO)

Os dois relatos ilustram que os laços sociais têm um aspecto positivo. Para os alunos imersos em redes, foi mais fácil acessar ativos importantes, como informações para empregos. Este ponto confirma a definição de capital social de Bourdieu: 'O agregado dos recursos reais ou potenciais que estão ligados às posses de uma rede durável de relações mais ou menos institucionalizadas, no entanto, não são um dado natural, devem ser construídas.' através de estratégias de investimento orientadas para a institucionalização das relações de grupo, utilizáveis como fonte confiável de outros benefícios (BOURDIEU, 1985, p.248). Isto reflete o que os entrevistados deste estudo tiveram que passar; ou seja, tiveram de construir relações sociais para obter ou aceder a recursos de capital social em Dublin.

Por outro lado, os dois relatos também ilustram o aspecto negativo da solidariedade limitada, uma vez que aqueles que foram encaminhados para empregos, mediante recomendação, sentiram que tinham de se comportar de determinadas maneiras para preservar a reputação de quem os recomendou. O desejo de não decepcionar foi resumido por **Paulo** na citação abaixo:

Nunca tive muitos problemas em indicar meus amigos em meus locais de trabalho. No entanto, evitei indicar meus amigos no passado. A principal razão é porque sou gay e a maioria dos meus amigos também é gay. Tenho dois empregos e às vezes meus amigos me pedem para sugeri-los. Para um dos meus trabalhos, não vejo

nenhum problema em indicá-los porque é um ambiente favorável aos gays. Porém, no meu segundo emprego, não os sugiro porque é um ambiente muito pesado para gays. Não quero que essa pessoa se machuque, e, também, é um trabalho muito difícil, ela pode não estar à altura e acabar mexendo com a minha reputação. E nesse sentido eu não teria mais condições de indicar pessoas. Por isso sempre analiso o tipo de pessoa e ambiente de trabalho antes de fazer uma indicação. (PAULO)

O desejo de aprovação surgiu não só em relação às indicações de emprego, mas também no compartilhamento de casa. A maioria dos participantes mencionou situações em que eles ou os seus amigos foram rejeitados para compartilhar a casa. Alguns deles mencionaram ter visto anúncios no *Daft* para compartilhamento de casa, afirmando “nenhum brasileiro precisa se inscrever”, “nenhum estudante precisa se inscrever” ou “apenas pessoas com inglês fluente, por favor”. Isso levanta a questão da integração/aceitação de brasileiros, estudantes, ou mesmo qualquer estudante estrangeiro que não fale inglês, na sociedade irlandesa.

Sheringham (2009) descobriu que a maioria dos entrevistados não tinha amigos irlandeses com quem socializassem, mas tinham muitos conhecidos através do trabalho ou de atividades do dia a dia. Alesina e La Ferrara (2000) argumentam que comunidades mais homogêneas apresentam maior nível de interação, levando a formação de mais capital social. Neste sentido, a heterogeneidade pode ser um problema para os imigrantes no que diz respeito ao desenvolvimento ou intercâmbio destes recursos. Finalmente, Putnam (2007) sugere que as pessoas que vivem em locais etnicamente diversos parecem gerar isolamento social e anonimato. No entanto, este estudo não investigou exatamente quem se recusava a compartilhar acomodação com cidadãos brasileiros.

A maioria dos entrevistados mencionou situações ao nível do agregado familiar. Eles conheciam o destinatário da informação, do favor ou da recomendação. A este respeito, entre os participantes, as transações de reciprocidade eram mais prováveis de acontecer ao nível do agregado familiar do que ao nível da comunidade. Por outro lado, as transações de reciprocidade também apareceram entre estranhos ao nível do agregado familiar. Na citação a seguir, **Tadeu** mostra esse ponto:

Na semana passada, dois coreanos, recém-chegados a Dublin, mudaram-se para minha casa e precisavam obter o PPS. Eu não apenas lhes disse o que deveriam fazer,

mas também fui com eles. Tenho outros exemplos. Já fiz favores para amigos buscarem pessoas no aeroporto, e, também, informações para amigos como ir a hospitais também. (TADEU)

Alguns entrevistados também mencionaram ter ajudado pessoas de fora do seu círculo de convivência, que não conheciam, com informações e favores, especialmente em ambientes escolares. O relato de **Caio** destaca esse tema:

Da mesma forma, fui ajudado na Irlanda com informações ou favores de amigos, já ajudei diversas pessoas na escola, pessoas que não conheço, dando dicas de como conseguir o visto, o número do PPS etc. (CAIO)

Quando foi perguntado aos participantes quem mais os ajudou nas transações de reciprocidade, ou seja, brasileiros ou pessoas de outras nacionalidades, a maioria afirmou que a ajuda veio mais de brasileiros. Não é surpreendente que as transações de reciprocidade tenham sido fortes entre os participantes se considerarmos que a imigração tem um impacto extremamente perturbador que requer um apoio social particular para os imigrantes à medida que tentam adaptar-se e ajustar-se a novos contextos sociais (HERNANDEZ-PLAZA et al., 2006). A troca de informações, favores e aprovação entre os entrevistados mostrou-se fundamental no seu processo de adaptação na Irlanda e negociação de capital social.

4.4 Situações em que desejos pessoais estavam subordinados às expectativas coletivas

A maioria dos entrevistados afirmou ter vivenciado situações em que subordinou seus desejos ou vontades em favor das expectativas do grupo. A maior parte das situações mencionadas ocorreu envolvendo o agregado familiar. Foram situações relacionadas, principalmente, com problemas de compartilhamento de moradia. As questões dessa situação variaram, incluindo limpeza da casa, compartilhamento de alimentos, culinária, uso de banheiros, compartilhamento de energia, internet e contas de TV. A confiança obrigatória era mais forte entre aqueles que partilhavam casas com muitas pessoas. O relato de **Danilo**, abaixo, demonstra isso:

Quando comecei a morar na minha primeira casa, meus colegas de apartamento decidiram colocar TV a cabo e internet mesmo eu discordando. Acabei sucumbindo porque foi uma decisão conjunta. Não gosto de TV,

nem no Brasil, mas não tenho escolha e pago a conta. Hoje não tenho esse problema porque moro com minha namorada no nosso apartamento. É claro que às vezes entramos em conflito, mas isso não é nada comparado com os problemas que enfrentei quando convivi com outras pessoas. Por exemplo, antes de comprar este apartamento, eu morava com italianos. Tive muitos problemas com festas. Eles costumavam trazer seus amigos para nossa casa o tempo todo. Eu não pude dormir. [...]. Tive que me adaptar àquela casa e situação, mesmo não gostando das festas e da bagunça. Mas na primeira oportunidade aluguei meu apartamento. (DANILO)

Outro relato, o de **Tiago**, solteiro, 24 anos de idade, expressa uma experiência semelhante à de Danilo:

Aqui na Irlanda, quando você mora com outras pessoas, você tem que seguir as regras. Por exemplo, na minha primeira casa estipularam a regra de tomar banho apenas à noite. Gosto de tomar banho de manhã, mas tive que me adaptar a essa regra. Minha namorada e eu tivemos problemas em nossa primeira casa com relação à limpeza da casa. Na nossa semana a gente limpava muito bem a casa, mas quando chegava a vez dos outros colegas de apartamento eles não limpavam e quando faziam era mal feito. (TIAGO)

Nestes dois relatos, os desejos pessoais de ambos os entrevistados estavam subordinados às expectativas do grupo, ou seja, dos colegas de casa. Apesar de não gostarem das regras ou do comportamento dos colegas de apartamento, acabaram cumprindo. As conclusões confirmam os argumentos de McGrath (2010, p.150) de que “a confiança obrigatória ocorre quando os indivíduos cumprem as expectativas do grupo para que possam beneficiar de uma boa reputação” e que manter uma boa reputação é importante para manter normas mais amplas e obter quaisquer benefícios como resultado.

A análise mostra que eles cumpriram os desejos dos seus colegas de apartamento de manterem uma boa reputação e normas mais amplas apenas dentro de casa, porque não obtiveram qualquer benefício, como McGrath (2010) argumentou acima. Pelo contrário, todos tiveram de se mudar após alguns meses de compartilhamento de casa. Isto demonstra o lado negativo da confiança obrigatória, pois, embora cumprissem as expectativas do grupo, não conseguiram suportar o stress e acabaram por ter de se mudar.

Nossas constatações indicam que a confiança obrigatória está intimamente relacionada às necessidades pessoais. Eles obedeceram porque não tinham escolha. Porém, com o passar do tempo, e eles se tornando mais confiantes e independentes, puderam se posicionar contra as regras. Esse ponto é bem descrito por **Paulo**:

Estas situações são bastante comuns porque quando chegamos a Irlanda tudo era diferente. Como resultado, precisávamos de alguém com quem pudéssemos fazer política. Mas depois de um período aqui, conseguimos um pouco mais de poder e independência. Hoje divido uma casa de dois quartos com apenas uma pessoa. Eu tenho meu quarto. [...]. Morando em casa coletiva tudo fica mais difícil de negociar. Veja, por exemplo, a internet e a TV a cabo. Se duas pessoas querem e as outras não usam, no final das contas todos acabam pagando porque o coletivo decidiu. É muito mais difícil negociar sua posição quando você está em um grupo grande de pessoas. Então, quando chegamos na Irlanda, sempre passamos por isso, pessoas atendendo aos desejos dos outros ou do grupo. (PAULO)

Quando questionados sobre se era mais fácil fazer amizade com brasileiros ou com pessoas de outras nacionalidades, a maioria respondeu “com brasileiros”, principalmente por causa do capital linguístico e das semelhanças culturais. Entre os participantes, as situações de confiança obrigatória não variaram por sexo e idade. Não houve constatação de diferenças entre aqueles com vínculos sociais anteriores e aqueles sem vínculos sociais anteriores. No entanto, houve constatação de diferenças de acordo com o tempo de permanência na Irlanda. Já para aqueles que moravam em quarto ou apartamento, havia menos subordinação dos desejos pessoais, como demonstra a fala de Paulo, acima citado.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo procurou explorar o desenvolvimento e as práticas de capital social entre estudantes de língua brasileira em Dublin, Irlanda. As nossas interpretações basearam-se nas fontes de capital social de Portes e Sensenbrenner (1993); introjeções de valor, solidariedade limitada, transações de reciprocidade e confiança obrigatória. No entanto, eles também constituem uma contribuição original para os estudos neste campo, concentrando-se nos estudos de caso, frequentemente escassos, de imigrantes brasileiros na Irlanda.

Vários temas emergiram dos dados relacionados às introjeções de valor. A análise mostrou que essas introjeções de valores não variavam de acordo com o sexo e a idade, nem havia constatações que informassem diferenças entre imigrantes brasileiros com ou sem laços sociais anteriores, ou em relação aos diferentes períodos de permanência na Irlanda. Contudo, as informações levantadas sugerem a hipótese de que as introjeções de valor são mais prováveis de acontecer no ambiente do grupo familiar do que no ambiente mais amplo do grupo comunitário. As situações no nível domiciliar eram intermediadas pelas relações sociais, pois os doadores, colaboradores conheciam os beneficiários.

No que tange às questões inerentes à solidariedade limitada, a análise demonstrou que não variaram por gênero e idade. No entanto, variaram de acordo com a duração da estadia, e a solidariedade limitada parece mais provável de acontecer no âmbito do grupo familiar do que no ambiente mais amplo da comunidade. Há, também, constatações que sugerem que a solidariedade limitada varia de acordo com os laços sociais e o nível de proficiência em inglês. Para os imigrantes com vínculos sociais anteriores, os problemas iniciais e os problemas do dia a dia foram atenuados. Entre aqueles sem vínculos sociais anteriores e com baixos níveis de proficiência em inglês, surgiram duas situações ou dois grupos: os que resolveram eles próprios os problemas iniciais e do dia a dia, e aqueles que se reuniram com outros em ambientes diferentes, mas confrontados com adversidades comuns, para resolver seus problemas iniciais. A solidariedade limitada nos ambientes escolares para os brasileiros sem vínculos sociais anteriores e com baixos níveis de proficiência em inglês era forte e vital. No geral, a solidariedade limitada foi mais forte no âmbito do grupo familiar do que no âmbito da comunidade entre os participantes.

Em relação às transações de reciprocidade, surgiram diversas situações relacionadas a informações, favores e aprovação. Essas transações de reciprocidade não variaram de acordo com o sexo e a idade. No entanto, havia constatações que apoiavam diferenças entre laços sociais, nível de proficiência em inglês e tempo de permanência na imigração. Para os que tinham laços sociais anteriores, era mais fácil do que para aqueles que não tinham acesso a informações gerais importantes, favores e aprovação, pelo menos na sua chegada a Dublin. O sentimento de aprovação emergiu não só em situações relacionadas com a indicação de emprego, mas, também, relacionadas ao compartilhamento moradia/casa. As transações de reciprocidade eram mais prováveis de acontecer no âmbito do grupo familiar do que no âmbito da comunidade.

No que diz respeito à confiança obrigatória, a maioria dos entrevistados afirmou ter vivenciado situações em que subordinou seus desejos ou vontades às expectativas do grupo. As situações mencionadas situaram-se no

âmbito do grupo familiar, sobretudo relacionadas com o compartilhamento da casa. As situações variaram, desde limpeza da casa, compartilhamento de alimentos, culinária, uso de banheiros e compartilhamento de energia até contas de internet e TV. A confiança obrigatória foi mais forte entre os que partilhavam casas com muitas pessoas, mas não variou consoante o gênero e a idade. Não houve constatações de diferenças entre aqueles com ou sem vínculos sociais anteriores, ou diferentes períodos de permanência na Irlanda.

Além disso, a análise sugere que o apoio necessário para o desenvolvimento e práticas de recursos de capital social entre a maioria dos estudantes brasileiros em Dublin vêm, principalmente, de relações não familiares e da própria comunidade brasileira, uma vez que muitos migraram sozinhos. Contudo, não se pode ignorar que uma minoria recorre ao apoio de familiares que já vivem na Irlanda.

NOTA

¹ Na Irlanda, o PPS é um documento de identificação pessoal. É um documento equivalente ao Cadastro de Pessoa Física (CPF) no Brasil. (Nota do tradutor/editor)

AGRADECIMENTO

Agradeço ao Professor Daniel Faas (Trinity College Dublin), meu supervisor principal, por seu apoio, incentivo e orientação durante todo o meu programa de mestrado em Raça, Etnia e Conflito, no qual este artigo se baseia. Por fim, devo um agradecimento muito especial aos participantes brasileiros que compartilharam comigo suas experiências de migração.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALESINA, A.; LA FERRARA, E. Participation in Heterogeneous Communities. **The Quarterly Journal of Economics**, 2000, 115/3, pp. 847-904.
- BOURDIEU, P. The Forms of Capital. In: RICHARDSON, J.G. (eds.). **The Handbook of Theory and Research for the Sociology of Education**. Greenwood: New York. Pp. 15-29, 1985.
- CAWLEY, M. Labour and education-related migration in the age of globalisation: new links between Brazil and Ireland. **Espaço Aberto**, 2018, 8(2), pp.37-56.
- CHEONG, P. H. Communication Contexts, Social Cohesion and Social Capital Building among Hispanic Immigrants' Families. **Community, Work & Family**, 2006, 9/3, pp. 367-387.

- CSO [CENTRAL STATISTICS OFFICE]. **Census 2002**. Available online at <https://www.cso.ie/en/census/2002censusreports/>.
- CSO [CENTRAL STATISTICS OFFICE]. **Census 2006**. Available online at <https://www.cso.ie/en/census/census2006reports/>.
- CSO [CENTRAL STATISTICS OFFICE]. **Census 2011**. Available online at <https://www.cso.ie/en/census/census2011reports/>.
- CSO [Central Statistics Office]. **Census 2016a**. Available online at <https://www.cso.ie/en/census/census2016reports/>.
- CSO [CENTRAL STATISTICS OFFICE]. **Census 2016 – Non-Irish Nationalities Living in Ireland-Chapter: Brazilian, 2016b**. Available at <https://www.cso.ie/en/releasesandpublications/ep/p-cpnin/cpnin/brazilian/>
- CSO [CENTRAL STATISTICS OFFICE]. **Census 2016 – Non-Irish Nationalities Living in Ireland – Chapter: Brazilian, 2016c**. Available at <https://www.cso.ie/en/releasesandpublications/ep/p-cpnin/cpnin/brazilian/>.
- DALSIN, K. **Why Did You Move to Ireland? Migration of Rich Immigrants**. Palgrave Macmillan: New York. Pp. 163-178, 2016.
- DE FARIAS, N. A. **Negotiating Social Capital: An Analysis of the Experiences of Brazilian Language Students in Dublin** (MPhil Dissertation, Trinity College Dublin, School of Social Sciences and Philosophy). 2012. Available online at DOI: <https://tcd.academia.edu/NiveltonAlvesdeFarias>
- DE HAAS, H. The Internal Dynamics of Migration Processes: A Theoretical Inquiry. **Journal of Ethnic and Migration Studies**, 2010, 36 (10), pp.1587-1617.
- GARIP, F. Social Capital and Migration: How Do Similar Resources Lead to Divergent Outcomes? **Demography**, 2008, 45/3, pp. 591-617.
- GILMARTIN, M.; ROJAS COPPARI, P.; PHELAN, D. **International Student Migration to Ireland**. Working paper. NIRSA - National Institute for Regional and Spatial Analysis, Maynooth University. 2016.
- GRAEFF, P. Social Capital: The Dark Side. In. CASTIGLIONE, D.; DETH, J. W.; GUGLIELMO. **The Handbook of Social Capital**. Oxford University Press: Oxford. Pp.143-161. 2009.
- HEALY, C. Carnival do Galway: the Brazilian Community in Gort, 1999-2006, **Irish Migration Studies in Latin America**, 2006, 4 (3), pp.150-153.
- HERNANDEZ-PLAZA, S.; ALONSO-MORILLEJO, E.; POZO-MUNOZ, C. Social Support Interventions in Migrant Populations. **British Journal of Social Work**, 2006, 36, pp. 1151-1169.

- INTERNATIONAL ORGANIZATION FOR MIGRATION [IOM]. **Research Report:** Assessment of Brazilian migration patterns and assisted voluntary return programme from selected European member states to Brazil. 2009. Available at http://ibz.be/download/newsletter/English_Brazil_Research_report.pdf.
- KHAWAJA, N. G.; STALLMAN, H. M. Understanding the Coping Strategies of International Students: A Qualitative Approach. **Australia Journal of Guidance & Counselling**, 2011, 21/2, pp. 203-224.
- LEAL F. C. **Cross-Cultural Adaptation:** A Case Study of Brazilians Working in the Meat-Processing Sector in Ireland. Unpublished MA Thesis. Dublin City University: Dublin, Ireland. 2004.
- LEWICKI, R. J.; BRINSFIELD, C. T. Trust, Distrust and Building Social Capital, In: BARTKUS, Viva Ona and Davis James H. (eds.) **Social Capital: Reaching Out, Reaching** Edward Elgar Publishing Ltd: Cheltenham. Pp. 275-303. 2009.
- MAHER, G. A Transnational Migrant Circuit: Remittances from Ireland to Brazil. **Irish Geography**, 2010, 43 (2), pp.177-199.
- MAHER, G. Transnational Religions: The Brazilians in Ireland. **Irish Migration Studies in Latin America**, 2011, 7 (4).
- MAHER, G.; CAWLEY, M. Social Networks and Labour Market Access Among Brazilian Migrants in Ireland. **Journal of Ethnic and Migration Studies**, 2015, 41 (14), pp. 2336-2356.
- MARGER, M. N. The Use of Social and Human Capital among Canadian Business Immigrants. **Journal of Ethnic and Migration Studies**, 2001, 27/3, pp. 439-453.
- MARROW, H. B. In Ireland 'Latin Americans Are Kind of Cool: Evaluating a National Context of Reception with a Transnational Lens'. **Ethnicities**, 2012, 13 (5), pp. 645-666.
- MCGRATH, B.; MURRAY, F. Brazilian migrants in Ireland: emergent themes from research and practice on the significance of social networks and social capital. **Translocations: Migration and Social Change**, 2009, 5(1), pp.1-20.
- McGRATH, B. Social Capital in Community, Family and Work Lives of Brazilian Migrant Parents in Ireland. **Community, Work & Family**, 2010, 13/2, pp. 147-165.
- McGRATH, B.; MURRAY, F. Brazilian Migrant Social Networks and Social Capital, In: FANNING, B.; MUNCK, R. (eds.) **Globalization, Migration and Social Transformation: Ireland in Europe and the World**. Ashgate Publishing Limited: Farnham. Pp. 183-192. 2011.

- McKEOWN, A. Travelling Tales: Stories of a Yellow Town and the Brazilians in Gort. **Irish Migration Studies in Latin America**, 2015, 8 (4), pp. 85-97.
- PAN, D. Student Visas, Undocumented Labour, and the Boundaries of Legality: Chinese Migration and English as a Foreign Language Education in the Republic of Ireland. **Social Anthropology**, 2011, 19 (3), pp.268-287.
- PORTES, A.; SENSENBRENNER, J. Embeddedness and Immigration: Notes on the Social Determinants of Economic Action. **American Journal of Sociology**, 1993, 98/6, pp. 1320-1350.
- PORTES, A. Social Capital: Its Origins and Applications in Modern Sociology. **Annual Review of Sociology**, 1998, 24, pp. 1-24.
- PUTNAM, R. D. E Pluribus Unum: Diversity and Community in the Twenty-First Century. **Scandinavian Political Studies**, 2007, 30/2, pp. 137-74.
- REYNOLDS, T. Caribbean Families, Social Capital and Young People's Diasporic Identities. **Ethnic and Racial Studies**, 2006, 29 (6), pp.1087-1103.
- SANCHEZ-AYALA, L. Interviewing Techniques for Migrant Minority Groups'. In. VARGAS-SILVA, C. (ed.). **Handbook of Research Methods in Migration**. Edward Elgar Press: Cheltenham. pp. 117-136. 2012.
- SHERINGHAM, O. Ethnic Identity and Integration Among Brazilian in Gort, Ireland. **Irish Migration Studies in Latin America**, 2009, 7/1, pp. 93-104.
- SHERINGHAM, O. A Transnational Space? Transnational Practices, Place-Based Identity and the Making of 'Home' Among Brazilians in Gort, Ireland. **Portuguese Studies**, 2010, 26 (1), pp. 60-78.
- SHERINGHAM, O. **Transnational Religious Space: Faith and the Brazilian Migration Experience**. Palgrave Macmillan: Basingstoke. 2013.
- WANG, Y. Y.; KING-O'RIAIN, R. **Chinese students in Ireland**. Department of Sociology, National University of Ireland, Maynooth for the National Consultative Committee on Racism and Interculturalism (NCCRI)'s Community Profiles Series Project commissioned and funded by the National Consultative Committee on Racism and Interculturalism (NCCRI). 2006.
- YIN, R.K. **Case study research: Design and methods** (Vol. 5). Sage. 2009.
- ZADEH, B. S.; AHMAD, N. Social Capital and Migrant. **European Journal of Social Sciences**, 2009, 10/4, pp. 641-648.

RESUMO

O artigo explora o desenvolvimento e as práticas de recursos de capital social entre estudantes brasileiros em Dublin, usando o conceito de capital social como estrutura de análise. O artigo baseia-se no quadro teórico do capital social desenvolvido por Portes e Sensenbrenner (1993), que ajuda a explicar quatro fontes de capital social, nomeadamente: introjeções de valor, solidariedade limitada, transações de reciprocidade e confiança executória. As evidências apresentadas a seguir emergem de treze entrevistas semiestruturadas realizadas com estudantes brasileiros residentes em Dublin. Este estudo qualitativo utilizou uma metodologia de estudo de caso (YIN, 2009). Vários temas relacionados com introjeções de valor, solidariedade limitada, transações de reciprocidade e confiança obrigatória emergiram dos dados. Estes temas não variaram por gênero ou idade, no entanto, eram mais prováveis de ocorrer ao nível do agregado familiar do que ao nível da comunidade. As transações de reciprocidade e a solidariedade limitada variaram de acordo com os laços sociais, o nível de inglês e o tempo de permanência. No entanto, havia poucas evidências para apoiar a ideia de que as introjeções de valor e a confiança aplicável variavam de acordo com os laços sociais ou o tempo de permanência. Este artigo oferece contribuições empíricas e teóricas originais para o campo dos estudos de capital social no contexto da migração internacional de estudantes.

Palavras-chave: Migração Estudantil Brasileira; Irlanda; Recursos de Capital Social; Transações de Reciprocidade; Confiança Executável

ABSTRACT

The paper explores the development and practices of social capital resources among Brazilian students in Dublin, using the concept of social capital as a framework for analysis. The paper draws on the social capital framework developed by Portes and Sensenbrenner (1993), which helps explain four social capital sources, namely: value introjections, bounded solidarity, reciprocity transactions, and enforceable trust. The evidence presented below emerges from thirteen semi-structured interviews conducted with Brazilian students living in Dublin. This qualitative study used a case study methodology (YIN, 2009). Several themes related to value introjections, bounded solidarity, reciprocity transactions, and enforceable trust emerged from the data. These themes did not vary by gender or age, however, they were more likely to occur at the household level than the community level. Reciprocity transactions and bounded solidarity varied according to social ties, level of English, and length of stay. However, there was little evidence to support the idea that value introjections and enforceable trust varied by social ties or length of stay. This article offers both original empirical and theoretical contributions to the field of social capital studies in the context of international student migration.

Keywords: Brazilian Student Migration; Ireland; Social Capital Resources; Reciprocity Transactions; Enforceable Trust.

Adaptação cultural: revisão sistemática de estudos desenvolvidos sobre o Brasil sob a perspectiva de John W. Berry

Cultural Adaptation: A Systematic Review of Studies Conducted in Brazil from the Theoretical Perspective of John W. Berry

*Tiago de Oliveira Ferreira**
*João Gabriel Modesto***

1 INTRODUÇÃO

A migração é um fenômeno investigado por diferentes áreas do conhecimento. Dentre possíveis recortes de investigação, é comum a análise sobre como os migrantes se envolvem com seu novo ambiente social e cultural, tendo em vista que a migração é um processo diversificado e complexo, envolvendo diferentes padrões, estratégias e arranjos (Ward *et al.* 2001; Titzmann; Fuligni, 2015). Nesse campo de estudos, os trabalhos de Berry (1997) merecem destaque em função do seu potencial de explicação sobre processos de adaptação cultural. Considerando a importância dos conceitos apresentados pelo autor, a presente revisão sistemática tem como objetivo analisar a literatura sobre estudos migratórios desenvolvidos no Brasil que se basearam no modelo de adaptação cultural de Berry (1997).

Segundo Cogo (2017), ao longo dos anos, observa-se um aumento na complexidade e na multidimensionalidade dos movimentos migratórios. Para além das precárias condições de vida que impulsionam migrações

* Mestre em Estudos Culturais, Memória e Patrimônio pela Universidade Estadual de Goiás (PROMEP/UEG) Mestrando em Gestão, Educação e Tecnologias pela Universidade Estadual de Goiás (PPGET/UEG). Pedagogo. Professor da Rede Pública Municipal de Luziânia-GO.

** Professor Adjunto da Universidade Estadual de Goiás, vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Gestão, Educação e Tecnologias. Membro do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia SANI. Bolsista produtividade do CNPQ (301689/2025-3)

forçadas em diferentes regiões do mundo, as restrições e os mecanismos de controle impostos nos lugares de partida e de destino contribuem para acentuar o cenário de incerteza nas migrações. Esse contexto evidencia não apenas o caráter estrutural das desigualdades globais ou locais, mas também os desafios enfrentados por migrantes em busca de proteção, oportunidades e dignidade. A intensificação de políticas migratórias restritivas e a criminalização da mobilidade humana agravam a vulnerabilidade de populações migrantes, expondo-as a riscos como violência, exploração, discriminação e instabilidade legal. Nesse sentido, torna-se fundamental analisar os movimentos migratórios contemporâneos sob uma perspectiva que considere as múltiplas dimensões, políticas, econômicas, culturais e humanitárias, envolvidas nesse fenômeno, bem como a necessidade de construir políticas públicas mais acolhedoras. Dentre diferentes modelos que levam em consideração a multiplicidade de fatores que envolvem a migração, conforme mencionado, será analisada a proposta de Berry (1997).

John Widdup Berry é um psicólogo canadense, nascido em Montreal no ano de 1939, que se formou na Universidade Concordia e posteriormente mudou-se para a Escócia onde obteve título de doutorado na Universidade de Edimburgo em 1966, apresentando a tese “Determinantes culturais da percepção”. É internacionalmente conhecido por seu trabalho em duas principais áreas, sendo elas: influências ecológicas e culturais no comportamento; e a adaptação de imigrantes e povos indígenas após contato intercultural. Ambas estão amplamente ligadas ao domínio de conhecimento da psicologia intercultural (BIOGRAPHY, 2025).

Berry foi um dos pioneiros na sistematização dos estudos sobre aculturação, propondo um modelo teórico que descreve como indivíduos e grupos enfrentam os desafios de conviver com mais de uma cultura. Sua abordagem teórica influenciou significativamente a forma como se compreende a interação entre cultura e comportamento humano, especialmente em contextos de diversidade cultural, globalização e migração. Além de suas contribuições acadêmicas, Berry atuou ativamente em organizações internacionais e colaborou com projetos voltados à formulação de políticas públicas inclusivas, baseadas no respeito à pluralidade cultural e na promoção de sociedades mais equitativas. Suas contribuições seguem influenciando estudos em psicologia, antropologia, sociologia e áreas afins, consolidando-o como uma das principais referências no campo da psicologia intercultural (BIOGRAPHY, 2025).

Uma de suas obras mais relevantes constitui uma referência fundamental no campo da psicologia intercultural. Nela, são exploradas as maneiras pelas quais a cultura influencia o comportamento humano e como diferentes

contextos culturais moldam o desenvolvimento psicológico. Essa abordagem integra distintas vertentes de pesquisa empírica com fundamentos da teoria psicológica, proporcionando uma compreensão mais ampla e contextualizada dos processos psicológicos em ambientes culturais diversos (BERRY, 1997).

Sua contribuição não se limita à identificação de variações culturais, mas se estende à análise crítica dos processos de adaptação, identidade e pertencimento em sociedades multiculturais. Ao integrar dados empíricos de diversas partes do mundo, Berry (1997) oferece uma compreensão abrangente dos fatores que moldam a experiência humana em contextos de diversidade, propondo modelos teóricos aplicáveis tanto em estudos acadêmicos quanto em práticas profissionais nas áreas de saúde, educação e políticas públicas. Dessa forma, sua obra segue sendo amplamente utilizada por pesquisadores e profissionais que buscam compreender e atuar sobre os desafios impostos pelas dinâmicas interculturais na contemporaneidade.

Para o autor, o processo migratório envolve uma combinação entre o endosso/negação da cultura anfitriã, combinado a uma manutenção/eliminação da cultura de origem. Tais combinações levariam a uma postura de assimilação (i.e. adotar novos elementos culturais, renunciando à cultura de origem); separação (i.e. manter a cultura original, sem se apropriar da nova cultura); integração (i.e. aceitar novos padrões culturais, mas sem renunciar a cultura original); marginalização (i.e. dificuldade de manter conexões entre a cultura original e anfitriã) (BERRY, 1997). Entende-se então que perceber diferenças maiores entre a cultura anfitriã e a cultura de herança poderia ser um desafio para o processo de ajuste dos migrantes (LUCENA *et al.* 2020), afetando os processos de adaptação psicológica e sociocultural (BERRY, 1998).

Entende-se, então, que a forma como os migrantes percebem e se relacionam com as culturas envolvidas no processo migratório influencia diretamente seus níveis de adaptação. Percepções de maiores distâncias culturais entre a cultura anfitriã e a cultura de herança podem representar barreiras importantes ao ajuste dos migrantes, dificultando tanto a adaptação psicológica quanto a sociocultural (LUCENA *et al.*, 2020; BERRY, 1998). Nesse sentido, a experiência de aculturação não é homogênea, variando conforme fatores contextuais, individuais e relacionais, como suporte social, atitudes da sociedade de acolhimento e experiências prévias com diversidade cultural. Considerando a importância do modelo teórico proposto pelo autor, o presente estudo, conforme mencionado, tem como objetivo analisar a literatura sobre estudos migratórios desenvolvidos no Brasil que se basearam no modelo de adaptação cultural de Berry (1997).

2 PERCURSO METODOLÓGICO

Como sugerem Ramos *et al.* (2014) e Bento (2012), uma Revisão Sistemática de Literatura necessita de um percurso metodológico com o objetivo de estruturar “[...] todos os procedimentos de forma a garantir a qualidade das fontes, logo pela definição de uma equação de pesquisa, de critérios de inclusão e exclusão e de todas as normas que julguem convenientes para o caso” (RAMOS *et al.* 2014, p. 22).

Essa sistematização permite maior critério científico, assegurando que o levantamento e a análise dos estudos selecionados sejam realizados de forma replicável e objetiva. Além disso, contribui para a construção de uma fonte de conhecimento confiável, ao evitar vieses na escolha das referências e ao possibilitar a identificação de lacunas teóricas e empíricas no campo investigado. Dessa maneira, a revisão sistemática não apenas organiza o conhecimento existente, mas também orienta futuras investigações, ao oferecer um panorama fundamentado sobre determinada temática de interesse científico, neste caso o das migrações.

Para este artigo, foi estruturado um processo em três etapas, sendo elas: a) a definição das informações para busca de dados; b) o levantamento dos dados; e c) a sistematização e análise dos dados localizados. Sobre a definição para a busca de dados, as bases utilizadas para a realização das buscas foram: o Portal Periódicos CAPES, o Portal de Periódicos Eletrônicos em Psicologia - PePsic e o Scientific Electronic Library Online - Scielo.

Não houve um recorte temporal estabelecido para a busca de dados, tendo em vista que a realização das pesquisas trouxe um número incipiente de trabalhos, dentro dos descritores utilizados para a busca. Os termos empregados para a busca de dados foram “aculturação” e “adaptação cultural”, em português, inglês e espanhol, estritamente relacionados aos interesses centrais da pesquisa que busca estabelecer relações entre os estudos realizados por Berry com os processos migratórios no Brasil, sendo assim o ponto de partida para entender o fenômeno que ocorre na localidade onde aplica-se o estudo. O quadro 1, apresentado abaixo, exemplifica os descritores utilizados na busca de dados.

Quadro 1 - Descritores utilizados na pesquisa

Descritores “A”	Operador Booleano	Descritores “B”
“Aculturação”	AND	“Adaptação cultural”

Fonte: Elaborado pelos autores, 2025.

Quanto aos critérios de inclusão empregados na seleção dos trabalhos escolhidos, foram selecionados trabalhos que envolvem algum tipo de pesquisa e estudo no Brasil, tendo como referências as abordagens de Berry. Sobre a exclusão de trabalhos, o critério se deu a partir de estudos especificamente voltados às migrações e processos de adaptação em outros países e não estarem embasados nas pesquisas de Berry.

Em um primeiro levantamento realizado no primeiro semestre de 2025, foram localizados 41 textos. No Portal Periódicos CAPES, foram encontrados 30 trabalhos sobre aculturação e adaptação. No banco de pesquisas PePsic, 7 resultados de buscas sobre aculturação e adaptação. No Scielo, 4 achados sobre aculturação e adaptação. Após a leitura dos títulos, dos resumos e a observação das referências, permaneceram 6 artigos, os quais atendem aos interesses do objetivo estabelecido para a elaboração dessa Revisão Sistemática de Literatura e, conseqüentemente, foi realizada a leitura e a organização das informações.

Os textos selecionados foram organizados em ordem cronológica crescente, mencionando seus respectivos autores, títulos e base de dados onde foram encontrados, como mostra o Quadro 2.

Quadro 2 - Artigos localizados pelos descritores

Autor(es)	Título	Ano	Base de Pesquisa
Roberta de Alencar-Rodrigues, Marlene Neves Strey, Janice Pereira.	Experiência migratória: encontro consigo mesmo? Percepções de brasileiros sobre sua cultura e mudanças pessoais	2007	PePsic - Periódicos de Psicologia
Jesselyn Nayara Tashima, Cláudio Vaz Torres.	Percepções de brasileiros acerca do processo de adaptação cultural ao Japão	2018	Scielo
Maria Luzia da Silva Santana, Cláudia Cristina Fukuda.	Aculturação de estudantes paraguaios na região de fronteira brasileira	2020	Scielo

Autor(es)	Título	Ano	Base de Pesquisa
Manoela Sarto de Lucena, Raquel Carvalho Hoersting, João Gabriel Modesto.	A adaptação sociocultural e psicológica de refugiados sírios no Brasil	2020	Portal de Periódicos da CAPES
Mariana de Freitas Coelho, Raphael Henrique de Moura.	Intercâmbio estudantil: a experiência de aculturação de colombianos em uma universidade brasileira	2021	Portal de Periódicos da CAPES
Edmylla Francielle dos Santos Silva, Matheus dos Santos da Silveira, Clauber Wellington Pinheiro Torres, Simone Souza da Costa Silva, Fernando Augusto Ramos Pontes, Karl Christoph Kappler.	Imigrantes brasileiros na Alemanha: adaptação cultural, estressores e recursos	2023	Portal de Periódicos da CAPES

Fonte: Elaborado pelos autores, 2025.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

O primeiro trabalho, intitulado “Experiência migratória: encontro consigo mesmo? Percepções de brasileiros sobre sua cultura e mudanças pessoais” de autoria de Roberta de Alencar-Rodrigues, Marlene Neves Strey e Janice Pereira, foi publicado no ano de 2007. Nesse estudo, as autoras realizaram um procedimento de coleta de dados por meio do método de entrevistas semiestruturadas com 6 migrantes, com idade entre 20 e 35 anos, que centravam-se nos seguintes aspectos: 1) a percepção da cultura brasileira após o retorno ao Brasil; 2) os aspectos comuns entre a cultura brasileira e a cultura estrangeira; 3) os aspectos diferentes entre a cultura brasileira e a cultura estrangeira; e 4) os significados da vivência no exterior e suas

repercussões no modo de ser do adulto jovem. Entre os achados, identifica-se que todos os participantes consideraram que voltaram do exterior mais críticos em relação à cultura brasileira. Isso reforça os achados de Sebben (1996) sobre o migrante que, tendo agora também a bagagem de experiências do país estrangeiro, não conseguirá ter novas vivências sem manter-se crítico com relação a outras culturas e processos de aculturação.

Com relação ao trabalho dos autores Jesselyn Nayara Tashima e Cláudio Vaz Torres, intitulado “Percepções de brasileiros acerca do processo de adaptação cultural ao Japão”, publicado em 2018, teve como objetivo investigar as formas de aculturação dos brasileiros no Japão e as variáveis que auxiliam na compreensão da adaptação cultural. A seleção dos participantes adotada pelos autores foi por conveniência e a amostra resultou em 15 imigrantes brasileiros residentes no Japão, sendo 6 mulheres e 9 homens, dos quais 7 eram decasségus (descendentes de japoneses e cônjuges com estadia de longa permanência) e 8 *sojourners* (imigrantes com estadia temporária, como exemplo incluem-se os estudantes internacionais e executivos expatriados) (TASHIMA, TORRES, 2018). Foram realizadas entrevistas com os 15 imigrantes brasileiros. Os resultados indicaram uma separação social entre brasileiros e japoneses e apontaram para a importância do suporte social e do engajamento na cultura japonesa na adaptação ao país (TASHIMA, TORRES, 2018). Apesar disso, a maioria declarou estar satisfeita com a vida, ter uma boa saúde física e mental, embora os relatos da maior parte dos entrevistados decasségus expressassem preocupações, incertezas e inseguranças quanto ao futuro pessoal e profissional (TASHIMA, TORRES, 2018).

Conforme aponta Berry (2006), embora a aculturação possa ser experienciada de maneiras bastante divergentes pelos grupos migrantes, as questões centrais da aculturação parecem ser comuns a todos eles. O estudo dos autores possibilitou adicionar validade aos apontamentos da literatura de aculturação e ampliou as visões sobre os processos de aculturação dos brasileiros no Japão, ao identificar quais as variáveis psicológicas são percebidas pelos participantes como importantes para a adaptação a esse país (TASHIMA, TORRES, 2018).

Outro achado interessante da pesquisa foi a indicação que a principal estratégia de aculturação adotada pela maioria dos participantes é a separação, sendo que os relatos sugerem que todos os decasségus e dois *sojourners* adotam essa estratégia. Aculturação de separação, segundo Berry (1997), é quando para o migrante faz mais sentido manter e conservar os fortes vínculos com a cultura de origem e não com a cultura do local para onde migraram. Embora a maioria dos participantes indicaram adotar a separação como estratégia de aculturação, a maior parte defende que o

interesse, conhecimento, respeito e engajamento na cultura japonesa são primordiais para que haja uma boa adaptação ao país. Os achados do estudo também enfatizam a importância dos vínculos sociais para o fenômeno da aculturação (TASHIMA, TORRES, 2018).

O trabalho das autoras Maria Luzia da Silva Santana e Cláudia Cristina Fukuda, com o título “Aculturação de estudantes paraguaios na região de fronteira brasileira”, de 2020, teve como objetivo identificar os padrões de aculturação (assimilação, integração, separação e marginalização) de estudantes paraguaios no contexto escolar brasileiro, considerando a sua adaptação psicológica e sociocultural. Realizou-se um estudo quantitativo com 231 estudantes paraguaios e de descendência paraguaia, com idades entre 13 e 16 anos. Os instrumentos utilizados nos estudos das autoras foram a Escala de Aculturação para Adolescentes Paraguaios (EAAP); a adaptação psicológica foi verificada mediante a Escala Multidimensional de Satisfação de Vida para Crianças (EMSVC) e a Escala de Afetos; e a adaptação sociocultural foi observada mediante o Questionário de Dados Sociodemográficos (SANTANA, FUKUDA, 2020). Os resultados obtidos pelos autores revelam que o processo de aculturação é considerado um elemento influenciador do desenvolvimento, pois a cultura constrói o marco normativo e impõe restrições às possíveis formas de mudança durante o desenvolvimento. O contato com novas culturas exige novos aprendizados ou interrompe o aprendizado da cultura anterior, podendo ocorrer dificuldades no processo de aculturação devido às interações mantidas pelo sujeito com membros da sua cultura de origem (BERRY, 1997).

A maioria dos estudantes adotou assimilação e integração como estratégias de aculturação e considerou fácil lidar com dois ou três idiomas, usando-os na escrita e na oralidade, o que sugere adaptação psicológica e cultural adequadas (SANTANA, FUKUDA, 2020). Berry (1997) aborda que alguns migrantes passam a adotar a maioria das características de sua nova cultura, não mantendo vínculos com sua cultura de origem, chamada, assim, de aculturação de assimilação. E como processo de aculturação por integração, os migrantes formam um conjunto coerente entre ambas as culturas.

Quanto ao trabalho dos autores Manoela Sarto de Lucena, Raquel Carvalho Hoersting e João Gabriel Modesto, com o título “A adaptação sociocultural e psicológica de refugiados sírios no Brasil (tradução)”, de 2020, tem-se como objetivo investigar a influência da orientação cultural e distância cultural na adaptação psicológica e sociocultural de sírios no Brasil. 64 refugiados sírios, vivendo a pelo menos 6 meses no Brasil, responderam a quatro breves escalas sobre aculturação (DEMES, GEERAERT 2014), sendo elas Desenvolvimento Sociocultural, Adaptação Psicológica, Percepção Cultural e Estratégia de Aculturação.

Os resultados evidenciaram que maiores índices de percepção de distância cultural estão relacionados com menores índices de adaptação sociocultural. Possuir uma orientação para a cultura brasileira está relacionado a melhores índices de adaptação psicológica e sociocultural. Verificou-se ainda que uma maior percepção da distância cultural e níveis mais elevados de orientação cultural de origem tiveram um efeito negativo na adaptação sociocultural, enquanto a orientação do país anfitrião teve um efeito positivo. Os autores identificaram que a distância cultural percebida também estava relacionada não apenas à adaptação sociocultural, mas também à adaptação psicológica (LUCENA, *et al.* 2020).

Outro achado significativo no estudo dos autores é que uma maior orientação à cultura anfitriã (Brasil) foi relacionada a uma melhor adaptação psicológica e adaptação sociocultural (LUCENA *et al.* 2020). Berry (1997) levantou a hipótese de que perceber diferenças maiores entre a cultura anfitriã e a cultura de herança poderia ser um desafio para o processo de ajuste e aculturação.

Já o trabalho intitulado “Intercâmbio estudantil: a experiência de aculturação de colombianos em uma universidade brasileira”, de 2021, de autoria de Mariana de Freitas Coelho e Raphael Henrique de Moura teve como objetivo compreender a aculturação de colombianos em uma universidade brasileira, empregando-se caráter qualitativo e exploratório que investigou as influências aculturativas, realizando uma análise de conteúdo sobre as argumentações dos doze entrevistados (COELHO, MOURA, 2021). O roteiro de entrevistas utilizado na pesquisa foi semiestruturado, tendo como base as categorias de Smith e Khawaja (2011) para a elaboração do roteiro de entrevistas. Para examinar o conteúdo das argumentações dos participantes da pesquisa, os autores utilizaram como método a análise de conteúdo.

Os resultados apontaram que as dificuldades de comunicação é um dos desafios para se adaptar a um novo ambiente e interagir com pessoas nativas para criar laços de amizade. A discriminação e a falta de conhecimento por parte dos brasileiros de outros aspectos da cultura colombiana podem ser o principal desafio em um intercâmbio (COELHO, MOURA, 2021).

Não apenas o migrante é afetado pelos costumes e cultura do novo ambiente, em nível individual, mas também este altera o local em que está inserido (BERRY, 2006). As interações entre grupos de diferentes nacionalidades são afetadas pela discriminação percebida pelos indivíduos, visto que os migrantes discriminados podem buscar a reclusão ou a interação apenas com pessoas de mesma nacionalidade ou de culturas similares (BERRY *et al.* 2010).

Na análise do trabalho desenvolvido por Edmylla Francielle dos Santos Silva e colaboradores, publicado em 2023 com o título “Imigrantes brasileiros na Alemanha: adaptação cultural, estressores e recursos”, o objetivo foi

descrever o processo de adaptação de brasileiros na Alemanha. 113 brasileiros que residiam na Alemanha entre os anos de 2014 a 2016 responderam a um questionário on-line contendo um inventário sociodemográfico e duas questões que exploravam possíveis estressores e recursos a suas adaptações. Os dados foram analisados por meio do software IRAMUTEQ, sendo os resultados divididos em dois corpus textuais: estressores e recursos, com suas classes de respostas geradas nomeadas de acordo com o conteúdo que apresentavam (SILVA *et al.* 2023).

Os principais estressores apontados foram as dificuldades na relação gerada pelo desconhecimento do idioma, a falta dos familiares que ficaram no Brasil, e as diferenças culturais entre os dois países, que causam confusão na comunicação e dificuldade nos relacionamentos. Alguns estressores viraram recursos com o passar do tempo, sendo o caso do idioma, presente em ambos os *corpus* textuais. A articulação entre o modelo ABC-X Duplo de McCubbin e Patterson e a teoria da aculturação de Berry se mostrou válida, no sentido de que é possível descompartimentalizar as estratégias de aculturação desenvolvidas a partir dos estressores e dos recursos existentes e realizada pelas pessoas, observando como, ao longo do tempo, estressores podem ser percebidos como recursos (SILVA *et al.* 2023).

O tempo e a construção de relações sociais no novo território podem ter contribuído para tal mudança, como sugere um exemplo do processo de assimilação apresentado por Berry (2003). Logo, a articulação proposta entre o modelo ABC-X Duplo de McCubbin e Patterson (1983) e a teoria da aculturação de Berry (1990) se mostraram precisas, no sentido de que é possível descompartimentalizar as estratégias de aculturação desenvolvidas a partir dos estressores e dos recursos existentes e realizadas pelas pessoas (SILVA *et al.* 2023).

Nesse conjunto de trabalhos explorados, é evidente a constatação de que a compreensão sobre os processos migratórios e as relações de aculturação e adaptação são temas sociais sensíveis, que carecem de maiores investigações para que sejam propostas análises constantes sobre as perspectivas de sensação de pertencimento e melhoria de bem-estar social a todo e qualquer indivíduo que esteja envolvido nesse dinamismo complexo de diferenças culturais.

Levantar as produções acadêmicas nessas bases de dados possibilitou a identificação de algumas semelhanças importantes entre elas. Dentre elas, as contribuições dos estudos e pesquisas desenvolvidas por Berry, para compreender como se dão os processos de aculturação e adaptação vividos pelos indivíduos, principalmente em situação de migração.

Apesar da diversidade cultural existente no país, os resultados destes estudos revelam que a maior parte das investigações se concentra na questão da migração entre países distintos, revelando outros ambientes e fatores que

implicam no processo de aculturação, como por exemplo a língua estrangeira e as dificuldades de estabelecer comunicação entre migrantes e originários. Os estudos apontam ainda para uma carência de profissionais que se dediquem a compreender como podem se relacionar com as temáticas da migração, adaptação e aculturação, na perspectiva de promover melhores condições e oportunidades de articular, dinamicamente, meios de oportunizar igualdade e equidade à pessoa migrante, diante de qualquer situação em que lhe possa faltar a defesa do direito.

Contudo, a literatura evidencia que os imigrantes e as minorias étnicas não estão ainda suficientemente mobilizados para a participação nestes espaços, o que pode colocar em causa o desenvolvimento de cuidados de saúde culturalmente sensíveis (DE SAVORNIN *et al.* 2000).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo de Revisão Sistemática de Literatura possibilitou mapear e analisar como pesquisas, de diferentes áreas de conhecimento, vêm investigando os processos migratórios ocorridos no Brasil, ou envolvendo brasileiros, descrevendo os construtos abordados, os instrumentos e procedimentos metodológicos empregados, bem como as técnicas de análise de dados utilizadas. Além disso, foi possível identificar a importância dos trabalhos de John Widdup Berry para a literatura sobre migrações que discute o Brasil (como cultura anfitriã ou de origem).

A análise evidencia a importância do modelo de aculturação de Berry como base conceitual nas pesquisas analisadas, sobretudo no que se refere aos processos de adaptação psicológica e sociocultural de migrantes, refugiados e outros grupos em situação de mobilidade. Dessa forma, a revisão sistemática não apenas ofereceu um panorama sobre a produção científica existente, mas permitiu reafirmar o potencial do modelo teórico do autor para compreensão de processos migratórios envolvendo o Brasil (como cultura anfitriã ou de origem).

John W. Berry desenvolveu uma das teorias mais importantes sobre aculturação, processo pelo qual indivíduos ou grupos passam ao entrar em contato com uma nova cultura. Esse processo é comum entre imigrantes, refugiados, povos indígenas e minorias culturais, tornando-se, assim, um pertinente campo temático para estudos e pesquisas, principalmente em localidades com acentuada influência migratória.

A teoria de Berry identifica quatro estratégias de aculturação, que expressam as diferentes formas pelas quais os indivíduos se relacionam com sua cultura de origem e com a cultura do país, ou lugar anfitrião. Essa abordagem tem sido adotada em pesquisas voltadas à compreensão

dos impactos psicológicos e socioculturais da migração. A valorização da diversidade e a promoção da convivência intercultural reconhece a complexidade e a pluralidade dessas experiências de relações sociais, em que o modelo de Berry oferece fundamentos importantes para o desenvolvimento de intervenções no enfrentamento de práticas de inclusão social, além de reforçar a multiculturalidade como um elemento enriquecedor do tecido social.

Apesar das conclusões oriundas desta revisão, o trabalho possui limitações. Uma limitação desta revisão de literatura diz respeito às bases de dados utilizadas na busca pelos documentos. Ainda que sejam bases robustas, novas pesquisas podem ampliar a consulta a bases com o objetivo de alcançar uma maior abrangência de estudos disponíveis sobre o tema.

Como limitação adicional, destaca-se que o presente estudo adotou um recorte analítico centrado no contexto brasileiro, o que, embora coerente com seus objetivos, restringe o alcance das interpretações a experiências de aculturação e adaptação cultural vinculadas ao Brasil, seja como país de origem ou de acolhimento. Tal delimitação impede uma análise comparativa mais ampla com outras realidades migratórias e pode limitar a generalização dos achados. Nesse sentido, pesquisas futuras são encorajadas a expandir o corpus analítico, incorporando estudos desenvolvidos em diferentes países e línguas, de modo a promover uma compreensão mais abrangente e comparativa dos processos psicossociais envolvidos na migração.

Ainda sobre eventuais novas investigações, destaca-se a importância de incentivar estudos interdisciplinares que levem em conta diferentes contextos históricos, políticos e econômicos, contribuindo para a formulação de políticas públicas mais sensíveis à realidade dos grupos sociais vulneráveis, como os migrantes. Ampliar e diversificar a produção acadêmica pode ser um dos mais relevantes compromissos éticos e científicos na promoção da equidade, do respeito à diversidade cultural e da justiça social.

Sugere-se ainda, especialmente diante do crescimento contínuo da migração e da inserção cada vez mais ampla do Brasil em dinâmicas migratórias globais, a realização de novos estudos que considerem as especificidades territoriais, a fim de captar as nuances regionais nos processos de mobilidade e adaptação cultural. Afinal, o Brasil tem extensão continental e os processos de adaptação para uma localidade terão nuances distintas de outra localidade. Além disso, destaca-se a relevância da criação e validação de instrumentos metodológicos que investiguem, com maior precisão, os múltiplos fatores envolvidos nos processos migratórios e de aculturação.

Por fim, espera-se que o avanço das investigações sobre migrações possa contribuir não apenas para o enriquecimento do campo teórico de estudos, mas também sirva de base para a formulação e o aprimoramento

de políticas públicas mais eficazes nas áreas sociais, voltadas ao acolhimento, saúde, educação e assistência social aos migrantes, em quaisquer estágios ou contextos de aculturação. Tais esforços são fundamentais para a promoção de uma sociedade mais justa e inclusiva, que reconheça e valorize a diversidade como parte constitutiva de sua trama social.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BERRY, J. Imigração, aculturação e adaptação. **Psicologia aplicada**. 46(1). <https://doi.org/10.1111/j.1464-0597.1997.tb01087.x> 1997.
- BERRY, J. W. Stress perspectives on acculturation. 1. 43-56. In: SAM, D. L.; BERRY, J. W. **The Cambridge Handbook of Acculturation Psychology**. Cambridge: Cambridge University Press, 2006.
- BERRY, J. W., PHINNEY, J. S., SAM, D. L.; VEDDER, P. Acculturation, identity and adaptation. pp. 17-43. In: ALLEMANN-GHIONDA, C. ; STANAT, P. ; GÖBEL, K. ; RÖHNER, C. (Orgs.). **Migration, Identität, Sprache Und Bildungserfolg**, Weinheim u.a.: Beltz (2010), 186 S.
- BERRY, J.W., POORTINGA, Y. H., Pandey, J., SEGALL, M. H., DASEN, P. R., **Handbook of Cross-cultural psychology**. Research and applications (3ª ed.). Cambridge: Cambridge University Press. 2011.
- BERRY, J. W. **John W. Berry – Biography**. Disponível em: <https://www.researchgate.net/profile/John-Berry-12>. Acesso em: 25 jun. 2025.
- BONIN, L. **Indivíduo, cultura e sociedade**. In: GUARESCHI, P. ; FONSECA, T. M. G. ; JACQUES, T. M. C. ; CARLOS, S. A. ; STREY, M. N. ; BERNARDES, M. G. (Orgs.). **Psicologia social contemporânea: Livro-texto** (pp.58-72). Petrópolis: Vozes, 1999.
- BONTEMPO, R., LOBEL, S., & TRIANDIS, H. Compliance and value internalization in Brazil and the U.S. **Journal of Cross – Cultural Psychology**, 21(2), 200-213. 1990.
- COELHO, M. F.; MOURA, R. H. Intercâmbio estudantil: a experiência de aculturação de colombianos em uma universidade brasileira. **Revista de Turismo Contemporâneo**, Natal, v. 9, n. 3, p. 385-404, set./dez. doi:10.21680/2357-8211.2021v9n3ID23995. 2021.
- COGO, D. Migrações transnacionais, narrativas midiáticas e o direito à mobilidade humana. In: ALENCAR, C. N.; COSTA, M. F. V.; COSTA, N. B. (Orgs.). **Discursos, fronteiras e hibridismo**. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2017.

- DE SAVORNIN LOHMAN, J.; RIJKSCHROEFF, R.; OUDENAMPSEN, D.; VERKUYL, L.; VAN GELDER, K.; VAN OVERBEEK, R. **Evaluatie wet medezeggenschap cliënten zorginstelling**. Haia: ZorgOnderzoek Nederland, 2000.
- FERREIRA, M. O individualismo e o coletivismo como indicadores de culturas nacionais: Convergências e divergências teórico – metodológicas. **Psicologia em Estudo**, 7(1), 81-89. 2002.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Brasileiro de 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.
- RAMOS, A.; FARIA, P. M.; FARIA, Á. Revisão sistemática de literatura: contributo para a inovação na investigação em Ciências da Educação. **Revista Diálogo Educacional**. Curitiba, v. 14, n. 41, 2014, p. 17-36, doi: 10.7213/dialogo.educ.14.041.DS01 2014.
- RODRIGUES, R. A.; STREY, M. N.; PEREIRA, J. Experiência migratória: encontro consigo mesmo? Percepções de brasileiros sobre sua cultura e mudanças pessoais. **Aletheia**, n.26, p.168-180, jul./dez. doi: <https://doi.org/10.7213/dialogo.educ.14.041.DS01>. 2007
- SANTANA, M. L. S.; FUKUDA, C. C. Aculturação de estudantes paraguaios na região de fronteira brasileira. **Psicologia Escolar e Educacional**. v. 24. 2020, DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/2175-35392020216145> Elocid - e216145. 2020
- SARTO DE LUCENA, M.; CARVALHO HOERSTING, R.; MODESTO, J. G. Adaptação sociocultural e psicológica de refugiados sírios no Brasil. **Psico**, [S. l.], v. 51, n. 3, p. e 34372, 2020. DOI: 10.15448/1980-8623.2020.3.34372. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/revistapsico/article/view/34372>. Acesso em: 31 out. doi: <https://doi.org/10.15448/1980-8623.2020.3.34372>. 2024.
- SARRIERA, J. C. Educação para a integração entre culturas e povos: Da aculturação para o multiculturalismo. In. SARRIERA, J. C. (Org.). **Psicologia comunitária: estudos atuais** (pp. 179-202). Porto Alegre-RS: Sulina, 2000. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1413-73722003000200012>. 2000.
- SEBBEN, A. Tornar-se cidadão do mundo é resultado de uma experiência migratória? **Psico**, 27(1), 129-141. 1996.
- SILVA, E. F. S.; SILVEIRA, M. S.; TORRES, C. W. P.; SILVA, S. S. C.; PONTES, F. A.; KAPPLER, K. C. Imigrantes brasileiros na Alemanha: adaptação cultural, estressores e recursos. DOI 10.5020/23590777.rs.v 23 iEsp. 1.e12741 **Revista Subjetividades**, 23(2): e12741. Universidade de Fortaleza-CE. 2023., DOI: <https://doi.org/10.5020/23590777.rs.v23i2.e12741>.
- TASHIMA, J. N.; TORRES, C. V. Percepções de brasileiros acerca do processo de adaptação cultural ao Japão. **REMHU**, Rev. Interdiscip. Mobil. Hum., Brasília, 52, 223-241. 2018. DOI: <https://doi.org/10.1590/1980-85852503880005213>.

TITZMANN, P. F.; FULIGNI, A. J. Immigrants' adaptation to different cultural settings: A contextual perspective on acculturation: Introduction for the special section on immigration. *International Journal of Psychology*, 50, 407-412. 2015. DOI: <https://doi.org/10.1002/ijop.12219>.

WARD, C., BOCHNER, S.; FURNHAM, A. **The Psychology of Culture Shock**. Hove, England: Routledge. 2001.

RESUMO

O presente artigo traz como principal objetivo o levantamento de produções acadêmicas que versam sobre as temáticas de aculturação e adaptação cultural desenvolvidos sobre o Brasil (como cultura de origem ou cultura anfitriã), tendo como base a proposta teórica de John Widdup Berry. Foram identificadas, inicialmente, 41 produções abordando os temas de aculturação e adaptação sociocultural. Após a adoção dos critérios de inclusão e exclusão, 6 trabalhos compuseram a base final e foram analisados. Os resultados obtidos elucidam a necessidade de mais estudos e pesquisas que tratem dos temas em torno do fenômeno das migrações, aculturação e adaptação, no que tange ao entendimento e a compreensão da importância das relações interculturais, dos fluxos migratórios e as sensações de pertencimento dos migrantes.

Palavras-chave: Aculturação; Adaptação; Migração

ABSTRACT

The main objective of this article is to survey academic productions that address the themes of acculturation and cultural adaptation developed in the context of Brazil (either as a culture of origin or host culture), based on the theoretical framework proposed by John Widdup Berry. Initially, 41 studies addressing acculturation and sociocultural adaptation were identified. After applying inclusion and exclusion criteria, 6 works composed the final sample and were analyzed. The results highlight the need for further studies and research on issues related to migration, acculturation, and adaptation, particularly regarding the understanding and recognition of the importance of intercultural relations, migratory flows, and migrants' sense of belonging.

Keywords: Acculturation; Adaptation; Migration

“Cafe au Lait” na Plaza de la Soledad: cartografias provisórias de migrantes congoleses na Cidade do México

“Cafe au Lait” in Plaza de la Soledad: provisional cartographies of Congolese migrants in Mexico City

*Victor Villarreal Cabello**

No bairro da Merced, entre as delegações Cuauhtémoc e Venustiano Carranza, na Cidade do México, encontra-se a Paróquia da Soledad, que data do século XVII. A igreja também conta com uma Plaza de la Soledad, dividida em duas seções, que, historicamente, tem sido cercada por uma espécie de “liminaridade” (TURNER, 1969; FASSIN, 2010; KHOSRAVI, 2021), ou por espaços designados para a organização do caos. Para dar um exemplo, há um documentário sobre prostituição realizado nos arredores da praça por pessoas idosas (LA PLAZA DE LA SOLEDAD, 2016). De modo geral, La Merced é conhecida por essa e outras práticas, como a venda de entorpecentes e os altos índices de criminalidade. Esse espaço abandonado ao limbo social passou a ser ocupado e desocupado por pessoas migrantes desde 2019. Isso não pode ser considerado uma casualidade do exílio, mas, sim, uma prática sistematizada de arquitetura social.

Desde 2019, muitas pessoas começaram a chegar à igreja porque o México havia passado a desempenhar um papel importante para os Estados Unidos. Alguns autores designam esse papel do México como “país fronteira” (VARELA, 2019, p. 59). Em outras palavras, trata-se da ameaça do governo norte-americano ao governo mexicano com imposições tarifárias, caso não contivesse a migração que atravessava seu território. Ao mesmo tempo, é também uma ação do próprio governo mexicano que utiliza a migração como moeda de troca nas negociações com o vizinho do norte, para ganhar benefícios econômicos e políticos (VILLARREAL CABELLO, 2024).

* Doutorando na Universidad Nacional Autónoma de México (UNAM).

A Cidade do México, sendo o umbigo do país, não é um muro em si. No entanto, os trâmites a transformaram em uma fronteira administrativa para aqueles que queriam atravessar o país de forma segura, utilizando os vistos de ajuda humanitária como estratégia de mobilidade, mesmo quando não tinham a intenção de permanecer no país. Uma opção era solicitar refúgio formalmente para conseguir documentos que lhes permitissem seguir viagem sem serem detidos ou deportados pelas autoridades mexicanas (RÁDIO WEB MIGRANTES, 2024).

Como em muitas rachaduras, tensões se formaram ao redor e, em 2019, com a chegada de pessoas de diversas partes do mundo, os “albergues” estavam lotados. A presença migrante se intensificou ao longo dos anos em espaços urbanos como a Praça Giordano Bruno, o Bosque de Tláhuac, a delegação de Iztapalapa e, em certos momentos, a própria Plaza de la Soledad. Quando os espaços dentro da igreja se encheram, as pessoas em processo de mobilidade começaram a acampar nas duas áreas da praça. Pouco a pouco, aquelas barracas se transformaram em construções menos improvisadas. Embora feitas de papelão, madeira, telhas e plásticos, algumas “casinhas” tornaram-se espaços com ventilação adaptada, chuveiros, telas e pequenos comércios. Nas minhas andanças, pude ver que se oferecia comida venezuelana, haitiana, cortes de cabelo, hambúrgueres, frango frito, doces, cigarros, álcool, pão e café.

Em 2024, fiquei sabendo da existência desse espaço e passei a frequentá-lo, assiduamente, todos os fins de semana. Primeiro entre outubro e novembro, depois entre fevereiro e abril de 2025. Com o tempo, fui com menos frequência. Durante esse período de trabalho de campo etnográfico, tive muita interação com pessoas oriundas do Congo-Brazzaville, em geral migrantes que falavam francês. Por um lado, queria praticar o idioma. Por outro, foi mais fácil quebrar o gelo com a população africana, porque ao conhecer sua língua, uma conexão quase imediata se estabelecia. Isso nem sempre acontecia com migrantes venezuelanos, guatemaltecos ou hondurenhos. Nos primeiros dias, conversei com o padre da igreja, com moradores mexicanos da vizinhança, com migrantes da América Central e do Sul. Embora a recepção tenha sido boa, o que mais me chamava a atenção era a presença dos migrantes africanos. Não apenas pelo contraste corporal, por suas peles negras, seus cabelos crespos e seus corpos mais altos, mas também pelo idioma e porque, em geral, costumavam se reunir em torno de um pequeno ponto improvisado que vendia café pela manhã.

As primeiras conversas em 2024 foram com migrantes haitianos que, aos poucos foram deixando o espaço. Em determinado momento, talvez houvesse cerca de 20 pessoas dessa nacionalidade. É difícil medir quantas pessoas estavam ao redor da praça. Em algumas ocasiões, me atrevo a dizer que chegaram a mil. Em outras, mal passavam de vinte.

As primeiras impressões que eles tinham de mim giravam em torno do fato de eu conseguir manter conversas em francês, o que lhes chamava a atenção. Sempre pedia um café por 10 pesos, o que equivale a mais ou menos cinquenta centavos de dólar. Observei que a maioria das pessoas colocava uma ou duas colheres de café, de açúcar e de leite em pó. Sempre deixava que me servissem o café como quisessem, embora, para ser honesto, eu sempre tenha tomado café forte, preto, sem açúcar nem leite. O ato de comprar café se tornou um ritual semanal. Eu passava horas conversando com migrantes de toda a África. Conheci pessoas do Mali, de Angola, do Congo, da República Democrática do Congo e da Nigéria. Todos tinham chegado pelo Brasil e (FERNANDES, 2023), a partir daí, atravessaram o continente até chegar ao México (MIRANDA, 2023).

Por me deixar levar pelo trabalho de campo etnográfico, tive a oportunidade de aprender sobre política, educação, sociedade e mobilidades africanas em sua passagem pelo México. Alguns me contaram sobre suas experiências com as autoridades migratórias e sobre a dificuldade da situação internacional, não apenas em termos econômicos e salariais, mas também sobre como Donald Trump começou a fechar os poucos caminhos legais que existiam para solicitar asilo nos Estados Unidos. Vivi esses efeitos e acompanhava as notícias migratórias, porque os próprios migrantes estavam sempre atualizados sobre o que acontecia minuto a minuto. Bastava comprar um café e prestar bastante atenção.

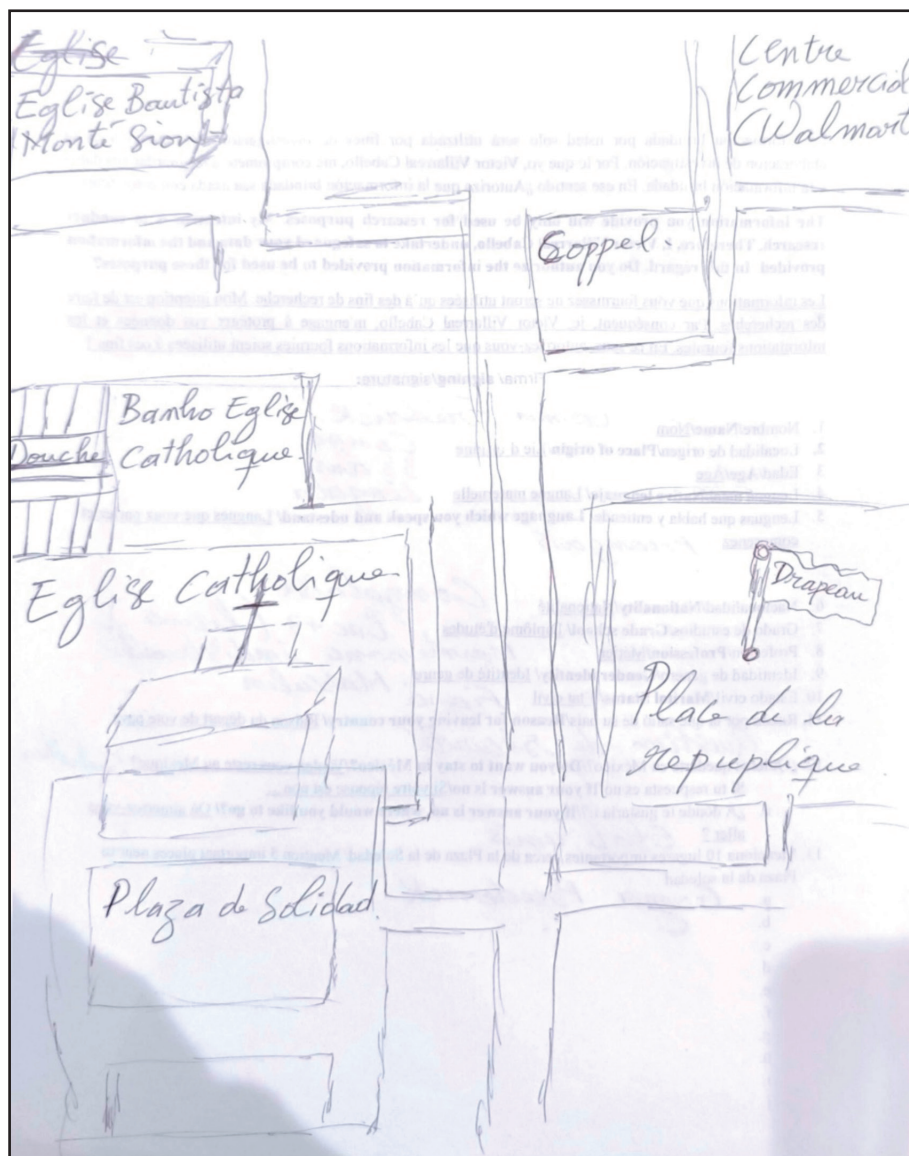
Minha intenção inicial foi tentar mapear espaços importantes na Plaza de la Soledad, para compreender as subjetividades e as necessidades materiais dos migrantes em processo de aprisionamento e de espera. Como muitas notícias e medidas de Donald Trump estavam e continuam sendo implementadas, alguns migrantes passaram mais tempo do que deveriam na referida praça. Em vez de permanecerem por alguns dias ou semanas, tiveram que ficar por meses, e eu queria compreender possíveis necessidades e espaços de oportunidade. Uma estratégia que me pareceu interessante para isso foi a elaboração de cartografias (PRIETO DÍAZ, 2017). No entanto, o idioma, às vezes, impedia a realização de algumas dessas técnicas de coleta. Além disso, havia muita incerteza, pois durante um tempo pensaram que eu fosse jornalista ou policial. Sobretudo, porque muitos estavam cansados de que apenas tirassem fotos e fossem embora, e porque a condição de possível deportabilidade e o retorno forçado eram preocupações constantes para alguns migrantes.

Sempre me apresentei com credenciais de professor e estudante. Além disso, ofereci investigar temas por solicitação deles, e pouco a pouco começaram a pedir ajuda. Algumas dúvidas apresentadas giravam em torno

de: Como solicitar refúgio nos Estados Unidos? Como solicitar refúgio no México? Se eu pedir refúgio no México, posso depois solicitar nos Estados Unidos? Pesquisei e expliquei, da melhor maneira possível, diversos temas que pareciam importantes para eles, sempre acompanhado de um copo de café com leite.

Com o passar do tempo, consegui reunir algumas cartografias com consentimento informado e a modificação de alguns dados, como os nomes. Nunca quis pressionar ninguém e deixei essa possibilidade em aberto para quem quisesse se aproximar. Consegui compreender que as igrejas, os espaços públicos e as empresas transnacionais são de suma importância. As igrejas oferecem comida, alojamento, banheiros e chuveiros, mas também uma força moral para continuar com suas viagens. Os espaços públicos na Cidade do México são importantes porque os migrantes não eram interpelados como migrantes, mas sim como estrangeiros o que lhes permitia, em alguns casos como na Plaza de la Soledad, ocupar os espaços. E as empresas transnacionais permitiam que comprassem alimentos já conhecidos, além de receberem ou enviarem remessas.

Figura 1 - Cartografia elaborada por Gomma, migrante congolês de 33 anos



Fonte: arquivo pessoal.

Um dia cheguei e alguém já havia colocado uma pequena placa com o nome “Café au lait”. O espaço estava situado entre várias construções improvisadas que, por ora, chamarei de “casinhas”. Uso essa categoria analítica porque foi a mesma utilizada tanto por migrantes quanto por

moradores locais. Li por aí textos sobre “instalações espaciais” (MIRANDA et al., 2024), “estâncias transitórias” (PÉREZ NARVÁEZ, 2023) e até mesmo bibliografia sobre guetos (WACQUANT, 2008). Mas, até o momento nenhuma dessas abordagens me convenceu completamente diante do que observei em campo. Na primeira vez que perguntei pela praça, um senhor de uma loja em frente a uma estação do metrô me disse: “ali onde você vê aquela cúpula” (referia-se à cúpula da Igreja da Soledad), “ali estão as casinhas dos migrantes”. Também as pessoas que trabalhavam nos comércios ao redor chamavam de casinhas, e até mesmo migrantes africanos se referiam às suas moradias dessa forma.

Essas casinhas formavam pequenos corredores. Em um deles se encontrava o Café au lait, com algumas cadeiras de madeira e plástico, uma mesa de madeira e alguns sofás. Ali se reuniam pessoas em processo de mobilidade para conversar. A maioria era de origem africana ou haitiana. Às vezes se aproximavam migrantes hondurenhos, venezuelanos ou colombianos e, mesmo que o idioma fosse uma barreira em alguns momentos, o ambiente era tranquilo e fraterno. Pela manhã, alguém chegava com um fogareiro e, em uma caixa térmica, colocava a água para ferver.

Figura 2 - Fotografia de letreiro “Cafe au lait” en la Plaza de la Soledad



Fonte: arquivo pessoal.

Com o passar dos meses, aqueles que se reuniam ao redor do *Café au lait* me ensinaram algumas palavras em lingala. Copo: *copo*. Dança: *kobina*. Para cumprimentar: *mbote ozama lama*. Também tive algumas despedidas que me doeram profundamente, mas, ao mesmo tempo, me reconfortavam, pois alguns conseguiam seguir caminho enquanto ainda podiam.

Fui questionado: “Quem é você? O que você quer estudar? Por que quer ver a miséria?” Pesquisei para eles sobre trâmites de refúgio e sistemas de contenção. Tomamos café da manhã juntos. Compartilhamos músicas de Fally Ipupa e Héritier Wata. Observei o assédio da mídia estadunidense, francesa e japonesa. Fui testemunha de como ordens religiosas buscavam fiéis, oferecendo cafés da manhã após as missas, e de como algumas feiras ofereciam empregos precários, levando vans para contratá-los e levá-los ao trabalho.

O mais difícil de observar foi quando o governo mexicano e “os vizinhos organizados” (VILLARREAL CABELLO, 2025) os removeram violentamente da Plaza de la Soledad e os deslocaram para a Estátua do Cavalo, em frente ao Congresso da União. Depois, devolveram-nos à Plaza de la Soledad e, em seguida, os expulsaram novamente para a Estátua do Cavalo. A distância do deslocamento não passava de três ou quatro quadras, mas o problema era que, a cada novo local, os migrantes tinham que reconstruir suas casas, pois as autoridades e os vizinhos as desmontavam e jogavam fora como entulho.

Deixei de visitar a praça no segundo deslocamento. A partir daí, fui cada vez menos, por causa da presença e da visibilidade de grupos criminosos que se incomodavam com o fato de um universitário estar ali pesquisando. Apesar de eu sempre deixar claro que meu interesse estava na situação migratória, isso não foi suficiente. Recebi dois avisos e precisei parar de frequentar a Praça.

Eu não gostava de café com leite, até conhecer o que era preparado por migrantes congolese e haitiano no bairro da Merced, na Cidade do México. Como todo bom purista do café preto, eu costumava tomá-lo sem açúcar e sem leite. Mas fui enganado pelos meus sentidos. Cada vez que tomo café e coloco adoçante e leite, penso naquele pequeno ponto, naquelas conversas em francês e lingala. Isto é uma relação entre a comida e a memória.

O café com leite desapareceu com o primeiro deslocamento forçado promovido pelo governo mexicano e pelos chamados “vizinhos organizados”. Os migrantes africanos deixaram de vender café. Alguns seguiram viagem, outros foram para abrigos. Dispersaram-se. Ali ficou uma questão interessante: esses pequenos empreendimentos e negócios, como a venda de arepas venezuelanas, os barbeiros, os hambúrgueres, as asinhas de frango, a água e as comidas de todo tipo que se comercializavam ao redor. Também o aluguel de serviços como o uso do banheiro e extensões para carregar celulares.

O México desempenha um papel importante na produção de espaços de espera para migrantes, mas também na destruição desses mesmos espaços. Essa destruição causa deslocamento e confusão para as pessoas migrantes, que se veem entre uma sociedade que as persegue em seu processo de mobilidade, uma dissuasão contínua do seu sonho migratório e, ao mesmo tempo, uma possibilidade real de realizá-lo. Entre o sonho americano, o pesadelo mexicano e a realidade mágica latino-americana, as pessoas migrantes levam suas andanças ao limite da tensão.

NOTA

¹Neste texto, o termo “albergue” é utilizado conforme o uso corrente no México, referindo-se a espaços de acolhimento emergencial ou temporário para pessoas migrantes em trânsito. Seu significado difere do uso mais comum no Brasil, onde “albergue” tende a designar hospedagens turísticas juvenis (*hostels*).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- FASSIN, Didier. **La raison humanitaire**: une histoire morale du temps présent. Paris: Éditions Hautes Études – Seuil, 2010.
- FERNANDES, Caio. Borders of Citizenship and the everyday life of African migrants in the city of São Paulo, southeast of Brazil. **REMHU**: Revista Interdisciplinar da Mobilidade Humana, São Paulo, v. 31, n. 67, Jan.–Apr. 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1980-85852503880006713>. Acesso em: 5 jul. 2025.
- KHOSRAVI, Shahram. **Waiting**: a project in conversation. Berlin: Hatje Cantz Verlag, 2021.
- LA PLAZA DE LA SOLEDAD. Direção: Maya Goded. México: La Maroma Producciones, 2016. Filme, 82 min.
- MIRANDA, Bruno. Migración africana en situación de espera: nuevo alcance y dimensión de la contención migratoria en México. **Revista Pueblos y Fronteras Digital**, México, v. 18, p. 1–30, ene. 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.22201/cimsur.18704115e.2023.v18.633>. Acesso em: 5 jul. 2025.
- MIRANDA, Bruno et al. Fugadas del Talibán. Instalaciones espaciales de migrantes de Afganistán en las fronteras de México. In: RIVAS, Alejandro; ÁLVAREZ VELASCO, Soledad; BORGES, Denise et al. (orgs.). **El caleidoscopio de la migración en el Sur y Norte Global**: movilidad, trabajo y vivienda. Argentina: CLACSO, 2024. p. 349–371. Disponível em: <https://biblioteca-repositorio.clacso.edu.ar/bitstream/CLACSO/251636/1/El-caleidoscopio.pdf#page=350>. Acesso em: 5 jul. 2025.

- PÉREZ NARVÁEZ, Denayri Judith. **Formas de estancia transitoria de la diáspora haitiana en la ciudad de Tapachula, Chiapas.** (Dissertação de Mestrado) El Colegio de la Frontera Sur, México, 2023.
- PRIETO DÍAZ, Sergio. **Cartografías de la subalternidad migratoria:** bestialización, inhumanidad y contrahegemonía en el contexto del Plan Frontera Sur de México. 2017. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) Universidad Iberoamericana, Ciudad de México. 2017.
- RÁDIO WEB MIGRANTES. O México como etapa no trânsito ao norte, com Julia Ferreira Scavitti e Maria Claudia Paiva. **Podcast Radio Web Migrantes**, São Paulo, episódio único, 28 mar. 2024. Disponível em: <https://radiomigrantes.net/2024/03/28/podcast-o-mexico-como-etapa-no-transito-ao-norte-com-julia-ferreira-scarvitti-e-maria-claudia-paiva/>. Acesso em: 4 jul. 2025.
- TURNER, Victor. **The ritual process:** structure and anti-structure. New Brunswick: Aldine Transaction, 1969.
- VARELA, Amarela. México, de “frontera vertical” a país tapón: migrantes, deportados, retornados, desplazados internos y solicitantes de asilo en México. **Iberoforum:** Revista de Ciências Sociais, v. 14, n. 27, p. 49–76, 2019. Disponível em: <https://iberoforum.ibero.mx/index.php/iberoforum/article/view/124>. Acesso em: 4 jul. 2025.
- VILLARREAL CABELLO, Victor. **Externalización de políticas migratorias:** caso de Estados Unidos hacia México (2001-2022). 2024. Dissertação (Mestrado em Estudos em Relacoes Internacionais), Universidad Nacional Autónoma de México, Ciudad de México. Disponível em: <https://hdl.handle.net/20.500.14330/tes01000856807>. Acesso em: 4 jul. 2025.
- VILLARREAL CABELLO, Víctor. “Vecinos mexicanos contra albergues y migrantes”. **La Jornada Morelos**, 14 mar. 2025. Disponível em: <https://www.lajornadamorelos.mx/opinion/vecinos-mexicanos-contralbergues-y-migrantes/>. Acesso em: 5 jul. 2025.
- WACQUANT, Loïc. **Urban outcasts:** a comparative sociology of advanced marginality. Cambridge: Polity Press, 2008.

RESUMO

Nessa nota de pesquisa etnográfica, minha intenção inicial foi tentar mapear espaços importantes na Plaza de la Soledad, para compreender as subjetividades e as necessidades materiais dos migrantes em processo de aprisionamento e de espera. Como muitas notícias e medidas de Donald Trump estavam e continuam sendo implementadas, alguns migrantes passaram mais tempo do que deveriam na referida praça. Em vez de permanecerem por alguns dias ou semanas, tiveram que ficar por meses, e eu queria compreender possíveis necessidades e espaços de oportunidade. Uma estratégia que me pareceu interessante para isso foi a elaboração de cartografias (PRIETO DÍAZ, 2017). No entanto, o idioma, às vezes, impedia a realização de algumas dessas técnicas de coleta. Além disso, havia muita incerteza, pois durante um tempo pensaram que eu fosse jornalista ou policial. Sobre tudo, porque muitos estavam cansados de que apenas tirassem fotos e fossem embora, e porque a condição de possível deportabilidade e o retorno forçado eram preocupações constantes para alguns migrantes. Considerando as dificuldades encontradas, optei por descrever situações improvisadas e vivenciadas por migrantes em espaços de espera ao longo de suas travessias em busca de melhores condições de vida e dignidade humana. O espaço de espera observado foi a Plaza de la Soledad, na Cidade do México, onde pude observar e interagir com migrantes latino-americanos, caribenhos e, principalmente, africanos.

Palavras-chave: Migrantes à espera; Africanos; Espaços de espera; Provisoriamente; Violência.

ABSTRACT

In this ethnographic research note, my initial intention was to map important spaces in the Plaza de la Soledad to understand the subjectivities and material needs of migrants in the process of being trapped and waiting. As many news items and measures of Donald Trump were and continue to be implemented, some migrants spent more time than they should have in the aforementioned square. Instead of staying for a few days or weeks, they had to stay for months, and I wanted to understand possible needs and spaces of opportunity. One strategy that seemed interesting to me for this was the creation of maps (PRIETO DÍAZ, 2017). However, the language barrier sometimes prevented the implementation of some of these data collection techniques. In addition, there was a lot of uncertainty, as for a time people thought I was a journalist or a police officer. Above all, because many were tired of just having their photos taken and then leaving, and because the possibility of deportation and forced return were constant concerns for some migrants. Considering the difficulties encountered, I chose to describe improvised situations experienced by migrants in waiting areas throughout their journeys in search of better living conditions and human dignity. The waiting area observed was Plaza de la Soledad, in Mexico City, where I was able to observe and interact with Latin American, Caribbean, and, mainly, African migrants.

Keywords: Waiting migrants; Africans; Waiting areas; Temporary situation; Violence.

Ensaaios fotográficos: El Raval e Lavapiés

Photo essay: El Raval and Lavapiés

*Lineu Noriu Kohatsu**
*Raquel Benato Rodrigues da Silva***

INTRODUÇÃO¹

El Raval é um bairro situado na parte velha de Barcelona. Lavapiés está localizado na região central de Madri. Ambos são bairros conhecidos pela concentração de imigrantes procedentes de diversos países.

A presença dos imigrantes nesses bairros representa uma amostra da imigração na Espanha. No ano de 2024², foi registrada a presença de 642.202 imigrantes, representando 14,6% da população total do país, indicando um crescimento significativo em relação ao ano 2000, período em que havia um milhão de imigrantes; em 1981, havia cerca de 200 mil estrangeiros (Folha de São Paulo, 20/04/1982³). As comunidades autônomas com os maiores números de imigrantes são a da Catalunha e a de Madri.

O primeiro ensaio fotográfico foi realizado em El Raval, no final de 2018. Os registros em Lavapiés foram feitos em meados de 2022. No primeiro, foi possível maior tempo de inserção no campo, inclusive com a realização de entrevistas com os moradores. O segundo foi mais breve, limitando-se ao registro fotográfico. De toda forma, nos dois ensaios buscou-se criar uma crônica visual, retratando o cotidiano nesses dois bairros e os modos como os imigrantes se inserem na paisagem urbana com suas tensões e contradições.

Este trabalho também tem como propósito provocar a discussão sobre as potencialidades dos métodos visuais nas pesquisas em Ciências Sociais e Humanas (KOHATSU, 2017; KOHATSU & CISLINSCHI, 2022), especialmente sobre as migrações internacionais contemporâneas. E, mais especificamente,

* Pós-doutorado na Universidade do Porto, Portugal. Professor Associado do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo. Desenvolve pesquisas sobre a inclusão escolar de estudantes de origem migrante e sobre o uso da fotografia e do vídeo em pesquisa de psicologia.

**Doutoranda em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano, bolsista CNPq. Tem experiência na área de Artes e Psicanálise, atuando principalmente nos seguintes temas: cidade, infância, movimento social, memória.

colocar em pauta as contribuições da fotografia para se pensar os modos de olhar para os imigrantes, o que se vê e o que não se enxerga, o que se torna visível e o que permanece invisível. Enfim, em que medida essa visualidade reforça imaginários, estereótipos e estigmas ou instiga a decodificação e a interpretação das representações imagéticas, os índices, os ícones e os símbolos que as constituem.

2 EL RAVAL, BARCELONA⁴

El Raval é um dos distritos de Cidade Velha, em Barcelona. À primeira vista, o que se destaca é a paisagem degradada, formada pelas ruas estreitas e escuras, prédios antigos e malconservados (Foto 1).

No entanto, nesse cenário de aparente abandono, os moradores se organizam para resistir à especulação imobiliária e à gentrificação (Foto 2).

Foto 1 - Prédio em El Raval



Foto 2 - Faixa contra a especulação imobiliária



Em outubro de 2014, os moradores ocuparam um terreno e o nomearam como Ágora Juan Andrés Benitez (Foto 3), em memória ao jovem morto em uma ação realizada pela polícia da Catalunha. O espaço é autogerido por meio de assembleias abertas e é usado para reuniões, debates, conferências e apresentações de livros, teatro e cinema. Não são permitidos atos partidários ou religiosos ou uso comercial do espaço. *“Para nós tem um significado anticapitalista, quer dizer, não é um lugar onde se defenda a acumulação de dinheiro, concentração de capital nem especulação.”* (Miquel, 81 anos, aposentado e morador do bairro. Entrevista realizada em dezembro de 2019).

Foto 3 - Ágora Juan Andrés Benitez



Pelas ruas de El Raval, cotidianamente circulam famílias procedentes de diferentes países, colorindo a paisagem com uma rica pluralidade étnica, cultural e religiosa (Foto 4 e Foto 5).

Foto 4 - Imigrantes paquistaneses



Foto 5 - Imigrantes de Bangladesh



A presença de migrantes em El Raval é notada também pelas pequenas e coloridas *tiendas* de hortifrutis de paquistaneses, bengaleses e indianos (Foto 6). Em uma delas trabalhava Sandip, 41 anos, de origem indiana, estava há poucos meses em Barcelona, e apresentava uma bela tatuagem em suas mãos (Foto 7).

Foto 6 - Loja de hortifrútiis



Foto 7 - Tatuagem de hena indiana



Caminhando pelas ruas de El Raval, encontram-se templos religiosos de diferentes coletivos de imigrantes, como o templo Sikh (*Gurudwara*) (Foto 8), que permite a visita de pessoas, independentemente da religião, oferecendo refeições (*Langar*) gratuitas aos visitantes.

Foto 8 - Templo Sikh



Em El Raval há também algumas mesquitas, como a de Bangladesh (Foto 9), onde Iqbal trabalhava como secretário havia cinco anos. Iqbal disse que era casado, tinha dois filhos e comentou que são políglotas, como a mãe, que conhece seis línguas: inglês, francês, castelhano, árabe (do Alcorão), urdu e bengali.

Foto 9 - Mesquita bengali



Os imigrantes filipinos também formam uma comunidade numerosa em El Raval e celebram a missa na Igreja de San Augustin no idioma tagalo (Foto 10).

Foto 10 - Missa realizada em tagalo na Igreja de San Augustin



3 LAVAPIÉS, MADRI

Lavapiés está localizado no distrito de Embajadores, praticamente no centro de Madri. Em uma rápida busca pela internet, o bairro é mencionado em sites de turismo como “cool”, “o mais multicultural”, “o mais exótico”, um lugar com lojas de artesanatos, restaurantes típicos e outras atrações turísticas. Por outro lado, em alguns *sites* encontram-se comentários depreciativos e até preconceituosos postado por leitores, mencionando a presença de imigrantes, prostituição, tráfico e consumo de drogas em Lavapiés.

Do mundo virtual dos sites turísticos ao mundo das ruas, não é raro moradores de Madri não recomendarem a ida para Lavapiés por conta de roubos e outros riscos a turistas.

A ronda policial permanente no entorno da praça Lavapiés, em viaturas, motos ou a pé, sinaliza, de modo ambíguo, a presença da segurança e de alguma ameaça potencial a ser neutralizada.

Os marcadores sociais da diferença, dos fenótipos racializados às vestimentas, indicam a presença do outro, não europeu, não branco (Foto 11). No entanto, em um mesmo grupo de jovens pode se ver um que veste uma longa túnica e outro que veste a camisa do Barcelona.

Foto 11 - Rua em Lavapiés



Próximo à Praça Lavapiés, encontra-se a entrada da estação de metrô, que serve de cenário para vários acontecimentos, como o encontro afetuoso entre duas mulheres (Foto 12).

Foto 12 - Estação Lavapiés



Com alguns minutos observando o fluxo pode-se notar cenas cotidianas e familiares (Foto 13 e 14).

Foto 13 - Estabelecimento para envio e recebimento de dinheiro



Foto 14 - Trânsito de pessoas de diferentes grupos étnicos



Lojas de alimentos, de hortifrúti (Foto 15) a açougue de carne halal (Foto 16), restaurantes (Foto 17), associações culturais (Foto 18) e salões de beleza (Foto 19) de diferentes nacionalidades compõem a paisagem de Lavapiés.

Foto 15 - Loja de hortifrúti e produtos asiáticos e africanos



Foto 16 - Açougue de carne halal



Foto 17 - Rua com restaurantes de diversas nacionalidades



Foto 18 - Associação de Bangladesh



Foto 19 - Salões de beleza africanos



Assim como El Raval, Lavapiés é um bairro estigmatizado pela presença da prostituição, do narcotráfico e da criminalidade. Mas, se por um lado há depreciação do bairro, por outro, Lavapiés é também alvo da especulação imobiliária, agravando o problema da habitação e provocando a gentrificação. É nesse cenário que os imigrantes se inserem.

Mas há uma outra dimensão para além da realidade hostil, violenta e ameaçadora, a do cotidiano vivido pelas famílias, pelas mães e suas crianças, pelos trabalhadores e trabalhadoras que circulam pelas ruas de Lavapiés, que passa despercebido aos olhares desatentos ou amedrontados.

Se no começo da manhã o parquinho da praça está vazio (Foto 20), no final da tarde, na saída da escola, as crianças pequenas, acompanhadas de suas mães, ocupam os brinquedos; os maiores jogam bola na praça, vez ou outra, interagindo com os transeuntes. A praça se torna um espaço de socialização de diferentes grupos, a dos jovens latinos que escutam música pelo alto-falante do carro, a dos africanos que caminham em grupos, outros que dançam alheios à presença dos turistas que ocupam os bares e restaurantes. Assim se assiste ao encerramento do dia em Lavapiés e, na manhã seguinte, tudo recomeça.

Foto 20 - Parquinho na Praça Lavapiés



NOTAS

¹ Uma versão deste trabalho foi apresentado na forma de comunicação oral sob o título “O uso da fotografia em pesquisas sobre as migrações: algumas reflexões”, no GT Imigração, durante o 48^o Encontro Nacional de Estudos Rurais e Urbanos Trabalho, Educação e Desigualdades histórico sociais, 2022.

² Disponível em: <https://worldmigrationreport.iom.int/msite/wmr-2024-interactive/>

³ Anistia acusa Espanha de abusos sistemáticos contra imigrantes. Folha de São Paulo, Caderno Mundo, 20/04/2002.

⁴ Parte do material fotográfico, especialmente às fotos de El Raval, Barcelona, foi anteriormente publicado na Revista do Brasil, n.149, jan.2019, da Rede Brasil Atual, mantida pelo Sindicato dos Bancários – CUT.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Kohatsu, Lineu Noriu.; Cislinschi, Rafael. Estranhos estrangeiros vistos pelo cinema. In: MIURA, Paula Orchiucci et al. (Orgs). **Psicologia e cinema**. São Paulo: Blucher, 2022, p. 195-210.

Kohatsu, Lineu Noriu. Notas sobre o uso de imagens visuais nas pesquisas em Psicologia. **Revista de Psicologia**, v.8, n. 1, p. 23-36, 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufc.br/psicologiaufc/article/view/13953>. Acesso em 30jun2025.

RESUMO

El Raval é um bairro situado na parte velha de Barcelona. Lavapiés está localizado na região central de Madrid. Ambos são bairros conhecidos pela concentração de imigrantes procedentes de diversos países. A presença dos imigrantes nesses bairros representa uma amostra da imigração na Espanha. No ano de 2024², foi registrada a presença de 642.202 imigrantes, representando 14,6% da população total do país, indicando um crescimento significativo em relação ao ano 2000, período em que havia um milhão de imigrantes; em 1981, havia cerca de 200 mil imigrantes. As comunidades autônomas com os maiores números de imigrantes são a da Catalunha e a de Madrid. O primeiro ensaio fotográfico foi realizado em El Raval, no final de 2018. Os registros em Lavapiés foram feitos em meados de 2022. No primeiro, foi possível maior tempo de inserção no campo, inclusive com a realização de entrevistas com os moradores. O segundo foi mais breve, limitando-se ao registro fotográfico. De toda forma, nos dois ensaios buscou-se criar uma crônica visual, retratando o cotidiano nesses dois bairros e os modos como os imigrantes se inserem na paisagem urbana com suas tensões e contradições. Este trabalho também tem como propósito provocar a discussão sobre as potencialidades dos métodos visuais nas pesquisas em Ciências Sociais e Humanas, especialmente sobre as migrações internacionais contemporâneas. E, mais especificamente, colocar em pauta as contribuições da fotografia para se pensar os modos de olhar para os imigrantes, o que se vê e o que não se enxerga, o que se torna visível e o que permanece invisível. Enfim, em que medida essa visualidade reforça imaginários, estereótipos e estigmas ou instiga a decodificação e a interpretação das representações imagéticas, os índices, os ícones e os símbolos que as constituem?

Palavras-chave: Fotografia; Multiétnico; Barcelona (El Raval); Madrid (Lavapiés)

ABSTRACT

El Raval is a neighborhood located in the old part of Barcelona. Lavapiés is located in the central region of Madrid. Both are neighborhoods known for their concentration of immigrants from various countries. The presence of immigrants in these neighborhoods represents a sample of immigration in Spain. In 2024, the presence of 642.202 immigrants was recorded, representing 14.6% of the country's total population, indicating significant growth compared to the year 2000, when there were one million immigrants; in 1981, there were approximately 200 thousand immigrants. The autonomous communities with the highest numbers of immigrants are Catalonia and Madrid. The first photographic essay was conducted in El Raval at the end of 2018. The records in Lavapiés were made in mid-2022. The first allowed for more time to immerse oneself in the field, including conducting interviews with residents. The second was briefer, limited to photographic documentation. In any case, both essays sought to create a visual chronicle, portraying daily life in these two neighborhoods and the ways in which immigrants integrate into the urban landscape with its tensions and contradictions. This work also aims to provoke discussion about the potential of visual methods in research in Social Sciences and Humanities, especially regarding contemporary international migrations. And, more specifically, to raise the issue of photography's contributions to thinking about ways of looking at immigrants, what is seen and what is not seen, what becomes visible and what remains invisible. In short, to what extent does this visibility reinforce imaginaries, stereotypes, and stigmas, or does it instigate the decoding and interpretation of the image representations, the indices, icons, and symbols that constitute them?

Keywords: Photography; Multiethnic; Barcelona (El Raval); Madrid (Lavapiés)

A proibição de raptar alguém no Código da Aliança (Ex 21,16)

The prohibition of kidnapping someone in the Covenant Code (Ex 21:16)

*Elton da Silva Santana**

1 INTRODUÇÃO¹

A investigação aqui apresentada se propõe a estudar uma das várias *formulações jurídicas* contidas no Pentateuco (Ex 21,16) que, aparentemente, visa à questão do *tráfico humano* e ao processo da *escravização* de pessoas raptadas. Trata-se de *leis* compostas no decorrer do primeiro milênio antes de Cristo, no âmbito do Israel bíblico. Segundo a narrativa bíblica, são anunciadas por *Moisés* como *mandamentos de Deus*. Embora sejam milenares, tais formulações jurídicas, originalmente configuradas em hebraico, continuam a ser acolhidas, por judeus e cristãos, como palavra de Deus. Além disso, junto à obra literária do Pentateuco, tornaram-se um patrimônio cultural da humanidade, sobretudo, em vista dos *princípios éticos* e, portanto, dos *modelos de comportamento* nelas defendidos.

As questões do *tráfico humano* e da *escravização de pessoas* permanecem extremamente atuais e ainda afligem a humanidade como um todo. De acordo com as estatísticas, há cerca de cinquenta milhões de pessoas escravizadas em todo o mundo². Com isso, criminosos, anualmente, obtêm lucros bilionários com o tráfico humano, sendo “a terceira atividade ilegal mais lucrativa do mundo e está presente em todas as regiões”.³ Além disso, embora documentado em cento e setenta e cinco países, trata-se de um dos crimes menos investigados.⁴

O crime do tráfico humano se encontra definido no “Protocolo para Prevenir, Suprimir e Punir o Tráfico de Pessoas, especialmente mulheres e crianças” no assim chamado “Protocolo de Palermo”, da Organização das Nações Unidas (ONU). O texto entrou em vigor em 29 de setembro de 2003⁵,

* Mestre em teologia (Bíblia) pela PUC/SP; professor na Faculdade de Filosofia e Teologia Paulo VI.

embora tenha sido assinado por apenas cento e quarenta e sete Estados até agora.⁶ De acordo com o Protocolo de Palermo, o Tráfico humano⁷ se caracteriza pelo:

[...] recrutamento, transporte, transferência, abrigo ou recebimento de pessoas, por meio de ameaça ou uso da força ou outras formas de coerção, de rapto, de fraude, de engano, do abuso de poder ou de uma posição de vulnerabilidade ou de dar ou receber pagamentos ou benefícios para obter o consentimento para uma pessoa ter controle sobre outra pessoa, para o propósito de exploração” (UNODC/ONU)

Percebe-se, portanto, que o *tráfico humano* visa, sobretudo, à *escravização*, ou seja, ao processo de levar uma pessoa livre a trabalhos forçados. Com isso, imediatamente, são feridos os *Direitos Humanos*, uma vez que, segundo a *Declaração Universal dos Direitos Humanos*, “todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e em direitos” (Artigo 1), “todo ser humano tem direito à vida, à liberdade e à segurança pessoal” (Artigo 3) e “ninguém será mantido em escravidão ou em servidão (Artigo 4).⁸ Seja ainda mencionado que, entre as diversas finalidades causadoras do *tráfico humano* no mundo, a exploração do outro como mera mercadoria e/ou objeto de uso, a *prostituição* e o consumo de *material pornográfico* ganharam uma relevância ímpar.

Frente a essa temática abrangente e atual, é importante privilegiar um diálogo com as tradições bíblicas que abordam o problema e indicam meios de solucioná-lo. Em especial, parte-se da ideia de que essa literatura antiga, ao confrontar-se com realidades opressivas, insista em dimensões libertadoras, capazes de humanizarem as diversas convivências. Mais ainda, as dimensões religiosas contidas nos textos bíblicos, muitas vezes, revelam-se positivas. Afinal, o ser humano se comporta de acordo com o que acredita. Ou seja, ao pôr a sua fé em algo ou alguém, sente-se motivado a agir de determinada forma.

Mais especificamente, a presente investigação se dedicará ao estudo de um texto inscrito no *Pentateuco*. Observa-se que essa obra literária, formada pelos cinco livros – Gênesis, Êxodo, Levítico, Números e Deuteronômio –, trabalha, em princípio, com três *gêneros literários* maiores: *narrativas*, *poemas líricos* e *conjuntos de leis*. Todos os textos, independentemente de seu gênero literário, foram configurados poeticamente. Isto é, cabe-lhes *beleza literária*. Ou seja, não são textos comuns, se comparados a artigos jornalísticos, boletins de ocorrência, relatos de pesquisa etc. Pelo contrário, a *Bíblia*, e, com isso, também o *Pentateuco*, é *obra de arte*.

Eis o que motiva a *metodologia* favorecida nesta pesquisa. Após ter estabelecido o texto bíblico a ser investigado – isto é, o texto hebraico, discutindo-se, de acordo com os parâmetros da crítica textual, as eventuais variantes nos antigos manuscritos hebraicos e nas antigas traduções –, a leitura da lei em questão (Ex 21,16) começa com uma *análise linguístico-literária*. Em seguida, procura-se pela presença de elementos estilísticos que favoreçam a configuração poética de cada frase e/ou conjunto de frases. Somente depois de ter acolhido o texto bíblico como literatura e/ou arte, iniciar-se-ão os *estudos temáticos*. De um lado, é preciso considerar os diversos *contextos históricos*. Ou seja, o contexto histórico do mundo narrado e legislado, assim como o contexto histórico em que ocorreu a redação de cada lei em questão. De outro lado, visa-se à reflexão promovida pela formulação jurídica. Em especial, prevalece o interesse pelas *dimensões antropológico-teológicas* veiculadas pelas leis mosaicas, quando acolhem a matéria do *tráfico humano*, isto é, o assunto da venda de uma pessoa a fim de subjugar-la a trabalhos de servidão forçada.

A presente pesquisa foi organizada originalmente de acordo com as duas formulações jurídicas que foram investigadas: Ex 21,16 e Dt 24,7. Mas, aqui será apresentada apenas a primeira, isto é, Ex 21,16. Ao final, em forma de considerações finais, volta-se a promover o diálogo entre o que é pensado nessa literatura religiosa e o que, na atualidade, é refletido sobre o *tráfico humano*. Sempre existe a expectativa de que sabedorias antigas possam enriquecer os debates importantes nos dias de hoje.

2 A FORMULAÇÃO JURÍDICA EM EX 21,16

Ao acompanhar as *formulações jurídicas* no Pentateuco, observa-se que o legislador israelita, pela primeira vez, preocupa-se com o crime do *tráfico humano*, isto é, a venda de uma pessoa raptada ou sequestrada, em Ex 21,16. Os estudos a serem realizados nesta perícopes se propõem a investigar tal lei, estudando a descrição do crime e a consequência jurídica prevista para quem o comete.

Vale também para uma lei mosaica que ela precisa ser compreendida dentro do contexto da legislação a qual pertence. Por isso, como esboçado na Introdução do presente texto, é importante entender a formulação jurídica em Ex 21,16 como parte do *Código da Aliança* (Ex 20,22–23,33). Além disso, narrativas significativas precedem as primeiras formulações jurídicas no Pentateuco, isto é, o *Decálogo* (Ex 20,1-17) e o *Código da Aliança*. Em vista do crime tratado em Ex 21,16, é, sobretudo, a história de José, filho de Jacó, vendido por seus irmãos (Gn 37–50), que cria maior sensibilidade para a gravidade do assunto.⁹ No mais, a narrativa exodal, em especial os episódios

sobre a escravização dos hebreus no Egito (Ex 1–2; 5), alerta o ouvinte-leitor do Pentateuco a respeito da miséria de quem, em terra estrangeira, e brutalmente subjugado a um sistema opressivo, estando longe de sua terra e/ou de seu clã, se encontra mais exposto a perigos que ameaçam a sua sobrevivência digna.¹⁰

2.1 O texto

Segue a apresentação do texto da formulação jurídica em Ex 21,16, o qual, originalmente, foi configurado em hebraico. Para evitar mal-entendidos, é juntada uma contagem dos versetos, ou seja, das partes que compõem o versículo em questão. No mundo dos estudos bíblicos, pois, não existe unanimidade em relação a tais definições. Apenas as contagens de capítulos e versículos se encontram definidos. A seguir, o estudo se manterá fiel às subdivisões aqui apresentadas. Além disso, para favorecer a legibilidade do estudo, de forma espelhada, logo é apresentada uma tradução do texto hebraico para o português. A tradução, em princípio, é o resultado de todas as pesquisas que se seguem.

Quadro 1 - Texto da formulação jurídica em Ex 21,16

Quem rapta um homem	שִׁיָּא בִּנְיָן	v. 16a
– quer o venda	וּרְכָמוֹ	v. 16b
quer seja encontrado em sua mão –	אִדְּבָ אֶצְמֻנוֹ	v. 16c
certamente morrerá.	תָּמוּתוֹ תוֹמָה	v. 16d

Fonte: organização do autor

2.2 Manuscrito lido

Embora as tradições exodais no Pentateuco narrem um mundo que visa ao Egito faraônico no século XIII antes de Cristo, isto é, à escravização dos hebreus no período de Ramsés II e a saída deles no tempo do faraó Merneptá, e ainda que o *Código da Aliança* (Ex 20,22–23,33), aparentemente, refira-se à sociedade israelita na terra prometida no decorrer dos primeiros séculos do tempo da monarquia, ou seja, aos anos entre 1000 e 800 antes de Cristo (séculos X-VIII) ou até mais, o texto mais antigo e ainda acessível de Ex 21,16 é bem mais jovem.¹¹ Quer dizer, séculos e até milênios separam a configuração original da lei bíblica das cópias mais antigas dela, que ainda hoje são acessíveis.

A edição crítica do Pentateuco aqui usada é a *Bíblia Hebraica Stuttgartensia*, com a sua quarta edição publicada em 1997. Ela acolhe fielmente o manuscrito medieval do *Códice de Leningrado*. No caso, trata-se de “uma cópia feita por Salomão ben Jakob, em 1008 d.C., no Cairo Antigo”.¹² O original desse manuscrito encontra-se hoje na Biblioteca Nacional da Rússia, em São Petersburgo, isto é, a cidade de Leningrado, na época da União Soviética. O *Códice de Leningrado* é fruto do trabalho dos *massoretas*, ou seja, de escribas judeus que, na primeira metade da Idade Média, visavam a “conservar, integralmente, e transmitir, fielmente, o texto bíblico hebraico”, equipando este último com “sistemas de vocalização”.¹³ Existe hoje uma nova edição crítica, com o nome de *Bíblia Hebraica Quinta*, a qual, progressivamente, irá substituir a *Bíblia Hebraica Stuttgartensia*. O volume com o livro do Êxodo, por sua vez, ainda está em fase de elaboração.

O texto hebraico de Ex 21,16, apresentado na página anterior, é aquele que se lê no *Códice de Leningrado*. Abaixo, segue uma imagem digitalizada dele: do lado direito ao lado esquerdo, leem-se, na primeira linha, primeiramente as últimas duas palavras de Ex 21,15 (תִּמְּוֵי תוֹמָה). Em seguida, observa-se o texto inteiro de Ex 21,16, com as letras hebraicas, os sinais vocálicos e os sinais de pausa (תִּמְּוֵי תוֹמָה יִדְּבֵי אֶצְמֶנּוּ וְרָכְמֵנוּ שִׂיֵּא בְּגִלְוִי).



Imagem 1: detalhe do *Códice de Leningrado*¹⁴

2.3 Variantes

O aparato crítico da *Bíblia Hebraica Stuttgartensia* apresenta as variantes importantes que se encontram em outros manuscritos hebraicos antigos, ou cuja existência é imaginada ao se conferir o texto bíblico nas antigas traduções do texto hebraico para o grego, aramaico, siríaco e/ou latim. No caso de Ex 21,16, porém, nenhuma variante é anotada pelos editores da *Bíblia Hebraica Stuttgartensia*. Por isso, não cabe realizar maiores estudos de *crítica textual*.

2.4 Configuração poética

Observa-se nos estudos exegéticos que também os *conjuntos de leis* no Pentateuco foram artisticamente compostos. Ou seja, às *formulações jurídicas* em questão, pertence maior literariedade e/ou poeticidade. Por

isso, é possível falar de “poesia jurídica”, no sentido de que também as leis, como texto, sejam obras de arte, comparáveis às *narrativas* e aos *poemas*, os outros dois gêneros literários maiores constantes no Pentateuco.¹⁵ Referente à formulação jurídica em Ex 21,16, é possível observar o emprego de diversos elementos estilísticos.

Antes de tudo, é chamativo que a lei em questão, observando-se o texto hebraico – תָּמִי תוֹם יוֹדֵב אֶצְמְנִי וְרָכְמִי שִׂיאַ בִּגְדִי – , é formada por sete palavras. O número *sete* e seus múltiplos serviram aos poetas hebreus como instrumento estilístico para bem organizar um texto. Aparentemente, ao alcançar-se o número sete, algo se tornaria completo. E, quanto mais os ouvintes-leitores se acostumavam com a presença de tal elemento estilístico, mais a ideia da completude transmitida pelo número sete se tornava plausível. A organização da semana em sete dias pode ter favorecido o nascimento do simbolismo. No entanto, ao traduzir Ex 21,16 para o português, não é possível imitar o elemento estilístico em questão. De sete palavras se chega a quinze: “Quem rapta um homem – quer o venda, quer seja encontrado em sua mão – certamente morrerá”.

Também a subdivisão da lei em suas diversas partes espelha a presença de números significativos. *Quatro* palavras constituem a formulação que traz a ideia principal transmitida pela lei: “Quem sequestra um homem, certamente, morrerá” (v. 16a.d). Também esse número guarda simbolismos: sejam lembradas as *quatro* estações ou as *quatro* direções. Aliás, observando a sequência com a qual a lei em Ex 21,16 é apresentada surge uma *estrutura concêntrica*: as primeiras duas palavras da formulação principal – “Quem rapta (בִּגְדִי) um homem (שִׂיאַ)” (v. 16a) –, as três palavras das duas orações explicativas – “quer o venda (וְרָכְמִי)” (v. 16b), “quer seja encontrado (אֶצְמְנִי)” em sua mão (יֹדֵב)” (v.16c) – e as outras duas palavras da formulação principal – “certamente morrerá (תָּמִי תוֹם)” (v. 16d). Ou, com outras palavras, nasce um ritmo correspondente à sequência 2+3+2, sendo que o último elemento corresponde ao primeiro, formando os dois uma moldura em torno do elemento central (a+b+a).

O número *sete* também é alcançado quando se observa que há *três* referências à vítima e *quatro* referências a quem comete o crime. O criminoso é “quem rapta” (v. 16a), “quem vende” (v. 16b) e quem “certamente morrerá” (v. 16d). Além disso, a lei olha para a “mão dele” (v. 16c). A vítima, por sua vez, aparece como “um homem” (v. 16a) que é “vendido” (v. 16b) ou “encontrado na mão” (v. 16c) de seu sequestrador. Outro número simbólico é alcançado com as *cinco* presenças de *quatro* raízes verbais diferentes: “raptar (בִּגַּג)” (v. 16a), “vender (רָכַם)” (v. 16b), “encontrar (אָצַם)” (v. 16c) e, duas vezes “morrer (תָּם)” (v. 16d). Em especial, o número *cinco* serve como alusão aos cinco livros do Pentateuco.

Finalmente, comparado aos demais períodos que, em Ex 21,12-17, formam o conjunto de formulações jurídicas que visam a crimes capitais, observa-se que o sujeito no v. 16a é bem paralelo aos sujeitos no v. 12a – “quem fere (הַכֵּה) um homem (אִישׁ)” –, no v. 15a – “quem fere (הַכֵּה) seu pai (אָבִי) ou sua mãe (אִמִּי)” – e no v. 17 – “quem amaldiçoa (לְלַקֵּךְ) seu pai (אָבִי) ou sua mãe (אִמִּי)”. Isto é, trata-se de quatro sujeitos compostos por um participio ativo e um complemento. Mais ainda: que se forma aqui uma sequência é possível descobrir, quando se observa que os últimos três sujeitos, isto é, os últimos três participios ativos nos v. 15a.16a.17a se encontram prefixados pela conjunção “e”, dando continuidade ao primeiro sujeito no v. 12a, o qual não traz a conjunção justamente por iniciar a sequência.

Ora, o conjunto dos elementos estilísticos empregados – números simbólicos, estrutura concêntrica, sequências que nascem de paralelismos significativos – permite descobrir o quanto a formulação jurídica em Ex 21,16 foi poeticamente configurada. Com isso, a lei pode ser mais facilmente decorada, ou seja, guardada na memória, algo importante para o processo de transmissão.

2.5 A forma da lei

As leis no Pentateuco apresentam um determinado tipo de comunicação. Ouve-se a voz do legislador israelita, o qual se propõe a motivar determinados comportamentos e, assim, organizar as convivências na sociedade. No caso, Ex 21,16 existe como *lei escrita* e faz parte de um conjunto de leis. Este último, no nível da redação final do Pentateuco, é identificado com o *Código da Aliança* (Ex 20,22–23,33). Tal nome é originado pela expressão “livro da aliança (תִּרְבֵּה רֶפֶס)” em Ex 24,7. Todavia, somente o livro do Êxodo, segundo livro no Pentateuco, reúne textos pertencentes a três *gêneros literários* maiores: *narrativas*, *poemas líricos* (Ex 15,1-18.21) e *conjuntos de leis*.

No entanto, o legislador israelita conhece diferentes *formas* para compor uma lei. Em princípio, “as designações *direito casuístico* e *direito apodíctico* se impuseram” para indicar tais formas.¹⁶ Uma *lei casuística* nasce da apresentação ou descrição de um *caso*, a qual é seguida pela determinação de uma *consequência jurídica*. Dentro desse esquema, existem possibilidades de variar as formulações. Ora na oração condicional, ora na oração principal, é possível flexionar o verbo na segunda pessoa, seja no singular, seja no plural, ou na terceira pessoa do singular ou plural. No primeiro caso, o legislador se dirige, de forma direta, à comunidade. No segundo caso, isso ocorre de forma indireta. No mais, ocorre o uso de duas conjunções subordinativas condicionais: ora se observa “se (וְ)”, ora “caso (אִם)”. A primeira delas, em princípio, é usada para apresentar o caso principal e a segunda, para os casos secundários (confira-se, como exemplo, o conjunto de leis casuísticas

em Ex 21,1-11). Todavia, leis casuísticas estabelecem casos exemplares ou paradigmáticos. Ao procurar por uma decisão jurídica em um processo, a dinâmica e as medidas previstas pela lei casuística precisam ser aplicadas com bom senso.

De forma mais direta ainda, o legislador israelita impõe sua vontade ao formular *leis apodíticas* ou *imperativas*, agora sem a presença de uma oração condicional. Ora isso ocorre como *proibição*, por meio da partícula negativa “não (לֹא)” e o verbo flexionado na conjugação dos prefixos, segunda pessoa singular ou plural (Ex 20,23; 22,20). Ora se observa um *veto*, com o uso de outra partícula negativa, que também precisa ser traduzida como “não (אַל)”, e o verbo flexionado na conjugação dos prefixos, segunda pessoa, porém, na forma curta do jussivo (Ex 23,1.7). No mais, há a *prescrição* positiva. Sem uma partícula negativa e com o verbo flexionado na conjugação dos prefixos ou na conjugação dos sufixos com *waw-inversivo*, na segunda pessoa singular ou plural (Ex 20,24; 22,20). O verbo flexionado na terceira pessoa apenas constitui uma variante (Ex 23,17).¹⁷

A formulação jurídica estudada neste capítulo constitui uma *lei apodítica* ou *imperativa*: “Quem rapta um homem – quer o venda, quer seja encontrado em sua mão – certamente morrerá” (Ex 21,16). Não há uma oração condicional subordinada que descrevesse um caso concreto, para, em seguida, definir a consequência jurídica. Ao contrário, observa-se uma *prescrição direta*, com o verbo finito flexionado na conjugação dos prefixos, no grau do *hofal*, terceira pessoa singular: “Quem rapta um homem certamente morrerá (יָמוּת)” (v. 17d). Sobretudo, é possível perceber que o legislador israelita, em Ex 21,16, descreve o crime de modo genérico. Visa-se a todos os casos de “raptos de um homem” (v. 16a). Nem importa se a pessoa raptada já foi “vendida” (v. 16c) ou ainda “se encontra na mão” do sequestrador (v. 16c). As leis casuísticas, ao contrário, apresentam casos específicos e/ou singulares, sejam estes factuais ou fictícios.¹⁸ Enfim, a observação de que uma *lei apodítica* ou *imperativa* se propõe a tratar um crime de *forma genérica* e *direta* ganha importância em vista da temática tratada na formulação jurídica em questão.

2.6 Estudo temático

Ao ler a lei em Ex 21,16, surgem diversas questões em relação à temática nela tratada. Qual é, mais exatamente, o crime aqui tratado? Ou seja, o que é um “raptos” ou um “sequestro” de uma pessoa (v. 16a)? Por acaso, tal crime era praticado somente em relação a um “homem” (16a), ou, também, uma mulher podia ser vítima? Quais narrativas na Bíblia Hebraica falam sobre a “venda” de pessoas raptadas ou o tráfico humano (v. 16b)? Além disso, qual é a representatividade da “mão”, a qual, aparentemente, assume

conotações simbólicas nesta formulação jurídica (v. 16c)? E, finalmente, como compreender a pena de “morte” (v. 16d) prevista como punição para quem comete o crime?

2.6.1 Furto, roubo e/ou rapto

A raiz verbal hebraica a ser traduzida ora como “furtar”, ora como “roubar” ou “raptar” (בגב), tem dez presenças somente no *Código da Aliança* (Ex 20,22–23,33). Cinco vezes ela é flexionada como verbo (Ex 21,16.37; 22,6.11^{2x}). Também há uma presença dela no *Decálogo* (Ex 20,15). Além disso, presencia-se, três vezes, o substantivo “ladrão (בגב)” no *Código da Aliança*, substantivo derivado da raiz verbal em questão (Ex 22,1.6.7). Por fim, há ainda duas presenças do substantivo “furto (הבג)”, outra palavra derivada da mesma raiz verbal (Ex 22,2.3). O que, por sua vez, mais se visa quando o legislador israelita, no *Código da Aliança*, usa tal raiz verbal?

Em princípio, tudo pode tornar-se algo ou alguém “furtado”, “roubado” ou “raptado”, no sentido de que o vocábulo hebraico “incluir diversos tipos de desvios”.¹⁹ Ora se trata de objetos materiais como a “prata (כסף)”, também no sentido de “dinheiro” (Ex 22,6), ou como qualquer “utensílio (כלי)” (Ex 22,6). Ora se visa a animais: um “gado miúdo (שן)” (Ex 21,37; 22,9), um “boi (ור)” (Ex 21,37; 22,9), um “jumento (רומה)” (Ex 22,9) ou um “gado maior”, respectivamente, um “animal doméstico (המרה)” (Ex 22,9). Por fim, “um homem (איש)” (Ex 21,16) pode ser alvo de rapto. Portanto, faz sentido a proibição genérica contida no decálogo: “Não furtarás!” (Ex 20,15). Isto é, não desviarás nenhum objeto, nenhum animal e nenhum ser humano que pertence a outrem. Além disso, ao contemplar, no *Código da Aliança*, a lista dos objetos e seres eventualmente “furtados”, “roubados” e/ou “raptados”, o ser humano parece ser visto, no primeiro momento, sob o aspecto de ser um bem e, com isso, corresponder a um determinado valor.

No que se refere a “quem furta”, “rouba” ou “rapta”, isto é, ao “ladrão (בגב)”, o *Código da Aliança* prevê diversos destinos. Ao cometer um “arrombamento (תחתון)”, “o ladrão pode ser encontrado (בגב אצמי)”, correndo o risco de “ser ferido (הרה) e morto (תמו)”, “sem” que isso, “em relação a ele”, fosse considerado “um crime de sangue (מימד ויליא)” (Ex 22,1), caso ocorra na escuridão da noite (Ex 22,2). Também é possível um “ladrão (בגב) ser encontrado (אצמי)” e precisar “indenizar duas vezes (מינש מלש)” o valor do que furtou (Ex 22,6). Por fim, o legislador israelita, de acordo com a realidade, sabe também da possibilidade de o “ladrão não ser encontrado (אל בגב אצמי)” (Ex 22,7).

Por fim, o *Código da Aliança* contempla o “furto”, o “roubo” e/ou o “rapto” em si como um crime, sendo que o substantivo hebraico traduzido assim (הבג), em toda a Bíblia hebraica, somente consta em Ex 22,2.3. No

caso, um “ladrão sem nada (ולֹאֵיֶמֶן)”, ou seja, sem recursos para “indenizar” sua vítima “será vendido (וְכִנְּתָהּ) por causa de seu furto (וּתְבַגֵּבֶנָּה)” (Ex 22,2). Com o mesmo substantivo hebraico, porém, o legislador israelita também pode indicar o “objeto furtado”, como se observa em Ex 22,3: “Caso o objeto furtado (הַבְּגִנָּה), de fato, for encontrado na mão dele – quer um boi, um jumento ou um gado miúdo vivo –, indenizará em dobro”.

2.6.2 Homem ou homem e mulher

No *Código da Aliança* (Ex 20,22–23,33), o substantivo masculino comumente traduzido como “homem (אִישׁ)” pode ser observado vinte e duas vezes (Ex 21,7.12.14.16.18^{2x}.20.22.26.28.29.33^{2x}.35.37; 22,4.6^{2x}.9.13.15.30). O substantivo feminino “mulher (אִשָּׁה)”, por sua vez, aparece onze vezes, exatamente a metade das vezes que figura o homem: Ex 21,3^{2x}.4^{2x}.5.22^{2x}.28.29; 22,15.23.²⁰ No entanto, enquanto o segundo vocábulo sempre indica uma *mulher*, o primeiro pode ser usado no sentido de referir-se a um *homem* no sentido de gênero masculino ou ao homem no sentido de *ser humano*, subentendendo-se *homem e mulher*. Aliás, esse problema pertencente ao hebraico bíblico permanece na língua portuguesa.

O que, por sua vez, deve entender-se em Ex 21,16, traduzido aqui como: “Quem rapta um *homem* (אִישׁ) – quer o venda, quer seja encontrado em sua mão – certamente morrerá”? Conforme as análises morfossintáticas anteriores, as duas palavras que incluem uma referência ao “homem raptado” (v. 16a) são flexionadas no gênero masculino: “quer o venda” (v. 16b), “quer (ele) seja encontrado” (v. 16c). Mesmo assim, permanece a questão se a formulação jurídica em Ex 21,16 vise apenas o *rapto de um homem* ou, de forma mais ampla, o *rapto de um homem e/ou de uma mulher*.

Ao considerar os paralelismos referentes à raiz verbal traduzível como “raptar (בִּגַּב)” (Ex 21,16), ouve-se ou lê-se na *Bíblia Hebraica* a respeito de homens e mulheres raptados. Seja lembrado o caso de Lia e Raquel, o qual é avaliado nesse sentido por Labão, quando este dirige o seguinte discurso a Jacó: “E *raptaste* (בִּגַּבְתָּ) meu coração, quando conduziste minhas filhas prisioneiras pela espada!” (Gn 31,26). Embora, nessa formulação, o objeto do *rapto* seja o *coração*, visa-se, por meio da expressão metafórica, um rapto de duas mulheres. Além disso, com o uso da mesma raiz verbal, contempla-se o “rapto” de José (Gn 40,15^{2x}), da criancinha Joás (2Rs 11,2; 2Cr 22,11) e de “irmãos” (Dt 24,7; 2Sm 19,42), sendo que o vocábulo *irmão*, usado de forma genérica, também pode incluir a *irmã*.

No mais, ao serem usadas outras *raízes verbais*, é possível imaginar o rapto e/ou o sequestro de uma pessoa. Por exemplo, narra-se em 1Rs 3,20 como uma mulher “tomou (חָקַל)” o filho de outra mulher. Em Jó 24,9, por sua vez, é denunciado o crime do órfão ser “roubado” ou “tirado à força

(לֵא) do peito”, ou seja, da mãe.²¹ A partir desses paralelismos, sobretudo, ao valorizar a narrativa que envolve Lia e Raquel (Gn 31,26), é possível imaginar que a formulação jurídica em Ex 21,16 vise ao rapto de *homens e mulheres*, adotando a linguagem inclusiva quando fala do “rapto de um homem” (v. 16a).

2.6.3 A venda de um ser humano

Ao verificar, somente nos cinco livros do Pentateuco, a raiz verbal comumente traduzida como “vender” (רכב), é possível observar que, de um lado, visa-se à transferência ou à proibição da transferência de bens imóveis e móveis. Eis uma lista dos itens mencionados: no Egito, é possível vender um “campo (הַדֶּשֶׁא)” (Gn 47,20) ou um “terreno (הַמָּדֵא)” (Gn 47,22); em Israel, vende-se um “touro (רֶשֶׁת)” (Ex 21,35.37) ou um “gado miúdo (הַשֵּׂה)” (Ex 21,37), uma “carcaça (הַלֵּבֶן)” (Dt 14,21), uma “casa residencial (בֵּית־מִיֶּנֶה)” (Lv 25,29), “os anos de produção (שָׁנֵי בִּתְיֻנָּה)” (Lv 25,15.16.27) de “algo vendável (רֶכֶתֶם)” (Lv 25,14), isto é, de uma “propriedade (הַדִּחָא)” produtiva (Lv 25,25), mas, em princípio, não pode ser vendida “a terra (אֶרֶץ)” (Lv 25,23) ou “um campo de pastagem (שְׂרָגְמֵי הַדֶּשֶׁא)” (Lv 25,34), contemplados como bens invendáveis adquiridos por herança. Além disso, as narrativas bíblicas trazem a ideia de poderem ser vendidos os direitos vinculados à “primogenitura (הֶרֶבֶב)” (Gn 25,31.33).

De outro lado, na metade das vezes em que é mencionada a raiz verbal “vender” (רכב), os textos do Pentateuco se preocupam com a comercialização de um ser humano. Ora parece visar-se a uma venda legal, ora a uma venda ilegal da pessoa em questão. Nesse sentido, *Raquel* e *Lia* pressupõem que o pai delas “as teria vendido, considerando-as como estrangeiras e apropriando-se da prata delas” (Gn 31,15). Outra personagem representativa em vista dessa realidade é *José*. Em diversos momentos, a narrativa no livro do Gênesis contempla a *venda* dele. Ora Judá faz a seguinte proposta a seus irmãos: “Vamos vendê-lo (וַיִּכְרְמוּ) aos ismaelitas” (Gn 37,27). E isso, de fato, ocorre: “Venderam (וּכְרְמוּ) José aos ismaelitas por vinte pratas” (Gn 37,28). No entanto, mais tarde, de forma surpreendente, “madianitas o vendem (וּכְרְמוּ) aos egípcios, para Potifar, eunuco do faraó, chefe da guarda” (Gn 37,36). Finalmente, ao reencontrar seus irmãos, José lhes lembra duplamente o ocorrido: “Vendestes-me (יָתָא מִתְּרַכְמִי) ao Egito” (Gn 45,4.5).

As demais presenças da raiz verbal traduzida como “vender” (רכב) ocorrem nas formulações jurídicas do Pentateuco. O próprio *Código da Aliança* (Ex 20,22–23,33) imagina o caso de um homem hebreu “vender (רָכַם) sua filha como serva (הַמָּא)” a outro hebreu (Ex 21,7), sendo que quem a adquire jamais “pode exercer sua autoridade” no sentido de “vendê-la (הִכְרַמְלִי) a um povo estrangeiro” (Ex 21,8). A causa da venda, em geral, é o endividamento.

Todavia, na realidade, a filha hebreia vendida não entrará como “serva” na casa de quem a adquire, mas ela se tornará esposa dele ou esposa de um dos filhos dele, tendo, como mulher casada, todos os seus direitos – alimentação, vestimenta e descendência – bem respeitados. Caso contrário, ela tem o direito de “sair gratuitamente” (Ex 21,11). Ou seja, já a legislação mais antiga de Israel insiste na circunstância de uma mulher hebreia, em princípio, não poder tornar-se *serva* e/ou *escrava*. Pelo contrário, o legislador deseja que ela, como filha, esteja na casa do pai dela ou, como esposa, na casa do marido.²² No caso do homem hebreu, por sua vez, a realidade é outra. O *Código da Aliança* prevê que um hebreu “adquire” e/ou “compre (הִנִּק) um servo hebreu (וְיָבֶעַ דְּבָרָא)” (Ex 21,2). No entanto, a “servidão” deste último não deve ultrapassar o prazo de “seis anos”, sendo que “no sétimo sairá como liberto (וְיִשְׁפָּרָה)” (Ex 22,2).

Em outro momento, o mesmo *Código da Aliança* imagina uma situação na qual um ladrão de gado, após ter sido encontrado, “realmente, haverá de indenizar (מִלְשָׁי מִלְשָׁי)” o dono do animal furtado (Ex 21,37–22,3). Contudo, “caso não tenha nada, ele será vendido (רִכְמִנִּי) em razão de seu furto (וּתְבִנְגָּב)” (Ex 22,2). Enfim, para o conjunto mais antigo de leis do Israel bíblico, empobrecimento ou cometimento de crime pode causar que alguém se torne um *servo* subjugado ao domínio de outra pessoa, no sentido de ser *comprado* e/ou *vendido*. Mesmo assim, quem se vê exposto ao poder de outrem continua a gozar de direitos fundamentais, sobretudo, da preservação de sua integridade física (Ex 21,20–21). Nem pode ter seu “olho” ou seu “dente” gratuitamente machucado (Ex 21,26–27).²³

2.6.4 A representatividade da mão

O legislador israelita, dez vezes, menciona a “mão (יָד)” no *Código da Aliança* (Ex 21,13.16.20.24^{2x}; 22,3.7.10; 23,1.31). É um número de paralelismos suficientemente grandes para compreender o que tal membro do corpo humano pode assumir de conotações simbólicas.

Em diversos momentos, a “mão” é contemplada como instrumento capaz de, até mortalmente, “ferir (הִכָּה)” alguém (Ex 21,12–13). Nesse sentido, o legislador israelita, de forma expressa, chega a mencionar o caso de um “servo (דָּבָר)” ou uma “serva (מִתְּנָה)” morrer debaixo da mão (יָד תַּחַת)” de seu dono (Ex 21,20). Justamente em vista disso, defende-se o princípio da igualdade quando se prescreve “mão por mão (יָד תַּחַת יָד)” (Ex 21,24), por mais que a aplicação direta dessa pena prevista seja transformada em pagamento de indenização (cf. Ex 21,26–27). Também é indicada a força que alguém pode exercer, quando se contempla “um boi, um jumento ou um gado miúdo na *mão*” de um ladrão (Ex 22,3). Junto a isso, a expressão “estender a mão (שָׁחַף יָד)” chega a simbolizar o crime de um furto (Ex 22,7.10). Além

disso, imagina-se que alguém “dirija sua mão (יָדָאָהּ תִּשָּׂא)” a outrem avaliado como “perverso (עָשָׂר)”, a fim de, num processo, tornar-se uma “testemunha violenta (עֵד סָמָה)” (Ex 23,1). Enfim, a expressão de estar “na (בְּ) mão (יָד)” de alguém (Ex 23,31), em princípio, significa estar entregue ao domínio violento de tal pessoa.

Voltando à formulação jurídica em Ex 21,16, a lei em questão estudada, outra vez se percebe o quanto o legislador israelita acolhe a *mão* como representante de uma ação *violenta e criminosa*: “Quem rapta um homem – quer o venda quer seja encontrado em sua mão – certamente morrerá”. Aliás, nas dez presenças da mão no *Código da Aliança*, ela sempre adquire uma representatividade negativa. Ou seja, em si, a *mão* é coisa boa, sobretudo quando ela é estendida a quem precisa de ajuda. No entanto, a *mão* pode ser usada para fazer o mal.

2.6.5 A pena de morte

A *pena que traz a morte*, ou seja, a *pena capital*, no *Código da Aliança* (Ex 20,22–23,33), é descrita com as palavras: “morrer, morrerá”, ou, “certamente morrerá (תָּמוּת תוֹמֵה)” (v. 16d). Como explicado acima, é repetida a raiz verbal “morrer” (תוֹמֵה): ora na forma do *infinitivo absoluto*, ora flexionada na *conjugação dos prefixos*, no *grau do Hofal*, terceira pessoa, singular masculino.²⁴ No *Código da Aliança*, essa expressão é usada cinco vezes, sendo que, assim, torna-se uma *fórmula*. Segue a lista dos crimes para as quais o legislador, nas leis mais antigas de Israel, prevê a pena capital: 1. “ferir um homem, sendo que este morre” (Ex 21,12); 2. “ferir pai ou mãe” (Ex 21,15); 3. “raptar um homem” (Ex 21,16); 4. “amaldiçoar pai ou mãe” (Ex 21,17) e; 5. “deitar-se com um animal” (Ex 22,18).

Além disso, as formulações jurídicas no *Código da Aliança* podem expressar-se de outra forma para prescrever a pena de morte. Em Ex 21,28–29, por exemplo, visa-se à seguinte consequência jurídica para “o dono de um boi que, mortalmente, marrou um homem ou uma mulher”: caso ele sabia que “o boi era marrento no passado” e caso ele “tenha sido advertido sobre isso, mas não o vigiou”, “o dono” do animal “morrerá (תָּמוּת)”. Quer dizer, a raiz verbal usada aqui é a mesma. Contudo, ela apenas aparece flexionada na *conjugação dos prefixos*, no *grau do Hofal*, terceira pessoa singular masculina. Não ocorre, porém, o reforço retórico via a repetição da raiz verbal na forma do *infinitivo absoluto*. No entanto, o *Código da Aliança*, em Ex 21,29, apresenta um sexto crime passível da pena capital, defendendo, no caso, o direito da integridade física de qualquer pessoa.

Seja ainda dito que, em Ex 21,14, após o legislador ter imposto, com a fórmula “certamente morrerá (תָּמוּת תוֹמֵה)”, a pena capital para quem “fere um homem, sendo que este morre” (Ex 21,12), a lei em questão promove ainda

um reforço com as seguintes palavras: “Se um homem agir arrogantemente com seu companheiro a ponto de matá-lo por astúcia, tu o tomarás, mesmo de junto de meu altar, *para que morra* (תִּמְוֹךְ)”. Essa vez, a raiz verbal em questão é flexionada como *infinitivo construto*, introduzido por uma preposição.

Como, por sua vez, compreender, mais exatamente, a presença da pena capital no *Código da Aliança* e, com isso, nas *leis mosaicas* pertencentes ao *Pentateuco*, apresentadas como *mandamentos de Deus*? Porventura, a *Bíblia* esteja a favor da pena de morte? Aparentemente, a expressão “certamente morrerá (תִּמְוֹךְ)” (Ex 21,12.15.16.17; 22,18) representa uma “fórmula estereotipada de sanção”, a fim de, por meio dela, destacar aqueles crimes que, “sob nenhuma circunstância, devem acontecer” e, portanto, são considerados gravíssimos: não parece visar-se, porém, à “pena (algo demonstrado pela ausência de determinações sobre a execução dela)”, mas existe a preocupação com o “*éthos*”, no sentido de favorecer-se “parênese, exortação e/ou admoestação”, sobretudo no momento em que “líderes comunitários se propõem a ensinar e a recordar “regras éticas fundamentais”.²⁵

Com outras palavras: o legislador israelita, desde as leis mais antigas, trabalha, em vista das penas, com o instrumento jurídico mais drástico: a pena capital. No entanto, já no *Código da Aliança*, existe uma “flutuação entre os dois tipos de pena”, quer dizer, entre a *pena repressiva* e a *pena restauradora* que visa à *indenização* da vítima.²⁶ Isso pode ser visto, por exemplo, ao contemplar como o legislador israelita aplica o princípio “olho por olho” e “dente por dente” (Ex 21,24), no caso de um “servo” ou uma “serva” terem seu “olho” ou seu “dente ferido”: quem fizer isso, não terá seu olho ou seu dente machucado, mas precisa indenizar a vítima na forma de “mandá-la embora como liberto” (Ex 21,26-27). Trata-se da transformação da pena repressiva em indenização, sendo que, assim, quem sofre, realmente, seja favorecido.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Pela primeira vez, as leis contidas no *Pentateuco* preocupam-se com o que hoje é visto como *tráfico humano* em Ex 21,16: “Quem rapta um homem – quer o venda, quer seja encontrado em sua mão – certamente morrerá”. Essa formulação jurídica, por sua vez, é antecedida, literariamente, por tradições narrativas que acolhem tal delito. Em especial, pela história de *José* (Gn 37–50). O objetivo deste artigo, por sua vez, foi estudar, de forma pormenorizada, a formulação jurídica em Ex 21,16. Em vista disso, foram realizadas investigações crítico-textuais, poéticas e de gênero literário, assim como, temáticas. Decerto, todos esses estudos investiram no

conhecimento de Ex 21,16 dentro de seu contexto: a começar, o contexto do *Código da Aliança* (Ex 20,22–23,33); em seguida, o livro do *Êxodo* e os cinco livros do *Pentateuco*; finalmente, toda a *Bíblia Hebraica*. Prevaleceu o princípio da *exegese canônica*, visando à realidade dos textos bíblicos se explicarem mutuamente.

Existem outros contextos mais amplos. No caso, as leis bíblicas não podem ser identificadas como as legislações mais antigas na história. No século XVIII antes de Cristo, o *Código de Hammurabi*, no parágrafo 14, já trata o crime aqui visado: “Se um *awilum* roubou o filho menor de um (outro) *awilum*: ele será morto”.²⁷ Todavia, aqui não teria sido possível investigar, mais exatamente, tal lei mesopotâmica. Para isso, seriam necessários estudos linguísticos em relação ao *cuneiforme* e maiores conhecimentos sobre o contexto histórico da antiga Babilônia. Contudo, por mais que, eventualmente, o legislador israelita tenha tido conhecimentos dessa tradição jurídica mais antiga, ele, ao compor a lei em Ex 21,16, tem a intenção de explicar-se por meio de sua formulação jurídica, ou seja, dentro de seu contexto literário e histórico-teológico mais imediato, sem que seus ouvintes-leitores dependessem do conhecimento de fontes externas.

Em que sentido, por sua vez, a lei bíblica em Ex 21,16, apresentada como *mandamento de Deus* a ser transmitido por Moisés ao povo de Israel (Ex 20,21-22; 21,1), ilumina a questão do *tráfico humano*? Raptar uma pessoa, a fim de vendê-la a outrem ou subjugá-la a seu domínio violento e opressivo, é um *crime gravíssimo* e, em princípio, merecedor de *pena capital*. Por isso, o legislador israelita insere tal delito na lista dos crimes capitais (Ex 21,12-17). Raptar alguém (Ex 21,16) é como ferir alguém mortalmente (Ex 21,12-14) ou ferir, respectivamente, amaldiçoar pai e mãe (Ex 21,15.17). Ou seja, no Israel bíblico, esses são os crimes mais graves imagináveis.

Mesmo assim, o próprio contexto narrativo de Ex 21,16 consegue imaginar que, no caso do *rapto* e, em seguida, da “venda (רכב)” de alguém, a *pena capital* talvez não precise ser aplicada. Eis as palavras incríveis de José, vendido por seus irmãos, quando se reencontra com estes últimos no Egito: “Eu sou vosso irmão José, a quem *vendestes* (מִתְרַכְבֵּי) para o Egito. Agora não vos entristeçais, nem se irriteis vossos olhos, porque me *vendestes* (מִתְרַכְבֵּי) para cá, pois para a preservação de vossa vida Deus me enviou diante de vós” (Gn 45,4-5). Todavia, nesse caso, o perdão parte da vítima, e não do legislador.

Mesmo assim, o problema continua. Passaram-se outros três milênios e a humanidade continua a assistir ao problema do *tráfico humano*. Há pouco mais de um século e meio, o mundo ainda vivia silenciosamente a trágica situação do chamado *tráfico negreiro*. Milhões de pessoas foram subtraídos do continente africano, com a finalidade de servir ao mercado

escravista, sobretudo, nas Américas.²⁸ E este grande mal da sociedade não ficou no passado. Estima-se que, anualmente, sejam traficadas “mais de dois milhões de pessoas” no mundo.²⁹ O crime, embora menos investigado, é documentado em cento e setenta e cinco países. Criminosos lucram bilhões, enquanto as pessoas raptadas e/ou traficadas são subjugadas a trabalhos forçados e escravizantes, à exploração sexual e ao comércio de órgãos.

A partir de sua fé e, em especial, ao acolher a lei bíblica em Ex 21,16 como mandamento de Deus, a Igreja Católica procura atuar em favor das vítimas do tráfico humano. Insistindo no “respeito pela integridade corporal”, o *Catecismo da Igreja Católica* afirma que “os raptos e o sequestro de reféns espalham o terror e, pela ameaça, exercem intoleráveis pressões sobre as vítimas. São moralmente ilegítimos”.³⁰ Mais ainda, em 2020, o *Dicastério para o Serviço do Desenvolvimento Humano Integral* oferece *Orientações Pastorais sobre o Tráfico de Pessoas*. Define-se que,

embora o objetivo imediato seja a libertação e reabilitação de todos os que estão enredados no tráfico de pessoas, o objetivo último é o de dismantelar e erradicar esse empreendimento extremamente malévolo e repugnante de engano, aprisionamento, domínio e exploração. (DICASTÉRIO PARA O SERVIÇO DO DESENVOLVIMENTO HUMANO INTEGRAL – SEÇÃO PARA OS MIGRANTES E REFUGIADOS, 2020; p.55-56.)

Em âmbito nacional, a *Comissão Episcopal Pastoral Especial para o Enfrentamento ao Tráfico Humano* da CNBB, nesses dias, ofereceu a Cartilha com o mesmo título.³¹ Trata-se, sobretudo, de um trabalho de conscientização em nível pastoral.

Resta a seguinte pergunta: o que hoje pode ser feito? As vítimas de *tráfico humano* são, sobretudo, os sem poder, isto é, os que não valem nada na sociedade e são indefesos e/ou pobres, por excelência mulheres e crianças. Na Bíblia, tais pessoas podem contar com a solidariedade de Deus, sendo que esta deve tornar-se motivação para o comportamento ético e leal do ser humano. No nível das *Nações Unidas*, isso significa a tarefa de estender os acordos internacionais de combate ao tráfico humano e à escravidão. No nível nacional dos Estados, é preciso favorecer iniciativas do legislador e dos órgãos fiscalizadores. No nível individual, pode provocar-se maior interesse público para o assunto, denunciar situações concretas de escravidão e trabalho forçado, apoiar o trabalho de instituições que combatam o tráfico humano, diminuir a demanda, por exemplo, no que se refere ao consumo de material pornográfico na internet.

Todavia, existem organismos na *Igreja Católica* que lidam com esta problemática. Seja mencionada, por exemplo, a rede internacional chamada de *Thalita kum*.³² Também existe na esfera nacional, por parte da *Conferência dos Religiosos do Brasil* (CRB), a *Rede um Grito pela Vida*.³³

Por fim, vale as seguintes palavras do Papa Francisco:

“A Igreja Católica pretende intervir em cada fase do tráfico dos seres humanos: quer protegê-los do engano e da sedução; quer encontrá-los e libertá-los quando são transportados e reduzidos em escravidão; quer assisti-los quando forem libertados. Com frequência as pessoas que foram aprisionadas e maltratadas perdem a capacidade de ter confiança nos outros, e a Igreja resulta ser com frequência a última âncora de salvação.”.³⁴

NOTAS

¹ Este artigo é parte da minha dissertação de mestrado, defendida pela PUC/SP em 2022.

² Cf.: <https://brazil.iom.int/pt-br/news/50-milhoes-de-pessoas-vivem-em-condicao-de-escravidao-moderna-no-mundo>. Acesso em 09 de jul. 2025.

³ Cf.: <<https://news.un.org/pt/story/2023/10/1822172>>. Acesso em 12 de dez. 2024.

⁴ Cf.:<https://www.unodc.org/documents/lpo-brazil//Topics_TIP/Publicacoes/TiP_PT.pdf>. Acesso em 08 de jun. 2020.

⁵ Conforme dados oficiais das Nações Unidas (Cf. <<https://www.unodc.org/unodc/en/organized-crime/intro/UNTOC.html>>. Acesso em 19 de nov. 21.

⁶ Conferir: <<https://www.unodc.org/unodc/en/organized-crime/intro/UNTOC.html>> (Acesso em 19/10/22).

⁷ Conferir: < <https://www.unodc.org/lpo-brazil/pt/trafico-de-pessoas/index.html> >. Acesso em 11 de jan. 2025.

⁸ Cf. < https://www.ohchr.org/en/udhr/documents/udhr_translations/por.pdf >. Acesso em 08 de jun. 2020.

⁹ O seguinte estudo serve como referência para o conhecimento da narrativa bíblica em questão: WÉNIN, André. **José ou a invenção da fraternidade: leitura narrativa e antropológica de Gênesis 37–50**. São Paulo: Loyola, 2011.

¹⁰ Informações a respeito do destino levado pelos hebreus no Egito se encontram em: GRENZER, Matthias. O fracasso da política de opressão violenta (Êxodo 1,8-14). In: **Horizonte**, v. 12, p. 141-163, 2014.

¹¹ Comumente, imagina-se que “o Código da Aliança é do período entre a monarquia consolidada e o Deuteronômio” (Cf. CRÜSEMANN, Frank. **A Torá: teologia e história da lei do Antigo Testamento**. Petrópolis: Vozes, 2001, p. 135).

¹² FISCHER, 2013, p.41.

¹³ FRANCISCO, 2008, p. 248-250.

¹⁴ O *Códice de Leningrado* está disponível em: <https://archive.org/details/Leningrad_Codex>. Acesso em 12 ago. 2021.

¹⁵ GRENZER, Matthias; DOS SANTOS, Maria Cristina. Poesia jurídica. In: **Pesquisas em Teologia**, v. 3, p. 251-264, 2020.

¹⁶ MEYER, 2017, p. 17.

¹⁷ Um estudo das leis no Código da Aliança em perspectiva estilística pode ser conferido em: OSUMI, 1991, p. 20-22.

¹⁸ MEYER, 2017, p. 31.

¹⁹ HAMP, 1997, p. 39-40 (p. 39-45).

²⁰ No que se refere ao *Código da Aliança*, além do vocábulo “mulher (אִשָּׁה)”, o qual, em diversos momentos, é bem compreendido como “esposa”, ainda se observa a menção expressa de outras duas mulheres específicas: a “donzela (אִלְתָּה)” (Ex 22,15.16) e a “viúva (אַלְמָנָה)” (Ex 22,21.23).

²¹ Cf. GRENZER, 2005, p. 45-49.

²² Cf. CRÜSEMANN, 2001, p. 210-211.

²³ Mais tarde, ao serem investigadas as formulações jurídicas referentes à proibição da venda de alguém, em Dt 24,7 (Capítulo 2), também serão discutidas as leis que, no *Código Deuteronômico* (Dt 12–26), visam à venda de uma pessoa (Dt 15,12; 21,14; 24,7). Por enquanto, para bem compreender a formulação jurídica em Ex 21,16, é suficiente perceber como o *Código da Aliança* (Ex 20,22–23,33), contexto legislativo mais direto da lei estudada no Capítulo 1 desta Dissertação, reflete sobre a venda de um ser humano.

²⁴ Cf. o estudo morfológico em 1.2.1.

²⁵ HIEKE, 2004, p. 373-374. [p. 349-374]

²⁶ SCHENKER, 1990, p. 103.

²⁷ Tradução do cuneiforme segundo Emanuel BUZON (**O Código de Hammurabi**. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 1999, p. 57).

²⁸ Estima-se que quase nove milhões e meio de pessoas sofreram com o “tráfico transatlântico de escravos”, entre 1514 e 1866. Cf.: DORIGNY, Marcel e GAINOT, Bernard. **Atlas das escravidões: da Antiguidade até nossos dias**. Petrópolis: Vozes, 2017; p.31.

²⁹ UNITED NATIONS OFFICE ON DRUGS AND CRIME (UNODC). UN.GIFT – **Iniciativa Global da ONU contra o Tráfico de Pessoas**. In: <<https://www.unodc.org/lpo-brazil/pt/trafico-de-pessoas/ungift.html>>. Acessado em 18/10/2022.

³⁰ CATECISMO DA IGREJA CATÓLICA, 2017; (n. 2967); p. 590.

³¹ In: <<https://www.cnbb.org.br/wp-content/uploads/2022/10/caderno-Nas-trilhas-do-enfrentamento-ao-trafico-de-pessoas-v-digital-alta-qualidade.pdf>>. Acessado em 17 de out. 2022.

³² In: <<https://www.talithakum.info/pt>>. Acesso em 18 de out. 2022.

³³ In: <<http://gritopelavida.blogspot.com/>>. Acesso em 18 de out. 2022.

³⁴ Discurso do Papa Francisco aos participantes no *IV Dia Mundial de Oração e Reflexão Contra o Tráfico de Seres Humanos* em 12 de fevereiro de 2018. In: <https://www.vatican.va/content/francesco/pt/speeches/2018/february/documents/papa-francesco_20180212_contro-tratta.html>. Acesso em 18 de out. 2022.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALT, Albrecht. **Terra Prometida**: ensaios sobre a história do Povo de Israel. São Leopoldo: Sinodal, 1987.

ANDIÑACH, Pablo R. **O Livro do Êxodo**: um comentário exegético-teológico. São Leopoldo: Sinodal/EST, 2010.

BAR-EFRAT, Shimon. **Wie die Bibel erzählt**: Alttestamentliche Texte als Kunstwerke verstehen. Gütersloh: Gütersloher Verlagshaus, 2006.

BOUZON, Emanuel. **O Código de Hammurabi**: introdução, tradução do texto cuneiforme e comentários. 10. ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

BROTZAMAN, Ellis. e TULLY, Eric. **Crítica textual do Antigo Testamento**: uma introdução prática. São Paulo: Vida Nova, 2021.

BRASIL. MINISTÉRIO DA JUSTIÇA. Secretaria Nacional de Justiça, Coordenação de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas. **Cadernos temáticos sobre tráfico de pessoas, v.1**: Conceito e Tipologias de Exploração. Brasília: Ministério da Justiça, 2014.

CATECISMO da Igreja Católica. 19. ed. São Paulo: Loyola, 2000.

CRÜSEMANN, Frank. **A Torá**: teologia e história social da lei do Antigo Testamento. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2002.

DICASTÉRIO PARA O SERVIÇO DO DESENVOLVIMENTO HUMANO INTEGRAL – SEÇÃO PARA OS MIGRANTES E REFUGIADOS. **Orientações pastorais sobre o tráfico de pessoas**. Brasília: Edições CNBB, 2020.

- DORIGNY, Marcel; GAINOT, Bernard. **Atlas das escravidões**: da Antiguidade até nossos dias. Petrópolis: Vozes, 2017.
- ELLIGER, Karl; RUDOLPH, Wilhelm, et all (eds.) **Bíblia Hebraica Stuttgartensia**. 5. ed. Stuttgart: Deutsche Bibelgesellschaft, 1997.
- FINKELSTEIN, Israel; SILBERMAN, Neil A. **A Bíblia não tinha razão**. São Paulo: A Girafa, 2003.
- FISCHER, Alexander Achilles. **O texto do Antigo Testamento**. Edição reformulada da Introdução à Bíblia Hebraica de Ernst Würthwein. Barueri: Sociedade Bíblica do Brasil, 2013.
- FOHRER, Georg. **História da religião de Israel**. São Paulo: Academia Cristã; Paulus, 2006.
- FRANCISCO, Edson de Faria. **Manual da Bíblia Hebraica**: introdução ao texto massorético. Guia introdutório para a Bíblia Hebraica Stuttgartensia. 3. ed. São Paulo: Vida Nova, 2008.
- FRANCISCO, Papa. **Discurso aos participantes no IV Dia Mundial de Oração e Reflexão Contra o Tráfico de Seres Humanos**. (12 de fevereiro de 2018). Disponível em: https://www.vatican.va/content/francesco/pt/speeches/2018/february/documents/papa-francesco_20180212_contro-tratta.html . Acesso em 18 de out. 2022.
- GRENZER, Matthias. **O projeto do Êxodo**. 2. ed. ampl. São Paulo: Paulinas, 2007.
- GRENZER, Matthias; SANTOS, Maria Cristiane. Poesia jurídica: um estudo exemplar de Lv 19,17-18. **Revista Pesquisas em Teologia**, v. 3, n. 6, p. 251-264, 2020.
- GRENZER, Matthias; Imigrante em Madiã (Ex 2, 15c-22). Traços característicos do personagem Moisés. **Atualidade Teológica**, v.49, p.75-89, 2015.
- GRENZER, Matthias. O fracasso da política de opressão violenta (Êxodo 1,8-14). **Horizonte**, v. 12, p. 141-163, 2014.
- HAMP, Douglas. גָּנַבְּ gānabh. In: BOTTERWECK, Johannes; RINGGREN, Helmer. **Theological Dictionary of the Old Testament**. Grand Rapids: Eerdmans, 1997; v.3.
- HARRIS, Laird.; ARCHER JR, Gleason ; WALTKE, Bruce. (Orgs.) **Dicionário Internacional de Teologia do Antigo Testamento**. São Paulo: Vida Nova, 1998.
- HIEKE, Thomas. Das Alte Testament und die Todesstrafe. **Biblica**, v. 85, n. 3, a., p. 349-374, 2004.
- HOLLADAY, Willian. **Léxico hebraico e aramaico do Antigo Testamento**. São Paulo: Vida Nova, 2010.

- JOÜON, Paul; MURAOKA, Takamitsu. **Gramática del hebreo bíblico**. Estella (Navarra): Verbo Divino, 2009.
- KESSLER, Rainer. **História social do Antigo Israel**. São Paulo: Paulinas, 2009.
- LIVERANI, Mario. **Para além da Bíblia**: história antiga de Israel. São Paulo: Paulus; Loyola, 2008.
- LIVERANI, Mario. **Antigo Oriente**: história, sociedade e economia. São Paulo: Edusp, 2016.
- LÓPEZ, Félix Garcia. **O decálogo**. São Paulo: Paulus, 1995.
- MARGUERAT, Daniel; BOURQUIN, Yvan. **Para ler as narrativas bíblicas**: iniciação à análise narrativa. São Paulo: Loyola, 2009.
- MAZAR, Amihai. **Arqueologia na terra da Bíblia**: 10000 – 586 a.C. São Paulo: Paulinas, 2003.
- MEYER, Berend. **Das Apodiktische Recht**. Stuttgart: Kohlhammer, 2017
- OSUMI, Yuichi. **Die Kompositionsgeschichte des Bundesbuches Exodus 20,22b–23,33**. Freiburg; Göttingen: Universitätsverlag; Vandenhoeck & Ruprecht, 1991.
- OTTO, Eckart. **A Lei de Moisés**. São Paulo: Loyola, 2011.
- PEETZ, Melanie. **O Israel bíblico**: história, arqueologia, geografia. São Paulo: Paulinas, 2022.
- SAKAMOTO, Leonardo (org.). **Escravidão contemporânea**. São Paulo: Contexto, 2020.
- SCHENKER, Adrian. **Versöhnung und Widerstand**: bibeltheologische Untersuchung zum Strafen Gottes und der Menschen, besonders im Lichte von Exodus 21–22. Stuttgart: Katholisches Bibelwerk, 1990.
- SEYBOLD, Klaus. **Poetik der erzählenden Literatur im Alten Testament**. Stuttgart: Kohlhammer, 2006.
- SKA, Jean Louis. **Introdução à leitura do Pentateuco**: chaves para a interpretação dos cinco primeiros livros da Bíblia. São Paulo: Loyola, 2003.
- SKA, Jean Louis. **O canteiro do Pentateuco**: problemas de composição e de interpretação / aspectos literários e teológicos. São Paulo: Paulinas, 2016.
- VENDRAME, Calisto. **A escravidão na Bíblia**: com uma reflexão preliminar sobre a escravidão no mundo greco-romano e na civilização ocidental. São Paulo: Ática, 1981.
- WALTKE, Bruce; O'CONNOR, Michael. **Introdução à sintaxe do hebraico bíblico**. São Paulo: Cultura Cristã, 2006.

WÉNIN, André. **José ou a invenção da fraternidade: leitura narrativa e antropológica de Gênesis 37–50**. São Paulo: Loyola, 2011.

ZWICKEL, Wolfgang. **Atlas bíblico**. São Paulo: Paulinas, 2010.

RESUMO

O presente artigo é parte do resultado de uma pesquisa dissertativa que se propõe a estudar uma formulação jurídica, enquanto configuração poética, contida no Pentateuco (Ex 21,16) que visa à questão do tráfico humano e ao processo da escravização de pessoas raptadas. Trata-se de uma lei composta no decorrer do primeiro milênio antes de Cristo, no âmbito do Israel bíblico, que promove determinada reflexão teológica, dentro de um contexto bastante concreto. O tráfico de pessoas, sem dúvidas, é um grande mal em nosso meio; não apenas fere a dignidade daqueles que são submetidos a tal situação, mas acaba por ferir a toda a humanidade. Desde que foi ratificado em 12 de dezembro de 2018 o Protocolo de Palermo, no âmbito das Nações Unidas (ONU), tem contribuído decididamente na discussão e no combate a este crime gravíssimo. O Papa Francisco empenhou-se pessoalmente no alerta a esta questão, seja na Igreja, seja na sociedade como um todo, não apenas fazendo com que um dicastério se sensibilize mais sobre esta realidade, como apontado em vários discursos, mensagens e documentos que o “clamor” das pessoas raptadas têm chegado aos céus. Por isso, é um dever ético do cristão, iluminado pela palavra divina, mas, também de toda a humanidade, prevenir, acolher e combater esta trágica situação a que milhões de pessoas são submetidas e exploradas em todo o mundo, anualmente.

Palavras-chave: Raptar; Tráfico de pessoas; Código da aliança; Pentateuco.

ABSTRACT

This research is the partial result of a dissertative study that aims to study a legal formulation, as a poetic configuration, contained in the Pentateuch (Ex 21:16) that addresses the issue of human trafficking and the process of enslaving kidnapped people. This is a law composed during the first millennium BC, within the scope of biblical Israel, which promotes a certain theological reflection, within a very concrete context. Human trafficking, without a doubt, is a great evil in our midst. It not only harms the dignity of those who are subjected to such a situation but ends up harming all of humanity. Since its ratification on December 12, 2018, the Palermo Protocol, within the scope of the United Nations (UN), has contributed decisively to the discussion and combat of this extremely serious crime. Pope Francis has been personally committed to raising awareness about this issue, both in the Church and in society as a whole, not only by raising awareness in a dicastery about this reality, but also by pointing out in several speeches, messages and documents that the “cry” of the kidnapped people has reached the heavens. Therefore, it is an ethical duty of Christians, enlightened by the divine word, but also of all humanity, to prevent, welcome and combat this tragic situation to which millions of people are subjected and exploited throughout the world every year.

Keywords: Kidnapping; Human trafficking; Alliance code; Pentateuch.

TRAVESSIA agora também ONLINE

Um acervo sem data de vencimento

Já são mais de 80 edições lançadas, com conteúdos para estudo, informação e pesquisa que jamais perdem sua validade. Para aquisição de números anteriores, o valor unitário baixa de acordo com a quantidade solicitada. Aproveite a promoção e pague praticamente a valor da postagem. Entre diretamente em contato conosco.

Valor da assinatura

(3 números por ano)

Nacional

- por 1 ano.....R\$ 150,00
- por 2 anos.....R\$ 250,00
- por 3 anos.....R\$ 350,00

Exterior

- por 1 ano.....U\$ 35,00
- por 2 anos.....U\$ 65,00

Forma de pagamento

Depósito nominal à: **Pia Soc. dos Miss. de S. Carlos**

Banco Bradesco; Agência 515-0; c/c 23083-9

Após efetuar o depósito, informe por e-mail o valor, a data do depósito, finalidade do mesmo, seu endereço atualizado, sua profissão e/ou área de atuação.

Entre em contato conosco através do e-mail
cem@missaonspaz.org ou através
do novo portal acesse os últimos números
da revista **TRAVESSIA**

www.revistatravessia.com.br

Acesse também o nosso Facebook:

Revista Travessia - Revista do Migrante

www.missaonspaz.org

NORMAS DE PUBLICAÇÃO NA REVISTA TRAVESSIA

A Revista Travessia publica: dossiês, artigos originais, notas de pesquisa, entrevistas, resenhas, relatos, poemas, contos. Os textos podem ser em: português, espanhol, inglês, francês, etc.

ARTIGOS - Até 20 páginas, fonte Times New Roman, tamanho 12, espaço entre linhas - 1,5, margens: esquerda e direita – 2,5, cabeçalho e rodapé – 2,5

NOTAS DE PESQUISA – Até 10 páginas, fonte Times New Roman, tamanho 12, espaço entre linhas- 1,5, margens: esquerda e direita – 2,5, cabeçalho e rodapé – 2,5

RELATOS – Até 7 páginas, fonte Times New Roman, tamanho 12, espaço entre linhas - 1,5, margens: esquerda e direita – 2,5, cabeçalho e rodapé – 2,5

ENTREVISTAS - Até 10 páginas, fonte Times New Roman, tamanho 12, espaço entre linhas- 1,5, margens: esquerda e direita – 2,5, cabeçalho e rodapé – 2,5

RESENHAS – Até 5 páginas, fonte Times New Roman, tamanho 12, espaço entre linhas - 1,5, margens: esquerda e direita – 2,5, cabeçalho e rodapé – 2,5

CONTOS – Até 5 páginas, fonte Times New Roman, tamanho 12, espaço entre linhas – 1,2, margens: esquerda e direita – 2,5, cabeçalho e rodapé – 2,5

Obs. Os textos podem conter imagens, preferencialmente em alta resolução

REFERÊNCIAS

A Revista Travessia adota a NBR 6023/2002 da ABNT como norma para referência de documentos em textos acadêmicos. Procurando facilitar o trabalho dos autores de Travessia, apresentamos, abaixo, uma síntese da NBR 6023/2002 tomando como base o seu documento original e ainda o compêndio elaborado por Luciana Pizzani e Rosemary Cristina da Silva (2016). A síntese que se segue não dispensa consulta ao documento (NBR 6023/2002) original e integral da ABNT.

Existem vários meios de informação que podem ser referenciados:

Livros, Dissertações e Teses, Folhetos, Revistas ou Periódicos, Relatórios, Manuais, Eventos, Multimeios, Documentos eletrônicos, Discos e Fitás, Filmes, Fotografias etc.

ALINHAMENTO - A lista final deve ser alinhada à margem esquerda do texto

NOTAS DE RODAPÉ - Em formato numérico, ao final do texto

HAVENDO DUAS OU MAIS REFERÊNCIAS DE UMA MESMA AUTORIA, OBSERVE-SE: a) um só autor: PIZZANI, L.

b) mesmo autor e outro: PIZZANI, L.; SILVA, R.C.

c) mesmo autor e outros: PIZZANI, L. et al.

REFERÊNCIA DE LIVROS/OBRA TRADUZIDA/SÉRIE

Autor, título, subtítulo (se houver), edição, local, editora e data de publicação.

AUGÉ, M. **Não lugares**. Campinas: Papirus, 2006.

CHEVALIER, J.; GHEERBRANT, A. **Dicionário de símbolos**. Tradução Vera da Costa e Silva.

3.ed. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1990.

BRANDÃO, C.R. **O que é educação**. São Paulo: Brasiliense, 1987. 116p. (Coleção primeiros passos, 20).

CAPÍTULO DE LIVRO

Autor, título da parte, subtítulo (se houver), seguidos da expressão "In:" e da referência completa da publicação, número de páginas ou volume.

ROMANO, G. **Imagens da juventude na era moderna**. In: LEVI, G.; SCHMIDT, J. (Orgs.). *História dos jovens 2*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996. p.7-16.

AUTOR DO CAPÍTULO É O MESMO AUTOR DO LIVRO

SANTOS, R.F. A colonização da terra do Tucujús. In: _____. **História do Amapá, 1º grau**.

2.ed. Macapá: Valcan, 1994. cap.3, p.15-24.

LIVRO DISPONÍVEL NA INTERNET

JUNQUEIRA, L.C.U. **Histologia básica**. 10.ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2004. Disponível em: <<http://www.>>. Acesso em: 30 set. 2007.

ARTIGO DE PERIÓDICO – revista, boletim etc. *Autor, título do artigo, subtítulo (se houver), título da publicação, local da publicação, numeração correspondente ao volume e/ou ano, número ou fascículo, paginação inicial e final do artigo, informações de período, ano de publicação*. Exemplos: DORNELAS, S.M. Entre a Igreja do Brasil e da França: Uma experiência com os portugueses em Paris. **Travessia** – revista do Migrante, São Paulo, ano XXII, n. 65, p. 13-32, set-dez. 2009.

ARTIGO EM PERIÓDICO – revista, boletim etc. disponível em meio eletrônico *Autor, título do artigo, subtítulo (se houver), título da publicação,*

local da publicação, numeração correspondente ao volume e/ou ano, número ou fascículo, paginação inicial e final do artigo, informações de período, ano de publicação, informações pertinentes ao suporte eletrônico.

BASSO, N.A.S. et al. Insulinoterapia, controle glicêmico materno e prognóstico perinatal: diferença entre o diabetes gestacional e clínico. **Rev. Bras. Ginecol. Obstet.**, v.29, n.5, p.253-259, maio 2007. Disponível em: <http://www.____>. Acesso em: 16 jan. 2004.

ARTIGO DE JORNAL: Autor, título do artigo, subtítulo (se houver), título do jornal, local de publicação, data de publicação, seção, caderno ou parte do jornal e a paginação correspondente.

NAVES, P. Lagos andinos dão banho de beleza. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 28 jun. 1999. Folha Turismo, Caderno 8, p.13.

ARTIGO DE JORNAL disponível em meio eletrônico

NAVES, P. Lagos andinos dão banho de beleza. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 28 jun. 1999. Folha Turismo, Caderno 8, p.13. Disponível em: <http://www.____>. Acesso em: 20 fev. 2004.

MONOGRAFIAS, DISSERTAÇÕES, TESES

SILVA, C. F. da. **Das calçadas às galerias**: mercados populares do centro de São Paulo. 2014. 176p. Originalmente apresentado como tese de doutorado em Sociologia. São Paulo: USP, 2014.

MONOGRAFIAS, DISSERTAÇÕES, TESES disponíveis em meio eletrônico
RODRIGUES, M.A.Q. **Bandagem ajustável do tronco pulmonar**: comparação de dois métodos de hipertrofia aguda do ventrículo subpulmonar. 2006. 85p. Tese (Doutorado) – Faculdade de Medicina, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2006. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/5/5156/tde-06112006-130715/>>. Acesso em: 20 dez. 2007.

EVENTO CIENTÍFICO: *Autor, título do trabalho apresentado, subtítulo (se houver), seguido da expressão “In:”, nome do evento, numeração (se houver), ano e local de realização, título da publicação, subtítulo (se houver), local de publicação, editora, data de publicação, página inicial e final da parte referenciada, elementos pertinentes a parte referenciada.*

– Quando disponível em meio eletrônico, acrescentar: “Disponível em....”, como no exemplo abaixo.

BENGTSSON, S.; SOLLEIM, B.G. Enforcement of data protection, privacy and security in medical informatics. In: WORLD CONGRESS ON MEDICAL INFORMATICS, 7., 1992, Geneva.

Proceedings... Amsterdam: North Holland, 1992. p.1561-1565. Disponível em: <[http://www._____](http://www._____.)>. Acesso em: 21 jan. 2004.

DOCUMENTO JURÍDICO

Jurisdição (ou cabeçalho da entidade, no caso de se tratar de normas), título, numeração, data e dados da publicação. No caso de Constituições e suas emendas, entre o nome da jurisdição e o título, acrescenta-se a palavra Constituição, seguida do ano de promulgação entre parênteses.

BRASIL. Medida provisória nº 1.569-9, de 11 de dezembro de 1997. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Poder Executivo, Brasília, DF, 14 dez. 1997. Seção 1, p.29514.

BRASIL. **Código Civil**. 46.ed. São Paulo: Saraiva, 1997.

BRASIL. Constituição (1988). Emenda constitucional nº 9, de 9 de novembro de 1995. **Lex**: legislação federal e marginália, São Paulo, v.59, p.1966, out./dez. 1995.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria do Meio Ambiente. **Diretrizes para a política ambiental do Estado de São Paulo**. São Paulo, 1993. 35p.

BRASIL. Ministério da Justiça. **Relatório de atividades**. Brasília, DF, 1993. 28p.

IMAGEM EM MOVIMENTO - Inclui filmes, videocassetes, DVD, entre outros *Título, diretor, produtor, local, produtora, data e especificação do suporte em unidades físicas.*

ADEUS, Lenin! Dir. Wolfgang Becker. Alemanha: Prod. X Filme Creative Pool; WDR (Cologne); Arte France Cinéma, 2003. 1 DVD

DOCUMENTO ICONOGRÁFICO -

Inclui pintura, gravura, ilustração, fotografia, desenho técnico, diapositivo, diafilme, material estereográfico, transparência, cartaz, entre outros. Autor, título, data e especificação do suporte.

KOBAYASHI, K. **Doença dos xavantes**. 1980. 1 fotografia.

O QUE acreditar em relação à maconha. São Paulo: CERA VI, 1985. 22 transparências.

MATTOS, M.D. **Paisagem-Quatro Barras**. 1987. 1 original de arte, óleo sobre tela, 40cm x 50cm. Coleção particular.

DOCUMENTO CARTOGRÁFICO - Inclui atlas, mapa, globo, fotografia aérea etc.

Autor(es), título, local, editora, data de publicação, designação específica e escala.

ATLAS Mirador Internacional. Rio de Janeiro: Enciclopédia Britânica do Brasil, 1981. 1 atlas. Escalas variam.

BRASIL e parte da América do Sul: mapa político, escolar, rodoviário, turístico e regional. São Paulo: Michalany, 1981. 1 mapa, color., 79 cm x 95 cm. Escala 1:600.000

BÍBLIAS

BÍBLIA. Língua. Título da obra. Tradução ou versão. Local: Editora, Data de publicação. Total de páginas.

BÍBLIA. Português. **Bíblia sagrada**. Tradução de Padre Antônio Pereira de Figueiredo. Rio de Janeiro: Encyclopaedia Britannica, 1980. Edição Ecu-mênica.

PARTES DA BÍBLIA: Quando se tratar de partes da Bíblia, inclui-se o título da parte antes da indicação do idioma e menciona-se a localização da parte (capítulo ou versículo) no final.

BÍBLIA, N.T. João. Português. **Bíblia sagrada**. Versão de Antonio Pereira de Figueiredo. São Paulo: Ed. Das Américas, 1950. cap.12, vers.11.

CITAÇÃO DIRETA - TRECHO CITADO MENOR OU IGUAL A 3 LINHAS

As citações diretas, menores ou iguais ao limite de 3 linhas devem ser feitas de acordo com as seguintes especificações: “Sendo necessário citar trecho de obra, sem ultrapassar o limite de três linhas, deve-se fazer a citação no corpo do próprio texto, mantendo o espaçamento adotado, o tamanho de fonte 12, sem itálico, iniciando e terminando com aspas” (SOUZA, 2005, p. 18). Esta regra também confere com a ABNT 6023/2002.

CITAÇÃO DIRETA - TRECHO CITADO MAIOR QUE 3 LINHAS

As citações maiores devem ser feitas seguindo as seguintes especificações:

Sendo necessário citar trecho de obra ou transcrever a opinião de determinado autor ou ainda acórdão, ementa, lei, ultrapassando três linhas, deve-se recuar 4 centímetros à direita com os seguintes cuidados: espaço simples, fonte 10, sem itálico, iniciando e terminando sem aspas. Após, entre parênteses, constar a fonte, com o sobrenome do autor em maiúsculas, o ano de publicação da obra e a página. (SOBRENOME, 2003, p. 10).

O sobrenome do autor, quando colocado entre parênteses, deve ser grafado em maiúsculas.

DOCUMENTO DE ARQUIVO

Obs.:

- 1) Forneça dados para a localização do documento no arquivo: título do fundo ou da coleção, série, subsérie, notação (código do conjunto), instituição de guarda, local (entre parênteses), data do documento.
- 2) No caso de referências a conjuntos ou itens em posse de pessoas, registra-se: "Acervo pessoal de ...").

Com autoria

ARANHA, Luís de Freitas Vale.

Carta a José Pinto. Arquivo Pedro Ernesto Batista, série Correspondência; PEB c

1935.01.15 (Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do

Brasil, Rio de Janeiro). 15 jan. 1935.

– Chamada à referência no texto: (Aranha, 15 jan. 1935)

Sem autoria

TERMO...

Termo de obrigação que fazem Manuel Francisco Villar e Antonio Freire de Ocanha.

Códice 296, f.108 (Arquivo Histórico Ultramarino, Lisboa). 2 mar. 1696.

– Chamada à referência no texto: (Termo..., 2 mar. 1696)

PARA REFERÊNCIA DE OUTROS DOCUMENTOS NÃO PRESENTES NESSA SÍNTESE, confira: ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. **NBR 6023**: informação e documentação – referências – elaboração. Rio de Janeiro, 2002. 24p.

Disponível também em: <<https://www.ict.unesp.br/Home/biblioteca/6023referenciaeelaborao.pdf>>. Acesso em: 02 mar. 2018.

PIZZANI, L.; SILVA, R. C. **ABNT 6023 Elaboração de Referências**. 87p. Botucatu-SP: UNESP, 2016. Disponível em:

<http://www.biblioteca.btu.unesp.br/Home/Referencias/LuABNT_6023.pdf>.

Acesso em: 02 mar. 2018.

Seja um(a) Colaborador(a)

Pensou migrante, pensou *Travessia!*

Pensou diferente, pensou *Travessia!*

De estrada palmilhada, por um Conselho Editorial atuante, lá se vão de trinta anos mais.

A temática para a qual você estendeu o seu olhar, é mais do que candente: **Os migrantes**

Politicamente..... || ora desejados, ora indesejados - sempre estiveram na ordem do dia e, na atualidade, transformaram-se em tema das agendas internacionais de governos;

Culturalmente..... || alguns são homenageados, vangloriados; outros, a maioria, discriminados, vítimas de preconceito, quando não de xenofobia;

Economicamente.. || são integrantes, como fator de maior visibilidade, de um dos eixos constitutivos da modernidade - a mobilidade do trabalho;

Teoricamente..... || abordados a partir de diferentes enfoques, nem sempre conseguem ser suficientemente abarcados.

Se seu horizonte não míngua nos limites do acadêmico, dispute este espaço, pois a *Travessia* transita para além das estantes.

Você encontra aqui um espaço ágil e flexível para socialização

dos seus estudos acadêmicos

da sua produção literária

da sua atuação militante.

A qualquer momento você pode enviar a sua colaboração.

*Dos/as migrantes cabem,
na gíngua da Travessia,
as amostras da empiria,
os embates da teoria,
as lutas do dia a dia,
os sonhos da poesia.*

travessia@missaonspaz.org

cem@missaonspaz.org

www.revistatravessia.com.br

www.missaonspaz.org

PRÓXIMAS EDIÇÕES

REVISTA TRAVESSIA 2025/2026

JANEIRO – ABRIL/2026

Mudanças climáticas, migração
e justiça ambiental
(Ano XXXIX, Ed. 105)

MAIO – AGOSTO/2026

Mudanças climáticas, migração
e justiça ambiental
(Ano XXXIX, Ed. 106)

SETEMBRO - DEZEMBRO/2026

Mudanças climáticas, migração
e justiça ambiental
(Ano XXXIX, Ed. 107)

JANEIRO - ABRIL/2027

Economia humanitária, fronteiras,
securitização e militarização das
migrações (Ano XL, Ed. 108)

Além de textos para esses dossiês, segue permanente o fluxo para envio de artigos de tema livre, desde que abordem a temática migração e seus protagonistas.

Acesse o nosso site, consulte as normas de publicação e, se ainda não se cadastrou, cadastre-se e envie o seu texto.

O escrito pode ser em forma de artigo acadêmico, nota de pesquisa, entrevista, relato, resenha, poesia, conto.

travessia@missaonspaz.org
www.revistatravessia.com.br
www.missaonspaz.org

ISSN 0103-5576



TRAVESSIA ONLINE
ISSN 2594-7869